

Reflexões estratégicas de desenvolvimento local no contexto da preservação da identidade de Penedos (Mértola)

Volume I

Orlando Manuel Fonseca Pereira

Tese apresentada à Universidade de Évora
para obtenção do Grau de Doutor em Sociologia

ORIENTADOR: *Professor Doutor António Pedro Sousa Marques*

ÉVORA, MARÇO, 2014



Reflexões estratégicas de desenvolvimento local no contexto da preservação da identidade de Penedos (Mértola)

Orlando Manuel Fonseca Pereira

Tese apresentada à Universidade de Évora
para obtenção do Grau de Doutor em Sociologia

ORIENTADOR: *Professor Doutor António Pedro Sousa Marques*

ÉVORA, MARÇO, 2014



EPÍGRAFE

Alentejo III

“Alentejo, minha paixão meu amor

Alentejo, deslumbrante e sedutor.

Alentejo, paisagem de força e calor

Alentejo, meu mundo, minha vida de sofrimento e dor”

(Pereira, Orlando, 2006:75)

“Todos nós chegaremos aonde queremos ir”

Saramago, José, Prémio Nobel da Literatura em 1998

E porque todos nós para sermos felizes, temos que voltar às nossas origens. Eu voltei,
sem nunca ter partido de Penedos. E assim creio ser feliz!

DEDICATÓRIA

À memória da minha mãe - Virgínia Maria Fonseca Pereira, da minha avó - Maria Inácia (Rosa), dos meus antepassados e de todas as pessoas que já partiram da nossa companhia e que gostariam de presenciar esta homenagem a Penedos.

AGRADECIMENTOS

O trabalho de investigação que ora se apresenta – *Reflexões estratégicas de desenvolvimento local para a preservação da identidade de Penedos (Mértola)*, constitui para além de outros propósitos, uma meta académica e como tal não pode fugir às regras próprias da instituição Universidade que se preocupa com a produção, sistematização e divulgação do conhecimento e independentemente, do tema escolhido, dará sempre um contributo, ainda que breve ao edifício científico.

É verdade que estão presentes, para além dos requisitos académicos, outros aspetos de índole pessoal, que se prendem com as emoções, como evidencia o neurocientista português António Damásio, na sua obra *O Erro de Descartes - Emoção, Razão e Cérebro Humano* (1994), sendo quase impossível separar as emoções da razão. Por tal facto, surge este trabalho, que pretende ser uma homenagem à minha aldeia, sobretudo, a todas as pessoas que teimosamente, ainda resistem e resistiram (os que já partiram) às agruras do abandono a que têm sido dotados todos os Penedos do Alentejo e do Interior Português. Portanto, este é um trabalho académico, mas essencialmente, uma chamada de atenção para a necessidade de equilíbrio entre interior/ litoral e entre campo/cidade, porque ambos as realidades são essenciais à vida e ao bem-estar dos cidadãos.

Claro que a elaboração de um trabalho deste cariz, não depende só do investigador, se assim fosse, não seria possível evoluir, porque a construção do conhecimento também depende da articulação e vontade de um conjunto de pessoas e instituições, caso contrário, este trabalho não teria sido possível. Deste modo, muitas pessoas e entidades contribuíram substancialmente para a concretização deste trabalho, correndo o risco de esquecer algumas, mas desde já deixo os meus sinceros agradecimentos e reconhecimento a todos.

Em primeiro plano quero deixar expresso e de forma inequívoca, um agradecimento muito especial ao meu orientador, o senhor Professor Doutor António Pedro Sousa Marques, que nunca tendo sido meu professor, sem ter tido qualquer contacto comigo até ao mês de setembro de 2011, aceitou sem reservas (re) orientar esta tese de doutoramento no âmbito da Sociologia de Ação/Intervenção, consequência de alguns desalinhamentos surgidos no decurso deste curso de doutoramento, mas, que a seu tempo foram corrigidos e delineados no melhor sentido, com vista à uma articulação

condigna para a elaboração deste trabalho. Ao meu orientador, todas as palavras de agradecimento são ínfimas, face à sua disponibilidade, respeito e honestidade, nunca preterindo as minhas orientações teórico-científico-metodológicas. Quero também agradecer-lhe pela vontade e facilidade de interação no âmbito das novas tecnologias de informação que em muito facilitaram a minha vida. Mais uma vez o meu bem-haja! Pela pessoa que o senhor Professor António Marques é, no sentido de me ter concedido todas as orientações/discussões e mostrar-me os caminhos mais úteis e necessários na condução desta tese.

Um agradecimento muito especial ao senhor Diretor do curso de Sociologia - Professor Doutor Carlos Alberto da Silva e ao seu adjunto, o senhor Professor Doutor Eduardo Esperança, mas também aos professores de doutoramento, sem preterir nenhum - quero evidenciar a senhora Professora Doutora Maria da Saudade, sem esquecer o senhor Professor Doutor José Saragoça, pelas orientações sobre o MACTOR, concedidas no curso de verão de 2012, na Universidade de Évora.

Para além dos agradecimentos prestados àqueles que me ajudaram a orientar este trabalho, outros há que sem eles, este trabalho não existiria - são todos os habitantes de Penedos - para eles, o meu grande agradecimento. Perdoem-me por não particularizar, mas, dada a natureza do trabalho, há alguns que não posso deixar de mencionar - os meus colaboradores, os orientadores, os doze atores locais que ajudaram de mais perto na construção de um trabalho que é de todos e sobretudo, daqueles que queiram estar connosco, nesta causa de tão necessária nobreza.

Face ao referido, presto os meus agradecimentos aos meus colaboradores nas entrevistas exploratórias e que são a D. Augusta Silva, desaparecida em setembro de 2011, com 96 anos (que aproveito este trabalho para a homenagear), à D. Maria dos Santos (Santinhas) de 95 anos, aos senhores Augusto Ruas e Anastácio Ramos, com respetivamente 88 e 87 anos e à Manuela Fatal Ramos de 51 anos, minha colega da escola primária e de juventude.

Por outro lado, os atores locais intervenientes (institucionais, associativos e individuais) no estudo e que foram determinantes para apresentar as *reflexões estratégicas de desenvolvimento local para a preservação da identidade de Penedos*, aos quais quero deixar os meus mais profundos agradecimentos e são: a senhora mais antiga da aldeia, a D. Natércia Ramos (98 anos), a sua filha D. Madalena Nunes o

senhor Jacinto Lourenço Pereira (pai do autor), à antiga Professora Primária da 4ª classe - D. Maria do Carmo Soares Rodrigues, ao senhor José Nunes (todos meus amigos desde longa data). Aos meus amigos – António Lourenço Ruas, do Centro Popular dos Trabalhadores de Penedos, Luís Ruas da Associação de Caçadores de Penedos, Rui Martins da Cooperativa Agrícola de Mértola, e ao Jorge Revés da Associação de Defesa do Património de Mértola. Aos senhores Presidentes da Câmara Municipal de Mértola, Jorge Colaço Rosa e da Junta de Freguesia de São Miguel do Pinheiro, Joaquim Nobre. Aos senhores Presidentes da Associação de Municípios do Baixo Alentejo e Alentejo Litoral/Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo, José Maria Prazeres Pós-de-Mina e da Entidade Regional de Turismo, António Ceia da Silva.

Para além destes atores que se empenharam de corpo e alma, dando o seu melhor, através dos seus contributos para a realização deste trabalho, outros também foram determinantes para o nosso sucesso e distinguimo-los de forma coletiva - os meios colocados à nossa disposição pelas demais entidades institucionais, facilitando a nossa investigação, com recurso às novas tecnologias de informação e comunicação por via da *internet*. Ainda um agradecimento muito especial à Conservatoire Nationale des Artes et Métiers e ao Laboratoire de Investigation en Prospective Stratégic et Organisation de França, por nos concederem de forma livre *on-line* o software MACTOR, que ajudou em muito na análise de dados neste trabalho. Também a todos os meus professores que me orientaram nesta tão necessária missão de sociólogo.

Antes de terminar quero deixar um enfoque de agradecimento muito especial, aos meus amigos e familiares que sempre me encorajaram. Com destaque para os mais chegados e persistentes e insistentes, eles podiam ser evocados no princípio, mas, a ordem não importa - a nossa família não tem hierarquias, porque é sempre nossa – assim, retribuo e agradeço do fundo do meu coração, pelo grande reconhecimento e apoio que me deram - o meu querido pai Jacinto Lourenço Pereira, a Antónia Soares e o Rui Romba.

RESUMO

Este trabalho conducente ao grau de doutor em Sociologia resulta da investigação efetuada na aldeia de Penedos que conta com 101 habitantes residentes e ainda 24 temporariamente presentes, entre os quais se encontram alguns naturais e estrangeiros reformados de França e Bélgica. Todavia, constitui-se como a aldeia mais populosa dos 15 lugares que integram a freguesia de São Miguel do Pinheiro e uma das localidades ainda mais populosas e com alguma vitalidade da margem direita do rio Guadiana, no concelho de Mértola. Integrando-se num território de muito baixa densidade, menos de 4 hab/Km². Aqui, o envelhecimento, o abandono populacional e a proximidade da desertificação são o corolário (in) lógico, fruto da ausência de políticas do estado, estruturais globais e integradas, por forma a fixar as pessoas, atrair investimento e criar emprego e assim, evitar que este fenómeno que se manifesta há meio século, tenha continuidade. Constituindo este o problema central da nossa investigação.

Ora, perante a crise que Portugal atravessa e que se vem agudizando desde 2008, (a qual não tem precedentes no decurso do século XXI), o estado nunca apostou verdadeiramente em políticas viradas para o desenvolvimento dos territórios de baixa e muito baixa densidade, estando demasiado ocupado com aspetos financeiros e macroeconómicos associados ao défice, descurando instrumentos e modelos de planeamento e desenvolvimento que correspondam verdadeiramente aos anseios das populações das sociedades locais.

Face ao exposto, torna-se cada vez mais necessário, pôr de lado modelos inoperantes que não favoreceram o progresso das pessoas em territórios abandonados e interiorizados e lançar mãos de propostas conducentes a novas formas de intervenção no territórios, através de reflexões estratégicas dos atores locais, por forma a influenciar as políticas que permitam preservar a identidade das gentes de Penedos. Tendo em conta que as estratégias de desenvolvimento local apontadas pelos atores locais, devem ser consideradas nos modelos de desenvolvimento local e resultam de um confronto de posições abertas e participativas no jogo de atores integrados no sistema. Estas reflexões devem contribuir para ajudar a resolver o problema do abandono e envelhecimento, e criação de riqueza, desde que sejam aproveitadas todas as potencialidades existentes no território. Tendo em consideração, que o novo

desenvolvimento, baseado no conceito *aldeia natural e ecológica*, deve ajudar a preservar a identidade e garantir a sustentabilidade de Penedos (Mértola).

Palavras-chave: Abandono e envelhecimento populacional; Atores Locais; Desenvolvimento Local; Identidade; Estratégias de Atores; Objetivos e Desafios Estratégicos.

Strategic reflections of local development in the context of the preservation of the identity of Penedos (Mértola)

ABSTRACT

This work leading to a doctoral degree in Sociology results of research conducted in the village of Penedos which has 101 inhabitants and has 24 residents temporarily present, among which some are natural and retired foreigners from France and Belgium. However, as is the village most populous of the 15 places that integrate the parish of São Miguel do Pinheiro and still one of the most populous localities and some vitality from the right bank of the river Guadiana, in Mértola. Integrating an area of very low density inhab/km² less than 4. Here, the aging population and the proximity to the abandonment of desertification are the corollary (in) logical result of the absence of state policies, structural global and integrated, in order to fix people, attract investment and create employment and thus prevent this phenomenon which manifests for half a century, has continued. This being the central problem of our investigation.

Now, before the crisis that crosses Portugal and comes in sharpening since 2008 (which is unprecedented in the course of the twentieth century), the state never truly invested in policies facing the development of areas of low and very low density, being too busy with macroeconomic and financial aspects associated with deficit, neglecting instruments and models of planning and development that truly meet the aspirations of the people of the local society.

Given the above, it becomes increasingly necessary, by the dead hand models that did not favor the progress of the people in the territories abandoned and internalized hands and launch proposals leading to new forms of intervention in the territories, through the strategic thinking of local actors in order to influence policies which preserve the identity of the people Penedos. Given that the local development strategies

identified by local stakeholders should be taken into account in models of local development and result of a clash of positions open and participatory in game actors

into the system. These reflections should contribute to help solve the dropout problem and aging, and the creation of wealth, since all the potential to be exploited in the territory. Given that the new development based on the concept Caldeirão natural and ecological, should help preserve the identity and ensure sustainability of Penedos (Mértola).

Keywords: Abandonment and aging population; Local Actors, Local Development, Identity, Strategies Actors, Goals and Strategic Challenges.

ÍNDICE GERAL

EPÍGRAFE.....	iii
DEDICATÓRIA	iv
AGRADECIMENTOS	v
RESUMO	viii
ABSTRACT	ix

ÍNDICE DE FIGURAS, QUADROS E GRÁFICOS

Figuras.....	xiv
Quadros	xiv
Gráficos	xvi

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA	2
INTRODUÇÃO	5

PARTE I

CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE INVESTIGAÇÃO: CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS DO ABANDONO POPULACIONAL, IDENTIDADE, PARTICIPAÇÃO, EVOLUÇÃO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL E PLANEAMENTO TERRITORIAL.....

10

1 - A PROBLEMÁTICA E O OBJETO DE ESTUDO DA INVESTIGAÇÃO.....	10
1.1. Apresentação e fundamentação do problema.....	10
1.2. Identificação do objeto de estudo.....	13
2 - ENQUADRAMENTO TEÓRICO/ESTADO DA ARTE	14
2.1. O Alentejo e Penedos – causas e consequências do abandono do território	14
2.2. Identidade e participação	26
2.3. Aspetos conceituais e evolução do desenvolvimento/desenvolvimento local.....	38
2.4. A Campanha do Trigo no Alentejo	52
2.5. Planeamento e ordenamento do território e Junta de Colonização Interna	59

PARTE II

ENQUADRAMENTO EPISTEMETODOLÓGICO.....

77

1 - ENQUADRAMENTO EPISTEMOLÓGICO	77
1.1. A Sociologia e a Sociologia da Ação	77
1.2. A Estratégia de Atores.....	87
2 - METODOLOGIA SEGUIDA NA INVESTIGAÇÃO EMPÍRICA	96
2.1. Aspetos gerais da metodologia.....	96
2.2. Os métodos e as técnicas	98

2.2.1. Os métodos.....	99
2.2.2. As técnicas	101
2.3. O modelo de análise para a estratégia de atores	103
2.3.1. Os objetivos	104
2.3.2. As variáveis	105
2.3.3. As hipóteses	117
2.4. A seleção dos atores e a elaboração do guião de entrevista	118
2.5. O MACTOR e a sua aplicação	123

PARTE III

CONSTRUÇÃO DO OBJETO EMPÍRICO:REFLEXÕES ESTRATÉGICAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL NO CONTEXTO DA PRESERVAÇÃO DA IDENTIDADE DE PENEDOS (MÉRTOLA).....

1 - DIAGNÓSTICO/CARATERIZAÇÃO DO CONTEXTO EM ESTUDO	131
1.1. Aspetos gerais	131
1.2. Aspetos sociodemográficos.....	132
1.3. Aspetos económicos, sociais e culturais.....	139
1.4. Posicionamento geoestratégico do Baixo Alentejo nos contextos ibérico e nacional.....	143
1.5. Diagnóstico do Baixo Alentejo, a partir da Matriz de <i>Swot</i>	145
1.6. Caraterização genérica do concelho de Mértola, da Freguesia de São Miguel do Pinheiro e de Penedos	150
1.6.1. A Freguesia de São Miguel do Pinheiro e Penedos.....	185
1.6.1.1. Nota histórica	185
1.6.1.2. Considerações sobre a demografia: evolução da população residente	186
1.6.1.3. Aspetos económicos e culturais	188
2 – APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS DA INVESTIGAÇÃO.....	190
2.1. As reflexões estratégicas dos atores locais, face ao desenvolvimento local no contexto da preservação da identidade	190
2.1.1. Relações de força e posicionamento relativamente aos atores locais.....	193
2.1.1.1. Os atores e os graus de influência e dependência	196
2.1.2. Relações de força entre atores	201
2.1.3. Balanço líquido das influências por cada par de atores.....	203
2.1.4. Matriz de máxima influência e máxima dependência direta e indireta de cada ator...	204
2.2. Implicação dos atores	207
2.2.1. Grau de implicação e mobilização dos atores	207
2.3. Grau de mobilização e de conflitualidade entre objetivos.....	209
2.4. Das convergências e divergências dos atores ao posicionamento dos atores: suas alianças	

e conflitos	219
2.4.1. Matriz de divergências entre atores.....	219
2.4.2. Matriz de convergências entre atores	223
2.4.3. Ambivalência entre atores	226
CONCLUSÃO	237
RECOMENDAÇÕES	249
BIBLIOGRAFIA.....	253
ÍNDICE REMISSIVO	274

ÍNDICE DE FIGURAS, QUADROS E GRÁFICOS

FIGURAS

Figura nº1 – Localização de Penedos no mapa de Portugal continental.....	2
Figura nº2 – Localização do concelho de Mértola no Baixo Alentejo	3
Figura nº3 – Localização das freguesias do concelho de Mértola	3
Figura nº4 – Imagem de satélite da aldeia de Penedos	4
Figura nº5 – Modelo de análise para a investigação	103
Figura nº6 – Análise da Estratégia de Atores	130
Figura nº7 – Localização da sub-região do Baixo Alentejo no Alentejo e deste no continente português	131
Figura nº8 – Enquadramento do Baixo Alentejo no sudoeste ibérico	143
Figura nº9 – Enquadramento geoestratégico do Baixo Alentejo no contexto nacional.....	145
Figura nº10 – Mapa do concelho de Mértola.....	150
Figura nº11 – Mapa das freguesias do concelho de Mértola	151
Figura nº12 – Rede de transportes coletivos rodoviários de passageiros do concelho de Mértola em 2007	178
Figura nº13 – Tempo de deslocação em relação à sede de concelho em 2007	179

QUADROS

Quadro nº1 – Grupo de variáveis internas, dimensão e respetivas perguntas	110
Quadro nº2 – Grupo de variáveis externas, dimensão e respetivas perguntas	115
Quadro nº3 – Atores sociais que constituíram a amostra intencional.....	122
Quadro nº4 – Relação entre variáveis e atores	129
Quadro nº5 – Distribuição da população do Baixo Alentejo, por grupos etários no período de 2001 a 2011	135
Quadro nº6 – Índices – Resumo da estrutura etária da população residente entre 2001 e 2011	136
Quadro nº7 – Matriz de swot.....	146
Quadro nº8 – Evolução da população residente por freguesias no concelho de Mértola entre 1940-2011	152
Quadro nº9 – Evolução da população residente e densidade populacional na atualidade, no concelho de Mértola e suas freguesias entre 2001 e 2011.....	154
Quadro nº10 – População residente segundo os grupos etários e sua evolução, no concelho de Mértola e suas freguesias entre 2001 e 2011	156

Quadro nº11 – População residente economicamente ativa (sentido restrito) e empregada, segundo o sexo e ramo de atividade e taxa de atividade em 2011.....	159
Quadro nº12 – População residente e desempregada (sentido restrito), segundo a condição de procura de emprego por sexo e taxas de desemprego no concelho de Mértola e suas freguesias em 2011	162
Quadro nº13 – Taxa de desemprego em Portugal e nas regiões no primeiro e quarto trimestres de 2012 e primeiro trimestre de 2013	164
Quadro nº14 – Alojamentos familiares de residência habitual e cujos residentes são apenas pessoas com 65 anos de idade, segundo o número de residentes em 2011	166
Quadro nº15 – População residente segundo o nível de escolaridade por sexo e taxa de analfabetismo em 2011	169
Quadro nº16 – Caracterização do agrupamento de escolas de Mértola, anos letivos 2011/2013 (alunos, professores por turmas).....	172
Quadro nº17 – Estrutura residencial para pessoas idosas no concelho de Mértola	173
Quadro nº18 – Dados referentes ao serviço de apoio domiciliário, prestado pelas IPSS do concelho de Mértola	175
Quadro nº19 – Indicadores de saúde no concelho de Mértola entre 2009 e 2010	176
Quadro nº20 – Utentes inscritos por extensão de saúde – Centro de Saúde de Mértola, outubro 2012	176
Quadro nº21 – Localidades/lugares sem transporte, no concelho de Mértola e correspondência de número aproximado de habitantes	180
Quadro nº22 – Trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos, segundo o setor de atividade (QAE, REV3), e género no concelho de Mértola em 2009	183
Quadro nº23 – Empresas no concelho de Mértola segundo o escalão de pessoal/serviço em 2009	183
Quadro nº24 – Trabalhadores por conta de outrem no concelho de Mértola segundo o nível de habilitações em 2009	184
Quadro nº25 – População residente nos lugares da freguesia de São Miguel do Pinheiro entre 1991 e 2011	187
Quadro nº26 – Atividades económicas e culturais da freguesia de São Miguel do Pinheiro .	189
Quadro nº27 – Variáveis internas e externas e sua descrição	190
Quadro nº28 – Matriz de Meios de Ação Diretos	193
Quadro nº29 – Matriz de Posições Valorizadas – Atores x Objetivos (2 MAO)	194
Quadro nº30 – Desafios estratégicos e objetivos associados.....	195

Quadro nº31 – Comparação entre as Relações de Força (R_i) e a Medida Exata de Força ($[I]_j$) de cada ator	206
Quadro nº32 – Matrizes em linha (somatório) 2 MAO e 3 MAO para a construção da implicação e mobilização de atores	208
Quadro nº33 – Ordenação dos objetivos segundo o grau de mobilização	217
Quadro nº34 – Ordenação dos objetivos segundo o grau de conflitualidade	218
Quadro nº35 – Classificação dos objetivos segundo o seu grau de mobilização e conflitualidade	219
Quadro nº36 – Matriz Valorizada de Divergência Atores x Atores (2 DAA)	220
Quadro nº37 – Matriz Valorizada e Ponderada de Divergências de Atores x Atores (3DAA)	222
Quadro nº38 – Matriz Valorizada de Convergências Atores x Atores (2CAA)	223
Quadro nº39 – Matriz Valorizada, Ponderada de Convergência de Atores x Atores (3CAA)	225
Quadro nº40 – Indicadores de ambivalência de atores	227
Quadro nº41 – Matriz de proximidade entre atores	232
Quadro nº42 – Reconstrução da matriz 2 MAO de acordo com os grupos estratégicos	233
Quadro nº43 – Grupos estratégicos de atores	236

GRÁFICOS

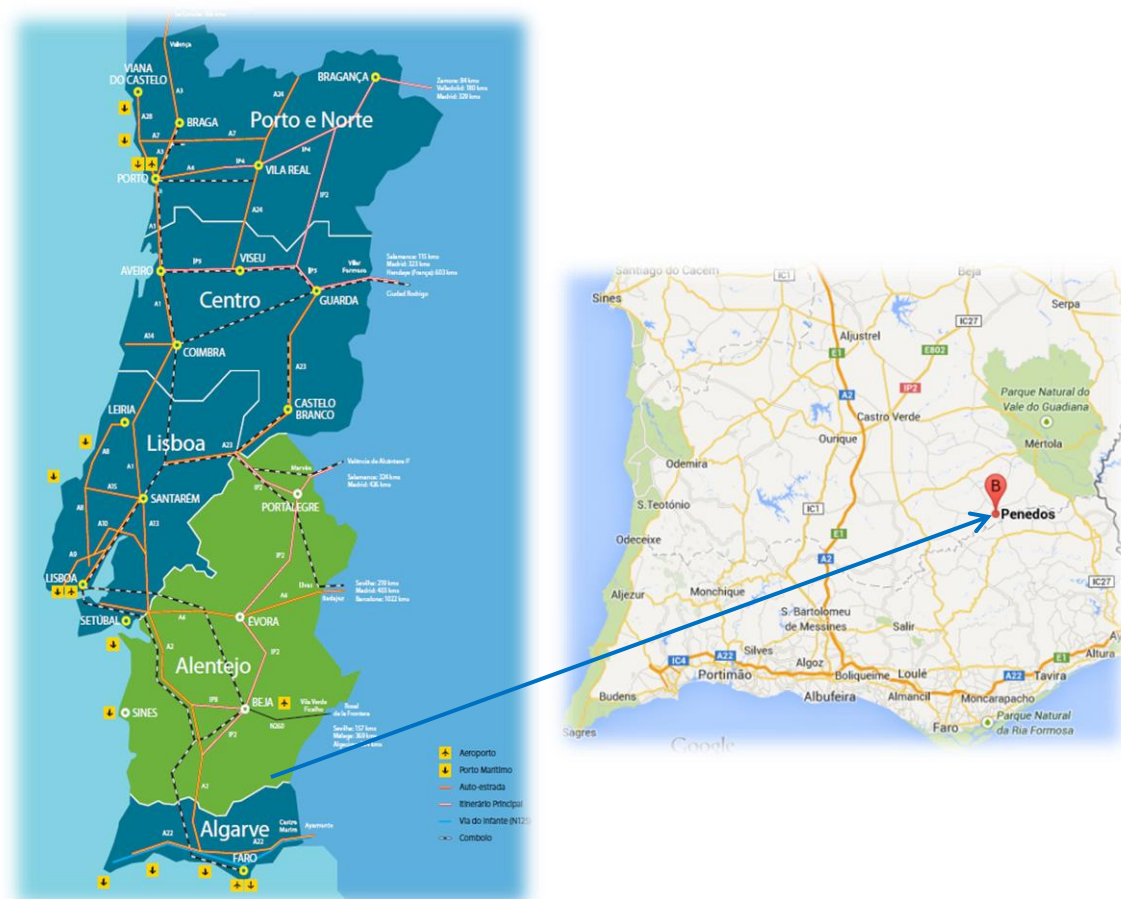
Gráfico nº1 – Variação da população residente por NUT II entre 2001 e 2011	133
Gráfico nº2 – Idade média da população residente em Portugal por NUT II entre 2001 e 2011	133
Gráfico nº3 – Índice de envelhecimento por NUT II entre 2001 e 2011	134
Gráfico nº4 – Evolução da população residente do Baixo Alentejo desde 1940 a 2011	137
Gráfico nº5 – Evolução da população residente no Baixo Alentejo deste 1940 a 2050 (projeção demografia em 2011)	138
Gráfico nº6 – Síntese de indicadores demográficos, económicos e sociais do Baixo Alentejo em 2011	139
Gráfico nº7 – PIB per capita, por região NUT II, entre 2000 e 2010	140
Gráfico nº8 – Taxa de emprego total por região NUT II, entre 2000 e 2011	140
Gráfico nº9 – Evolução da população residente no concelho de Mértola desde 1940 a 2011	153

Gráfico nº10 – População residente nas freguesias do concelho de Mértola entre 2001 e 2011	154
Gráfico nº11 – População residente segundo os grupos etários no concelho de Mértola entre 2001 e 2011	157
Gráfico nº12 – População residente na freguesia de São Miguel do Pinheiro entre 2001 e 2011	157
Gráfico nº13 – População empregada nas freguesias do concelho de Mértola em 2011	160
Gráfico nº14 – Total da população empregada, segundo o setor de atividade no concelho de Mértola em 2011	160
Gráfico nº15 – População desempregada, por sexo e freguesias do concelho de Mértola em 2011	163
Gráfico nº16 – População desempregada, por sexo no total do concelho de Mértola, em 2011	163
Gráfico nº17 – Alojamentos familiares nas freguesias do concelho de Mértola, em 2011	167
Gráfico nº18 – Total de alojamentos familiares no concelho de Mértola em 2011	167
Gráfico nº19 – Total da população no concelho de Mértola segundo o nível de instrução em termos percentuais em 2011	168
Gráfico nº20 – População das freguesias e total do concelho de Mértola, segundo o nível de instrução em termos percentuais em 2011	170
Gráfico nº21 – Taxa de analfabetismo por freguesias e total do concelho de Mértola em 2011	171
Gráfico nº22 – Analfabetismo por sexos verificado nas freguesias do concelho de Mértola em 2011	171
Gráfico nº23 – Caracterização do agrupamento de escolas de Mértola, anos letivos 2011/2013	173
Gráfico nº24 – Estrutura residencial para pessoas idosas no concelho de Mértola em 2012... ..	174
Gráfico nº25 – Dados referentes ao serviço de apoio domiciliário, prestado pelas IPSS do concelho de Mértola	175
Gráfico nº26 – Utentes inscritos por extensão de saúde – Centro de Saúde de Mértola, outubro 2012	177
Gráfico nº27 – Localidades/lugares sem transporte no concelho de Mértola e correspondência com o número aproximado de total de habitantes	180
Gráfico nº28 – Distribuição das empresas por atividade no concelho de Mértola em 2006.... ..	181
Gráfico nº29 – Distribuição do volume de negócios no concelho de Mértola em 2007	182

Gráfico nº30 – Trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos segundo o setor de atividade (QAE, REV3) e género no concelho de Mértola em 2009	183
Gráfico nº31 – Trabalhadores por conta de outrem no concelho de Mértola, segundo o nível de habilitações em 2009	184
Gráfico nº32 – Indicadores per capita do poder de compra nos concelhos do Baixo Alentejo em 2012	185
Gráfico nº33 – Evolução total da população da freguesia de São Miguel do Pinheiro entre 1991 e 2011	187
Gráfico nº34 – Evolução da população por lugares e totalidade da freguesia de São Miguel do Pinheiro desde 1991 a 2011	188
Gráfico nº35 – Grau de influência direta e de influência direta e indireta	197
Gráfico nº36 – Grau de dependência direta e de dependência direta e indireta	200
Gráfico nº37 – Grau de influências e dependências entre atores	201
Gráfico nº38 – Indicadores de relação de força entre atores	203
Gráfico nº39 – Balanço líquido das influências por cada par de atores	204
Gráfico nº40 – Máxima influencia e máxima dependência direta e indireta de cada ator	205
Gráfico nº41 – Medida exata de força de cada ator	206
Gráfico nº42 – Implicação e mobilização dos atores	208
Gráfico nº43 – Histograma da mobilização dos atores sobre os objetivos	210
Gráfico nº44 – Divergências de atores de segunda ordem	221
Gráfico nº45 – Divergência entre atores de terceira ordem	223
Gráfico nº46 – Convergências de atores de segunda ordem	224
Gráfico nº47 – Convergências de atores de terceira ordem	226
Gráfico nº48 – Histograma da ambivalência dos atores	228
Gráfico nº49 – Distâncias liquidadas entre objetivos	230
Gráfico nº50 – Distâncias liquidadas entre atores	231

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA

Figura nº 1 - Localização de Penedos no mapa de Portugal continental



Fonte: <http://www.visitalentejo.pt/pt/o-alentejo/mapa-do-alentejo/conheca-o-alentejo/>

Figura nº 2 - Localização do concelho de Mértola no Baixo Alentejo



Fonte: <http://www.bejadigital.biz>

Figura nº 3 - Localização das freguesias do concelho de Mértola



Fonte: <http://www.bejadigital.biz>

Figura nº 4 - Imagem de satélite da aldeia de Penedos



Fonte: <http://www.google.com/earth/index.html>

INTRODUÇÃO

O relatório que ora se apresenta tem em vista a obtenção do grau de Doutor em Sociologia e resulta do trabalho de investigação (que se iniciou com a aprovação do projeto em dezembro de 2011), subordinado ao tema: *Reflexões estratégicas de desenvolvimento local para a preservação da identidade de Penedos (Mértola)* e que decorreu no âmbito do Curso de Doutoramento em Sociologia durante o triénio 2010/2013, na Universidade de Évora.

As razões que presidiram a escolha deste tema, são essencialmente de ordem pessoal, mas também profissional e sobretudo de responsabilidade cívica que todos nós, enquanto seres globais, temos para com os problemas que afetam a sociedade e de mais perto, a comunidade onde vivemos. Pois, neste sentido a aldeia de Penedos sofre e de forma mais abrupta, o fenómeno do envelhecimento, do despovoamento e abandono, que se verifica há mais de meio século, constituindo este o problema central da tese em presença. Assim, parece mais que evidente que o autor não podia nunca virar as costas a um problema que tem vindo a viver e a estudar ao longo da sua vida académica/profissional e que já tem mais de vinte anos. Deste modo, em 1992 para a conclusão da licenciatura em Sociologia o autor, efetuou um estudo intitulado: *Ano 2000: os grandes desafios de natureza sócio demográfica para o distrito de Beja*". Para a obtenção do grau mestre em Sociologia, em 1998, apresentou a tese: *O papel da formação autárquica desenvolvimento local/municipal – o caso particular do Pólo do Centro de estudos e formação autárquica em Beja*.

As motivações da escolha apresentada, são decorrentes das vivências do autor enquanto conhecedor do território, quer a nível pessoal, quer profissional. Pois, o autor iniciou a vida profissional nesta área, com um Estágio na antiga Associação de Municípios do Distrito de Beja (AMDB), extinta em 2005, para dar lugar a Associação de Municípios do Baixo Alentejo e Alentejo Litoral (AMBAAL), a qual também está em fase de extinção, tendo cedido o seu lugar à Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo (CIMBAL), onde trabalha ao longo destes mais de vinte anos nas áreas do planeamento do desenvolvimento, da cultura, da formação, dos fundos comunitários, da cooperação, entre outras, sempre numa ligação profunda ao combate dos problemas que afetam estas populações destes territórios de baixa e muito baixa densidade, que são os seus.

Para além daqueles aspetos, existem outros que têm de ser evocados. O autor viveu em Penedos, até à altura em que teve que sair, primeiro para o serviço militar e posteriormente para prosseguir os seus estudos. Sempre esteve ligado à aldeia, umas vezes de forma mais forte, outras menos, mas eis que chegou a hora de homenagear os habitantes de Penedos através deste simples trabalho. Na escolha também pesaram as emoções. No entanto, no decurso do trabalho, o autor como sociólogo, teve que se demarcar dessas emoções para levar por diante o empreendimento do objeto empírico, não tendo sido tarefa fácil. Porque o autor é amigo de longa data de quase todos os intervenientes no estudo – interagiram e partilharam vivências, espaços, alegrias e tristezas juntos, o que obrigou a uma atenção e esforço redobrados, por forma a que se evitasse o risco de maior subjetividade, logo, tornou-se necessário distinguir claramente a pluralidade de papéis e interações, enquanto cidadão e enquanto sociólogo, tendo pesado, essencialmente esta último.

Desde há mais de cinquenta anos o Alentejo, o Baixo Alentejo, o concelho de Mértola, a Freguesia de São Miguel do Pinheiro e Penedos, viram partir as suas populações, em busca de melhores condições de vida, pois assistiram e sofreram as consequências do avolumar da assimetria litoral/interior. Penedos apesar de ter tido uma ténue esperança com a Junta de Colonização Interna, no final dos anos sessenta, cedo viu goradas as suas expetativas, porque em 1972 o projeto chegou ao fim. O abandono dos campos e as práticas associadas à terra, a pastorícia, o comércio tradicional, foram uma dura realidade, e deles pouco resta. Todavia, a situação nos campos agudiza-se ainda mais, sobretudo, com a chegada dos fundos comunitários para a reflorestação, essencialmente de pinheiros (contrariamente ao que era desejado e esperado, usar árvores autóctones como o sobreiro e azinheira, isso pouco aconteceu) que não atraem investimento, porque não se enquadram na paisagem e não são rentáveis para a aldeia. Para além destas atividades, as pessoas são maioritariamente reformadas, as poucas que existem em idade ativa trabalham em Mértola, ou na Junta de Freguesia de São Miguel do Pinheiro e no Algarve, sobretudo, no turismo e na construção civil (atualmente esta atividade está a desaparecer, face à crise que se vive). Se considerarmos que os serviços de proximidade são inexistentes, ou têm sido reduzidos, ao nível da saúde, segurança, transportes, pouco resta para além da esperança.

Ora, tais preocupações conduziram a que o autor, na sua qualidade também de ator, cidadão e investigador pudesse desenvolver este trabalho associado ao

desenvolvimento, na sua aceção local, no âmbito da Sociologia, mais concretamente de Ação/Intervenção que conta sempre e em primeira mão com as pessoas - os atores locais que são determinantes para a implementação de qualquer política que se pretenda 'para o território, porque ninguém melhor do que eles, conhece a realidade das suas necessidades e dos seus problemas e, ao mesmo tempo deixam sugestões para a minimizar este flagelo que sai reforçado pela negativa, com esta crise que vivemos, sem precedentes no século XXI.

Tudo o que foi referido e que é deveras preocupante, tiveram no autor um eco de grande preocupação e que se traduzem nalgumas reflexões/questões, designadamente: como será possível alterar a situação vigente e tornar Penedos um lugar atrativo, tendo em conta as potencialidades? Será que estes territórios de muito baixa densidade podem ter afirmação a partir da sua condição de pureza e naturalidade? Porque é que os fundos comunitários advindos da nossa entrada na Comunidade Económica Europeia em 1986, ao invés de ajudarem a atrair pessoas, contribuíram para expulsar os poucos que existiam? Que políticas de discriminação positiva têm efetivamente sido seguidas pelos governos do nosso país, ao longo de quase quarenta anos, em prol dos territórios rurais? Será que o paradigma da urbanização difusa não foi o maior erro a partir da segunda metade do século XX, contra o mundo rural? Será que não se investiu erradamente em infraestruturas megalómanas nos grandes centros, descurando as necessidades mais prementes do mundo rural? Porque só foi possível o retorno dos que partiram para morrerem na sua terra? Quem é responsável por este fenómeno de tão elevada gravidade na Europa e no dito de mundo desenvolvido? Foram questões como estas e outras tantas que não foram colocadas no papel que ainda não encontraram resposta e que mobilizaram o autor a lançar-se nesta pesquisa, a partir das perspetivas dos atores locais - os que conhecem e sabem melhor do que ninguém o que é melhor para a sua terra. Assim surgiu esta pergunta inicial com um teor de esperança e de crença: *a partir de uma análise prospetiva, considerando as reflexões estratégicas de desenvolvimento local dos atores territorializados, que futuros possíveis para Penedos?*

A partir das inquietações expostas, tornou-se necessário elencar um objetivo geral: *identificar um conjunto de reflexões estratégicas de desenvolvimento local no contexto da preservação da Identidade de Penedos, conducentes a um modelo de desenvolvimento alternativo e participativo.* Tendo este, sido desdobrado nalguns objetivos específicos: *estudar as causas e consequências do abandono populacional do*

território; identificar um conjunto de reflexões estratégicas de desenvolvimento local no contexto da preservação da identidade e apresentar propostas de ação conducentes a um modelo de desenvolvimento alternativo e participativo.

Os objetivos por sua vez foram materializados num conjunto de variáveis: 1) *internas*: sócio demográfico-económicas, físico-morfológicas e naturais, planeamento urbanístico e estratégico, bem-estar, histórico-culturais e sistema de circulação e 2) *externas*: instrumentos políticos/financeiros, promocionais/*marketing* territoriais externas: sócio demográfico-económicas; individuais e institucionais, conducentes aos resultados e propostas contributivas para uma reflexão estratégica de desenvolvimento local para a aldeia de Penedos.

A partir dos objetivos e das variáveis evidenciados acima, colocaram-se as seguintes hipóteses, designadamente: (H1) - A população de Penedos, à semelhança do concelho de Mértola, do Alentejo e do interior, apresentam uma estrutura populacional duplamente envelhecida, como consequência do abandono do território a todos os níveis; (H2) - Penedos é o resultado de ausência de políticas de planeamento e desenvolvimento, capazes de atrair investimento e trazer de volta os grupos demográficos, essenciais à revitalização do tecido produtivo da economia e vida local; (H3) - os atores locais são institucionais e individuais, conhecedores do meio e que apresentam um conjunto de reflexões estratégicas dependentes, quer da posição que ocupam no sistema, quer da relação de forças que estabelecem, quer ainda da sua implicação e convergência em função dos objetivos em curso; (H4) - os atores locais apresentam uma convergência de interesses em contribuir para um novo modelo de desenvolvimento local para a aldeia de Penedos, a partir das suas potencialidades, da sua participação e dos conhecimentos prospetivos que tem sobre o território de Penedos.

Em traços gerais, podemos afirmar que as orientações metodológicas seguidas, inserem-se na pesquisa – ação, com recurso à observação simples, partindo de um aprofundado conhecimento que o autor tem sobre o meio. Também poderíamos aproximá-lo do método de pesquisa de terreno ou análise intensiva e até estudo de caso, porque nesta investigação, apenas abordamos a comunidade em estudo, sem delas querer retirar quaisquer extrapolações para a população em geral. Socorremo-nos de entrevistas exploratórias aos habitantes mais antigos para repor alguns aspetos da memória e identidade da aldeia, posteriormente aplicamos as entrevistas semi

estruturadas aos atores locais selecionados, cujo tratamento ocorreu por via do programa informatizado MACTOR,¹ inserindo-se a mesma tese nos domínios da Sociologia de Ação/ Intervenção.

Estruturalmente o trabalho encontra-se dividido em três partes:

A primeira parte debruça-se sobre a *problemática e o objeto de estudo da investigação*, onde é apresentada a fundamentação tórica e se identifica o objeto de estudo. Evidencia-se também o *enquadramento teórico/estado da arte*, onde se destacam: o Alentejo e Penedos - causas e consequências do abandono do território; a identidade e a participação; os aspetos conceituais do desenvolvimento local; a campanha do trigo e o planeamento e ordenamento do território e a Junta de Colonização Interna.

A segunda parte descreve o *enquadramento epistemológico*, onde se expõe a evolução da Sociologia e da Sociologia de Ação, bem como a Estratégia de Atores. Abordam-se ainda aqui nesta parte, as questões da *metodologia seguida na investigação empírica*, como os métodos e as técnicas, com particular enfoque para o MACTOR.

Na terceira parte, faz-se a apresentação da análise e discussão dos dados da investigação de natureza empírica, aqui elencam-se as estratégias dos atores locais, face ao desenvolvimento local no contexto da preservação da identidade, designadamente: as relações de força e posicionamento relativamente aos atores locais; as implicações dos atores; o seu grau de mobilização e de conflitualidade entre objetivos e por fim analisou-se o tópico - das convergências e divergências dos atores ao posicionamento dos atores: alianças e conflitos e a matriz de divergências entre atores. Tais resultados, levaram à conclusão do trabalho de investigação sobre Penedos.

A conclusão traduziu a vontade dos atores locais para contrariar a tendência de envelhecimento e abandono territorial, surgidas no princípio do trabalho e que desencadearam esta pesquisa, oxalá que os seus contributos possam alterar o estado atual da situação que se vive em Penedos, muito próximo da desertificação e que só estas pessoas, porque amam e conhecem a sua terra, melhor que ninguém podem conduzir a uma alteração radical - Penedos e ou outros Penedos têm futuro de sustentabilidade, se se souber tirar partido das suas potencialidades de forma global e integrada.

¹ Méthode Acteurs, Objectifs, Rapports de Force (Método dos Atores, Objectivos, Relações de Força), criado por Michel Godet, em 1985.

PARTE I

CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE INVESTIGAÇÃO: CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS DO ABANDONO POPULACIONAL, IDENTIDADE, PARTICIPAÇÃO, EVOLUÇÃO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL E PLANEAMENTO TERRITORIAL

1. A PROBLEMÁTICA E O OBJETO DE ESTUDO DA INVESTIGAÇÃO

1.1. Apresentar a fundamentação do problema

Um dos problemas que mais afeta a sociedade portuguesa é o abandono a que foram dotados os territórios do interior, porque estes ao longo dos tempos foram sendo esvaziados de conteúdos funcionais (sendo os serviços concentrados sobretudo nas grandes cidades do litoral), o que obrigou à saída dos mais aptos e quase sempre sem regresso. Ora, o problema em estudo versou sobre o despovoamento do interior, do Alentejo e em particular da aldeia de Penedos que transversalmente, encetaram um processo de abandono territorial há mais de cinquenta anos.

A situação descrita pode encontrar a sua causa direta,

provocado pela generalização das transformações tecnológicas ocorridas com maior incidência, a partir dos anos 50 e 60. Até então dominava uma agricultura tradicional, de subsistência, impondo as práticas e marcando os ritmos, em função os quais se organizava toda a sociedade rural. No Alentejo, região de grandes planícies, predominavam as herdades, dedicadas sobretudo à produção cerealífera e à criação de gado, cujos proprietários se destacavam no topo da hierarquia social. Contudo, a maior parte da população pertencia à grande classe dos trabalhadores rurais, assalariados sem terra, que asseguravam a concretização das atividades agrícolas nas grandes propriedades (Queirós, 2004, p.2).

Tal facto radica, por um lado, nas tecnologias que chegaram ao território, sem que para isso as populações rurais estivessem preparadas para isso. Pois, eram pouco escolarizadas, tendo os homens como profissão - trabalhadores rurais e as mulheres, a maior parte delas eram domésticas, já que estas só sazonalmente se ocupavam dos trabalhos do campo – monda, ceifa e pouco mais. Por outro lado, viram-se forçados a migrar, sobretudo, para os grandes centros do litoral de Lisboa e Setúbal, porque lá encontravam trabalho nas fábricas que estavam a eclodir a um ritmo próprio de uma revolução industrial, ainda que numa fase incipiente.

Referente ao propósito acima exposto, veja-se o que diz José Cutileiro quando visitou o lugar de Vila Velha, freguesia de Reguengos de Monsaraz no Alto Alentejo em 1975 e 1976, “*mais famílias saíram para Lisboa e para a França. Mais trabalhadores deixaram o campo e foram para a fábrica* (fábrica de celulose no concelho vizinho de Mourão, na antiga ponte do Guadiana que ligava os dois concelhos). “Os jovens procuravam Lisboa e a sua cintura industrial. Trabalhar no campo continuava, para eles a ser a menos atraente e o mais baixo dos misteres” (1988, p.405).

Se atendermos, mesmo que só naqueles dois fatores, não restam muitas dúvidas que a identidade e a própria memória das comunidades rurais (as mais vulneráveis às mudanças ocorridas atrás) tendem a perder-se no tempo do esquecimento, se tão pouco continuar a ser feito. A nossa proposta baseou-se em reflexões estratégicas de desenvolvimento local para a preservação da identidade (podendo desembocar num modelo de desenvolvimento local alternativo) de Penedos, isto é, para um os território de baixa (muito baixa) densidade, o qual contou efusivamente com os atores locais, os quais nos ajudaram a desenhar as perspetivas de um futuro possível contendo alguns elementos que possam ajudar a salvar esta parte do Portugal Rural, quase desaparecido e tão necessário ao equilíbrio dos nossos ecossistemas.

Face ao exposto, a Sociologia e ciências de proximidade, numa perspetiva multidisciplinar têm sido incansáveis na busca de causas para os problemas associados ao abandono populacional, que estão a fustigar o interior do País, em geral e do Alentejo em particular, sobretudo nestes territórios muito afastados do poder de decisão. Estes problemas fazem parte de uma cadeia de dependências, pois, esta *sangria* populacional que já dura há mais de meio século, arrasta consigo o envelhecimento, o empobrecimento, o desemprego, a ausência de serviços de proximidade, o desinvestimento económico e o degradar da qualidade de vida, que parecia uma conquista consolidada, com o advento da maturidade democrática, através das políticas sociais que paulatinamente ganharam estatuto constitucional.

Era expetável que as gerações vindouras mantivessem as condições de bem - estar, legada pelos seus antecessores. Todavia, nem tudo é tão linear, e assim verificamos que afinal as estruturas do nosso país são frágeis, se atendermos na crise que estamos a viver, quer em Portugal, quer na União Europeia e em todo o mundo

ocidental e Japão, colocando-nos em níveis de dificuldades de forma transversal, mas afetando maioritariamente as classes média e popular. Sobretudo, porque há um conjunto de fatores que crescem

a um ritmo galopante: a inflação, a elevada taxa de desemprego, o forte endividamento das empresas e a regressão do comércio mundial são segundo Marcos Olímpio (1995), a causa dessa crise, deixando o lucro de ser o motor do desenvolvimento. Ao mesmo tempo, começaram a sentir-se os resultados desastrosos advindo dessa conceção de desenvolvimento (a identidade entre desenvolvimento e crescimento, primando pelo lucro), manifestado por fenómenos como o êxodo rural, as desigualdades entre Norte e Sul, o aumento da taxa de absentismo e a alienação ao trabalho, o desrespeito pelo ambiente, etc. (citado em Pereira, Segão e Saramago, 2001, p.61).

Esta situação, remete-nos para um problema que é global e de todos os países, mas manifesta-se primeiramente nos países em desenvolvimento ou do terceiro mundo, mais frágeis e sujeitos em grande medida a todas as flutuações da economia, ou seja, com elevado grau de dependência dos países mais ricos; no entanto, acabará por atingir todos, como se está já a verificar.

Posto isto, estamos num período de grandes transformações da nossa sociedade, porque estamos a atravessar um dos piores momentos da nossa história contemporânea, logo

há que reequacionar toda esta questão, ou seja, há que considerar a problemática do desenvolvimento em primeira prioridade, e abandonar a ideia, por ora já cristalizada que essa questão é exclusiva do terceiro mundo. A reflexão leva José Arocena a afirmar: que mesmo as velhas nações industrializadas devem, elas também, ser vistas como estando em vias de desenvolvimento (Marques, 2006, p.15).

Face á crise que estamos a viver desde 2008 (agudizando-se ainda mais atualmente), as questões do desenvolvimento devem estar na ordem do dia porque são condição *sine qua non*, par encontrar caminhos estratégicos que obriguem a repensar o futuro, de acordo com as mudanças nas estruturas que se impõem na construção de uma nova sociedade. E se

aceitarmos o princípio de que «a mudança estrutural é o maior estímulo à ação» (Bennet e Krebs, 1991), então os Governos, os agentes económicos e as pessoas não poderão ficar impassíveis, nem deixar que as várias formas de economia sejam alteradas sem a sua participação. Esta capacidade de iniciativa tem a sua emergência a partir de um contexto de crise, ao mesmo tempo que apela a uma grande mobilização dos atores locais, face a algumas questões que podem funcionar como «agentes estimuladores para a ação», designadamente: a internacionalização dos mercados, a reestruturação económica e o

desenvolvimento, a atividade local, o aumento da sensibilidade às questões ambientais... (Marques, 2006, p.17).

Após explanados estes aspetos que são o corolário da fundamentação teórica da problemática em estudo, cujo enfoque se situa no abandono populacional e nas questões da identidade de uma aldeia alentejana, enquanto território de partilha de uma comunidade rural, tendo sempre presente o estudo e análise efetuada à participação estratégica dos atores locais (principais protagonistas neste processo) - o que sabem, pensam e sentem. Pretendeu-se a partir deles, encontrar algumas reflexões contributivas de desenvolvimento local que garantam a preservação da identidade e consequentemente a sustentabilidade daquela aldeia alentejana – Penedos.

1.2. Identificar o objeto de estudo

Da fundamentação teórica decorre intrinsecamente o objeto de estudo, o qual se debruça sobre uma pesquisa empreendida em Penedos, onde tentamos perceber as mudanças ocorridas, desde o final dos anos sessenta, na aldeia que conta atualmente com 125 habitantes, residentes e presentes temporariamente. Situa-se na margem direita do rio Guadiana, freguesia de S. Miguel do Pinheiro, concelho de Mértola, no Baixo Alentejo, integrando-se num dos territórios mais despovoados e envelhecidos do País.

Penedos, assistiu no início dos anos setenta à elaboração de um filme pela RTP, aliás, único registo filmatográfico, ainda que seja um documentário promocional do Estado Novo, o qual dá conta do modo de vida das populações rurais, sem escolaridade e muito pobres e sobretudo, das transformações operadas na aldeia com a implementação de um programa da Junta de Colonização Interna que prometia o “*elo dourado*”, mas que lamentavelmente não evitou o abandono.

As maiores alterações ocorreram nas habitações que eram todas em pedra e adobe e passaram para o betão, melhorias no saneamento, luz a gerador, televisão coletiva e até um posto de telescola. Havia outras propostas de cooperativas, quer agrícolas, quer de consumo, quer até de outros ramos, as quais viriam a criar mais emprego, melhores condições de vida económica e social, para trazer de volta os que tinham partido e os jovens que regressavam da guerra colonial, mas, isto nunca aconteceu, porque o projeto foi abandonado em 1972. O insucesso nesta segunda fase pode radicar no facto de que com o advento do 25 de Abril veio o fim da guerra colonial, o renascimento de mais indústrias no litoral de Lisboa e Setúbal e o abandono

da aldeia foi acontecendo até serem descapitalizados praticamente todos os serviços de apoio às populações, encerramento das escolas, posto de saúde, diminuição das carreiras para a sede de concelho, entre muitos apoios que estão a desaparecer.

Todas as políticas foram infrutíferas, não quer dizer que não tenha havido um forte esforço autárquico e foi grande e louvável, mas só por si, lamentavelmente não foi eficaz. Pois, no país não tivemos uma política de planeamento e desenvolvimento territorial, capaz de combater as assimetrias que caracterizam todo o território nacional, porque nenhuma política, verdadeiramente, parece ter contado com os atores locais. É aqui que reside o elemento novo do desenvolvimento local, a introdução dos atores, os mais importantes em todo e qualquer processo de desenvolvimento.

Por último, a nossa tese de desenvolvimento local, deve assumir cada vez maior relevo, porque volvida mais de uma décadas do século XXI e

perante uma estrutura produtiva dependente estruturalmente do exterior, num País que teima em não definir estratégias objetivas, torna-se cada vez mais pertinente a análise das estratégias de atores locais face ao futuro do território em que interagem. Esta pertinência já começou a ganhar importância ao nível da análise sociológica sobre o desenvolvimento local, assistindo-se ao apelo à territorialização das relações sociais e ao entrosamento destas com a internacionalização da economia, e na polarização das decisões em regiões ou cidades globais (Marques, 2006, p.118).

Só considerando o evidenciado – políticas, territórios, pessoas e dimensão espacial na era da globalização, será possível operar a mudança preconizada, com ganhos substanciais para todos, tendo em conta o equilíbrio e a sustentabilidade dos territórios nacionais.

2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO/ESTADO DA ARTE

A contextualização do enquadramento teórico/estado da arte é uma tarefa essencial em qualquer processo de investigação, pois ele remete para o conhecimento daquilo que já se escreveu ou disse sobre o que estamos fazendo, contribuindo, desta forma, para os avanços de paradigmas e teses que estamos a apresentar.

2.1. O Alentejo e Penedos – causas e consequências do abandono do território

O trabalho colocou o seu enfoque num problema recorrente da sociedade portuguesa que urge encontrar soluções urgentes, como seja o abandono das aldeias e de todo o interior português, pondo em causa a identidade de parte do Portugal rural.

Sendo que volvido mais de meio século, as soluções para o problema ainda não foram encontradas.

Assim, na revisão da literatura efetuada foram apontados um conjunto de autores que ajudaram na construção deste processo de pesquisa. Uma vez que se trata de uma tese de investigação que segundo Hamilton Costa (Prefácio à segunda edição portuguesa) “... é uma atividade e uma instituição. Como atividade designa o processo de investigação que leva o investigador a produzir a obra científica. Como instituição é uma estrutura constituída por três elementos, o sujeito, o objeto e o meio” (Eco, 1988, p.7).

Para a elaboração deste trabalho de investigação foi necessário percorrer um longo caminho, não só no que diz respeito ao trabalho de campo, mas sobretudo, no que concerne à construção do objeto teórico e concetual e neste caso concreto, exigiu articular a tripla condição da instituição acima citada, de forma a chegar à obra científica ora concluída.

Face ao exposto, recorreu-se um conjunto de autores que se reporta aos estudos sobre a interioridade e abandono, em Portugal e no Alentejo, a terra, o quotidiano, a mudança, a organização social, o abandono do interior, a ruralidade, a identidade, a memória, o desenvolvimento, o desenvolvimento local, a participação, entre outros. Importou conhecer alguns aspetos concetuais, teses e teorias que contribuíram para a elaboração do trabalho em presença.

A comunidade estudada tem pouco mais de uma centena de habitantes e é mais homogénea que os grandes aglomerados populacionais, logo

pode ser apreendida por um só observador. Uma comunidade deste tipo é o laboratório ideal do antropólogo e do sociólogo, porque constitui um verdadeiro microcosmo, onde se podem estudar concomitantemente problemas de personalidade e cultura, problemas de interação social, relações entre economia e organização social, formas organização política, relações intergrupais, etc. (Dias, 1961, p.41).

Sendo a comunidade tão pequena e envelhecida que pode ser estudada por um só investigador, não dispensou a sua contextualização na região onde se insere, como a seguir se explicitará.

O Alentejo viu as suas gentes partir nos meados do século passado e, a partir de então, a *sangria* populacional tornou-se imparável. O desenvolvimento industrial

noutras zonas do País e a crise vivida na agricultura incentivaram o êxodo. Assim, o Alentejo “é a região com menor percentagem de jovens e a maior percentagem de idosos. Devido ao declínio da fecundidade, a evolução natural continuará a acentuar as mesmas características de 1980” (Nazareth, 1988, p.126).

Como se depreende, o Alentejo sofre as consequências do duplo envelhecimento populacional, isto é, os jovens e os idosos constituem em conjunto uma franja maioritária (sendo o grupo dos jovens significativamente menor que os idosos), cujo somatório é superior à população ativa e totalmente dependentes deste. Apesar desta situação de envelhecimento, os principais centros urbanos ainda registam alguma vitalidade. Contudo, apesar dos Censos de 2011, atestarem que dos catorze concelhos do Distrito de Beja, apenas Odemira apresenta sinais de crescimento populacional positivo. Portanto patenteia-se uma certa homogeneidade em torno do fenómeno do duplo envelhecimento.

O envelhecimento preocupa sociólogos, demógrafos, políticos e quase todos em geral, pois

para muitos é entendido como uma verdadeira ameaça ao futuro da sociedade: porque com ele, podem estar em causa, por exemplo, a “nossa” sobrevivência cultural, devido à imigração, a perpetuação futura da população, devido ao reduzido número de nascimentos, a produtividade económica, porque os mais velhos são menos produtivos, ou o pacto geracional de financiamento das pensões da reforma... (Rosa, 2012, p.80).

A autora questiona alguns aspetos relacionados com a evolução demográfica, refutando, que

o problema da sociedade portuguesa não é demográfico.... Poderá ser sociológico, ideológico ou talvez filosófico. E não se resolve com paliativos do tipo demográfico (pois, a população deverá continuar a envelhecer num futuro, pelo menos, próximo), ou com artifícios de outro tipo, como algum aumento da idade normal de reforma ou outra medida semelhante, os quais representam respostas, e não soluções para o que está a suceder. Assim, é preciso ter a noção de que a população continuará a envelhecer e perceber que o problema da sociedade portuguesa não é o do envelhecimento da sua população mas antes o da incapacidade de pensarmos de modo diferente perante uma estrutura populacional que tem outros contornos, porque envelhece (Rosa, 2012, p.80-81).

Ainda, seguindo o raciocínio da autora,

o principal problema da sociedade portuguesa, não é o futuro, é o passado. Estamos presos a modelos disfuncionais que herdámos, em que as lógicas da vida partidas em fases antagónicas, a defesa incondicional dos direitos adquiridos ou as barreiras de idade ou

nacionalidade no aproveitamento do conhecimento, em nada beneficiaram o sucesso da sociedade... Em síntese, o futuro da sociedade, face ao envelhecimento dependerá do modo como a programarmos. O mundo que nos espera, certamente com muito mais pessoas idosas, conseguirá ser produtivo, e feliz, se o pensarmos de novo, e com todos os intervenientes envolvidos, que são os indivíduos enquanto tal, independentemente do seu sexo, idade ou nacionalidade. O que apenas depende da capacidade de os homens, face ao envelhecimento demográfico, criarem uma sociedade mais inteligente (Rosa, 2012, p.83-84).

Contudo, e na ausência de políticas eficientes e eficazes que contrariem a tendência vigente, o Interior onde se inclui o Alentejo no cômputo geral do País, continua a sofrer todas as consequências, de uma forma abrupta deste duplo envelhecimento.

Como se pode verificar, os últimos decénios mostram

o progressivo despovoamento do mundo rural que levou ao abandono de lugares onde antes fermentou vida, conduziu ao desaparecer da parte essencial da memória da identidade Portuguesa. Os nossos dias viram morrer povoados que perduravam há séculos, assistiram ao arrastar de populações para a periferia suburbana, onde o sentimento de vizinhança e as suas solidariedades próprias se diluem, olharam, quase indiferentes o vazio do anonimato e do eremismo, (...). O caminho do desenvolvimento que revivifique essa parcela dormente do nosso país é um itinerário longo que partindo do conhecimento das causas e circunstâncias, desenvolva a estrutura microempresarial, ative os serviços de proximidade, cuide dos patrimónios construídos e ambientais (Carmina Cavaco, 1995, citado em Correia, 2005, p.11).

Esta situação, que contrasta profundamente com o período em que o Alentejo era uma terra de atração populacional e todos os que nele residiam eram poucos para o trabalho existente, sendo uma profunda sociedade agrícola manual, sem recurso a maquinaria. Então todo o trabalho requeria a força humana, pelo que vinham de outras partes do País, nomeadamente para as ceifas os algarvios, alguns do norte e os ratinhos que desciam da Beira Baixa,

que para a ganharia significavam uma coisa desprezível, ... Alheados de tudo o que os rodeia, com pensamento nas leiras, e na família que por lá deixaram, os ratinhos logo que chegavam aos Montes iniciavam os preparativos para a batalha da ceifa (Silva, 1939, p.174).

Se atendermos que o que se evidencia em J.M. Nazareth (1988), decorre de um estudo empreendido há 24 anos, vem provar que a perda da população continua em marcha em direção aos centros urbanos do litoral, “resultante da convergência da industrialização e do desenvolvimento dos serviços, nas áreas de povoamento

concentrado verifica-se um esvaziamento dos aglomerados sempre que não se observe a instalação de unidades industriais, ou mudança significativa na oferta de serviços.” (Nazareth, 1988, p.121).

Em traços gerais, o quadro do Portugal rural nas últimas décadas,

desde meados do séc. XX, os campos do País entraram num processo de mudança traduzível... numa perda demográfica, retração do uso dos solos e desenvolvimento da atividade turística. Por outro lado, por volta de 1960 as freguesias rurais de Portugal entraram num processo progressivo de perda demográfica que inverteu a tendência de crescimento contínuo que se vinha verificando desde os finais do Antigo Regime. Este decréscimo populacional deveu-se aos movimentos migratórios em direção as áreas mais industrializadas de Portugal, da Europa e dos Estados Unidos da América do Norte e à consequente emergência da diminuição da taxa de crescimento demográfico negativa em que o número de óbitos é superior aos nascimentos (Silva, 2008, p.6-7).

José Cutileiro, na sua obra *Ricos e Pobres no Alentejo* (1977), no seu trabalho de investigação desenvolvido no princípio dos anos setenta, em Monsaraz (Vila Velha, como lhe chama), constatou claramente o declínio,

em anos recentes (anos sessenta) a crescente industrialização dentro e na cintura industrial de Lisboa, assim como a necessidade de mão-de-obra barata em certos países da Europa Ocidental, atraíram grande número de trabalhadores rurais, até então mal pagos, o que se traduz num progressivo despovoamento (Cutileiro:1977, p.11).

A situação agudizou-se ainda mais quando Cutileiro visitou o lugar em 1975 e 1976, para atualizar o trabalho e observou que

mais famílias saíram para Lisboa e para a França. Mais trabalhadores deixaram o campo e foram para a fábrica. As jornas agrícolas subiram, mas os salários das fábricas subiram proporcionalmente mais. Os jovens, acabada a tropa que os desinseria da sociedade local tradicional, se não conseguiam emprego na fábrica (local), procuravam Lisboa e a sua cintura industrial. Trabalhar no campo continuava, para eles a ser a menos atraente e o mais baixo dos misteres (Cutileiro, 1977, p.405).

Algumas mudanças estavam a acontecer, sobretudo políticas, como o 25 Abril que haveriam de ter reflexos futuros ao nível da estrutura fundiária, com a Reforma Agrária, que apesar de durar apenas entre 1974 e 1976, marcou “o rumo do grande sonho milenário alentejano – o fim dos latifúndios, a entrega da terra ao povo... não foi uma conquista, mas uma outorga, enxertada sobre uma população para ela aliciada à pressa, que não tinha experiência política, nem sindical e que seguiu” (Cutileiro, 1977, p.405).

Cláudia Diogo (2010), no seu trabalho sobre *A Reforma Agrária em Idanha-a-Nova*, reporta-se a este fenómeno que a sociedade portuguesa assistiu após a revolução de Abril, que destituiu o sistema político, pondo em causa os valores do Estado Novo. Tal mudança veio colocar em dúvida a ideia de direito de propriedade individual, que perduravam desde o Antigo Regime no nosso País. Neste âmbito, a grande propriedade essencialmente a sul, sofre grandes alterações. Desta forma, a Reforma Agrária em Portugal provoca um sério golpe nas estruturas agrárias através da ocupação de propriedades no sul, visando a utilização dessas terras ocupadas por trabalhadores rurais, a constituição de unidades de produção, de natureza coletiva, pretendendo sedimentar novas relações económicas e sociais de produção e assim, derrubar o sistema latifundiário da posse da terra. Este “novo sistema baseado na gestão coletiva de trabalhadores, oferece uma maior segurança no emprego e melhores condições de vida ao proletariado rural, «por uma maior equidade social». (Afonso de Barros, 1979, citado em Diogo, 2010, p.1). A Reforma Agrária que aconteceu em Portugal nos pós 25 de Abril de 1974, “insere-se na noção de política agrária revolucionária, apresentada por Rolande Gadille” (Diogo, 2010, p.1)

Ainda com Cláudia Diogo, o Alentejo foi o expoente máximo deste fenómeno e palco de todas as ocorrências dado as características das suas estruturas agrárias. Era uma zona essencialmente rural, de monocultura de sequeiro, sem quaisquer indústrias, com grandes propriedades pertencentes a um número muito reduzido de proprietários, havendo uma grande massa populacional, cuja sobrevivência dependia deles, sobretudo, de trabalho sazonal. Logo,

a diferença social abissal entre o proprietário rico e o assalariado pobre, assim como o historial de injustiças e repressões que o proletariado do sul sofreu durante muitas décadas, propícia, com a Revolução de Abril um movimento social que ganha expressão e reclama uma mudança no sistema de propriedade e no sistema vigente (Diogo, 2010, p.17).

Como se depreenderá o assunto revestia-se de particular interesse. Daí, ter sido objeto de estudo para alguns investigadores, como denota a autora em referência (2010), são exemplos Constantino Piçarra, em *As Ocupações de Terra no Distrito de Beja no Pós 25 de Abril de 74* (2000), fez uma análise à sociedade rural neste distrito alentejano, tendo em conta as ocupações das terras em função da informação dos sindicatos agrícolas. Inês Fonseca no trabalho sobre os *Aivados* (2006), retratou a resistência desta população que se viu privada da sua propriedade comunitária pela usurpação de parcelas

por dois grandes proprietários, que após o 25 de Abril recuperou a terra para a aldeia comunitária do concelho de Castro Verde. Também Margarida Fernandes no seu estudo *Terra de Catarina: do latifúndio à Reforma Agrária. Ocupação de Terras e relações sociais em Baleizão* (2006), descreve o caso desta aldeia, no concelho de Beja que viveu todo o processo da Reforma Agrária ou seja, está aqui presente a perspetiva local.

Ainda neste âmbito, Nancy Bermeo na sua publicação *The Revolution Within The Revolution: workers control in rural Portugal* (1986) aborda o concelho de Portel, no distrito de Évora, umas das zonas onde houve mais ocupações de terras, analisa a cultura política dos intervenientes no processo da Reforma Agrária e o modo de auto gestão das novas unidades de produção. Maria Antónia Pires de Almeida na sua tese de doutoramento *A Reforma Agrária em Avis: Elites em mudança num concelho Alentejano* (2007), aponta a ação do Partido Comunista Português e dos sindicatos de trabalhadores agrícolas, “num quadro marcado pela falta de consciência social dos trabalhadores rurais, como fundamental para haver movimento de ocupação de terras, assim como a criação de novas unidades de produção” (Almeida, 2007, citada em Diogo, 2010, p.4). Afonso de Barros, no seu trabalho de doutoramento, *Do Latifundismo à Reforma Agrária: o caso de uma freguesia do Baixo Alentejo* (1986), estuda “o panorama social e económico que precede a Reforma Agrária até ao desenvolvimento das novas unidades de produção que sucederam ao latifúndio, na aldeia de Albernoa, no concelho de Beja” (citado em Diogo, 2010, p.4). Para além destes investigadores, há um outro, sobre o qual a seguir nos debruçámos.

António Barreto que viveu o período revolucionário na qualidade de ministro da agricultura e na sua obra sobre *a Memória da Reforma Agrária*, diz-nos que “esta viveu imediatamente das circunstâncias favoráveis e conjunturas excecionais: a revolta militar e a revolução política de 1974” (Barreto, n.d., p.13).

Na presente obra, enquanto sociólogo, Barreto estudou

alguns dos mais importantes tipos sociais da agricultura alentejana: os rendeiros, os assalariados rurais e os proprietários” (Barreto, s.d., p.5). Os rendeiros (pequenos e médios agricultores), lutam por ser empresários, mas sofrem por não ter mais fácil acesso à terra, a revolução não foi generosa com eles. Quanto aos assalariados (...) estes homens tentaram lutar pela sua sobrevivência, pelo seu bem-estar, fazendo valer o que de melhor tinham: o seu trabalho. Os proprietários situam-se do «outro lado» da reforma agrária. Latifundiários para uns, empresários para outros, donos da terra para todos. Nenhuma reforma agrária

jamais se fez sem os atingir, parcial, ou totalmente, justa ou injustamente (Barreto, n.d., p.18-19).

Para além de todos estes aspetos, convém referir que o País rural e o povo alentejano em particular, eram profundamente desprovidos de escolaridade, o que terá causado algumas convulsões e problemas. No entanto, apesar da ténue experiência da Reforma Agrária restou daí, um pouco do movimento associativo, traduzido nas cooperativas, que ainda tiveram algum impacto no modo de vida das populações rurais cooperantes.

Ainda que a Reforma Agrária tenha contribuído para um certo retorno ao Alentejo, não foi suficiente para estancar a *sangria* populacional no Alentejo. Juntando-se a este aspeto a continuidade da crise agrícola e a crescente deslocalização de mão de obra para a indústria e serviços nos grandes centros urbanos do Litoral, onde as expetativas de melhores condições de vida aumentam exponencialmente, contribuindo decisivamente para o despovoamento de uma parte significativa dos territórios rurais alentejanos.

Todavia, o Alentejo nem sempre fora um território de abandono, onde as questões identitárias da ruralidade portuguesa podem estar em perigo. Houve um longo período que marcou profundamente a terra e as gentes e que as vai projetar ao ritmo dos tempos e que a História irá permitir.

Recuemos ao final do século XIX início do século XX. José Maria Parreira Corte Real, José da Silva Picão, J. A Capela e Silva, José Leite de Vasconcelos, Orlando Ribeiro, Jorge Dias, José Cutileiro, escreveram sobre o País e o Alentejo, em particular, histórias de gente com vida, Apesar da dificuldade, a memória não corria o risco de desaparecer.

J. A. Capela e Silva, em *Ganharias* (1939), à semelhança de Picão, escolhe o Alto Alentejo, aldeias do concelho de Elvas, nesta obra relata as suas experiências de vida em todos os aspetos. Começa por descrever o trabalho dos homens e das mulheres, as sementeiras, as mondas, a ceifa, a debulha, as vinhas, as touradas e festas de aldeia, a organização social de uma comunidade rural, a aldeia de Santa Eulália, no concelho de Elvas.

A título de exemplo, traça uma característica do perfil da mulher alentejana que “tem a inverada preocupação de asseio, preocupação que nalguns casos constitui uma espécie de doença crónica. Por isso quando há festa na aldeia, as mulheres não descansam enquanto não asseiam a casa” (Silva, 1989, p.196). Mostra-nos claramente ao papel da mulher no lar, sem descurar a sua participação nos trabalhos do campo, porque este é o espaço quase exclusivo dos homens.

No que concerne ainda, à questão do género, Carla Queirós (2008), caracteriza a família alentejana (Alto Alentejo), que em traços gerais é transversal a todo o território alentejano, designadamente:

na classe dos trabalhadores a diferença sexual era visível desde logo na organização familiar, isto é, os homens eram responsáveis pelo sustento e as mulheres pela sua administração. A mulher desempenha um papel ambíguo nesta sociedade tradicional na medida em que manifestava total subserviência ao marido perante a sociedade exterior, mas assumia o controlo e autoridade no seu reduto familiar. Com o casamento adquiria um estatuto proeminente, totalmente oposto aquele que lhe era conferido enquanto solteira na cas dos seus pais. Uma vez casada, a mulher tornava-se totalmente responsável pela administração do lar, quer no desempenho das lides domésticas, na criação dos filhos, na resolução das questões inerentes ao governo da casa, mas também na contribuição para o orçamento familiar dado que executava periodicamente algumas atividades agrícolas, de onde auferia alguns rendimentos complementares à economia familiar (Queirós, 2008, p.2).

Das atividades do campo, destacam-se algumas que ocupavam sazonalmente algumas mulheres sobretudo as mais desfavorecidas,

os apanhos da azeitona, e da bolota, a espalhação de estrumes e adubos, as mondas, as sachas e colheitas de legumes, a renovação de pedras miúdas e as ceifas de somenos importância não contratadas pelos ratinhos...” (Picão, citado em Queirós, 2008, p.8). Estas mulheres trabalhavam arduamente porque “nas sociedades rurais tradicionais o modelo de família alargada predominava, sendo que as mães dedicavam todos os cuidados e atenção aos filhos, sobretudo nos primeiros anos de vida (Queirós, 2008, p.5).

Quanto aos homens eles ocupavam-se o ano inteiro nas lides do campo,

desde as sementeiras, lavouras, gradagens, debulhas e acarretos e outros de menor importância eram efetuados pelos homens nos longos períodos que passavam nas herdades, longe das casas e das famílias e alheios aos problemas domésticos e aos acontecimentos sociais que na sua ausência gravitavam nas aldeias e de que apenas os homens tomavam conhecimento quando regressados desses longos períodos de afastamento (Queirós, 2008, p.14).

No decurso da obra, os autores distinguem claramente os homens, as mulheres, as crianças no trabalho e na vida, a estratificação social, a religião, o casamento, a morte, os estranhos, os ricos, os pobres, enfim tudo o que identifica uma comunidade. Sem esquecer de aludir às modas alentejanas - *O arado para eu lavrar. Na sementeira que vem. Trove-o de S. Mateus. Comprou-me lá o meu bem.* (Capela, 1939, p.19) que ajudavam nas tarefas árduas que decorriam na Ganharia, porque esta

identifica-se com a misteriosa planície, e o seu sentimentalismo arrastado na essência rústica que se desprende dos seus cantares, enche a aldeia de raro perfume e beleza. E o trunfo do pão revela-se em luz, e em cantares, e em religiosidade, em louvor do São Mateus (Capela, 1939, p.17).

Na sequência do elogio ao campo, José Maria Corte Real, na sua obra *Senhores da Terra - Diário de um Agricultor Alentejano (1832-1889)*, que viveu e escreveu no séc. XIX, estudado e coordenado por Ana Cardoso de Matos, M.C. Andrade Martins e M.L. Bettencourt em 1982, trata essencialmente aspetos ligados ao agricultor, o pai de família, a ligação entre o homem e a terra, as categorias de agricultores, as relações de parentesco e de poder, os instrumentos que rasgavam a terra, o como e quando faziam.

A partir desta obra ficamos a conhecer o modo de vida das populações rurais alentejanas do século XIX, não só a burguesia rural como também as restantes classes sociais que com ela se relacionavam. Neste Diário, da parte do agricultor há uma vontade de modernizar a agricultura, contudo, tinha que contar com a lentidão das mudanças que a mentalidade da altura pressupunha.

Era um agricultor moderno e em 1878 sai de Serpa, a sua terra com destino à feira de agricultura de Paris dizendo que “foi a minha primeira viagem ao estrangeiro, de que gostei muito, aprendi muito e gastei relativamente pouco dinheiro, pois só sacara em Paris duas letras de mil francos.” (Matos, Martins e Bettencourt, 1982, p.402). Havia no homem alentejano a vontade de empreender, mas também o sentido de gestão financeira.

Com a evolução dos tempos

a instalação da mecanização no Alentejo veio provocar a queda do mundo rural e com ela, o desaparecimento da sociedade tradicional nas suas especificidades e particularidades. A sociedade alentejana enveredou por outros domínios, não compatíveis com o modo de vida rural que caracterizou aquela até cerca dos meados do século XX. Atualmente as aldeias alentejanas são conjuntos despovoados de casas rasas, de uma brancura singular que

escondem no seu interior personagens ainda representantes desse período da vida simples e humilde. Hoje algumas dessas pessoas recordam com saudades os tempos em que não conheciam outra vida senão a do campo e ainda assim se consideravam felizes. Outro, preferem esquecer e não falar, porque acreditam que a modernidade os desvalorizou e os ofende na sua condição de “campónios”. A verdade é que não tarda muito desaparece esta geração com quem ainda hoje podemos aprender e compreender o passado e as nossas raízes (Matos, Martins e Bettencourt, 1982, pp.14-15).

Após esta breve incursão aos registos da memória de um passado ainda recente e ao voltarmos à realidade atual, verificamos que a par deste abandono rural populacional, há consequências irreparáveis que importa reter. Pois se as pessoas desaparecem, desaparecendo consigo um manancial histórico de vivências geracionais que não se encontram fora do grupo de pertença. Deste modo, e de acordo com Inês Fonseca há um registo que não se deve deixar de considerar. Na sua obra sobre identidade e memória de Aljustrel, refere-se:

de maneira plástica a identidade torna-se identificação, já não um estado, mas um processo, em que os atos de memória assentam numa maturidade de coisas e de locais conjugada com uma evanescência que ganhe perenidade pelas vias da linha do parentesco, da vizinhança, da amizade e da camaradagem. Se determinado acontecimento é recordado porque inserido na teia chegada das redes de vizinhos – e atentemos ao carácter de vizinhança no sul que, como mostrou José Cutileiro no caso da Vila Velha, é claramente delimitado pela classe social de pertença, não reenviando para uma proximidade geográfica. (Fonseca, 2005, p.11).

É fácil de perceber que a identidade dura e perdura enquanto as pessoas coabitarem os espaços que construíram. Contrariamente, perde-se a identidade. Veja-se o caso da aldeia de Vilarinho da Furna que Jorge Dias estudou de uma forma efusivamente antropológica e etnográfica, (acrescentamos etnossociológica), restando apenas alguns fragmentos desses modos de vida dispersos pela serra do Gerês, que dificilmente perdurarão no tempo se os registos não se apressarem a uma efetiva radiografia virtual, e apenas isso resistirá ao tempo.

Convém referir que numa comunidade rural como Penedos, onde escasseiam os documentos escritos sobre a História local, não restou outro caminho que não fosse

apelar para as tradições orais e para a memória dos velhos. É claro que estas fontes não nos dão cronologia exata, ou então não vão além das dezenas de anos de vida humana, mas mesmo assim podem ter imenso interesse. No caso de Rio de Onor aproveitei-me de documentos escritos, quando os havia e, onde faltavam, recorri à memória dos homens ou confrontei as duas fontes (Dias, 1961, p.54).

Pois, esta foi uma das regras seguidas na qualidade de investigadores de terreno.

Todavia, convém registar que a aldeia se situa num território pouco favorável ao dinamismo em sentido lato, isto é,

apresenta um posicionamento desfavorável no que respeita ao nível de rendimento, do poder de compra, do emprego, da produtividade. Estes fenómenos, aliados a um duplo envelhecimento demográfico tornam esta região (território) uma região de risco, onde o despovoamento, a desertificação e a falta de atratividade e competitividade pode colocar em perigo a construção de futuros e agravar a tendência de afastamento relativamente ao todo nacional (Pereira, Pacheco, Valente e Vaz, 2006, p.10).

Em função do que se refere acima, existem algumas assimetrias (diferenças) no nosso País, sobretudo, a mais marcante verifica-se entre o Litoral e o Interior. Sendo que neste último caso, as dificuldades para as populações ainda existentes são bem evidentes na maior parte dos territórios do Interior. Portanto, sob pena de desaparecer a identidade territórios, a par de outras apostas em sentido global, há que insistir

na cultura e valores que caracterizam uma comunidade e permitem afirmar a sua identidade que caracterizam a uma comunidade. Nesse sentido, são esses valores enraizados na cultura que orientam o desenvolvimento. Uma vez que são esses valores determinam a identidade cultural, é necessário lutar contra a sua homogeneização cultural, fruto da internacionalização da economia e da influência de culturas dominantes de países desenvolvidos (Pereira, Segão e Saramago, 2001, pp.76-77).

É difícil atingir a pretensão enunciada atrás, todavia, tem sido feito um esforço, sobretudo pelos parceiros locais, entendidos pelas autarquias: Municípios e Freguesias associações culturais, desportivas, recreativas e de desenvolvimento local, que insistentemente se preocupam em desenvolver um conjunto de atividades promocionais dos seus territórios.

Esta tentativa de preservação da sua identidade “pode encontrar-se associada à atividade da economia local, uma vez que a comercialização dos produtos locais (e outros eventos), apoiando-se na sua imagem de qualidade, pode por (põe) em evidência o seu património cultural, os seus produtos e os seus saberes” (Pereira, Segão e Saramago, 2001, p.77).

Deste modo, e segundo os autores citados “o desenvolvimento local é fator de preservação e de reforço da identidade cultural, ao mesmo tempo que é fator de desenvolvimento económico e social” (Pereira, Segão e Saramago, 2001, p.77). Inferimos então que há provas e caminhos capazes de conduzir ao bem-estar e melhoria das condições de vida das populações das comunidades locais, de modo a preservar a

sua identidade, através do desenvolvimento local, feito para todos, porque também deve ser pensado por todos.

Após esta breve exposição acerca do abandono populacional (com uma incursão na época em que o Alentejo era um território de atração) do Interior Português, do Alentejo e de Penedos em particular, tentamos ainda que forma sumária apresentar as causas e consequências deste fenómeno que teima em persistir, depois de ter surgido há mais de meio século. Constituem causas diretas do abandono a necessidade de sair destas terras, porque o crescimento (lamentavelmente não podemos aqui falar de desenvolvimento, porque esse efetivamente ainda não aconteceu) do País não tem acontecido da mesma forma, isto é, tem apresentado uma profunda assimetria Interior/Litoral, concentrando-se todas as oportunidades no Litoral e cabendo ao Interior o vazio e o nada.

O nada evocado, traduz-se na inexistência de oportunidades de emprego, porque não há empresários interessados em investir num espaço vasto de idosos, ausência de serviços – hospitais, serviços de apoio às populações, como a segurança, transportes, entre outros. Eis que as consequências não se fizeram esperar, só ficaram os que não conseguiram partir, apesar de algumas tentativas a seguir ao 25 de Abril, com a Reforma Agrária, ninguém quer ficar num lugar sem abrigos, ou seja, os sucessivos governos desde a instauração da democracia, pouco ou nada fizeram para contrariar esta tendência de abandono populacional. Hoje só parece haver um caminho, a partir de políticas de ordenamento e desenvolvimento que visem restabelecer o equilíbrio entre o Litoral e o Interior, por forma a que este vasto espaço de Portugal possa antes de estar irremediavelmente perdido, contribuir para a afirmação de um País que se pretende próspero e desenvolvido.

2.2. Identidade e participação

Nenhum processo de desenvolvimento local ganhará estatuto de eficácia, se não se articular com a identidade e participação dos atores territorializados. Desta forma, estudamos a relação existente entre os conceitos de identidade e participação pública, condição essencial para perceber o desenvolvimento e a necessidade que nos assiste de querer preservar a identidade de uma comunidade rural em risco. Para o efeito, recorreremos a um conjunto de autores que se debruçaram sobre a temática em estudo.

Segundo Alda Mourão e Sylvia Cavalcante (2006), ao analisarem o pensamento de Fisher (1981), verificaram que este evidencia uma relação entre homem e meio, pois o indivíduo age sobre este, modifica-o e nesse processo vai deixando impregnado as suas marcas e sendo obviamente marcado por ele. Isto acontece na medida em que as transformações ocorridas no meio pelo homem, resultam de necessidades subjetivas, de emoções, de expectativas, que fazem parte da história pessoal do indivíduo.

Os autores focalizam-se também nas reflexões de Pol (1996), que perentoriamente refere que a criação e o surgimento de um universo de significados que constituem a cultura e a relação com o sujeito que através dos tempos transformam um universo vazio em lugar significativo, é o que se chama de apropriação “onde o sujeito sente que de alguma forma está ligado ao lugar, e que este lhe pertence, mesmo que dele não tenha a posse legal. A relação vem a ser recíproca, pois ele também pertence ao lugar” (Mourão e Cavalcante, 2006, pp.144-145). Esta apropriação em interação com o espaço, constitui-se como um mecanismo que possibilita ao indivíduo sentir que tem um domínio de um espaço que podendo construir nele alguma coisa com a qual se identifica.

Os indivíduos buscam incessantemente uma segurança através de um lugar ao qual se encontram ligados, logo “as pessoas, individualmente ou de forma coletiva, necessitam identificar territórios como próprios, para construir uma personalidade, estruturar as suas cognições e relações sociais. e ao mesmo tempo suprir as suas necessidades de pertença e de identificação” (Mourão e Cavalcante, 2006, pp.145). Este processo de pertença a um lugar, tem a ver com a familiaridade que as pessoas vão adquirindo ao longo da sua história, podendo dizer-se que até constitui um elemento formador de identidades.

Num documento produzido pela Comissão de Coordenação Norte, na altura das comemorações do 40º aniversário desta entidade desconcentrada do Estado, sob coordenação do seu presidente Carlos Lajes e compilação de João de Melo, citando José Gil (2009) constatou que a

a crise atual vai assim tocar num aspeto da nossa vida que, aparentemente, nada tem a ver com ela: o sentimento da identidade (individual e nacional). Até agora, vivíamos recolhidos em nós, protegendo-nos ainda do choque com um ‘fora’ que não para de nos invadir – a União Europeia. Apesar das perdas, aqui e ali, de soberania, o ganho da adesão à EU foi sentido como largamente positivo pela população. Tanto mais que essas perdas

não destruíram o nosso ‘cantinho’ familiar, a nossa maneira de viver, a nossa intimidade, quer dizer o modo como gostamos e nos detestamos a nós mesmos, aos outros e ao nosso país (Lajes, n.d., p. 14).

Ainda acompanhando o discurso de Carlos Lajes, a Europa continua a estar «*lá fora*», o que preserva o nosso «*dentro*». Tendo o nosso território sido abalado pela globalização, para além da Europa... Ser português parece que já não protege. A vacina identitária que nos manteve imunes às doenças do mundo por tantas décadas acaba de falhar, com esta crise que nos caiu em cima. Ora, talvez pela dificuldade de controlar o lugar que é grande de mais para ser sentido, que pode por em causa a União Europeia, porque os cidadãos não se identificam, não sentem, não têm emocionalmente uma ligação de afetos e sentimentos, em suma não sentem que pertencem a um território, que consideram não lhe pertencer, talvez pelo facto de terem participado muito pouco na sua construção.

João Carlos de Freitas Borges e Idelmar Gomes Cavalcante Júnior (n.d.), no seu artigo sobre *Território, Identidade e Memória*, aludem a alguns autores no que concerne à construção da identidade territorial, Bossé (2004) e Haesbaert (1999) são elucidativos. Para o primeiro, o território identitário não se resume apenas ao ritual e ao simbólico, é também o local de práticas ativas e atuais, por intermédio das quais se afirmam e vivem as várias. Já para Haesbaert a identidade territorial é uma identidade social definida fundamentalmente por via do território, ou seja, dentro de uma relação de apropriação que se dá tanto no campo das ideias como no da realidade concreta. Acrescenta também que “as identidades só são territoriais quando a sua estruturação depende da apropriação simbólica no/com o território” (Haesbaert, 1999, p.179). Logo, a construção das identidades territoriais tem duas dimensões, uma inserida na memória coletiva, construída ao redor do passado para confirmar uma diferenciação e construir, com maior sucesso, uma identidade. A outra inserida nos referenciais espaciais, tanto do passado como do presente que podem ter várias origens (Haesbaert, 2007). A identidade territorial é construída a partir do reconhecimento de alguma origem comum, ou de características que são partilhadas com outros grupos ou pessoas, ou ainda, com base num mesmo ideal (Dealtry, 2002).

Infere-se então, um outro conceito associado à identidade, que António Pedro Marques, chama sentimento de pertença, traduzido

num conjunto de direitos, deveres e garantias, ou seja, um conjunto de diferenças que são reconhecidas por aqueles que pertencem a uma comunidade, em relação aqueles que lhe são estranhos. (...). No entanto, é de realçar o facto de que esta pertença não é feita em termos de dependências, sendo definida em termos de direitos. Esta consciência de pertença caracteriza-se por possuir aspetos complementares entre si a consciência de ser cidadão e a consciência de pertença a uma comunidade (2006, pp.141-142).

O autor explicita que no primeiro caso, ele emergiu com a Revolução Francesa, já no segundo aspeto, esta consciência de pertença a uma comunidade não se opõe à limitação do poder, pois, torna-se complementar, uma vez que os indivíduos e as coletividades detêm autonomia de gestão para além de deterem personalidade coletiva.

O tema em apreço, da identidade social, tem vindo a ser explorado pelas Ciências Sociais e sobretudo pela Sociologia, porque como facto social

se tem vindo a desenvolver em todas as partes do mundo e em quase todos os setores da vida social, revelando-se através das reivindicações e de movimentos sociais, de caráter nacional, regional ou local, ou étnico-cultural, que reivindicam a defesa de uma identidade, independente da sua natureza coletiva ou individual (Marques, 2006, p.42).

Esta questão de pertinente índole sociológico, tem como ponto de partida “o apelo à identidade é um apelo a uma definição não social de ator social” (Tourraine, 1996, citado em Marques, 2006, p.142). Para o autor, o ator é definido pelo conjunto de relações sociais produzidas no meio onde se insere. Percebe-se ainda que esta comunidade societária deve ser entendida numa relação entre uma ordem normativa por um lado, e por outro, através de um agrupamento populacional que se organiza coletivamente.

Assim, “no aspeto normativo, encontram-se as normas e os valores”. Os valores devem ser entendidos como os elementos primários que servem de ligação entre sistema cultural e o social ao mesmo tempo que são os responsáveis pela regulação e manutenção dos padrões caracterizadores de um sistema social. As normas, que são basicamente integradores, possuem um caráter fundamentalmente social, podendo evoluir para o “sistema legal nas sociedades mais desenvolvidas” (Marques, 2006, p.144).

O sociólogo originário de Castilla la Mancha, Manuel Castells (2002), citado em Marques (2006), acha que as estruturas sociais que surgem nos domínios da atividade e experiência humana levam a concluir que as funções e os processos dominantes na era da informação estão cada vez mais organizados em torno de redes de comunicação.

Revela-nos ainda que estes processos de transformação social, sintetizados no tipo ideal de sociedade em rede vão ultrapassar a esfera das relações sociais e as técnicas de produção, tendo implicações profundas sobretudo na cultura e no poder.

Neste sentido,

a liderança personalizada e a formação da imagem é a forma de poder, independentemente do tipo de atores políticos e das preferências, estando presentes no jogo do Poder praticado através dos média. A identidade consistiria, assim, num processo de construção do significado, baseado num atributo cultural ou num conjunto de atributos culturais que se mostram interrelacionados, e que vão prevalecer de forma duradoura sobre outro conjunto de significados, podendo o indivíduo ou o ator assumir identidades múltiplas (Marques, 2006, p.145).

A este propósito ainda, Maria Santos no seu artigo intitulado “*Saberes culturais, memória e identidade social em tempos de modernidade*” (2005), no subcapítulo sobre: “*entre a cultura e a barbárie*”, considera que a memória não é coisa do passado, trata-se de um fenómeno que encerra em si um sentimento de coerência, quer seja processado individualmente, quer seja em grupo em reconstrução em si, torna-se um fator essencial para entender o sentimento de identidade.

Para Pollack, referido em Santos (2005), a identidade constitui uma imagem que o indivíduo adquire ao longo da sua vida, relativamente a ela própria, isto é, o que ela mostra a si e aos outros, o que ela acredita de si e também dos outros, tendo a ver com a sua imagem, as suas crenças. Deste modo

na construção da identidade, para ele, há uma necessidade de negociação e é um fenómeno que se produz em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade e credibilidade. A construção da memória e identidade social estabelece-se por conflitos sociais e intergrupais e em conflitos que opõem grupos políticos diversos (Santos, 2005, p.4).

Em síntese e com o contributo dos autores acima expostos, podemos afirmar que a identidade se baseia numa fonte de significados e experiência de um povo, tendo em conta os atributos culturais relacionados que prevalecem acima das outras fontes. Alertam-nos para o facto, de não a confundir com os papéis sociais, sendo estes responsáveis pela determinação de funções, ao passo que a identidade é responsável pela organização dos significados.

Depreende-se do que se evidencia atrás, que a identidade, organiza os significados, os quais, repercutem a memória do povo que a representa e projeta, o que

“significa dizer que o passado transforma-se em uma narrativa não fixa e permeável pelos interesses do presente, pois, ao “reconstruirmos o passado de um povo, esquecemos e lembramo-nos dos factos, informações e interpretações que nos interessam para reafirmar uma identidade” (Dealtry, 2002, citado em Júnior, Gomes e Freitas, n.d., pp.:4-5).

Ainda em conformidade com autores citados Borge e Júnior (n.d.) verifica-se uma relação direta e explícita entre a construção da memória e a construção da identidade, como evidenciam os trabalhos consolidados de escritores como Le Goff (2003), Pollak (1989), Oliven (2006) e Souza (2007). Em traços gerais, a memória é o elemento legitimador da identidade. A memória, mais do que simples arquivo classificatório de informação a reinventar o passado, é um referencial orientador na construção de identidades. História e memória caminham juntas na construção da identidade.

Referem aqueles autores que para Pollak (1992), a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, “na medida em que ela é também um fator importante do sentimento de continuidade e de coerência do grupo em sua reconstrução em si” (p.204). Também relevam, em Halbwachs (2006 [1950]), a memória não é só um fenómeno de interiorização individual, mas uma construção social e um fenómeno coletivo. A memória coletiva está o tempo todo beneficiando da memória individual, mas não basta que os outros “nos apresentem seus testemunhos” é preciso que concordemos com “as memórias deles e que haja muitos pontos de contacto entre uma e as outras para que a lembrança que nos ajudem recordar venha a ser reconstruída sobre uma base comum” (Halbwachs, 2006, p.39).

A discussão acerca da memória individual e coletiva tem como precursor as reflexões do sociólogo francês Maurice Halbwachs.

Ele inicia os estudos sobre memória na década de 1920 com a publicação da obra “Os Contextos Sociais da Memória”, em 1925, e, em 1950 é publicada a obra póstuma Memória Coletiva. Venha reforçar e completar a nossa”, pois é preciso que “as lembranças desses grupos não deixem de ter alguma relação com os acontecimentos que constituem meu passado (Halbwachs, 2006, p.98).

Halbwachs traz uma importante contribuição para a discussão das identidades territoriais. Primeiramente, porque enfatiza a relação entre memória e lugar:

não há memória coletiva que não se desenvolva num quadro espacial”. Em seguida, porque enfatiza também que existe um dinamismo nas memórias coletivas. Elas estão sempre se modificando e se definindo. Transformando-se de acordo com a inserção dos indivíduos com outros grupos sociais. Pollak (1992) traz outra importante contribuição na discussão da memória, que é a relação entre identidade e memória, na qual se destacam as fronteiras de pertencimento e o sentimento de coerência. Pollak (1992) elenca três elementos constitutivos da identidade: os “acontecimentos”, as “pessoas e personagens” e os “lugares” da memória (Halbwachs, 2006, pp.5-6).

Se o objeto de estudo versou sobre a aldeia de Penedos que é uma comunidade, então e de acordo com Inês Fonseca,

este conceito (de comunidade) surge nas ciências sociais (a primeira discussão sobre o assunto foi introduzida por Ferdinand Tonnies, na sua obra *Gemeinschaft und Gesellschaft*, publicada em 1887), para designar um tipo de formação social cujos indivíduos a ela pertencentes estabelecem relações diretas (face a face), relações essas marcadas pela partilha de valores comuns e por uma certa homogeneidade ou traço distintivo. (2007, p.30).

Para Inês Fonseca, na obra em análise, discorre ainda acerca de uma comunidade pode ser entendida inicialmente por um elemento concreto (com existência objetiva) que se refere a um grupo de pessoas concentrando e ocupando um mesmo espaço/local. A este fator espacial, adensam-se elementos que podem variar com as dimensões do território ocupado (sendo a dimensão do grupo, em traços gerais, aquela que permite a existência de relações diretas entre todos os que o compõem) ou com frequência das relações sociais estabelecidas. É a partir daqui que a comunidade se organiza e estabelece a sua existência. A sua definição,

inclui assim dois sentidos: por um lado, trata-se de um grupo territorial de pessoas com um modo de vida comum, o que permite aos investigadores criarem uma realidade concreta coincidente com os seus objetos de estudo (ao facilitar o recorde de um segmento da realidade com alguma unidade que facilita a observação), por outro lado, a sua existência implica um sentimento de pertença por parte dos indivíduos (Fonseca, 2007, p.30).

Neste sentido e de acordo com Tonies (1973),

nas relações comunitárias prevalece a confiança e a intimidade, fazendo com que um se sinta próximo do outro como um organismo vivo, sendo a essência da comunidade. A vida real, com a predominância do sentimento de pertencimento a um grupo, «o nós», como parte integrante dessa relação se torna uma das características fundamentais na formação de uma comunidade. As relações de interação levam conseqüentemente a uma associação dos seus membros que pode ser compreendida como a vida real, uma das essências da comunidade (citado em Castilho, Arenhardt e Le Bourlegat, 2009, p.162).

Desta forma, a comunidade em estudo pode “ser ainda o lugar em que as pessoas estão ligadas pela identidade de pertencimento, ou por atividades úteis ao desenvolvimento económico, social e cultural da coletividade” (citado em Castilho, Arenhardt e Le Bourlegat, 2009, p.164). Independentemente da sua dimensão, pois “*o território existe em todas as escalas, tanto no significado da rua quanto no bairro ou comunidade* (Arenhardt e Le Bourlegat, 2009, p.165).

Para além dos aspetos que ajudam a captar a formação e fundamentação da identidade (e da sua articulação com a memória), há que considerar um outro elemento concetual, de natureza voluntária e autónoma,

a participação dos atores locais assume contornos de concretização a partir do momento em que estes se envolvem na resolução dos seus próprios problemas e na concretização de objetivos comuns, e que só serão alcançados através da formação e da consolidação das comunidades de interesses (Henriques 1990, citado em Marques, 2006, p.149).

Explicita ainda Marques que a participação é uma clara alternativa à exclusão, ultrapassando ainda a mera e redutora recolha de opiniões individuais.

O processo de participação par que decorra em pleno, poderá pressupor a existência de um conjunto de processos de informação e de formação para a participação, em que os líderes naturais e população em geral constituem os seus destinatários. Também a animação das comunidades de interesse se mostra crucial para o seu êxito (Henriques 1990, citado em Marques, 2006, p.150).

Assim, e na sequência do pensamento de António Marques, a participação poderá aparecer sob dois aspetos: um primeiro associado ao poder instituído, nas diferentes escalas do território, podendo mesmo apresentar algumas contradições entre si; no segundo caso a participação pode ser totalmente contrária nos seus aspetos organizativos e expressivos de interesses.

Sobretudo em épocas de crise como a que atravessámos, é expetável que a retoma económica não se baseie nos modelos anteriores, mas sim em novas metodologias paradigmáticas que ajudem a resolver os problemas, que afetam de uma forma abrupta sobretudo os territórios do interior, onde a mobilização das pessoas e do que elas representam é fulcral. Assim,

torna-se necessário que o desenvolvimento de iniciativa local, seja orientado para a invenção de novos mecanismos de regulação, uma vez que o sistema instituído não conseguiu produzir as soluções adequadas. Deste processo de procura de soluções podem surgir, entre outros, os incentivos à criação de novas empresas, o estímulo à criação de

projetos empresariais inovadores e multiplicação de ações tendentes a revitalizar e a dinamizar socioeconómicos locais (Henriques 1990, citado em Marques, 2006, p.150).

A este propósito refere-se José Arocena (1986), “esta capacidade de iniciativa emerge de um contexto de crise e faz apelo à larga mobilidade dos atores locais. O efeito sobre o desenvolvimento das sociedades locais é múltiplo” (citado em Marques, 2006, p.150). Estando em causa a necessidade urgente das populações se agregarem e ajudarem na criação de empregos que aumentem o volume das atividades com efeitos multiplicadores de rendimento e sustentabilidade.

Para melhor entender esta problemática, sobretudo numa altura em que a crise mundial afeta tudo e todos, é preciso reagir e essa reação não passa só pelo poder que vem de cima, torna-se e necessário levar os atores locais a participarem nos processos que incidem sobre as suas vidas. Neste contexto, importa apontar que a participação e as identidades regionais devem assumir um papel preponderante, assim nos indica Pedro Bandeira (2002, p.29) ao refletir sobre a

participação, articulação e atores sociais e desenvolvimento regional onde a participação dos diferentes segmentos da sociedade na discussão dos problemas locais, também é funcional para a consolidação de uma identidade regional, entendida como o sentimento compartilhado de pertinência a uma comunidade territorialmente localizada. A existência dessa identidade é condição essencial para que um determinado território possa, de forma significativa e não arbitrária, ser denominada de região.

O autor acima, fala-nos ainda, que tanto a identidade regional, como o capital social, não podem ser entendidos como algo que existe simplesmente no território, como resultado de um conjunto de fatores e circunstâncias, mas sim como qualquer feito que resulta da construção histórica. Surgindo como resultado de processos políticos, culturais e sociais, que contribuem para que os habitantes de um qualquer território possam consolidar a sua perceção de facto e que mesmo havendo diferenças, possam apresentar elementos de afinidades e interesses conjuntos. Portanto, qualquer território sem identidade, não poderá ser considerado como um verdadeiro ente social.

Neste registo em análise, Boisier (1995) alude ao planeamento do desenvolvimento regional, dizendo que

é antes de mais nada, uma atividade societária, visto ser uma responsabilidade compartilhada por vários atores sociais: o estado, evidentemente por razões várias e conhecidas e a própria região, enquanto comunidade regional, polifacética, contraditória e difusa, por vezes, mas comunidades, enfim, locacionalmente específica e diferenciada.

Sem a participação da região como verdadeiro ente social, o planeamento regional consiste apenas – como mostra a experiência histórica – num procedimento de cima para baixo para distribuir recursos, financeiros ou não, entre espaços erroneamente chamados de região” (citado em Bandeira, 1999, p.29).

Na sequência da continuidade de Bandeira, a presença de uma identidade contribui para a promoção da competitividade, na medida em que ajuda à formação de consensos básicos entre os atores sociais. Assim, a participação contribui para a articulação entre os vários atores, fortalecendo a coesão comunitária, melhorando a qualidade das decisões, facilitando alianças de interesses comuns.

Cada vez mais a participação da sociedade civil ganha maior relevo, como consequência das políticas do estado, que têm levado à falência das suas estruturas financeiras, demitindo-se este do seu papel providencialista, ou pelo menos descurando as negociações com o sistema neoliberal, isto é, enfraquecendo perante este. Deste modo podemos falar em políticas públicas que se constituem como

um processo dinâmico, com negociações, pressões, mobilizações, alianças ou coalizões de interesse. Compreende a formação de uma agenda que pode refletir ou não os interesses maioritários dos setores da população, a depender do grau de mobilização da sociedade civil para se fazer ouvir e do grau de institucionalização de mecanismos que viabilizem a sua participação (Teixeira, 2002, p.5).

De acordo com consonância com Elenaldo Teixeira (2002) afirmamos que existem alguns momentos essenciais para uma participação efetiva e eficaz da sociedade civil, designadamente:

- . Elaborar o diagnóstico participativo e estratégico com os principais atores envolvidos, onde seja possível identificar os obstáculos ao desenvolvimento, fatores restritivos, oportunidades e potencialidades, e negociação entre eles;
- . Identificar experiências de sucesso, sistematizá-las e analisá-las, tendo em vista a sua replicação e ampliação;
- . Debater publicamente e contar com a participação da sociedade civil em torno de alternativas;
- . Decidir e definir em função de alternativas, competências de diversas esferas públicas envolvidas no processo, dos recursos e estratégias de implementação, cronogramas, parâmetros de avaliação, entre outros;

- . Detalhar modelos e projetos, diretrizes estratégicas, identificação de fontes de recursos, mobilizando todos os recursos disponíveis e eventuais parceiros;
- . Executar, mobilizar e definir os papéis dos atores, as suas responsabilidades e atribuições, bem como acionamento de instrumentos e meios de articulação;
- . Avaliar, acompanhar os processos e resultados conforme indicadores, redefinição das ações e projetos.

Não é surpreendente, que o autor citado refere ainda que as mudanças mais significativas ocorrem efetivamente quando se muda a composição do poder, contudo, essas mudanças nem sempre ocorrem, e é aí que a sociedade civil, começa a denotar substâncias conquistas sociais através da sua mobilização, essencialmente quando esta ultrapassa os limites da crítica e passa à ação. Desta feita, os movimentos civis começam a exercer um papel político capaz de construir alternativas nos vários campos da atuação do Estado, entre nós são exemplos: organizações não governamentais, instituições de solidariedade social, associações de cultura recreio, desporto, solidariedade, entre outras, cujas políticas públicas têm um efeito bem visível na sociedade contemporânea.

Cada vez mais as comunidades locais começam a ganhar consciência de que o Estado por si só parece tornar-se inoperante, logo torna-se necessário que estas

comecem a ganhar táticas de negociação política e a desenvolver confiança nas suas atuações com as organizações não governamentais. A partir desta perspetiva, as comunidades locais ficarão mais fortalecidas a relacionarem-se com o estado, podendo incrementar o seu bem-estar e adquirir maior controle sobre os assuntos a ela vinculados. O êxito não depende só da reorientação das burocracias do estado, mas também da criação nas pessoas da capacidade de se organizarem para o seu próprio desenvolvimento. O importante é criar consciência e motivação nas pessoas para que elas pensem que as coisas podem melhorar, que elas têm opções (Freitas, 2011, p.3-4).

Um exemplo de participação nas populações, encontrámo-lo na Agenda 21 Local, que decorre da Conferência do Rio em 1992, volvidos vinte anos a sua aplicação é uma constante no seio das nossas comunidades municipais, de que o Alentejo se orgulha de ter um número assinalável, vejamos então que uma Agenda 21 Local

é um plano de ação (ou programa) local para atingir a sustentabilidade. É desenvolvido através de um amplo processo consultivo promovido (geralmente) pelas autoridades locais, envolvendo cidadãos e representantes de grupos relevantes e eventualmente é integrado

com plano, prioridades e programas já existentes (Coenen 2009, Lafferty 2001, citado em Macedo et al., 2011, p.1).

A partir do Rio de Janeiro (Brasil, 1992)

os governos locais, reuniram-se, associaram-se e definiram orientações conjuntas para cumprir esse repto, baseando a atuação em algumas fases-chave que são genericamente comuns a todos os processos da A21L: fase de compromisso e sensibilização; fase de diagnóstico; fase de plano de ação, fase de implementação; fase de monitorização, avaliação e revisão da literatura (Garzilo e Kuhn 2007, citado em Macedo, p.1).

Estamos na presença de um exemplo que deverá ser replicado, porque é participado e segue todos os procedimentos metodológicos que preconizamos nos novos modelos de desenvolvimento local, alternativos aos modelos clássicos e funcionalistas e estrutural- funcionalistas muito de índole economicista, apelando à participação da decisão a partir de cima.

No contexto explanado, faz sentido falar de desenvolvimento participativo que é definido como

uma abordagem de desenvolvimento que é concebida com a finalidade de aumentar a sustentabilidade e a auto suficiência e de alcançar a justiça social por meio do melhoramento da qualidade da participação dos indivíduos. Para nós, o ponto fulcral do desenvolvimento participativo deve ser a melhoria qualitativa da participação nas sociedades locais, a relação entre desenvolvimento participativo e boa governança é bidirecional. (...). A boa governança proporciona a base para o desenvolvimento participativo, na medida em que propicia ao governo as funções necessárias para promover a participação e criar um ambiente favorável para os processos participativos (citado em Bandeira, 1999, p.16).

Por isto, podemos afirmar que ambos os processos evoluem para se apoiarem mutuamente.

Se o desenvolvimento participativo se afirma a partir dos anos oitenta/noventa e está intrinsecamente associado ao desenvolvimento humano, a governança é um conceito que se desenvolve concomitantemente com ele, isto é até aos anos setenta prevalecia a ação do governo. Em sintonia com Pedro Bandeira (1999), nos anos noventa o conceito de governança amplia-se, passando a considerar a participação da sociedade civil ao nível de formação de consensos no desenvolvimento e passa então a ser admitido a necessidade de se desenvolverem novas instituições, mecanismos e processos que viessem a desempenhar funções essenciais para a viabilização dessa nova conceção de desenvolvimento. A governança pode ter uma abrangência que vai desde as

estruturas políticas, institucionais, processos de decisão e regras relacionadas com o interesse público, determinando como o poder é exercido e mostram como os cidadãos podem participar nas decisões sobre a sua própria comunidade.

Antes de terminar este capítulo vamos ainda deixar uma noção de uma outra forma de participação que tem sido difundida nas administrações locais, nos últimos tempos de que a Prefeitura de Porto Alegre no Brasil é o exemplo (ou pelo menos foi) paradigmático, com réplicas menos conseguidas em várias partes do mundo sobretudo na Europa e América Latina, “são os orçamentos participativos, em que a população e/ou representantes de organizações da sociedade civil são chamados a deliberar sobre a alocação de recurso públicos destinados a investimentos.” (Bandeira, 1999, p.5-6). Houve a aplicação deste tipo de orçamentos visando sempre a perspectiva de sustentabilidade em mais quatro estados do Brasil para além de Porto Alegre, também Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Ceará e Espírito Santo iniciaram experiências neste âmbito, mas com menor impacto.

Entre nós também têm surgido alguns ensaios, mas não passa disso mesmo e com maior incidência no final do século passado de que Beja, Serpa Odemira e uma parte considerável dos municípios do Alentejo experimentaram o modelo que vinha de terras de Vera Cruz, de Porto Alegre, na altura, quem não assistiu a conferência proferidas pelos mentores do modelo, onde as pessoas participavam no processo de que viriam a ser beneficiários, mas a nossa estrutura burocrática funcional e a nossa cultura institucional eram e são entraves a estas novas experiências governativas, muito dependentes do poder central.

2.3. Aspetos conceituais e evolução do desenvolvimento/desenvolvimento local

Nos tempos atuais e tendo em conta a evolução tecnológica e científica na era da globalização, há condições para acrescentar novas metodologias (que integrem a participação dos atores das comunidades locais), próprias da Sociologia de Ação, capazes de preservar sobretudo a

identidade de uma comunidade, implicando assim, a sua capacidade de intervenção. Esta ideia é reforçada pelo facto das próprias sociedades locais possuírem uma carga elevada de traços do passado, contribuindo, assim, para não neutralidade do espaço e relevando que esse espaço-território é o responsável por exprimir a história dos homens (Marques, 2006, p.124).

Deste modo poderão contribuir através das suas reflexões estratégicas para o novo modelo de desenvolvimento que se pretende participativo e interventivo para a preservação da identidade da comunidade.

Assim, o modelo indiciado atrás incidu sobre o local “o qual existe a partir de uma identidade territorial inscrita num sistema de relações de poder (...), cuja evolução se apresenta difícil, mas indispensável” (Arocena, 1986, p.180). No entanto, uma das componentes constitutivas do trabalho surge em torno do Desenvolvimento Local. Aliás, os atores na busca incessante de preservar a identidade de Penedos, apontaram caminhos alternativos para estes territórios de baixa densidade. Por outro lado, já existem alguns estudos, decorrentes de experiências ao nível do desenvolvimento, sobretudo, local e regional, os quais estão aqui a ser referenciados, cujas obras abordam aspetos tidos como mais oportunos e que constituem o suporte deste processo de investigação.

De entre algumas experiências no terreno, contando com a participação das pessoas, destacamos o papel de algumas Associações de Desenvolvimento Local (ADL's) do Alentejo, na promoção de estratégias de desenvolvimento a partir dos recursos endógenos existentes no território, as quais foram compiladas numa obra intitulada *Desenvolver (Des) Envolvendo* (2001), sob coordenação de José Carlos Albino e integrou relatos de um vasto conjunto de projetos levados a cabo por estas entidades, designadamente: Animar (Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local), ADPM (Associação de Defesa do Património de Mértola), Associação Alentejo XXI de Beja, Rota do Guadiana de Serpa (Associação para o desenvolvimento Integrado), Trilho (Associação para o Desenvolvimento Rural de Évora), Associação *In Loco* de Faro, ADIM (Associação de Defesa dos Interesses de Monsaraz), Terras Dentro (Associação para o Desenvolvimento de Micro Regiões Rurais de Alcáçovas) e a ESDIME, em Messejana - Aljustrel (Agência para o Desenvolvimento Local do Alentejo Sudoeste), entidade anfitriã. Os preceitos metodológicos evocados na obra assentam na participação dos atores locais, cujos resultados são claramente visíveis através da melhoria das condições de vida dos beneficiários, nestes territórios onde se deram as intervenções. Ou seja, são pequenos passos, mas seguros que permitem alterar o *status quo* vigente, porque encorajam todos aqueles que acreditam nestas correntes do desenvolvimento, a prosseguirem com a sua aplicação.

Após o exposto, acreditamos que há caminhos possíveis e alternativos, porque são visíveis já alguns resultados, como nos dá conta a obra escrita por Borrego, Alexandre, Ferrão, João, Almeida, João Ferreira de, Amaral, João Ferreira do, Capucha, Luis (1994), num estudo efetuado a partir de algumas experiências de desenvolvimento local num concelho periférico do interior – Almeida (Guarda). Sem confundir os conceitos e tendo em consideração a pluralidade de reflexões e definições sobre o processo em curso, daí extraímos uma definição que considera o Desenvolvimento

como um processo de natureza multidimensional, tendo o ser humano como preocupação central. Nele inscreve questões como a melhoria generalizada das condições de vida material das populações, de acesso aos meios que garantam o seu bem-estar (habitação, saúde, educação, segurança social, etc.), o progresso da igualdade de oportunidades, liberdades cívicas e políticas, a proteção do ambiente... (Borrego et al., 1994, p.4).

Um outro autor, J.M. Henriques (1990), referindo-se a Greff, apresenta o desenvolvimento como

um processo de diversificação e de enriquecimento das atividades económicas e sociais sobre um território, a partir da mobilização e da coordenação dos seus recursos e das suas energias, será o produto dos esforços da sua população e pressuporá a existência de um projeto de desenvolvimento integrando as componentes económica, social e cultural. Finalmente, fará de um espaço de contiguidade física, um espaço de solidariedade ativa (p.29).

A partir daqui, parece-nos que uma corrente que preconiza estes princípios, seguramente terá de ser seguido, com vista a elevar as condições e qualidade de vida das populações, independentemente do lugar onde de encontrem.

No que concerne à evolução do conceito de Desenvolvimento, temos que recuar ao período da Revolução Industrial, com todas as alterações introduzidas na sociedade a todos os níveis, a sociedade transforma-se e os paradigmas das organizações enveredam com Pereira (1999) pelos caminhos do economicismo, consumismo e individualismo. Recorde-se apenas a título de exemplo, as teorias clássicas de Taylor e Fayol, a burocracia de Max Webber no início do século XX. Ora, o modelo dito de desenvolvimento seguido daí em diante, só podia ser crescimento, senão teria contribuído para melhorar as condições de vida das populações. Com Amaro (1990a), citado em Pereira (1999, 2001), este modelo era considerado, estruturalmente injusto na medida em que veio acentuar os desequilíbrios existentes, cuja injustiça advinha da dificuldade em articular e conjugar as três dimensões do ser humano: individual,

coletiva e ambiental. Porque só será seguido um modelo de desenvolvimento, que não seja rígido e que atenda nas três dimensões dos humanos, caso contrário não poderemos falar de desenvolvimento. Nesta sequência, com Perroux *qualquer política de desenvolvimento*, "deve favorecer os dinamismos do Homem, que se ligam aos movimentos naturais e à qualidade de vida da população, ou seja, permitir às sociedades, capacidades de se desenvolverem no seu todo" (1987, p.59).

Os autores acima, corroboram a tese de que só um desenvolvimento humanista, focado nas pessoas, no território, no progresso e na qualidade de vida e satisfação das necessidades humanas, terá condições para ser experimentado e seguido,

onde o respeito por aquilo que marca a diferença, seja exaltado. Onde a solidariedade, o afeto (o amor), o saber de quem sempre fez, sejam considerados como valores supremos. Valorizando-se as pessoas nas várias relações com os espaços de coabitação, onde possam elas próprias ajudar a fazer o desenvolvimento, o qual exige...sensibilidade para tratar questões delicadas. Aqui dá-se conta da componente feminina que o desenvolvimento deve transportar sempre em si e só a este nível de desenvolvimento das gentes e dos locais é possível valorizar este aspeto crucial (Pereira, 1998a, p.358).

Decorrente do que acima se refere, torna-se pertinente fazer uma alusão à sociedade local, ainda que breve, de acordo com José Arocena,

porque um território com determinados limites, é então uma sociedade local, porque é portadora de uma identidade coletiva que se exprime em valores e normas interiorizados pelos seus membros...dito de outra forma, uma sociedade local é um sistema de ação sobre um território limitado, capaz de produzir valores comuns e bens localmente geridos (2002, p.9).

A este propósito e com vista à valorização de valorizar processos de índole local, sobretudo, numa época de profunda globalização, convém ressaltar o seguinte aspeto:

o tesouro da humanidade é a sua diversidade e esta diversidade não é apenas compatível com a sua unidade fundamental, mas é produzida pelas possibilidades do homem (...) porque as diferenças não são aquelas das nações, mas existem no seio das nações, cada província, cada região tem a sua singularidade cultural e deve ser zelosamente guardada (Morin, 1996, citado por Arocena, 2011, p.8).

Portanto a mensagem é de que apesar da globalização, a unidade sairá reforçada se se conseguir encontrar formas, capazes de preservar a diversidade dos mundos locais, campo privilegiado para exercitar os modelos de desenvolvimento local. Com Perroux (1987), citado em Pereira,

este novo desenvolvimento tem de ser global, endógeno e integrado no global, porque devemos ter uma visão de conjunto, incluindo as condições do homem e a grande variedade dos aspetos a ele inerentes. Endógeno, sobretudo porque apela às forças e aos recursos de uma dada região, bem como à sua valorização e utilização. Integrado, dado que o objetivo final é a articulação de todos os fatores num mesmo objetivo (2001, p. 34).

O desenvolvimento que historicamente se inicia com a Revolução Industrial, tem sido objeto de vários paradigmas, conforme já aludimos. No entanto, os pressupostos iniciais *criar riqueza para reduzir a pobreza e aumentar o nível de vida das pessoas*, pelo contrário, têm vindo a acentuar algumas assimetrias, que perante a situação de crise em que Portugal está mergulhado, no nosso caso ainda se torna mais difícil. Esse conceito até aos anos setenta e ainda hoje (para alguns) era (é) confundido com o crescimento económico, ou seja, era interpretado por Perroux (1987) como "o aumento da dimensão de uma unidade, quase sempre a nação expresso em produto global (p.54), que com Pereira (2001), conduziu a ao aumento da dependência, com a especialização das economias desenvolvidas" (p.32).

Perante o referido acima, para José Manuel Henriques (1990), os paradigmas que nortearam as sociedades até praticamente aos dias de hoje, designam-se de funcionalista com assento privilegiado nas correntes neoclássicas da economia. Explica as disparidades espaciais de rendimento em função do acesso aos mercados e de fatores produtivos, no entanto admite que tais disparidades, porque esses fatores tenderão a migrar das áreas pior remuneradas para áreas em que o são melhor. Assim, os mecanismos do mercado encarregam-se de facilitar a expansão do centro para a periferia. Deste modo, entende o autor, que o crescimento económico regional, não será mais do que o crescimento da acumulação dos fluxos inter-regionais de capital.

As linhas essenciais do crescimento económico (do paradigma funcionalista) assentam nos fatores que se descrevem (Henriques, 1990, p.35):

- . Crescente divisão do trabalho;
- . Diminuição das distâncias;
- . Aumento da intensidade do comércio inter-regiões;
- . A população não se encontra capacitada para resolver o problema da satisfação das suas próprias necessidades, não podendo alcançar uma perspetiva de bem-estar através do seu próprio trabalho e dos seus próprios recursos;
- . Os desequilíbrios regionais entre a procura e a oferta de fatores tenderão a sofrer correções automáticas através da melhoria da acessibilidade inter-regional e da mobilidade espacial desses fatores;

. As estratégias de desenvolvimento devem-se concentrar num conjunto relativamente pequeno de setores chave que assegurarão a transmissão de impulsos de crescimento de outras regiões.

Percebe-se claramente que a conceção tradicionalista de desenvolvimento se aproxima dos princípios expostos, preconizando “uma abertura das economias nacionais ao comércio e aos estímulos da economia internacional; concentração do capital nas mãos de um pequeno grupo de «sábios e empresários», resultando em desenvolvimento concordante com o desenvolvimento económico” (Henriques, 1990, p.38). Tal modelo encontra

as raízes da sua fundamentação teórica no pensamento económico neoclássico e na polémica em torno do crescimento equilibrado...caracterizando-se pelo pressuposto de que o desenvolvimento é desencadeado inicialmente apenas em alguns sectores ou áreas geográficas e se difunde com o tempo aos outros sectores e a todo o sistema espacial (Henriques, 1990, p.35).

Em traços gerais o paradigma tradicional - funcionalista assenta a sua filosofia na seguinte base (Henriques citado em Pereira, 2001, p.33):

- . O desenvolvimento é percecionado como evolução do sistema produtivo, que se torna mais eficiente por via da acumulação de capital e progresso tecnológico, permitindo deste modo, a satisfação das necessidades humanas materiais. Onde os objetivos e os processos são vistos em termos meramente económicos;
- . Admite-se a existência de um quadro de relações sociais sem conflitos;
- . Pressupõe que a satisfação das necessidades humanas ocorra através de comportamentos individuais de consumo;
- . Generaliza-se a convicção implícita que os problemas humanos podem ser resolvidos através da acumulação de capital;
- . A dicotomia entre países ricos e pobres assenta diretamente no P.N.B. (Produto Nacional Bruto);
- . Quanto ao crescimento económico não é suficientemente rápido, tal facto deve-se à existência de obstáculos ao desenvolvimento, radizando tal ideia na convicção de que os países em desenvolvimento são desviantes em relação à experiência ocidental;
- . O subdesenvolvimento é consequência do “atraso” económico e ocorre por falta de eficiência produtiva.

Em síntese e em sintonia com o autor citado acima, este modelo de desenvolvimento depende grandemente do sistema produtivo que permite a satisfação das necessidades materiais, baseando os seus objetivos em processos essencialmente económicos, o subdesenvolvimento advém da baixa produtividade, a política regional facilita o crescimento económico/industrial dos grandes centros, através do esvaziamento das periferias, o poder de decisão acontece de “*cima para baixo*” e no

sentido “*centro – periferia*”, impedindo o mundo rural de participar e pensar sobre os seus destinos.

Em função do que se explicita, depois dos anos setenta do século XX, como já tivemos oportunidade de explicitar atrás, as preocupações começam a centrar-se na afirmação de estratégias de crescimento - satisfação das necessidades básicas e redistribuição do crescimento. Chegada a crise petrolífera dos anos setenta, assiste-se a uma quebra do crescimento e instabilidade da economia mundial. Estas são perspetivas de carácter exclusivamente económico, que não constituem alternativas aos problemas da Humanidade. Decorrendo daqui a facilidade em diagnosticar uma crise do modelo de desenvolvimento, de base funcionalista, que tem orientado o Homem no decurso dos séculos XX e XXI.

São inúmeros, os autores opositores ao pensamento das correntes tradicionalistas/funcionalistas destacando-se,

para além de J. M. Henriques, também Perroux (1987), Roque Amaro (1992), entre outros. Críticas que perspetivam as primeiras décadas do século XX noutra horizonte, uma vez que nos deparamos com mudanças a vários níveis - científico, tecnológico, comunicacional e organizacional. Constituindo, sem dúvida, condições válidas para a construção de uma sociedade melhor informada, mais comunicativa e criativa, mais participativa e solidária (Pereira, 2001, p.34).

Como se sabe há um conjunto de fatores que condicionam o desenvolvimento regional. Entre eles,

encontramos um importante conjunto que designamos por fatores geográficos e estruturais e no qual estão incluídas variáveis como o clima, recursos naturais, localização e acessibilidades da região, bem como as infraestruturas existentes. Cada uma destas variáveis pode afetar positiva ou negativamente o desenvolvimento de uma região, sendo que fatores como o clima agreste, o isolamento, ou a escassez de recursos são, por vezes, suficientes para afastar a população de um local, funcionando como principais responsáveis pela baixa densidade populacional ou reduzido nível de desenvolvimento de uma região (Lourenço, 2011, p.7).

Para além destes fatores de diagnóstico, existem outros, como a

conjuntura económica global, características do mercado interno, oferta de emprego, diversidade ou especialização das atividades económicas, base económica local, custos de transportes, infraestrutura industrial existente, estrutura e qualificação de mão de obra ou nível salarial, são alguns dos parâmetros que podemos encontrar neste grupo e que influenciam de forma decisiva o desenvolvimento de qualquer região (Lourenço, 2008, pp.7-8).

Independentemente dos aspetos condicionantes do desenvolvimento em territórios de baixa densidade, existem outros portadores de esperança, tais como

a criação de centrais solares, fotovoltaicas ou térmicas, eólicas, ou centrais hídricas ou de biomassa, mediante os recursos disponíveis poderá satisfazer as necessidades energéticas da região ou de outras regiões. Também a procura de amenidades presentes em zonas rurais e de recursos naturais para fins recreativos e lúdicos tem mostrado uma tendência crescente, pelo que o potencial de desenvolvimento de regiões de baixa densidade poderá estar associada á atividade turística (Deller et al., 2001), e à capacidade de valorização dos produtos locais (citado em Lourenço, 2008, p.8).

O desenvolvimento, enquanto regional

não é possível sem o respeito pelas especificidades culturais da região e sem a defesa e promoção do seu património cultural. A valorização do trabalho dos agentes que atuam no terreno da cultura deve ser uma prioridade, assim como a sua inclusão nas estratégias de desenvolvimento económico e social e cultural.... O equilíbrio entre o desenvolvimento das pequenas cidades e os montes e pequenos povoados, a manutenção e revitalização da ruralidade e da paisagem cultural da região e o aumento populacional através do acolhimento e integração dos imigrantes de uma forma dirigida, são condições necessárias à prossecução do novo modelo de desenvolvimento (Pereira, Pacheco, Valente e Vaz, 2006, p.27).

Importa ainda aduzir ao cômputo concetual, Simões Lopes refere que “desenvolvimento e desenvolvimento regional são apenas uma e a mesma coisa: todo o desenvolvimento tem de ser desenvolvimento regional” (1987:9) A partir daqui dir-se-á que o desenvolvimento só é desenvolvimento se partir de unidades territoriais de menor dimensão (Pereira, 2001, p.34).Pois, estamos a falarmos da aldeia onde efetuamos o estudo – um território de escala muito reduzida.

Todavia, afigura-se pertinente nesta fase, distinguir espaço de território: O primeiro

pode ser entendido como um lugar que sempre toma novas formas, isto é, processo de reprodução da vida humana. O espaço aparece como produção de uma realidade concreta, que se realiza no plano do quotidiano e aparece nas formas de apropriação, utilização e ocupação de um determinado lugar”. Quanto ao segundo, “o território pode ser entendido como o somatório dos sistemas naturais de um determinado país ou uma determinada área com os factos construídos pelos homens (Castilho, Arenhardt e Le Bourlegatt, citado em Pereira, 2001, p.164).

A História recente diz-nos que é preciso atuar ao nível acima evidenciado porque,

a crise de soberania e identidade e das respetivas redes de solidariedade, de base territorial, nacional, em face do reforço e domínio cada vez maior das lógicas territoriais supranacionais e transnacionais, abriu brechas na "fortaleza" Estado-Nação, por onde se infiltram e ganham espaço de manobra as aspirações e afirmação de base regional e local (Amaro, 1991, p.14).

Se se atender no que diz J.M. Henriques (1990), “os paradigmas funcionalista/fordista não davam respostas às comunidades locais na medida em que não permitiam a identificação de prioridades de intervenção em torno das dimensões que não são económicas, não facilitando assim a identificação de uma dimensão local” (citado em Pereira, 2001, p.35).

A partir do que se evidencia, o paradigma territorialista tem vindo a constituir-se através da aglutinação de esforços de resistência concetual da problemática do Desenvolvimento Regional e ao qual se atribuí a proposta recente do Desenvolvimento Regional/Endógeno. Ainda à luz desta corrente e segundo aquele autor, "a experiência portuguesa mostra-se extremamente interessante e rica de exemplos demonstrativos da possibilidade de intervenção municipal na promoção de um estilo de Desenvolvimento alternativo às conceções e estratégias dominantes" (Henriques, 1990, p.14).

Como já fora referido, atrás, o estilo de desenvolvimento alternativo para os territórios de baixa densidade, aos modelos tradicionais é o paradigma territorialista que pressupõe em síntese "que o desenvolvimento se alcança através da mobilização integral dos recursos das diferentes regiões para a satisfação prioritária das necessidades das respetivas populações" (Henriques, 1990, p.51). Tal paradigma assenta numa base de decisão a partir das comunidades locais, cujo processo ocorre «de baixo para cima», levando à promoção dos circuitos económicos e sociais geradores de desenvolvimento de nível local.

Deste modo, o paradigma territorialista, assenta nalguns elementos/valores fundamentais que em traços gerais e segundo J.M. Henriques (1990), citado em Orlando Pereira (2001, p.35), passamos a designar:

- . A satisfação das necessidades básicas de todos os membros da sociedade entendida como melhoria das condições de vida da população de qualquer território quer em termos quantitativos, quer qualitativos;
- . O desenvolvimento deverá ser determinado pela população de um qualquer território, com base na mobilização integral de todos os recursos naturais, humanos e institucionais, com vista à satisfação das suas necessidades básicas;

- . O desenvolvimento deverá ser equitativo e comunitário por natureza;
- . O desenvolvimento deverá assentar num elevado grau de autodeterminação territorial;
- . Deverá ser um desenvolvimento centrado nas pessoas e não nos lugares;
- . O crescimento económico deverá ser definido seletivamente, orientado para a redistribuição, tendo como prioridade máxima um envolvimento de toda a população numa atividade produtiva (por exemplo a criação de emprego);
- . O desenvolvimento pressuporá sempre estruturas de tomada de decisão a várias escalas.

Perante o espetro, parece plausível evidenciar, conforme se encontra citado no autor acima (2001, p.36) as estratégias alternativas para a integração territorial de um desenvolvimento do tipo local *e from below* (endógeno) existem (segundo Stohr (1983), referenciado em Henriques (1990, pp.61-63),

alguns princípios que ajudam à consolidação do modelo explicitado e que passamos a enunciar: reforço das competências decisórias político-administrativas endógenas; promoção da identidade cultural como forma de evitar a colonização sociocultural do exterior; prioridade à mobilização dos recursos regionais; prioridade à diversificação setorial e funcional; valorização de soluções tecnológicas diferenciadas; elevação de mecanismos territoriais de auto regulação; e adaptação; igualização dos termos de troca e das condições de acumulação entre as áreas centrais e periféricas e promoção da inovação regional endógenas.

O modelo territorialista remete para a mobilização de todos os recursos existentes nas comunidades territoriais, sem esquecer a identidade e memória, com vista à satisfação das necessidades fundamentais das populações. Podemos dizer

que se patenteia um desenvolvimento a partir de dentro, ou seja a partir das potencialidades endógenas, feito por e para indivíduos, grupos sociais em comunidades territorialmente organizadas (que compõem a comunidade em estudo), em sintonia com os aspetos sociais, económicos e políticos existentes nessas comunidades nesse território” (Pereira, 2001, p.36).

Face ao modelo exposto, podemos afirmar que a nossa incidência será sobre o espaço local,

trata-se de perspetivar a instância local como forma de intermediação entre Estado e sociedade, de tomar em consideração o seu papel mediador nas relações entre instituições estatais e processos sociais, entre estruturas e agentes portadores de práticas. O local será, deste modo, entendido como um nexo de estruturação de relações sociais, o que significa que a atividade social é realizada mediante processos sociais específicos ao local (Ruivo, 1990, p.77).

Importa aqui, conjugar alguns elementos integradores do Local, segundo Agnew, 1987, citado em Ruivo, 1990, pp.77-79), que em traços gerais significa:

- 1- O Local refere-se a um lugar, uma localidade a que se associam determinados acontecimentos. O universo social desse local constitui o ambiente onde surgem relações sociais, tanto institucionais, como informais. Quanto a isto, algumas precisões merecem ser feitas: em primeiro lugar, que o enfoque da individualidade do local não pode esquecer a interdependência dos locais; em segundo plano, este local deve ser compreendido enquanto processo em construção-reconstrução, e não como um produto físico imóvel em determinado mapa; terceiro que reivindicar a sua importância como elemento mediador, não quer dizer, abstrair-se de outros processos que o circundam e nele se concretizam, adaptando-se e transformando-se, adaptando-se e transformando-o.
- 2- Por essas razões, o local significa também uma determinada localização, isto é, uma posição numa constelação de elementos que se interrelacionam. Este Local é aquele que se posiciona em relação a quadros sociais definidos por processos de âmbito mais vasto. Isto quer dizer que o lugar que atrás referimos é uma ordem que não pode ser compreendida sem a referência à macro-ordem objetiva que a estrutura é no seio da qual ele negocia a sua posição em maior ou menor grau.
- 3- Este terceiro elemento reporta-se à negociação que deve ser atribuída ao conceito local. Quem negocia pode estar em posição de desvantagem, mas não pode ser considerado um agente totalmente passivo. Há assim, uma margem de afirmação, ou de apagamento e, neste sentido, o local comporta uma determinada perceção um sentimento desse local, uma identidade subjetiva territorial em maior ou menor dimensão, sem o qual também não se poderia compreender a dimensão do local. Forjado pelo sistema produtivo, pela história, pela durabilidade dos seus sucessos ou insucessos, pela capacidade ou incapacidade das suas elites, pela visibilidade ou invisibilidade interna dos seus recursos, o Local é também o lugar onde se registam atividades específicas e onde nascem estruturas de sentido. Mais uma vez, não é um produto, mas antes um processo em configuração. Sabe-se como esta identidade ou sentido do Local pode extravasar o seu âmbito e fronteiras e emprestar a sua marca a um sistema de locais. E é conhecida a importância de tal identidade para o processamento e tradução de mensagens e diretivas à escala global. Pois são as mediações que dão vida às

concretizações, neste caso o Local recebe e processa dados de estruturas mais vastas, os quais, adotados, vão ser praticados pelos agentes que nela se movimentam; simultaneamente, recebe, processa e canaliza (em termos políticos) práticas e identidades dos agentes locais suscetíveis de reconstruir as estruturas.

Do que se evidencia, depreende-se que é fundamental conhecer o Local e conjugar os três elementos descritos como integradores da noção desse espaço com vista a restituir-lhe um lugar na centralidade da análise social. Assim, decorre que o “desenvolvimento local é entendido como um processo de transformação, que envolve o ser humano como principal beneficiário dessa mudança, numa perspetiva de melhoria de qualidade de vida de uma coletividade ou grupo de pessoas que fazem parte de uma comunidade” (Castilho, Arenhardt e Le Bourlegat, 2009, p.160).

Como se depreende,

o desenvolvimento local é uma das alternativas mais viáveis para se proporcionar o desenvolvimento de uma comunidade, pois, ao gerar condições favoráveis para a cooperação, a ajuda mútua e ações conjuntas criam fundamentos básicos para o início de um processo de organização em planeamento em torno de objetivos comuns (Castilho, Arenhardt e Le Bourlegat, 2009, p.161).

Torna-se pertinente nesta fase e modelo de Desenvolvimento Local exige que se identifiquem as potencialidades e os constrangimentos. Por outro lado, a procura de consensos entre atores é tarefa primordial para a elaboração e concretização e êxito das políticas locais” (Marques, 2006, p.121). Para o sucesso do modelo “o consenso deve ser uma condição essencial entre atores e instituições (Arocena, 1986, p.51).

Um outro aspeto, que importa salientar,

o desenvolvimento local não pode ser pensado se não se inscrever numa racionalidade globalizante dos mercados e também não será viável se não inscrever no processo as raízes identitárias do ser humano. É neste sentido que o desenvolvimento local se constitui como um desafio contemporâneo (Arocena, 1997, p.12).

Neste sentido e ainda seguindo a linha de raciocínio do autor “não será possível empreender processos de desenvolvimento local que não considerem a identidade como elemento mobilizador das iniciativas de um grupo” (Arocena, 2002, p.11).

Importa apontar que

a cultura e a identidade procedem a qualquer desenvolvimento económico, pois consideradas essenciais, valorizam a construção e o estabelecimento de bases sólidas para o desenvolvimento sustentável de cada comunidade local. Se a cultura abre as portas do potencial de uma comunidade, a educação é a ferramenta que pode guiar este potencial. Quando a comunidade reconhece o seu potencial de recursos, este torna-se um dos requisitos básicos para o desenvolvimento endógeno (Castilho, Arenhardt, Le Bourlegatt, 2009, p.168).

Para além destes elementos fundamentais, há a considerar a vontade como é óbvio da comunidade local.

Ainda seguindo o raciocínio anterior, e em conformidade com Hermet (1999),

a cultura como fermento do desenvolvimento, pois ela é que gere e transforma os valores de geração em geração, tornando necessário conhecer a realidade cultural de um grupo social local em profundidade, porque a identidade cultural que rege “a permanente evolução dos sentimentos e das maneiras de perceber as coisas que caracterizam todas as comunidades em um dado momento (citado em Castilho, Arenhardt, Le Bourlegatt, 2009, p.162).

Contudo, um processo de desenvolvimento local obriga ao impulsionar a sociedade local

para em conjunto com a diversidade dos atores institucionais que a integram, tomar posições em conjunto, traçar estratégias que fortaleçam a sua capacidade na solução dos problemas. (...). Implicando ações que possam fortalecer a capacidade das instituições e organizações locais por meio de programas de formação de líderes, criar condições apropriadas para a articulação entre atores ao nível regional e local, apoiar os atores sociais coletivos ao nível local, através de recursos técnicos e tecnológicos, a fim de que possam interagir no meio, garantindo a sustentabilidade e incentivar alianças locais sob um leque de oportunidades de iniciativas de desenvolvimento em que os recursos sejam disponibilizados e orientados para melhorar os serviços básicos, infraestruturas, geração de novas oportunidades de produção e educação voltada para o desenvolvimento da cidadania (Tenório, 2004, pp,17-18).

Para além dos recursos, e concordando com Martinelli Joyal (2004), existem outros elementos essenciais, porque

o desenvolvimento local reforça as comunidades, dinamizando as suas potencialidades, mas para que isso seja possível, é necessária a reunião de diversos fatores. O grau de educação da população é fundamental para se dispor de pessoas com condições de tomar iniciativas, assumir responsabilidades e empreender novos negócios (citado em Castilho, Arenhardt, Le Bourlegatt, 2009, p.167).

Daqui se infere claramente que «educar é formar», isto é, preparar as pessoas para a resolução de problemas e construir o futuro. Neste âmbito,

os termos formação profissional e educação relacionam-se estritamente, mas os seus significados têm distinções importantes. A formação profissional ocupa-se de distribuir (fornecer) técnicas específicas para propósitos particulares. Educação é um termo mais amplo que inclui o desenvolvimento da pessoa total, social, intelectual e fisicamente considerada. Assim a formação profissional, é só uma parte do processo total de educação (Dalton Mc Farland, 1972, citado em Pereira, 2001, pp.39- 40).

Assim, formação profissional, segundo Régnier (citado em Dantas, 1987), “tem como objetivo eficiência no trabalho atual, qualificação para os trabalhos mais complexos e integração do indivíduo no meio, logo com interesses empresarial e social” (Dantas, citado em Pereira, 2001, p.37).

Nesta sequência, e de acordo com Régnier,

a formação deve ser considerada, na sua globalidade sob duas perspetivas fundamentais: a formação técnica e a formação humanizada, designadamente: a formação técnica visa a preparação para a execução de uma determinada tarefa; relaciona-se com o objetivos imediatos; produz resultados visíveis a curto prazo, quando eficaz favorece os lucros rápidos; contudo, tem algumas limitações na medida em que não é aplicável a situações que exigem especificamente os contactos humanos. Enquanto a formação humanizada é mais complexa e abrangente, visando para além de uma maior e melhor produtividade, o bem-estar social e o desenvolvimento do homem como ser individual embrenhado numa organização; procura ver o homem como uma totalidade e não como uma simples apêndice de uma máquina; tenta conciliar os interesses empresariais e individuais (Dantas, 1987: p.12).

Face ao citado, podemos considerar que

qualquer iniciativa de formação profissional deverá assegurar não só a aquisição de conhecimentos e competências profissionais indispensáveis ao exercício de uma profissão, mas também contribuir para o desenvolvimento de competências como as de cooperação, entreajuda, partilha da responsabilidade, iniciativa, de organização ou de decisão (L.B.S.E. - Lei de Bases do Sistema Educativo, 1986, artigo 19º, citado em Pereira, 2001, p.40).

Desta forma torna-se necessário

o reconhecimento de que o fator humano é essencial à atividade, à competitividade e prosperidade económica, quer se trate de conhecimentos ou de competências bem precisas ou de qualidades menos tangíveis, como a capacidade de adaptação, a abertura à mudança ou o espírito de iniciativa, bem como da essencialidade do papel de educação nesse desafio, vem recolocar o papel da formação no seio das preocupações das sociedades atuais (Cabrito, 1994, citado em Pereira, p.40).

Não restam quaisquer dúvidas da importância que o processo educativo/formativo assume, Francis Bacon, disse um dia «o homem é o que ele sabe»,

assim serão as nossas organizações – o resultado daquilo que os homens fizeram por elas. Para o efeito, há que apostar na valorização e formação desses mesmos homens. Formar significa cada vez mais investir no futuro, elevar e dignificar a qualidade humana...rompendo de vez com todos os estigmas que atropelam o processo de desenvolvimento, como por exemplo a falta de diálogo, de profissionalismo, em suma: a ignorância é o maior inimigo do esclarecimento e do verdadeiro conhecimento (Pereira, 2001, p.90).

No decurso do que acima se evidencia, pode-se afirmar que

a formação profissional em particular e a educação no sentido mais genérico, são fundamentais para o desenvolvimento social da pessoa, nomeadamente ao nível da cidadania ativa e da sua empregabilidade. Neste contexto, a intervenção de rede de entidades formadoras assumirá um papel potenciador na construção de mecanismos que permitam aos diversos atores sociais vivenciarem uma cidadania ativa e uma participação consistente na sociedade em geral (Silva/Fialho, 2006, p.5).

Saliente-se ainda, que tendo em conta o contexto regional onde decorreu este estudo

não domina o espírito empreendedor e onde o tecido empresarial é pouco estruturado e incipiente, a formação para o empreendedorismo e o estabelecimento de parcerias para a sua prossecução são fundamentais para permitir o surgimento de iniciativas empresariais de raiz regional e local de médio e longo prazo (Pereira, Pacheco, Valente e Vaz, 2006, pp.25-26).

A partir do exposto, convém referir que as redes sociais deverão assumir um papel fundamental, mas para que isso aconteça

a interação entre os envolvidos na rede deverá ser mais que uma simples participação passiva, na medida em que a interação que se estabelece deverá ser um “motor” conducente a soluções resultantes das diversas capacidades e sinergias dos seus elementos constituintes (Pereira, Pacheco, Valente e Vaz, 2006, p.3).

Depreende-se que, se as comunidades locais participarem ativamente nos seus próprios processos de desenvolvimento, integrarem processos de educação e formação – condição essencial para promover estes processos (sem estes elementos haverá dificuldades acrescidas em por em marcha qualquer modelo), estabelecerem parcerias e redes, entre outros elementos de cooperação e solidariedade, será mais fácil garantir melhores condições de vida e sustentabilidade para as populações nos seus territórios.

2.4. A Campanha do Trigo no Alentejo

Este capítulo versa sobre os aspetos fundamentais da evolução da vida nos campos do Alentejo. Com a construção da Barragem de Alqueva, a maior porção de

água em todo o continente europeu, construída no final do século XX e reclamada desde meados do século passado, veio provocar profundas alterações, quer na paisagem, quer no modo de vida das pessoas. Até 2015 será possível irrigar 11.000 hectares de solo arável, nos distritos de Beja e Évora.

Atualmente nos campos do Alentejo, estamos a assistir à passagem de uma monocultura intensiva de sequeiro (estando na sua base o cultivo de cereais - trigo, cevada, aveia e em solos mais fracos o centeio, complementada com o pastoreio, silvicultura, azinheiras e sobreiros), à monocultura intensiva de regadio, essencialmente olivais e vinhais. Portanto, a paisagem do imaginário coletivo das gerações passadas sobre o território alentejano foi povoada ao longo dos séculos pelo louro das searas e tudo o que a este se lhe associa - gado, azinheiras, sobreiros, dá lugar a um verde, ora caduco se se trata de vinhedos, ora persistente se se reporta ao olivedo.

Do que acima se enuncia, fica a ideia de profundas transformações, consequência da Política Agrícola Comum (PAC)), mas nem sempre foi assim, ao longo dos séculos havia a sensação de que o Alentejo culturalmente não mudaria o seu perfil paisagístico, mas mudou. Se para melhor, não nos compete a nós neste estudo avaliar. O que importa é dar a conhecer como decorreu a vida ao longo dos tempos, num território onde a grande propriedade marcou a tônica dos dias, dos anos e dos séculos.

Importa também registar que "até aos anos 50 do século anterior, tende-se a definir a situação socioeconómica do país agrícola a partir das diferenciações entre agricultura familiar predominantemente no Norte, por oposição à agricultura do tipo patronal ou latifundiária reinante no Sul" (Carmo, 2010, p.11).

Renato Carmo (2010) diz-nos que a primeira é representativa da sociedade camponesa, onde a atividade agrícola era fundamentalmente de subsistência, determinada a partir dos espaços doméstico e familiar. Este espaço social da sociedade compreendia uma estrutura social considerada homogénea, na qual a desigualdade social se verificava entre a classe dos pequenos agricultores e a dos lavradores mais abastados, que possuíam maiores superfícies de terra e utilizavam na produção agrícola mais meios de trabalho. Contrariamente, na sociedade agrícola do Sul, a estrutura social era mais polarizada entre duas classes principais: os grandes proprietários e os trabalhadores assalariados que representavam parte substancial da população agrícola. O critério utilizado para estabelecer a diferença entre as várias camadas sociais,

define-se através da distinção entre os grupos que possuem propriedade (jurídica e ou económica) e aqueles que não são proprietários, detendo um único recurso a força de trabalho. A região alentejana é habitualmente analisada e apresentada com o sendo bastante homogénea, fundamentalmente o significado da polarização social, identificando o doloroso modo de vida das famílias e trabalhadores, face à riqueza e ostentação das famílias latifundiárias (Carmo, 2010, p.12).

Agora vamos retomar o cerne da questão, é verdade que a Campanha do Trigo faz parte dos nossos propósitos e convém lembrar que ela coincide com a grande depressão de 1929. No caso português, a recuperação possível, segundo os seus mentores, passaria pelo recurso do trigo, considerando este cereal como essencial para matar a fome aos portugueses e o Alentejo foi tido como o celeiro de Portugal, com todas as repercussões que daí advêm, logo este registo denota que sociologicamente não pode ser descurado, mas antes, parece-nos pertinente recuar a um período da nossa história que foi a Lei da Fome e do protecionismo cerealífero (1889-1914).

Surge, então neste período a proteção aos cereais, até porque, “o trigo não era o grande produto monocultural que por vezes se julga. A economia alentejana do século XIX era razoavelmente diversificada, constituindo os porcos, os bovinos, a cortiça, o azeite e a lã, as outras fontes de rendimento agrícola” (Reis, 1979, p.767).

Por esta altura e ainda com Jaime Reis, (1979) podemos considerar que a Europa estava a atravessar uma profunda crise agrícola, com exceção da Grã - Bretanha, por todo o lado surgem os protestos de proprietários e agricultores, levaram a que se tomassem medidas para proteger o setor agrícola de tais dificuldades, designadamente sob a forma de barreiras alfandegárias para os cereais, gados, vinhos e laticínios

Em Portugal, o que é notável, não é apenas a circunstância das garantias dadas aos agricultores terem ido bastante mais longe do que em qualquer outro país, mas também pelo facto de terem assumido formas inéditas, constituindo um esforço pioneiro neste campo que se viria a reproduzir no resto da Europa, pela primeira vez, apenas na década de 1920-30. Nestas condições, não surpreende que a agricultura portuguesa, tenha superado com êxito esta crise. Os preços agrícolas recuperaram rapidamente até um nível satisfatório, enquanto a produção de produtos que no estrangeiro mais sofreram os efeitos da crise geral, aumentavam substancialmente e alcançavam valores nunca antes atingidos. Em vez de diminuir, a área cultivada expandia-se (Reis, 1979, pp.745-746).

Alguns investigadores portugueses, José Machado Pais, Aida Maria Valadas de Lima, José Ferreira Baptista, Maria Fernanda Marques de Jesus e Maria Margarida Gameiro, sob orientação de Manuel Villa verde Cabral, deram alguns contributos através do seu estudo “*Elementos para a história do fascismo nos campos: A*

«*Campanha do Trigo*» 1928-38”, (1978). Esta Campanha, integrava-se num processo de fiscalização e num primeiro momento tratava-se

de um expediente destinado a limitar a saída de divisas e a promover uma espécie de «import substitution» de pão, inserindo-se assim no programa salazarista de “restauração financeira”, permitiu por outro lado, integrar uma só bandeira ideológica – a exaltação patriótica da autarquia: O trigo da nossa terra é a fronteira que melhor nos defende – toda a série de elementos sócio económicos de primeira importância (Pais et all, 1978, p.321).

Esta Campanha, e em conformidade com os autores citados, ao mesmo tempo que respondia aos interesses imediatos das grandes casas de lavoura do Sul, garantindo-lhe um preço compensador para o trigo, a Campanha permitia também a reconversão de terras anteriormente destinadas à produção de artigos para exportação, como o vinho, a cortiça e o azeite, cujo escoamento se vinha tornando cada vez mais difícil em função da conjuntura depressiva mundial.

O arroteamento de terras da pior qualidade tornadas rendíveis pelo protecionismo (sem falar nos subsídios das arroteias) e a própria reconversão de montados e olivais terão, por seu turno, encorajado a fixação de novos seareiros, a quem de início foram propostos contratos mais favoráveis que de costume, condições posteriormente agravadas até ao colapso de grande parte desses seareiros, pelo menos em certas zonas (Pais et all, 1978, pp.321-322).

Ainda de acordo com os autores citados,

o movimento demográfico de relativa fixação da população nos distritos alentejanos durante a década de 1920-30 terá, por sua vez, contribuído para travar a mecanização e para manter os preços baixos, ao mesmo tempo que terá absorvido um pouco a emigração potencial das regiões nortenhas, interrompida pela depressão mundial; esta mesma interrupção de emigração e, por conseguinte, a diminuição de remessas frescas de dinheiro do Brasil são outros tantos fatores a contribuir para a necessidade, por parte do novo regime, de reduzir o défice da balança comercial, medida no âmbito da qual a Campanha do Trigo se integra obviamente (Pais et al., 1978, p.322).

Parece-nos que será relevante, ainda invocando Jaime Reis, identificar alguns aspetos considerados como móbil da Campanha, para além de uma forte componente ideológica, existe uma teia sistémica de relações socioeconómicas, que não incluem só a cultura dos cereais, mas todos os aspetos sociais da nossa sociedade de então. A jusante a corporativização deste setor económico conduziu a uma diminuição dos lucros da indústria de moagem e por esta via põe termo à luta em que a lavoura e a moagem se vinham confrontando há várias décadas. A lavoura cerealífera vai ficar mais do que nunca, subordinada aos setores a seu montante: designadamente: a indústria química

dos adubos e a indústria metalúrgica de construção de máquinas destinadas à agricultura.

Para os autores em estudo, tais factos terão contribuído para conflitos acesos entre os produtores agrícolas e os moageiros e até mesmos dentro destes, entre os grandes que detinham a supremacia e os mais fracos. Relata também, estes aspetos e outros surgidos das alterações ocorridas com o aumento do trigo e a necessidade crescente de evitar as importações, e de colocar o resultado da lavoura ao serviço da mesma. Reportam-se a estas ocorrências de vendas de anúncios, conspirações e outros, a comunicação jornalística do Alentejo, designadamente: *Ala Esquerda, Brados do Alentejo e Baixo Alentejo*. Quanto aos adubos importa dizer que a CUF (fundada em 1885) era o maior grupo financeiro da indústria portuguesa, o qual foi o maior beneficiário da Campanha do Trigo. Também a montante, a indústria metalúrgica soma quantias avultadas e concentrando-se maioritariamente nas empresas Duarte Ferreira & Filhos, do Tramagal e a Vulcano & Colares, a maior parte das empresas situava-se no Alentejo, se não acontecia, pelo menos haviam filiais.

Já tivemos oportunidade de referir a componente ideológica da Campanha do Trigo, contudo, torna-se necessário mergulhar um pouco mais nos autores considerados acima, para percebermos a luta entre as frações da classe possidente. No âmbito da produção e difusão do sistema ideológico corporativista dominante em Portugal durante perto de meio século, a Campanha do Trigo constituiu um momento muito importante de tal processo, articulando as instâncias, quer económicas, quer institucionais do Estado Novo. Assim, a matriz nacionalista própria “do regime fascista e corporativista espelha-se com toda a clareza na exaltação da autarquia económica e constitui o elemento forte da Campanha, desdobrando-se em subelementos que visam a máxima integração social” (Pais et al., 1978, p.347).

Segundo Machado Pais e seus colegas de equipa, consideram no conjunto das componentes ideológicas da Campanha, o ruralismo como a maior mistificação, na medida em que escondia na íntegra os avultados benefícios, retirados diretamente da burguesia industrial, e, mais indiretamente dessa burguesia urbana, que eram considerados os principais beneficiários da estabilização monetária, para a qual a Campanha é chamada a contribuir. Aqui reside um passo importante que levará numa primeira instância, à destruição das instituições parlamentares e, subsequentemente, ao

lançamento da Campanha do Trigo e à corporativização. É precisamente a tomada de consciência, por parte dos proprietários agrícolas que surge a necessidade de ultrapassarem o relativo isolamento político em que estão no sistema liberal e de se associarem a outros setores possidentes.

Todavia, terão surgido, neste âmbito, como elementos agregadores das camadas sociais, as Casas do Povo, os Grémios da Lavoura, o Instituto do Pão, entre outras obras ditas de integracionistas, independentemente do surgimento de um movimento sindical, como expressão dos operários e trabalhadores rurais.

Face ao exposto, e em traços gerais depreende-se que no decorrer dos anos trinta

mostra bem que a maior originalidade do corporativismo não residirá tanto no seu papel de arbitragem (...), mas, sim na “integração institucional” de vastos conjuntos da população, designadamente rural, na orgânica do Estado Novo Corporativo (...). A Campanha do Trigo e os seus prolongamentos institucionais terão permitido levar tão longe quanto possível, o objetivo do corporativismo, isto é, não só pacificar a luta de classes, mas também remover de todo os mecanismos de representação política liberal, com base no voto individual e num sistema qualquer de partidos, e substituí-los pela representação “orgânica”, com base nas “solidariedades económicas (Pais et al., 1978, p.388).

A este propósito, invocam ainda os autores que a Campanha do Trigo tem múltiplas implicações político-institucionais, mostrando como o corporativismo se terá orientado no sentido de uma articulação plena entre o político e o económico e da superação das necessárias mediações de qualquer sistema representativo, liberal ou autoritário. Referem ainda que vale a pena notar como o Estado Novo radicou, na província, as formas de clientela tradicional, as quais tinham servido de base à presença eleitoral da Monarquia e da República, graças ao trabalho das Casas do Povo (ao nível de freguesia) e dos Grémios da Lavourada (ao nível concelhio) e à ação nacional dos organismos corporativos ditos de coordenação económica (veja-se como os níveis distrital e provincial são completamente ignorados, numa relação “*direta*” entre Estado central e comunidade local.

Por último, os autores estudados na parte dos resultados da investigação “*à guisa de conclusões*”, fazem o balanço da Campanha do Trigo e ressaltam a ideia de que esta não terá tido tantos efeitos económicos e sociais, mas sim e sobretudo políticos e ideológicos, ou seja serviu para iludir, os cidadãos e assim lançar as bases para uma

aliança de classes” integrando agrários e industriais, grandes e pequenos agricultores, sem deixar completamente os rurais sem terra – que representa um dos momentos mais conseguidos da edificação do regime corporativista, em si mesma e como teste para outras operações de tipo semelhante levadas a cabo através da estrutura sócio económica do País (Pais et al., 1978, p.387).

Perante o que dissemos acima e corroborando com os autores, como qualquer protecionismo, o custo da Campanha do Trigo saiu caro aos contribuintes e consumidores, o que permite dizer, dado o regime fiscal do país e o peso do pão na alimentação popular urbana, que o seu custo saiu, antes de mais do bolso dos assalariados urbanos. Desta forma, também o patronato citadino, terá sido indiretamente chamado a financiar, esta «artificial» subida do custo da reprodução da força de trabalho assalariada. Mas, só uma ínfima parte desse patronato, com vimos, terá beneficiado das compensações com novas possibilidades de progredir. Tendo em conta que estávamos numa das maiores depressões do século XX, não surpreende que os seus efeitos possam ser mais de estagnação do que de crescimento económico.

Para além dos aspetos aduzidos, decorrentes da crise mundial e estagnação da economia,

combinada com a interrupção da emigração, tal estagnação terá mantido o mercado de trabalho deprimido, o que, sem falar da repressão, terá compensado a generalidade do patronato citadino de alta relativa do pão (...). Na realidade só os pequenos industriais de moagem se candidatam a vítimas diretas e sem remissão da Campanha. Sem falar nos solos esgotados por muito tempo por um sistema cultural e de adubação total e subitamente inadequado (Pais et al., 1978, p.387).

Da análise efetuada verifica-se que a Campanha do Trigo não terá trazido efeitos práticos, quer ao nível económico, quer social, se atendermos na particularidade, o esgotamento dos solos, ainda hoje tem consequências quase irreparáveis, apesar dos programas de recuperação e reflorestação nas terras mais fracas do Alentejo. Estas medidas protecionistas e até abusivas na sua aplicação, tal como todas aquelas que são usadas excessivamente sem uma perspetiva global, acabarão sempre por ser nefastas para os protagonistas que forçadamente tiveram de entrar no jogo. Contudo, ressalta uma certa e aparente “conservação social”, isto é “foi uma medida de amortecimento de conflitos potenciais e institucionalização do *«status quo»*. Mas o maior interesse da Campanha, do ponto de vista da história portuguesa recente, é porventura o de ter servido de suporte material à edificação do sistema corporativo” (Pais et al., 1978, p.

387). Em suma, constata-se que o esforço não compensou, apenas iludiu as expectativas daqueles que daí esperava mudanças significativas nos campos do Alentejo.

2.5. Planeamento e ordenamento do território e Junta de Colonização Interna

Este capítulo centra a sua análise no problema do despovoamento e empobrecimento territorial durante o Estado Novo. Penedos, à semelhança de outras aldeias portuguesas, beneficiou de uma primeira fase de um projeto da Junta de Colonização Interna, sobretudo, ao nível das infraestruturas. Contudo, as fases subsequentes goraram as expectativas de todo o povo que acreditou em dias melhores, mas disso daremos nota mais adiante quando nos dedicarmos à análise da Junta.

O projeto que Penedos viveu, inseria-se no âmbito da política de Planeamento do Estado Novo. Assim, neste trabalho, aprofundaremos o Planeamento, o ordenamento do território, bem como o aparecimento, desenvolvimento e intervenção da Junta de Colonização Interna na aldeia de Penedos (Mértola) entre 1968 e 1972. O período desta intervenção da Junta de Colonização Interna situa-se sobretudo, entre 1959 (ainda que a Junta tenha sido criada em 1936), altura em que surge o I Plano de Fomento e até 1973, período em que termina o III Plano de Fomento.

No que concerne ao problema, em torno do qual gravitam as políticas de colonização interna do Estado Novo, surgiram como “resposta estatal dirigida a transformar radicalmente as baixas condições de vida, originadas pela abrangência do desemprego rural temporário nos campos do Sul, e aniquilar os fundamentos do crescente protesto político protagonizado pelo proletariado rural” (Silva, 2011, p.9). Em conformidade com a autora, patenteia-se na formação da Junta, uma política social destinada ao mundo rural

na ausência de políticas de proteção social estatais que mitigassem os efeitos negativos, nomeadamente o desemprego, impostos pelo capitalismo nos campos do Sul. Assim, a política de colonização interna do estado novo, enquanto medida de transformação das relações das forças produtivas, parece assumir que o governo económico do país deve ser feito do ponto de vista social (Negri (1929), citado em Silva, 2011, p.10).

Parece que havia a tentativa de integrar as questões antagónicas da classe trabalhadoras no cômputo das políticas estatais do novo regime.

As políticas expostas surgem como resposta aos problemas, sobretudo de desemprego rural, com Maria Elisa da Silva (2011), a conflitualidade rural abrandou

com a Campanha do trigo no Alentejo (1929-33) “que levou ao desbravamento e cultivo de muitas terras de fraca qualidade permitindo aos seareiros arranjar um complemento económico, o que poderá ter contribuído para “uma quase desapareção dos conflitos sociais nos campos do Alentejo” (Fernando Oliveira Batista 1993, citado em Silva, p.12). Segundo o pensamento do autor, a Campanha não terá tido um efeito significativo na redução do desemprego, já que esta também é sazonal.

Daqui decorre que o desemprego fora das épocas, sazonais, aumentava drasticamente, quer no Alentejo, quer no Ribatejo. Logo a organização corporativa do Estado Novo, enquanto estrutura reguladora das relações de trabalho, não parecia encontrar soluções para o desemprego rural. Sabendo que com a 2ª Guerra Mundial,

as greves rurais na zona do latifúndio do Alentejo e Ribatejo multiplicam-se (...), pelo que parecia urgente a alguns setores dentro do regime encontrar uma solução de carácter mais premente para a questão social. Assim, surge a Junta de Colonização Interna, “como alternativa política estruturalmente adequada ao combate às tais «crises de trabalho» rurais e aos efeitos sociais que daí advinham – a deterioração das condições de vida dos trabalhadores assalariados...a perturbação da ordem pública, face ao carácter circunstancial da política de obras públicas e á inoperacionalidade dos mecanismos da regulação corporativa do trabalho agrícola (Silva, 2011, p.18).

Estavam criadas as condições para que o projeto da Junta de Colonização Interna se constituísse em torno da coerência económica ou produtiva, todavia, parece ter fracassado, com recurso insistente à Guarda Republicana junto do descontentamento dos trabalhadores, portanto, o uso da repressão.

No que concerne à aldeia de Penedos, a mesma sofreu dos mesmos problemas, que transversalmente afetaram a sociedade portuguesa, e como tal também ela beneficiou superficialmente de um projeto da Junta de Colonização Interna, no âmbito do processo de Planeamento do Estado Novo.

A partir de agora, vamos conhecer as políticas de planeamento, ordenamento do território, o conceito de Planeamento, em Pereira, Segão e Saramago (2001) é tido como um processo através do qual se podem prever acontecimentos futuros e predeterminar ações, as quais deverão ser desencadeadas em função das previsões. Este processo visa a coordenação de todos os recursos existentes, com vista a alcançar os objetivos no período mais curto e como mínimo de custos.

O Planeamento concretiza-se mediante diversas fases, e a sua concretização exige a construção de um plano

designado como um documento escrito, onde se encontram explícitas as metas e os objetivos a atingir. Convém no entanto salientar que entre plano e planeamento existem diferenças. O planeamento é um processo de decisão com uma certa racionalidade, enquanto que os planos formalizam aquelas decisões. O planeamento é um processo dinâmico, ao contrário do plano que é estático na sua forma de livro ou documento. O plano «é um meio e não um fim». E sendo um meio, traduz-se por um conjunto de programas de ação a desenrolar entre a fase de elaboração e a fase de execução do mesmo. Por seu lado, o planeamento é uma atividade contínua (Pereira, Segão e Saramago, 2001, p.65).

Em função do exposto e ainda com os autores (2001), o planeamento é um processo difícil de elaborar, pela complexidade que encerra nas suas exigências, é necessário ter em conta todos os recursos existentes no território. Assim e de forma sumária vamos decompor as suas fases:

- . Fase antecedente - durante a qual se toma a decisão de desencadear o processo de planeamento,
- . Fase preliminar - consiste no inventário e análise da realidade a fim de se estabelecer um diagnóstico;
- . Fase prospetiva - consiste na definição dos objetivos a longo prazo e das orientações estratégicas, para atingir esses objetivos;
- . Fase de programação - onde se procede à elaboração de um conjunto de objetivos a médio e curto prazo e de programas, projetos e medidas, a realizar para atingir esses objetivos;
- . Fase operacional - exclui a preparação da execução, a execução e avaliação de projetos, de programas e de planos.

Face ao que se refere, fixar o tempo, torna-se um elemento essencial num processo de planeamento, para atingir os objetivos propostos e responder à realidade/problema em estudo. Para tal, é imprescindível reunir todos os recursos financeiros, requerendo-se um orçamento por forma a evitar que os custos superem os recursos. Esta operação efetua-se em simultâneo com a programação, traduzindo-se no desdobramento temporal dos planos de média e curta duração, possibilitando melhorar

as condições de eficácia e facilitando as correções necessárias. Nos planos de médio prazo fixam-se objetivos intermédios, os quais definirão os de curto prazo e os correspondentes objetivos operacionais.

Ao serem definidos os objetivos de longo prazo, são também definidas estratégias de intervenção, que vão permitir aqueles serem atingidos com maior eficiência. Tal definição tem implicações nalguns processos de planeamento recorre a métodos, como por exemplo, os cenários (situações hipotéticas) e Delphi (consulta a peritos), ou ainda a análise de custo- benefício e custo- eficácia (comparação entre custo e benefício e entre o resultado que se prevê e custos e o custo, respetivamente). Colocadas em prática as ações, avança-se com os planos, assumindo aqui, os recursos, um papel preponderante, devendo os quais estar preparados por via da formação inicial e contínua para lidar com os desafios, muitos deles em territórios de pessoas já idosas e menos recetivas à mudança.

Em sentido genérico o planeamento requiere

quatro pontos essenciais: a previsão, a obtenção máxima de objetivos com o mínimo de esforço, economia de tempo, o que permite considerá-lo como esquema de pensamento e de ação com vista a atingir objetivos bem definidos em prazos determinados. Estes objetivos, embora sujeitos a uma rigorosa seleção, nem sempre são alcançados, o que leva a um replaneamento (Pereira, Segão e Saramago, 2001, p.66-67).

Este planeamento, deve ser entendido numa perspetiva global, tendo em conta os vários níveis: económico, social, cultural, ambiental, político, entre outros, articulando-se com o desenvolvimento como processo também global. Portanto, a história do planeamento como outra coisa não seria de esperar, associa-se à história do desenvolvimento e em ambos os processos, existe um elemento comum e imprescindível, para atingir o sucesso, que é a participação das populações, sem elas o fracasso parece estar assegurado. Com Isabel Guerra na sua obra *Fundamentos e Processos de uma Sociologia de Ação* (2006), estamos numa nova era de planeamento que é irreversível, a dos atores sociais nos processos que incidem sobre as suas próprias vidas, onde a participação é *condição sine qua non*.

A participação pública torna-se um requisito fundamental nas políticas de planeamento, sobretudo, nos processos de ordenamento do território, onde importa envolver as pessoas na consulta pública, sobre as várias atividades que se desencadeiam no território, porque este

envolvimento das populações é determinante na promoção da coresponsabilização comunitária no combate à preocupação isolada com a salvaguarda de interesses e valores exclusivamente individuais. A compreensão das propostas de desenvolvimento do território é talvez o melhor caminho para a redução de conflitos e a reação à mudança, facilitando a cooperação social no processo de desenvolvimento (Saraiva, 1998, citado em Ferreira, Cunha e Marinho, n.d., p.2).

Segundo o pensamento daqueles autores, concordamos que a participação pública assume maior significado porque são as pessoas que habitam os territórios abrangidos pelos planos que mais conhecimentos têm sobre os problemas e dinâmicas desses mesmos espaços. Deste modo, se a população estiver informada e esclarecida, torna-se uma fonte direta de informação, podendo assim, serem criadas alternativas mais adequadas à comunidade.

Nesta ordem de ideias, coloca-se a questão: Porque é que a participação pública é assim tão importante no planeamento/ordenamento do território? Porque o público ajudará a definir estratégias de promoção da qualidade do ambiente, associando esta com a integração dos recursos naturais em processos de ordenamento e planeamento, porque a perceção e participação das pessoas torna-se “imprescindível, quer na sua qualidade de agentes mais ou menos ativos na transformação da paisagem, quer como seus utentes, quer ainda como «guardiões» para as gerações futuras, dos seus recursos e potencialidades” (Saraiva 1998, citado Ferreira, Cunha e Marinho, n.d., p.2).

Torna-se cada vez mais necessário conhecer o sistema de valores do grupo dominante, bem como o alternativo e ainda saber quais são efetivamente as aspirações do grupo de interesses e da comunidade em geral, “numa tentativa de analisar de que modo os sistemas de valores influenciam a tomada de decisão e em que medida uma progressiva consciencialização, através da educação ambiental, pode conduzir a uma redução” de conflitos eminentes existentes à prossecução de um desenvolvimento mais sustentável” (Saraiva 1998, citado Ferreira, Cunha e Marinho, n. d., p.2).

Isto é, todo o desenvolvimento, é sustentável, senão não pode ser considerado como tal. Entende-se a transcrição pelo que encerra, só pode querer transmitir a efetivação de um processo de desenvolvimento, o qual está intimamente associado aos vários instrumentos de planeamento.

Após o referido, existe uma história nos instrumentos de planeamento e ordenamento que importa contextualizar, com Costa Lobo (2011), recuemos aos anos

trinta do século XX, com a carência de plantas topográficas, formou-se a *Comissão de Fiscalização de Levantamentos Aerofotogramétricos*. Nos anos quarenta foi encetada uma política de planos urbanísticos generalizada e constitui-se a Direção Geral dos Serviços de Urbanização, em 1944, com o Decreto-lei 33921, de 5 de setembro, incluindo uma pequena *Repartição de Estudos de Urbanização*. Com Duarte Pacheco o país inicia uma campanha de conservação do património cultural e de promoção de arquitetos e engenheiros. Durante os anos cinquenta inicia-se o enquadramento dos planos mas, tendo em conta a fraca capacidade financeira dos Municípios, a Administração Central financia estes estudos. A partir dos anos sessenta desencadeia-se

uma forte explosão de loteamentos e construções ditas “clandestinas”, à margem da lei, e o Estado abdica da sua função exclusiva de urbanizador das novas expansões, aceitando loteamentos de iniciativa privada (DL4). A situação torna-se muito confusa e o Ministério das Obras Públicas toma, então, duas iniciativas: o Decreto-Lei 576/70, a lei dos solos, que constitui a primeira lei dos solos (até aí havia apenas a lei 2030, que orientava a questão da distribuição das mais valias e a possibilidade de expropriação fundamentada no interesse público), o DL 560/71, Planos Gerais de Urbanização, que dispunha sobre a composição dos planos de Urbanização e o regulamentava através do D 561/71. Quanto ao DL 576/70, ele era muito ambicioso e arriscado, para o seu tempo, definindo o conceito de Expropriação Sistemática. Foi largamente aplicado apenas na operação integrada que criou o Porto de Sines, Porto de Águas Profundas, e a Cidade de Santo André. O DL 560/71, com um preâmbulo promissor, acabou por cair num processo de planeamento deixado num zonamento e num regulamento, como anteriormente. Depois, para atalhar o mal dos loteamentos clandestinos, até aí descoordenado, foi criada uma nova lei de loteamento, DL 289/73. Entretanto foi iniciado o combate às construções clandestinas, mas procurando obviar à tendência de legalizar as já existentes como facto consumado. Foi assim que surgiu o DL 804/76, reconversão de loteamentos ilegais, já após a revolução de 25 de Abril. Lobo (2011, pp. 6-7).

Ainda com Costa Lobo por forma a reforçar o movimento municipalista foi promulgada a lei dos solos Decreto-lei 694/76, e a admissão do conceito de *Planos de Áreas Territoriais* (PAT), “única forma de vencer a oposição ao planeamento extensivo do território, que só se conseguiu em 1982, com os Planos Diretores Municipais” (Lobo, 2011, p.7) Nesta fase os municípios não aceitaram e tornou-se fundamental que o Ministro do Planeamento (Prof. Valente de Oliveira) lançasse mãos de uma nova legislação para os Planos Diretores Municipais (PDM's) - o Decreto-lei 69/90 – PDM, que “permite uma maior racionalidade na gestão camarária e a sua amplitude territorial – toda a área do município - torna-o o principal instrumento para a estratégia económica e social das autarquias e o meio mais apropriado para a realização da disciplina urbanística” (Frade, 1999, p.47).

Foi a partir daqui, dos anos noventa que o País viu o seu aparecimento (PDM's) iniciando-se, assim, uma fase de grande relevo, com a abordagem das questões ambientais, bem como o a introdução dos conceitos de estratégia e sustentabilidade. Daqui em diante houve uma evolução substancial desde *Cartas Acústicas* (Mapas de Ruído), *Cartas Educativas*, *Planos temáticos* e *Cartas Topográficas*, *Planos Integrados de Desenvolvimento* de que o PIDBE (Plano Integrado de Desenvolvimento do Distrito de Beja) que constitui um exemplo. Bem como os planos estratégicos, quer municipais, quer intermunicipais, conducentes aos fundos comunitários, onde se destaca o Plano Estratégico do Baixo Alentejo (PEDBA). Juntam-se outros instrumentos territoriais de orientação regional como o Programa Regional de Ordenamento (PROT), por cada região NUT II (Nomenclatura de Unidades Territoriais): Alentejo, Algarve, Lisboa e Vale do Tejo, Centro e Norte), sem deixar de lado a orientação nacional e do qual todos os expostos decorrem'- Plano Nacional Português de Ordenamento do Território (PNPOT).

Em traços gerais, o âmbito evidenciado acima, isto é; as dimensões nacional, regional e local, articulam-se de acordo com Marques (2007, pp.245-246) referindo-se ao artº 8º da Lei 48/98, como instrumentos para a gestão territorial que integram quatro tipos de instrumentos, designadamente:

- instrumentos de desenvolvimento territorial, de natureza estratégica, refletindo as grandes opções do Estado, sobretudo, no que reporta à organização do território, refletindo a sua responsabilidade sobre o uso do solo, devendo ser sempre considerado na elaboração dos instrumentos de planeamento territorial;

- instrumentos de planeamento territorial, os quais são responsáveis pela natureza regulamentar, sobre o regime do uso do solo, sendo aqui definido a estrutura de modelos que refletem a evolução da ocupação dos homens no território pelos homens, bem como da organização de redes e sistemas urbanos, tomando em consideração uma escala adequada de aproveitamentos dos solos;

- instrumentos de política setorial, tendo estes a responsabilidade da programação e efetivação das políticas de desenvolvimento de incidência espacial, sem esquecer o impacto territorial ;

- instrumentos de natureza espacial, constituídos como meio complementar da intervenção do Governo, com vista à concretização de objetivos nacionais, com reflexo no território e podendo salvaguardar princípios essenciais do programa nacional de ordenamento do território português.

É chegado o momento de aprofundar o conceito de ordenamento do território (que está intrinsecamente associado ao planeamento e ao desenvolvimento, com já verificamos), o qual tem suscitado ao longo da história, vários debates e discussões. "Esta realidade reflete a elevada complexidade com que se reveste o fenómeno geográfico. Ordenar, significa identificar, organizar, distribuir e regular, o tempo físico e as atividades humanas nele presentes, observando um agregado de critérios e prioridades" (Papudo, 2008, p.1).

Para além da existência de diversas conceções, sobre o ordenamento do território,

este deve ser entendido como toda a atividade resultante de um processo reflexivo proporcionando por um determinado tipo de análise espacial, constituída e erigida a partir de um conjunto de fatores recolhidos segundo uma metodologia, cientificamente fundamentada. Como resultado, esta oferece e proporciona ao Homem o acesso a um correto entendimento da sua envolvente, permitindo por sua vez, projetar um conjunto alargado de estratégias com implicações territoriais (Papudo, 2008, p.13).

Jorge Gaspar (1989), reputado geógrafo, um dos investigadores portugueses que se têm dedicado às questões do planeamento, ordenamento e desenvolvimento, numa das suas obras, considerada um clássico nesta área, inserida na Série "*Portugal – os próximos 20 anos*", manifesta grandes preocupações com o uso do espaço e a evolução do território, ou seja previa este desfecho difícil que ora vivemos.

Numa outra dissertação em torno do *Novo Ordenamento do Território* (n.d.), evidencia que os

portugueses no início da nacionalidade apostaram na acentuação de algumas tendências organizativas, que a própria natureza física do território favorecia: o litoral, os rios navegáveis; que os antecedentes históricos apelavam: o Mediterrâneo, o Mar do Norte, e o Báltico. Num par de séculos estavam instaladas as tendências pesadas, que se mantêm ainda hoje (...) Depois segue-se um rol de receitas, vertidos, com a repetição e os tempos, noutros tantos mitos: colonização interna, o povoamento, a regionalização, as redes de transportes, os pólos de crescimento, os parques industriais, as cidades médias (Gaspar, 1995, p.1).

Desta forma, afirma-se que tivemos meio século de políticas de ordenamento do território, cuja preocupação se centrava na “intervenção programada e coordenada nas regiões mais desfavorecidas, assim como o ordenamento do território, ganha relevo nos países da Europa Ocidental após a II Guerra Mundial” (Caetano, 2008, p.4). Portugal não se quis alhear dos avanços nos modelos de ordenamento territorial que estavam acontecer no pós guerra, sobretudo franceses e americanos, mas também vindos de Espanha Reino Unido, Holanda, entre outros.

Deste modo, surgem os Planos de Fomento, o Iº que vai de (1953-58),

os processos de elaboração e execução dos planos de fomento contribuíram fortemente para consciencializar governantes, decisores e técnicos sobre a importância de incluir a dimensão de médio e longo prazo no pensamento e decisão, assim como a interdisciplinaridade e coordenação de políticas. É também neste quadro que ganha importância a dimensão regional da evolução económica e social (Caetano, 2008, p.5).

Em conformidade com Gaspar (1995), durante a vigência do *I Plano de Fomento* e já no âmbito da *Preparação do II Plano de Fomento*, surgem os *Planos Regionais*, tendo como preocupação central resolver os problemas decorrentes do sobrepovoamento de certas regiões do País. Com a criação do *Centro de Estudos Políticos e Sociais*, surge em 1956 um conjunto de estudos sobre *Elementos para uma Política de Ordenamento*, cuja preocupação essencial visava resolver os problemas sociais e o aproveitamento dos recursos humanos e não uma ideia de equilíbrio territorial ou de retorno à terra.

Era também pretensão do Estado Novo, responder à calamidade do desemprego, arrumar as áreas mais dinâmicas, designadamente as que estavam mais sujeitas a impulsos de urbanização e da industrialização que começava a dar sinais de crescimento, assim surge no final dos anos cinquenta, o *Plano Regional de Lisboa*, que mais tarde já na vigência do II Plano, se haveria de chamar, *Plano Diretor de Desenvolvimento Urbanístico da Região de Lisboa*.

Quanto ao *II Plano de Fomento*, surge em 1959 e vai até 1964, mas aquando da sua preparação em sintonia com Miguel Caetano (2008), eis que se institucionalizou o *Plano de Rega do Alentejo*,

caracterizado como empreendimento de fins múltiplos e assim referido em estudos sobre a regionalização e Poder Local em Portugal (...), pela primeira vez, surgiu a caracterização de uma região, mas não o equacionar de uma política regional (...). O plano trata dos

investimentos de base essenciais ao fomento agro florestal – hidráulica, a preferência é dada ao plano de rega do Alentejo, proporcionando uma intensificação cultural pela transformação em terras de regadio (Caetano, 2008, p.5).

Ao que parece, o objetivo estratégico foi atingido – aumentar o regadio do Alentejo em detrimento da monocultura intensiva de sequeiro. A questão hidráulica também não se afastou dos princípios preconizados Talvez não vislumbrassem este excesso de vinhedos e olivedos e o abandono de praticamente todas as culturas de sequeiro. Mas, eis que surge um dado novo depois de mais de cinquenta anos - o turismo pode ser uma das maiores fileiras de desenvolvimento do Alentejo e do País.

Estavam então criadas as condições para a criação da *Junta de Planeamento Económico e Social*, em 1962, o Governo submete à Câmara Corporativa um projeto de Dec. Lei, segundo Gaspar (1995), sistematizaram-se as bases do que deverá ser a institucionalização do sistema de Planeamento Regional. Surgindo em 1966, no âmbito do Secretariado Técnico da Presidência do Conselho de Ministros, a Divisão de Planeamento Regional que teve um papel importante na preparação do III Pano de Fomento (1968-73), a ação desta Divisão e deste Secretariado, hão-de prolongar-se para lá do 25 de Abril de 1974, conhecendo aqui o seu reforço.

Quanto ao *III Pano de Fomento*, vê a sua publicação assegurada no Dec. Lei 2133 de 20 de dezembro de 1967 e decorre de 1968 a 1973, tendo como objetivos basilares: “aceleração do ritmo de acréscimo do produto nacional, a repartição mais equitativa dos rendimentos e a correção progressiva dos desequilíbrios regionais de desenvolvimento” (Caetano, 2008, p.14). Há dois aspetos fundamentais neste Plano: são a delimitação de regiões e a criação de orgânica de planeamento.

Com Caetano (2008), em síntese apresenta-se o esquema da política de ordenamento território, considerando que as orientações do *III Plano de Fomento* apontam para a necessidade de:

- . Compensar o poder de atração de Lisboa e Porto;
- . Compatibilizar as exigências impostas pelo desenvolvimento nacional e as que dizem respeito ao progresso das diferentes regiões.

Propondo ainda que a estratégia global do ordenamento do território assente:

- . Na organização e expansão de Lisboa e Porto, com base num processo de desenvolvimento de penetração para o interior;
- . Concentração dos investimentos nos serviços e nas atividades produtivas na Região Centro e no Algarve, por forma a contrariar o poder de atração destas aglomerações.

Por último e ainda segundo o autor, existem alguns organismos desconcentrados do Estado que são fruto do *III Plano de Fomento*, como sejam as *Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional*, continuando a regere-se pelos mesmos princípios da sua fundação, o mesmo se pode afirmar sobre a delimitação regional, isto é, os limites das áreas de ação das *Comissões de Coordenação Regional* são praticamente idênticos aos aprovados em 1969.

Todavia, a “*política de ordenamento do território*” nunca chegou a ser formalmente institucionalizada, ou seja, não saiu do plano setorial e também não foi retomada após 1974, já o mesmo não aconteceu com a Divisão e o Secretariado Técnico que foram reforçados com o 25 de Abril, conforme já aludimos.

É chegado o momento de falar na *Junta de Colonização Interna* e a sua intervenção na aldeia de Penedos, é no âmbito do *III Plano de Fomento*, que surge a implementação desta Junta (apesar de criada em 1936 e publicada na vigência do II Plano), a qual beneficiou numa primeira parte do projeto a aldeia de Penedos. Estávamos no final dos anos sessenta, havia a guerra colonial, a aldeia ainda não tinha luz elétrica, tinha uma escola primária, construída no *Plano dos Centenários em 1963*, que albergava cinquenta alunos entre os sete e catorze anos, por sinal já na modalidade de escola mista (juntava rapazes e raparigas, o que não acontecia na aldeia de Martim Longo, a sete quilómetros de distância, no concelho vizinho de Alcoutim (Algarve), aí a escola era masculina e feminina, o autor frequentou os dois primeiros anos da instrução primária nessa escola nos anos letivos de 1968/69 e 1969/70 (primeira e segunda classes).

A agricultura era essencialmente de subsistência, porque a grande propriedade estava no fim de um ciclo (o tradicional), não se modernizou, foi praticamente abandonada, os homens que trabalhavam na terra, nela só permaneciam os mais velhos, porque os novos, os que não estavam na guerra colonial, já tinham partido para Lisboa e

Setúbal, e alguns para o estrangeiro (França e Alemanha), quando rebentou a crise agrícola no fim dos anos cinquenta e início dos anos sessenta, Cutileiro em *Ricos e Pobres no Alentejo* (1979), retrata esta realidade, aliás, já descrita atrás. Ainda assim, moravam na aldeia perto de trezentas pessoas, cuja estrutura era composta essencialmente por velhos, crianças e mulheres. As pessoas eram pouco letradas, algumas, muito poucas, tinham a instrução primária.

As habitações eram rudimentares, as paredes eram feitas de adobe e pedra e os telhados de cana, sem qualquer saneamento ou água, essa tinham que ir buscá-la em cântaros (de latão, ou cobre, consoante as posses das famílias) e “*enfusas*” (bilhas de barro) ao poço (existiam alguns poços - o poço novo, o cambarista e o último, o da Junta, datado do ano de 1967 e ainda o poço velho que era para lavar a roupa (onde se encontra um logradouro) e para os animais beberem (era lá que o autor levava as suas vacas para beberem) e tinham de ir cedo, porque a água era escassa. O comércio resumia-se apenas uma mercearia, com todos os provimentos indispensáveis, desde o petróleo, passando pela farinha, até ao sal. A alimentação era pobre e sobretudo, à base de pão (cozido em forno coletivo ou particular) e da carne do porco que matavam, salgada, dava para o ano inteiro. Não havia trabalho, as reformas não existiam, o médico só havia na sede de concelho, em Mértola e era particular. Morriam cedo e quase nunca sabiam a causa. Casavam também cedo para aliviar os pais e ainda tinham alguns filhos, mas muito menos que os seus progenitores. Este era o retrato de Penedos, radiografado pela vivência do autor.

Doravante, vamos retomar a *Junta de Colonização Interna* da responsabilidade do Ministério da Economia e da Secretaria de Estado da Agricultura, cujo regime jurídico é instituído pelo Decreto-lei nº 44720, de 23 de novembro de 1962, publicado na Iª Série do Diário da República com o nº 270, assinado pela chancela do então Presidente da República, Américo Deus Rodrigues Thomaz e do Presidente do Conselho, o Chefe de Estado, António de Oliveira Salazar.

No regime jurídico da Colonização Interna (1962, pp.1551-1561), dos seus dezoito pontos, sintetizamos os aspetos mais relevantes:

Havia a convicção que as causas mais profundas da crise de adaptação da agricultura portuguesa às exigências da época atual se situavam num quadro que instituições jurídico agrárias e económico sociais que determinavam ou modelavam as

condições técnicas, económicas e humanas em que se desenvolveu a atividade do setor. Durante muito tempo assistimos a uma pulverização de terras ao nível do microfúndio, nalgumas partes do País, já no Alentejo e noutros lados, a concentração fundiária tinha assento marcado. Contudo, desde há muito que o sistema regulador entre aqueles que possuem terra e os que nela trabalhavam, aprestava-se como defeituoso.

Já no *II Plano de Fomento* (1959-64) havia acautelado o governo, da necessidade de um esforço de modernização e intervenção no setor agrário, além da necessidade de reorganizar o espaço físico em que a agricultura se desenvolveu. Tornou-se fundamental o procedimento do emparcelamento rural, bem como a definição de um novo regime jurídico do arrendamento rural e de outras formas contratuais da exploração da terra.

Os últimos cem anos, ajudaram no povoamento do Alentejo, tendo a Campanha do Trigo (1930 – 38) dado uma ajuda, sendo o seu maior impacto verificado no aumento quase integral do cultivo de todas as terras, independentemente das suas potencialidades. Foi também neste período II Plano que surge o *Plano de Rega do Alentejo* que através do empreendimento hidráulico possibilitaria a intensificação de culturas, adensamento populacional e sua promoção económica e social, é aqui que reside a esperança da colonização do território, cujo objetivo principal de exploração agrícola, visava uma reorganização agrária, assente na criação de unidades técnico económicas que constituíssem uma adequada base de atividade profissional para agricultores evoluídos. Portanto, havia uma estreita simbiose entre proprietários o Estado.

Pretendia a colonização interna que as unidades de exploração fossem economicamente viáveis, havendo, caso os proprietários não respeitassem a lei, lugar à expropriação. Nesta conformidade, existia também um apoio a um fundo rural, destinado às associações de cooperativas agrícolas, para apoiar os agricultores, independentemente da dimensão das explorações agrícolas.

Tentamos até aqui dar uma visão global da Colonização Interna, agora vamo-nos deter nos seus fins gerais, que visavam constituir-se como fator de promoção do desenvolvimento económico e de progresso social dos meios rurais, tendo como objetivos fundamentais:

- . Promover, com recurso a adequados meios técnicos e jurídicos, a correção de defeitos da estrutura agrária, por forma a que a agricultura pudesse adaptar-se às exigências técnicas do desenvolvimento da economia e corresponder às necessidades sociais da vida contemporânea;
- . Favorecer uma distribuição equilibrada da população agrícola, por forma à criação de condições básicas para atingir o melhor aproveitamento dos recursos naturais;
- . Promover a criação de casais agrícolas, sobretudo junto às denominadas obras hidráulicas, para que fossem desenvolvidas empresas agrícolas de dimensão familiar, capazes de propiciar aos agricultores, que utilizassem uma técnica adequada, condições de vida satisfatórias;
- . Fomentar a produtividade, sobretudo em regiões onde o Estado tinha grandes obras de fomento agrícola, permitindo exigir uma razoável contrapartida de investimento feito em mais-valias económicas e progresso social.

A Junta de Colonização Interna, para além dos objetivos, no que reporta aos Planos e Projetos de colonização, quanto aos primeiros visavam essencialmente o seguinte:

- . Valorizar a terra e aperfeiçoar o trabalho agrícola;
- . Orientar e fomentar a produção agrícola tendo em conta o comércio externo;
- . Determinar as soluções dos problemas das habitações das populações rurais;
- . Promover a difusão da propriedade agrícola familiar;
- . Estudar as redes de comunicação, de modo ao melhor escoamento dos produtos.

Os projetos da *Junta de Colonização Interna*, de entre um conjunto significativo desde obras inerentes à indústria, à componente de unidades técnico profissional, destacam-se aqueles que se reportam às obras de interesse geral, já que deles é esperado um significativo desenvolvimento económico.

No *Relatório Trabalhos e Contas de Gerência dos anos 1944 e 1949*, citado em (Silva, 2011), dá conta que a única forma de garantir trabalho sem interrupções aos trabalhadores rurais é apostar na policultura, ajudando assim, a solução do problema demográfico, com os evidentes reflexos na produção. Por isso, “convém, sem sombra de dúvida, iniciar a Sul do Tejo uma política de parcelamento de terra, conduzida com uma indispensável prudência e baseada num conhecimento profundo das possibilidades dos terrenos e parcelas” (citado em Silva, 2011, p.80). Refere ainda o Relatório, os projetos de colonização estatal realizados em

baldios reservados, da Herdade de Pegões, da Mata da Gafanha e da Campina de I - eram considerados deficientes face à necessidade de espalhar nas várias regiões do país, e, especialmente onde domina a grande propriedade, colónias agrícolas que permitiam arrumar numerosas famílias em outras tantas casas agrícolas (citado em Silva, 2011, p.80).

Resumidamente, podemos afirmar:

que a política do Estado Novo, formada nos anos trinta deve ser estruturalmente entendida como uma tentativa de reorganizar por ação do Estado as forças produtivas de forma a aumentar as condições de vida e diminuir as tensões sociais originada pelo desenvolvimento do capitalismo nos campos do Sul, que baseado na extensão da cultura do trigo, produziu uma massa crescente de assalariados agrícolas temporários...até ao êxodo rural dos anos sessenta. Na ausência de mecanismos de proteção social no mundo rural... a colonização interna pode ser vista como uma política social de acesso à propriedade, numa altura em que a ordem social rural é fundamentalmente estruturada em função da posse da terra (Silva, 2011, p.32).

Parece que o importante seria proceder às alterações nas relações sociais de produção nas zonas de assalariados agrícolas, sendo importante desproletarizar. Poderá ser aquilo que Henrique de Barros na sua obra *Sobre o conceito de Reforma Agrária* (1949), chamou de “reforma agrária de carácter individualizante, colocando um dique intransponível, à penetração das ideias de coletivização na terra, e, de modo mais geral, ao progresso das formas de revolução social” (Barros, citado em Silva, 2011, p.34).

A este propósito Ezequiel Campos, Fernando Rosas (1988) e Villa verde Cabral (1974), citados em Silva (2011), discorrem em torno do assunto, para uns é, instrumento do capitalismo, para outros, é modernização da agricultura. Seguimos de perto o pensamento de Rosas, esta ideia

de grande propriedade necessária ao modo de produção da cerealicultura, deve ser entendido como forma de fixação da força de trabalho destinada à criação de um exército de reserva de mão de obra que estivesse disponível tanto para o trabalho das arroteias dos

terrenos ainda incultos como para o trabalho sazonal. Numa explicação funcionalista de cariz marxista, a colonização interna é aqui concebida como uma proposta política necessária à produção e reprodução de mão de obra fundamental ao desenvolvimento das relações capitalistas no mundo rural (citado em Silva, 2011, p.3).

Daqui em diante, o Estado Novo parece ter promovido uma política económica incorporando a questão social. Mas, ao que parece esta vinha em sentido figurado, isto é, não trazia mais-valias aos trabalhadores rurais.

Em jeito de conclusão, através da revisitação à aldeia de Penedos, estávamos em 1968, ano em que se iniciava o *III Plano de Fomento*, que como sabemos há-de chegar a 1973. A terra pacata do interior do Alentejo, nos confins do concelho de Mértola, onde a “*planície*” abraça a serra algarvia - o Caldeirão, já a desfazer-se das serranias que lhe assistem no seu início. Isto é, Penedos confina com o concelho de Alcoutim a nível físico, social, cultural e económico. Eis que chega a notícia de que a Junta de Colonização Interna havia de mudar para sempre a pobre e abandonada aldeia alentejana.

Tudo isto, começou porque um senhor de nome José Centeno Passos e com influência no poder (conforme conversas informais, com os habitantes mais idosos), descendente da aldeia, um dia visitou o lugar e deparou com a casa dos seus familiares desfeita em ruínas. Terá sido a partir daí que lhe surgiu a ideia de erguer em cima das ruínas, uma Igreja. Tudo se iniciou nesta altura. O que é facto, é que a Junta de Colonização Interna chegou, tendo promovido um conjunto de reuniões explicativas, sempre sob a direção de Manuel Passos (muito influente junto de Marcelo Cetano), meio irmão do senhor José Centeno Passos, o qual terá assumido a gestão de todo o processo, coadjuvado por Joaquim Tibério, ambos vindos de Lisboa, com relações diretas com o Senhor Secretário de Estado, de seu nome Vasco Leónidas, para além de inúmeros membros do governo que por ali passaram até 1971.

A proposta visava numa primeira fase, a reconstrução do parque habitacional, tornando as casas dignas de habitabilidade, desde a reconstrução, ao apetrechamento básico de saneamento e salubridade, ao conforto de janelas e portas, passando pela eletrificação movida por um motor a gasóleo. Uma segunda fase, passava pela educação e cultura, criação de um posto de telescola, formação profissional e desenvolvimento cultural da comunidade. Numa terceira fase, pretendiam instalar cooperativas de produção e consumo, com o desenvolvimento de vinhas, silvicultura, pastoreio e

agricultura moderna (introdução de tecnologias e maquinaria). Os objetivos visavam promover o povoamento e aproveitar os jovens que chegavam de África da guerra colonial que pudessem permanecer na aldeia e trazer os outros que já haviam partido, com vista a criar condições dignas para a vida humana.

Estavam lançadas as bases para instalar o plano que havia sido concebido para aquela pequena aldeia alentejana. Foram iniciados os projetos, não pelo parcelamento agrário, nem por outra coisa que não fosse o apoio à habitação, educação e profissionalização, atividades culturais e desenvolvimento social.

A primeira fase desenvolveu o parque habitacional da aldeia, deitando abaixo praticamente quase todas as casas, construídas de forma tradicional e substituiu-as por alvenaria, trabalho este que ocorre em três fases, em função das condições económicas dos beneficiários.

Foi construído o *Centro Popular dos Trabalhadores de Penedos*, a Igreja, um Cruzeiro em homenagem à Senhora da Piedade, junto à estrada de acesso à aldeia, tudo isto foi feito com trabalho coletivo, sem excluir a participação de crianças e idosos. Quanto aos restantes aspetos, foi criado um posto de telescola e instituiu-se a festa da aldeia que ainda hoje se comemora em honra de Nossa Senhora da Piedade (padroeira da aldeia, em homenagem ao seu mentor inicial José Centeno Passos, habitante de Loulé, onde esta santa é objeto de grande adoração).

Por esta altura, foi elaborado um documentário televisivo, promovido pela Rádio Televisão Portuguesa, com duração de uma hora, sob condução de Fialho Gouveia, onde é feito um retrato inicial da aldeia quando a *Junta de Colonização Interna* chegou e as consequentes melhorias ocorridas dois anos depois, sendo protagonistas os próprios habitantes (onde se inclui o autor) e todos aqueles implicados no sistema, incluindo o Chefe de Governo, o Primeiro- Ministro e o Secretário de Estado, tendo este visitado as obras em Penedos. Existe aqui, uma clara e evidente propaganda ao regime que instituiu o projeto “comunitário”.

Deste período em diante, não ocorreram mais alterações e o plano foi abandonado, por desentendimentos entre os responsáveis e provavelmente a convulsão nas colónias pode ter sido determinante para o fim da intervenção e chegou assim ao

fim, a esperança de uma comunidade inteira, que viu ali uma janela de oportunidades para ficar na sua terra, o que não ocorreu, tendo sido goradas todas as expetativas.

Parte II

ENQUADRAMENTO EPISTEMETODOLÓGICO

1- ENQUADRAMENTO EPISTEMOLÓGICO

1.1. Sociologia e a Sociologia da Ação

A Sociologia enquanto ciência, “é uma quanto ao sujeito que a concebe (...), enquanto a epistemologia é uma reflexão sobre a ciência” (Blanché, 1988, pp.73 e 147). Assim, a Sociologia, sendo uma ciência social, ocupa-se do estudo dos fenómenos inerentes à convivência vida humana, isto é, preocupa-se com os problemas globais que afetam a sociedade. Deste modo

a sociologia só existe propriamente a partir do momento em que as sociedades deixam de se situar em relação a uma ordem que lhes é exterior, quando elas são na sua historicidade, isto é na sua capacidade de se reproduzirem (...). Porque as condutas sociais devem ser explicadas pelas relações sociais onde se situam. Não o podem ser pela compreensão do sentido que o ator social dá às suas condutas (Tourraine, 1982, pp.17 e 51-52)

Assim, por uma questão de sistematização, tornou-se necessário, sem perder o sentido da Sociologia Geral, estudar os fenómenos por segmentos/áreas, ou seja, estamos a falar das sociologias especializadas, que neste caso em concreto - a Sociologia de Intervenção/Ação.

Antes de estudarmos especificamente no campo da Sociologia de Ação, vamos debruçamo-nos sobre o conceito de território e da sociologia que sobre ele recebe a designação e dele se ocupa – a Sociologia do Território. Com António Pedro Marques (2006),

o território é uma referência globalizante, ou é algo que está a ser construído simultaneamente com o conceito de globalização, denotando-se por vezes, uma certa oposição face a este conceito, sobretudo pelas possibilidades que oferece, em reconhecer e valorizar as especificidades locais e regionais e assim enfrentar o desejo uniforme da ideia de globalização (Marques, 2006, p.48).

Como autor, o território é considerado como espaço social, produzido e delimitado por uma nítida fronteira que ordena e assenta a sua construção numa representação que pode ser considerada tanto como uma ferramenta, como um recurso para o desenvolvimento económico e social. O processo intrínseco ao território

é ainda responsável pela construção do património sociocultural baseado na tradição histórica local, ao mesmo tempo que possibilita apontar alternati

vas inovadoras. Aos poucos, sedimenta uma memória coletiva, articulando os saberes e as relações com o meio natural e com o património material e simbólico, desencadeando processos que conduzem à construção da cidadania” (Marques, 2006, p.49).

Ainda neste registo, o autor relewa que o património foi ganhando uma história construída pelas pessoas que habitam neste espaço, trazendo à convenção os seus valores e regras, arranjos institucionais, que lhe dão expressão quer socialmente, quer organizativa.

No que diz respeito ao espaço social,

o território é um campo de forças políticas conflituosas com estruturas de poder e dominação. Assim o território é simultaneamente um lugar de produção de bens e de acumulação de capital e um lugar de construção de acordos institucionais de poder instituído, em constante mutação e que abriga conflitos de interesses e formas de ação coletivas e de coordenação” (Marques, 2006, p.50).

No âmbito da Sociologia, o conceito de território tem vindo a assumir ao longo dos últimos vinte anos, uma série de reflexões em torno da dicotomia concetual: rural/urbano. Contudo hoje é possível perceber e tendo em conta (Veiga et al., (1998)), citado em Marques (2006) que há um paradigma que impõe a mudança, a sociologia rural perde terreno para a recente sociologia do território. O paradigma em presença integra um leque de preocupações articuladas com as transformações ocorridas pela agricultura e pelos espaços rurais nas sociedades mais evoluídas do continente europeu, sendo que todas as teorias preconizadas estavam essencialmente orientadas para a explicação da sobrevivência do mundo rural.

Para além das discussões existentes em torno da problemática indiciada acima, importa sobretudo, centrar a nossa atenção no território, quer seja rural, quer seja urbano, porque hoje, à semelhança do passado, um é condição, para a existência do outro, bem como para a necessidade do seu equilíbrio. Aqui, assume significado, sobremaneira, o território e o que nele se faz para a sua continuidade, logo entendemos que cada vez mais, faz sentido falar de território e de intervenção social, ao invés de estabelecermos dicotomias.

A partir de aqui, vamos discorrer acerca da Sociologia de Ação e de Intervenção no Território que no caso em análise é um espaço rural, mas que é indissociável do contexto urbano que lhe está mais próximo. Nesta sequência, este trabalho de

investigação, insere-se no âmbito da Sociologia da Ação, haverá uma profunda interação entre atores e investigador de modo a encontrarem soluções para os problemas já identificados. Elaborar um estudo designado de Sociologia de Ação, pressupõe explicar os factos sociais como ações produzidas por indivíduos capazes de responder a uma dada situação,

ou seja, a centrar o interesse da análise sociológica nas decisões individuais dos atores e não tanto na ação hipotética de fatores gerais que se impõem à sua ação. Trata-se de produzir uma explicação compreensível das decisões individuais que estão na origem dos fenómenos em estudo considerando que o ator escolhe uma solução porque sabe ou julga saber das possibilidades que lhes são oferecidas. Ou seja: considera-se que tendencialmente, os indivíduos escolhem determinada solução que veem surgir num quadro de várias opções possíveis (Saragoça, 2011, p.125).

Nas últimas décadas do século XX, com Rémy Hess (1983), também citado em Guerra (2006) há um princípio que há de permitir uma articulação entre uma sociologia mais académica e uma sociologia de terreno, a realidade tem vindo a demonstrar a real coexistência dessas dimensões, com a presença cada vez maior dos sociólogos de terreno nos mais variados domínios de atuação profissional, verificando sobretudo, um desejo de influenciar cada vez mais a mudança social, aliás, esse é o propósito de qualquer sociólogo, independentemente da sua linha de atuação.

Quanto à génese e campo da Sociologia de Intervenção,

há uma dicotomia sociologia “abstrata” / «sociologia de terreno» que tem origem na própria caminhada histórica desta ciência ao longo de um processo paralelo, sem integração, que desde muito cedo separou o filão filosófico e o filão interventivo da sociologia. Nas origens desta disciplina encontra-se sempre latente este confronto (...) que acionou também diferentes dispositivos metodológicos (Guerra, 2006, p.6).

Rémi Hess (1983) na sua obra “*Sociologia de Intervenção*”, diz-nos como um telefonema mudou a sua posição, quanto à necessidade de intervir num problema social com caráter de urgência, passando ele mesmo da abstração ao campo, sempre numa perspetiva interdisciplinar. Cita Antoine Savoye na sua obra “*Génese da Sociologia de Intervenção*” tenta mostrar que a Sociologia de Intervenção se constituiu desde o séc. XIX, ganhando corpo num conjunto de pesquisas e pressupostos do conhecimento, mais próximos do saber empírico do que do saber abstrato, reconhecendo-se esse lugar a uma sociologia de campo. Esta obra “atribui um lugar central a Le Play que lhe aparece como o fundador da sociologia de intervenção. Savoye explica que a escola de Le Play, hoje esquecida apesar dos seus trabalhos consideráveis serviu a Durkheim de contra

modelo” (Héss, 1983, p.82). Prossegue o autor, Le Play focaliza o seu estudo na forma social «a família» a família operária dos meados do séc. XIX, efetuando o estudo sociológico ao vivo, tendo escolhido este objeto de estudo, pensa que terá nela a chave da compreensão da sociedade.

Em Hess e Guerra há referências evidentes a uma curiosidade acerca do saber que os descobrimentos do novo mundo possibilitaram, bem como o surgimento do capitalismo industrial (finais do século XIX e princípios do século XX) que obriga a centrar a atenção sociológica na mudança social provocada por todas as alterações ocorridas, levando à emergência de novos fenómenos sociais. Denotam as transformações sociais produzidas pelos processos sociais induzidos pela industrialização e urbanização que mostram "novas manifestações sociais (muitas delas desconhecidas até então) e fenómenos de “desintegração” social originados pela mudança das sociedades rurais para as sociedades urbanas e pela emergência de novas formas de trabalho o que não se faz sem conflitos" (Guerra, 2006, p.7).

Também alude, a autora citada, à importância que tiveram as Escolas de Chicago e de Colúmbia, em Nova Iorque neste novo «laboratório social» que ganhou estatuto de interesse maior ao nível sociológico como consequência da urbanização industrial que provocou novas formas de sociabilidade e profundas transformações sociais.

Ainda com Guerra (2006) e na génese desta Sociologia de Intervenção, encontramos uma oposição entre uma intervenção clínica individual, com pendor mais psicossocial e uma intervenção mais política de índole mais sociológica. Na primeira fase desta disciplina, nos anos setenta, a intervenção dos sociólogos que se interessavam por ela vivem o dilema considerado clássico de proceder à articulação entre o indivíduo e a sociedade. Apesar das dificuldades vividas na Europa ao nível do entendimento entre as duas formas de intervenção social, a Escola das Relações Humanas a Pesquisa-Ação de Kurt Lewin, bem como a influência de Marx e Freud vieram contribuir para uma certa articulação entre as duas posições. Logo “a fundamentação da sociologia de intervenção tem origem na conciliação entre o ator e o sistema” (Guerra, 2006, p.15). Porque existindo essa reconciliação

o ator não existe fora do sistema que define a liberdade, que é a sua racionalidade, e que ele pode usar na sua ação. Mas nenhum sistema existe apenas para o ator, que só ele pode dar e tirar a vida, ele é o único que pode mudar. É a justa posição destas duas logicas, que

nascem destas contrariedades da ação organizada que a nossa racionalidade põe em evidência” (Crozier, Fridberg, 1977, p.9).

É verdade que para o sociólogo de intervenção o modo como se produz o saber social é tão importante como esse próprio saber. Um não pode avançar sem o outro, e reciprocamente. Quando na obra *”o ator e o sistema”* Crozier e Frieberg escrevem, num capítulo intitulado “reflexões sobre a intervenção, abrem-se duas vias para a ação de mudança: a ação sobre os homens e a ação sobre as estruturas. Não se pode desenvolver uma ação de mudança razoável, sem que estas duas estejam associadas na mesma estratégia” (Héss, 1983, pp.150-151).

Daniela Vilaverde e Silva no seu *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação* (2007), estuda a complementaridade das abordagens estratégica e sistémica como contributos teóricos para *uma análise sociológica da organização educativa*, evidenciando as contribuições da sociologia de ação social weberiana, permitindo-nos balizar os fundamentos teóricos da ação racional e refletindo ainda, não exclusivamente, dimensões analíticas fundamentais para a compreensão das estratégias de ação. Todavia, abordar

a centralidade do ator, nomeadamente do ator estratégico, situado no contexto organizacional remete-nos para a compreensão dos contributos teóricos de Crozier e Friedberg (1977), os quais se debruçaram sobre o desenvolvimento das inter-relações entre ator (análise estratégica) e sistema (análise sistémica) dentro de uma abordagem claramente política das organizações (Silva, 2007, p.110)

Para a autora citada, com recurso ainda *ao pensamento* de Crozier e Friedberg (1977) o estudo do comportamento humano numa organização exige ultrapassar análises de carácter mais simplista, para recorrer a análises mais complexas,

assentes em premissas mais realistas que conferem ao ator gozar sempre de um “mínimo de liberdade” para “bater o sistema”. Assim, a autonomia dos atores implica o estabelecimento de “negociações” das possibilidades de ação entre os atores comprometidos por determinadas escolhas, situadas num determinado contexto espacial e temporal (Silva, 2007:110).

No seguimento do raciocínio de Daniela Vilaverde e Silva (2007), se atendermos que a concetualização da estratégia possibilitará fazer o enquadramento do conceito no estudo das racionalidades que encontramos nas organizações,

embora com especificidades inerentes à constituição de jogos de poder dos atores organizacionais. Neste sentido, a racionalidade estratégica consiste na desocultação das

«regularidades dos comportamentos observados empiricamente», conferindo sentido na relação da ação com a noção de estratégia. Contudo, isolar o ator do contexto organizacional significaria depurar o comportamento estratégico de racionalidade, o que não corresponde à conceção proposta por Crozier e Friedberg, 1977 (Silva, 2007, p.111).

Decorre daqui, que a análise estratégica "obriga a procurar no contexto organizacional a realidade do ator e a compreender a construção organizacional" dos jogos estabelecidos pelos vários atores envolvidos, esperando-se assim, a passagem de perspectivas de passiva para ativa do comportamento dos atores no sistema organizacional.

Logo, o comportamento estratégico, para ser considerado racional, precisa de ser analisado no seio das relações entre os vários atores dentro da organização, os quais constroem a sua estrutura informal, isto é; o “sistema de ação em concreto”. Diz-nos também, que a noção de “sistema de ação concreta”, por seu lado, implica a apropriação de conceitos de ação social e de poder. Referindo que na política de ação coletiva “não há campo neutro nem estruturado na medida em que não há ação social sem poder, e que todo o poder supõe e constitui estruturação do campo, ou seja, uma regulação dos comportamentos dos atores implicados” (Friedberg, 1995, citado em Silva. 2007, p.105).

Importa nesta fase, apresentar alguns postulados da análise estratégica, segundo Bernoux (n.d.), (citado em Silva. 2007, pp.111-112), designadamente:

. O primeiro postulado parte do princípio que os homens nunca aceitam ser tratados como meios ao serviço de fins que os organizadores fixam para a organização. Cada um tem os seus objetivos, os seus fins próprios. (...) Não há portanto uma racionalidade única. Cada um persegue os seus próprios objetivos e a organização vive com esta multiplicidade mais ou menos antagónica.

. O segundo postulado refere-se à liberdade relativa dos atores. Numa organização, qualquer ator guarda uma possibilidade de atuação autónoma, que utiliza sempre mais ou menos [...] Se os atores são autónomos, eles comprometem a sua autonomia em zonas mal regulamentadas na organização. Estas autonomias combinam-se em jogos de poder, o poder central tentando controlar a autonomia dos atores que, por sua vez tentam escapar-lhe.

. O terceiro postulado contextualiza a estratégia no âmbito dos jogos de poder, definindo-a, de forma idêntica a Crozier e Friedberg (1977), como sendo dotadas de “racionalidade, mas dentro de uma racionalidade limitada”, recusando a previsibilidade do comportamento humano, uma vez que o fundamento da autonomia relativa dos atores reside na imprevisibilidade.

Ainda com recurso a Bernoux (n.d.) a autora diz que “é preciso que o uso desta autonomia não seja previsível” e o ator possa jogar o seu jogo nas zonas de incerteza da organização. A compreensão do contexto em que se desenvolve a estratégia é também importante para a compreensão das racionalidades subjacentes à ação, sempre num quadro de racionalidade limitada e contingencial.

Constata-se a partir do exposto, as duas análises: estratégica e sistémica, apesar de apresentarem alguma contradição, articulam-se e complementam-se entre si, se se considerar que esta racionalidade estratégica tem por base um raciocínio de "descoberta, um raciocínio heurístico à volta do qual se elaboram e verificam as hipóteses cada vez mais gerais sobre as características do conjunto (Crozier e Friedberg, 1977, citados em Silva 2007, p.112),

a partir sobretudo da identificação das estratégias e da compreensão do jogo desenvolvidos pelos participantes de ambas as partes, o raciocínio sistémico procura conhecer o "sistema das relações das ações que orientam fortemente os atores, limitando os objetivos que estes podem racionalmente propor. Qualquer uma das abordagens, necessitam uma da outra, porque compreender as estratégias dos atores organizacionais, no contexto do(s) jogo(s) que se vão estabelecendo no quotidiano das organizações, através da análise das inter-relações nos “sistemas de regulações conjuntas” construídas a partir das regularidades, permite identificar e compreender os “sistemas de ação concretos” pelos quais se regem. (Crozier e Friedberg, 1977, citados em Silva 2007, p.112).

Em síntese, podemos considerar que um sistema de ação corresponde a

um conjunto humano estruturado que coordena as ações dos seus participantes pelos mecanismos de jogos relativamente estáveis e que mantêm a sua estrutura, quer dizer, a estabilidade dos seus jogos e as relações entre eles por mecanismos de regulação que constituem outros jogos. (Crozier e Friedberg, 1977, citados em Silva 2007, p.113).

Porque parece ser nos sistemas de ação que o sociólogo pode descobrir as estratégias que os atores desenvolvem para atingir os seus objetivos.

José Saragoça (2011), aborda a Sociologia de Ação e na sua contextualização alude ao facto de que a organização social

não se impõe aos indivíduos «mecanicamente» e do «exterior», já que estes contribuem à sua maneira e sem prestar a isso grande atenção, para a sua perpetuação através de um conjunto de interações que os coloca em relação. Estão na linha de pensamento que outros autores consideram existir uma dialética entre estrutura e ação- Crozier e Friedberg, 1977; Berger e Luckmann, 1990; Tourraine, 1994, 1996; Friedberg, 1995; Boudon, 1977, 1978, 1995, (Saragoça, 2011, p.122).

Seguindo Saragoça, evidencia a teoria da prática de Pierre Bourdieu (2002), a “qual surge como uma tentativa de superar impasses analíticos decorrentes de dualidades presentes nas teorias sociais clássicas”, ou seja, cultura/sociedade; estrutura/ação; holismo/individualismo e objetivismo/subjetivismo, associados a paradigmas entendidos não só como irredutíveis, mas também divergentes, ainda que aparentemente.

Terá sido Bourdieu que tentou criar um modelo teórico

capaz de entender, de forma articulada, quer as dimensões estruturais, quer as dimensões mais direta e imediatamente visíveis das práticas sociais. No fundo procurou compreender a vida social enquanto produto simultâneo das condições materiais e culturais e das práticas e experiências coletivas e individuais” (Casanova, 1995, citado em Saragoça, 2011, p.124).

Nesta sentido Pierre Bourdieu terá contribuído para

conceber que a ação individual do indivíduo relativiza a racionalidade sistemática do ator, ou seja, considera que os indivíduos não avaliam necessariamente as oportunidades das suas ações serem bem sucedidas de maneira racional (...), eles agem em função de “sistemas de disposições duráveis” (o *habitus* de Bourdieu), parcialmente assimilados das estruturas sociais e parcialmente parte de respostas pessoais dos próprios sujeitos a situações na sua vida (Saragoça, 2011, pp.124-125)

O presente estudo insere-se na Sociologia de Ação, cuja

emergência está certamente ligada à tomada de consciência do papel da ciência nas sociedades modernas (...) que desempenha um papel cada vez mais importante no processo de produção. Pois, não se trata apenas do reconhecimento de uma rutura epistemológica, mas é ainda a valorização da metodologia de análise sistémica que se confronta com a tradição científica. Aqui o conhecimento é produzido em confronto direto com o real, tentando transformá-lo, e o saber social é produzido coletivamente pelos atores sociais desconstruindo o papel de “especialista” normalmente atribuído ao cientista social (Goyette, citado em Guerra, 2006, pp.62-74).

Ou seja a Sociologia de Ação, com Saragoça (2011), é uma ciência que estuda e concebe o sistema como qualquer coisa derivada da ação e interação social e considera os indivíduos como seres ativo, que não só produzem, como transformam o sistema. Em síntese, a sociedade é resultado da ação e interação dos seus pares, sendo a realidade social assumida como uma coletividade de indivíduos que atuam, quer individual, quer coletivamente, onde o sociólogo visa captar e compreender através de um quadro analítico, movimentos e constrangimentos.

Importa considerar a ação coletiva, como uma ação comum que procura atingir fins partilhados e que de acordo com Melucci (1996), (citado em Guerra 2006 e em Saragoça, 2011, p.126) apresenta quatro características fundadoras: 1) é uma ação que envolve, simultaneamente, um grupo de indivíduos ou grupos; 2) que exhibe características morfológicas similares em contiguidade no espaço e no tempo; 3) que implica um campo de relações sociais e 4) em que as pessoas envolvidas atribuem sentido à ação em causa.

Nesta orientação, Isabel Guerra (2000 a), (citada em Saragoça, 2011, pp.127-128), considera que para compreender a ação coletiva, torna-se necessário o entendimento de alguns pressupostos, a saber:

- . O sujeito (individual e coletivo) é um ator capaz de cálculo e de escolha num contexto de «racionalidade limitada» quer pelos constrangimentos do sistema quer pelo desconhecimento dos contextos de ação e/ou das consequências da sua ação;
- . As estruturas sociais são produzidas num contexto de ação coletiva e coletivamente suportadas pelos atores, recusando-se, porém, por um lado, a ideia de que as “estruturas” que organizam os sistemas e os “modos de ação coletiva” são “dados naturais” que aparecem espontaneamente e cuja existência seria, por si só, resultado automático de uma dinâmica qualquer e, por outro lado, que as estruturas resultam da mera soma linear das decisões individuais e não das condições encontradas pelos atores no quadro de recursos e capacidades específicas e historicamente datadas;
- . A mudança acontece através de uma ação concertada de atores em função de objetivos coletivamente definidos;
- . As dinâmicas sociais dos “sistemas de ação concretos” resultam de relações sociais entendidas como relações de poder, ou seja, com relações caracterizadas por uma troca desigual, que comporta sempre uma base de negociação potencial, por alguma instabilidade e conflitualidade comportamental, considerada como normal, e por acentuado caráter contraditório e complexo do comportamento dos atores;
- . As dinâmicas sociais, ainda que assumidas como dinâmicas interdependentes, não são necessariamente coincidentes entre ator e sistema (aqui entendido como um “sistema concreto”, caracterizado pela interdependência entre ator e sistema e balizada por um mínimo de ordem, por detrás da aparente desordem das estratégias dos atores individuais e coletivos).

Atualmente, assiste-se,

a uma profunda alteração quer do campo de atuação, quer das metodologias de pesquisa-ação, sendo precursor desses movimentos, já na década de setenta, o desenvolvimento da “intervenção sociológica, sobretudo ao nível das empresas e organizações, exemplar em Alain Tourraine e Michel Croizier. A sociologia de ação, pode ser definida como um processo no qual os investigadores e os atores conjuntamente investigam sistematicamente um dado e põem questões com vista a solucionar um problema imediato vivido pelos

atores e a enriquecer o saber cognitivo, o saber-fazer, num quadro ético mutuamente aceite” (Extrato de Alcides Monteiro 1988, citado em Guerra, pp.52-53).

De acordo com Isabel Guerra (Extrato de Alcides Monteiro 1988, citado em Guerra, pp. 53-54), a Sociologia de Ação, em traços gerais pode ser caracterizada como um processo continuado e não pontual, influenciando todo o processo de investigação; Implica que os grupos “objetos” do conhecimento se constituem como “sujeitos” do conhecimento; O seu ponto de partida não é uma teoria e um quadro de hipótese, mas uma situação, um problema em concreto, uma prática real. O objetivo não é fundamentalmente o aumento do conhecimento sobre a realidade, mas o mais importante é a resolução de problemas, e, assim interessa mais o processo de mudança social exigido pela investigação-ação do que o resultado desta; o investigador não é um mero observador, mas um apoiante dos sujeitos implicados na ação. Ou seja, a interação é condição *sine qua non* necessária entre o investigador e os atores locais.

Este estudo incide sobre análises das dinâmicas de ação que se

baseiam em metodologias qualitativas, na medida em que o centro da atenção pretende identificar a lógica de atuação de atores, individuais e coletivos, as suas imagens mútuas, os seus conflitos e meios de ação. Estamos perante conceitos como identidades (sociais, locais, regionais); projetos (de vida, de desenvolvimento, de ação); conflitos, consensos, etc., que exigem um entendimento simultaneamente dos contextos e dos sentidos de ação” (Guerra, 2006, p.49).

Os métodos de atuação prática, de terreno, e de ação aprofundados e desenvolvidos pela sociologia da ação, exigem grande conhecimento da realidade que estamos a investigar, ou seja, eles obrigam a mergulhar na génese e evolução dos acontecimentos, de uma forma intensiva, possibilitando-nos valorizar o saber fazer das gentes como garante da evolução do desenvolvimento das comunidades territoriais que constituem.

A partir daqui podemos afirmar que a Sociologia de Ação

é uma sociologia de terreno, profundamente curiosa face ao diferente, minuciosa e assaz descritiva. Ao longo de todo o século XIX, o método de trabalho de campo vai-se elaborando e complexificando, sobretudo para responder às críticas de estadas curtas sobre os terrenos de observação que permitem apenas informações superficiais e ao facto daquelas se basearem em informações indiretas e duvidosas (Guerra, 2006, p.11).

Todo o processo de ação pressupõe uma interação que “ocorre em qualquer ocasião, quando num conjunto de indivíduos, uns se encontram na presença imediata de

outros” (Goffman, 2002, p.23). Assim, podemos dizer que Erving Goffman terá dado a sua contribuição para o que defendemos. Uma vez que se insere no campo do paradigma qualitativo, cuja corrente ou marco sociológico acredita

que o sentido das coisas vem da, ou nasce da interação social com os outros e que estes sentidos estão apoiados e são modificados por um processo interpretativo que a pessoa usa ao tratar das coisas que encontra, uma vez que os homens desenvolvem atividades para alcançar as coisas com base no significado que as coisas tem para eles (Mitchell, n.d., p.293).

Embora este esboço tendo sido preconizado por Herbert Blumer, que estudara George Mead, também Charles Cooley e obviamente Goffman partilharam a tese de que a importância das relações humanas radica na interação social, condição essencial para a ação e o comportamento dos atores sociais.

Os contributos de Michel Godet para a estratégia de atores foram “através do seu programa informatizado - MACTOR que visa detetar, em torno de um conjunto de objetivos, as alianças e os conflitos entre atores tendo em conta as suas relações de força. Em Portugal tem sido usado em várias pesquisas do Centro de Estudos Territoriais” (Guerra, 2006, p.158), os quais conhecem um desenvolvimento profícuo, quer no capítulo seguinte, quer nas metodologias desenvolvidas na parte seguinte do trabalho.

1.2. A Estratégia de Atores

Este capítulo versa sobre o planeamento estratégico, ainda que tenhamos já abordado esta temática, aquando da análise dos instrumentos de planeamento do Estado Novo, essencialmente no que à Junta de Colonização Interna dizia respeito. É verdade que este planeamento de cariz tradicional terá entrado em falência há mais de trinta anos. Para Margarida Perestrelo,

a visão racional e tradicional, implica a desvalorização da dimensão político-social, não ter em conta as decisões dos atores sociais, assim como procurar o ótimo e não um, entre vários possíveis considerar à partida que há uma solução melhor do que as outras (1999, p.1).

Como refere Bana e Costa (1994),

considerar que em qualquer situação decisional existe pelo menos uma solução, que com tempo e meios suficientes pode objetivamente ser demonstrada como sendo a melhor solução. Este postulado do “optimum” tem levado muitos analistas a considerar que

(ajudar a) decidir é resolver o problema da escolha da melhor solução. Constrói-se um modelo de apoio à decisão que está à partida enviesado e desadequado das diversas situações e problemáticas a que os decisores têm de fazer face” (Citado em Perestrelo, 1999, p.1).

Na continuidade do pensamento exposto, o

planeamento não é um processo que diga respeito apenas a decisores e a executantes, mas sim ao conjunto dos atores, ativos e passivos, neles implicados. O conceito de planeamento tradicional não sobreviveu à crise. Tornámo-nos mais prudentes quanto à construção do futuro, torámo-nos mais céticos quanto à possibilidade de prever (Perestrelo e Caldas, 1996, p.82).

Assim a crise do paradigma racional do planeamento tradicional nos anos setenta, fez-se acompanhar de um avolumar de teorias que passam a exigir um pensamento virado para a complexidade, por forma a ultrapassarem as limitações existentes no paradigma racional e anuncia-se a génese de um novo paradigma - o planeamento estratégico. Tudo isto, porque surgiu

a descrença numa previsão assente no prolongamento de relações e tendências deu lugar a uma ideia de indeterminação, de existência de um leque de possíveis, dependentes das escolhas de indivíduos e grupos. A previsão deu lugar à prospetiva. O planeamento deixou de ser visto como o dobrar de uma tendência, como um reencaminhamento rumo a um alvo desejável, mas antes como o favorecimento de um entre muitos futuros possíveis (Perestrelo e Caldas, 1996, p.82)

Por outro lado, com os autores, hoje, contrariamente ao passado, já desapareceu a crença da existência de fronteiras entre meios e fins ambos estão ligados. Pois que a execução do planeamento não pode obedecer a um ponto de partida e um ponto de chegada, mas sim a uma aprendizagem global entre decisores e técnicos.

Com Perestrelo e Caldas (1996), este novo planeamento estratégico, alternativo ao *laissez - faire*, prima pelas principais ideias chave: negação da separação e do primado dos fins sobre os meios: escolha de um entre futuros possíveis, dependentes da estratégia de atores e é um processo dinâmico sujeito a revisão permanente com o envolvimento dos atores implicados.

A Sociologia de Ação, tem como corolário na sua conduta de investigação a participação dos atores enquanto agentes de uma ação coletiva. De acordo com Cerdeira (2004), (Citado em Saragoça, 2011, p.127), para se compreender a ação estratégica de atores, implica ter em mente que: a) o ator só raramente tem objetivos claros e menos ainda projetos coerentes – estes são múltiplos, ambíguos, contraditórios e mutáveis no

decorso da própria ação; b) apesar disso, o comportamento dos atores é ativo, isto é, não é nunca diretamente determinado, ainda que constrangido; c) além de ativo, o comportamento é racional e simultaneamente ofensivo e defensivo; d) a racionalidade, isto é, a capacidade de ajustar meios e fins, manifesta-se, sobretudo, em relação com as possibilidades que ele mesmo vai criando perante os constrangimentos impostos pelos outros atores e pelo contexto, e é em função dessa racionalidade que desenvolve as estratégias de ação; e) no limite, não há, comportamentos irracionais – mesmo os comportamentos mais erráticos são dotados de racionalidade.

Nesta linha de raciocínio, importa saber quem são aqueles que num sistema de ação podem ser considerados atores "são aqueles cujos interesses são afetados por objetivos ou atividades de um projeto de intervenção, quer por possuírem informações, recursos, experiência para a formulação de estratégias e implementação, quer por constituírem o público a quem se destinam as ações" (Guerra, 2006,p.111).

Nesta sequência, um grupo pode ter um ou vários atores, “a homogeneidade é uma das principais características do conceito de ator, pois a ação surge em função do seu sistema de valores” (Bana e Costa 1993, citado em Saragoça, 2011, p.131), mesmo tratando-se de organizações que assuma projetos comuns e mobilizem capacidades de reação para a sua implementação.

É certo que os atores produzem,

cada um, a sua regulação, o seu reencontro ou a sua vida em comum é também o reencontro de dois ou mais sistemas de regras. Neste sentido, o que regula as suas relações é o resultado de um processo de decisão: acomodação ou conflito, negociação ou arbitragem” (Reynaud, 1997, citado em Saragoça (2011, p.133).

Assim, devem considerar-se três preposições acerca dos sistemas de regras. (Reynaud, 1997, citado em Saragoça, 2011, p.133), designadamente:

- . As regras só têm sentido na medida em que se relacionam com os fins de uma ação comum, de um projeto, e é por se ligarem a esse projeto que elas são obrigatórias;
- . Um conjunto de regras está ligado à constituição de um grupo social, a um ator coletivo. São as regras que constituem a identidade do grupo, fixam-lhe as fronteiras, determinam quem lhe pertence e quem é excluído. O seu campo de validade está dependente das fronteiras do ator e do seu ambiente e determina-os;
- . Salvo em casos raros (...) um conjunto de regras está ligado à posição de um ator coletivo num conjunto mais vasto. Por isso, este elabora-se no quadro de relações sociais (de aliança, de oposição, de hierarquia).

Nesta lógica e em suma: “a ação dos atores está sempre sujeita a um sistema de regulação operada pelo sistema de regras, ainda que o ator social tenha sempre um interesse e uma vontade” (Saragoça, 2011, pp.133-134). Dito de outra forma, “podemos assumir que os sistemas sociais não podem limitar-se a uma combinação simples de ações definidas de forma diferenciada pela procura de interesses individuais e aqueles estão dependentes das regras vigentes” (Saragoça, 2011, p.134).

A Estratégia de atores é “uma das etapas da metodologia prospetiva de elaboração de cenários, no entanto pode ser usada isoladamente, sendo um bom instrumento na dinamização da participação de atores” (Perestrelo, Moura e Amor, 1999, p.1) Para as autoras o objetivo essencial da Estratégia de atores passa pela identificação dos desafios estratégicos que lhe estão associados, bem como alianças e conflitos entre os vários atores do sistema, por forma à elaboração de recomendações estratégicas.

Em harmonia com a obra em referência (1999, p.2), os objetivos da estratégia de atores são os que se descriminam:

- . Identificar e caracterizar os atores do sistema investigado;
- . Perceber a forma como surgem os conflitos ou alianças possíveis, entre os atores, e como estes podem conduzir a evolução do sistema;
- . Contribuir para uma maior participação/comprometimento e reflexão estratégica por parte dos atores;
- . Confrontar os projetos, em curso e avaliar as relações de força patenteadas;
- . Elaborar um conjunto de recomendações estratégicas e clarificar as condições de viabilidade da sua implementação;

Tendo como etapas fundamentais:

- . Recenseamento dos atores principais e construção de uma tipologia de atores;
- . Optativamente, pode proceder-se à consulta e organização de um painel de atores;
- . Realização de entrevistas de carácter semidiretivo;
- . Construção de sínteses e análise de conteúdos das entrevistas;
- . Construção de um quadro referente à estratégia de atores;

- . Construção de matrizes identificadoras dos desafios tidos como estratégicos e dos objetivos que lhe estão associados;
- . Construção de Matrizes de Atores X Atores;
- . Relação de forças e posição relativa dos mesmos atores;
- . Construção de Matrizes Atores X Objetivos (1MAO, 2MAO e 3MAO);
- . Construção de grafos de convergências e divergências para cada objetivo, tendo em consideração o peso dos vários objetivos, assim como as relações de força patenteadas (através do MACTOR);
- . Caracterização dos vários atores, de acordo com o seu grau de implicação nos múltiplos objetivos e a sua força relativa;
- . Caracterização dos objetivos de acordo com o seu grau de conflitualidade e mobilização;
- . Construção de séries de atores através da análise de *clusters*;
- . Elaboração de conclusões, tendo em conta a formulação de recomendações estratégicas, em conformidade com os objetivos definidos e os meios de atuação dos atores;
- . Construção de hipóteses acerca da evolução futura (caso seja uma das etapas do Método dos Cenários).

Quando se trata de projetos que incidem sobre a intervenção social, Isabel Guerra (2006, pp.113-114) refere as finalidades de realização de análise estratégica de atores, designadamente:

- . Identificar os atores e a sua função no projeto;
- . Desenhar os interesses dos atores face aos problemas com os quais o projeto se confronta (na fase de identificação) ou os objetivos do projeto (na fase de início da concretização);
- . Identificar os conflitos de interesses entre os atores e as redes de influências que podem existir na concretização do projeto e na obtenção de recursos;
- . Identificar as relações entre atores e as que podem ser reforçadas nos processos de decisão e de cooperação aumentando o seu poder;

- . Analisar se existem condições de mobilização no conjunto dos atores para a concretização da ação;
- . Avaliar a adesão e/ou a conflitualidade dos objetivos do programa;
- . Apoiar a implementação das formas de organização mais adequadas nas sucessivas etapas da concretização do projeto.

Com Saragoça (2011), a análise da interação dos atores e a confrontação dos projetos onde estão implicados, bem como o exame das suas relações de força, são fundamentais para por em evidenciar os desafios estratégicos e as propostas chave portadoras de futuro, Socorrendo-se do pensamento de Cefai e Trom (2001), põe em relevo o quanto é importante a análise estratégica do “o jogo de atores”, pois consiste numa das fases cruciais do exercício prospetivo, onde se insere este nosso estudo. Podemos entender este tipo de análise como um

instrumento indutivo de investigação social que parte da observação da existência, ou ausência, de relações entre membros de uma coletividade para reconstruir esse sistema de relações e descrever a sua influência sobre o comportamento dos seus membros por permitir “quantificar e qualificar as relações entre os atores como fortes/fracas, formais/informais, cooperação/competição, centralizadas/descentralizadas, etc. (Varanda, 2007, citado em Saragoça, 2011, p.147).

Assim, em função dos objetivos delineados, importa referir que no primeiro momento enquadramos o diagnóstico que pressupõe a

definição de um sistema de ação identificam - se os problemas e as dinâmicas de mudança, ensaiando-se a identificação da génese desses problemas. Como vai evoluir esse sistema de ação, como se situarão esses mesmos problemas dentro de cinco ou sete anos? Haverá cenários prováveis e cenários possíveis se houver uma determinada intervenção?” (...). Estes cenários serão trabalhados através de metodologias, cujas análises prospetivas tentam responder a essas necessidades visando determinar futuros prováveis e futuros possíveis” (Guerra, 2006, pp.149-150).

Convém contextualizar esta temática da prospetiva-futuros possíveis, Saragoça (2011) recorrendo a Raymond Boudon (1977) e a Decouflé (1978), evidencia que a sociologia está no caminho da utopia, na medida em que procura encontrar a chave da mudança social, e, assim, reduzir as incertezas quanto ao futuro. Com vista a reduzir esta incerteza, o sociólogo não pode inclinar-se para a profecia, nem para a futurologia, porque não as pode fazer. Pois, não pode deter-se na previsão com recurso à observação

e à explicação, podendo tão somente “olhar o futuro prospectivamente”, sendo a prospectiva uma abordagem dos *Futures Studies*.

A questão dos estudos que se debruçam sobre as abordagens do futuro, tem suscitado alguma controvérsia, ainda assim, Wendell (1977), (citado em Saragoça, 2011, pp.152-153) propõe nove premissas de que partem os estudos sobre o futuro, a saber:

- . O tempo é contínuo, linear, unidirecional e irreversível, os eventos ocorrem num tempo, antes e depois de outros eventos, e o *continuum* do tempo define o passado, presente e futuro;
- . Nem tudo o que vai existir já existiu ou existe;
- . O pensamento sobre os futuros é essencial à ação humana;
- . Ao fazer o nosso caminho no mundo, tanto individual como coletivamente, o conhecimento mais útil é o conhecimento do futuro;
- . O futuro não é evidente e não pode ser observado; portanto, não há factos sobre o futuro;
- . O futuro não é totalmente predeterminado- está, isso, sim, “em aberto”;
- . Em maior ou menor grau, o futuro pode ser influenciado pela ação individual e coletiva;
- . A interdependência do mundo convida a uma perspetiva holística e a uma abordagem transdisciplinar, tanto na organização do conhecimento para a tomada de decisão como na ação social;
- . Alguns futuros são melhores que os outros.

Como já referimos este novo planeamento é baseado na estratégia de atores, tem sido objeto de estudo/aplicação de alguns analistas desde Michel Godet e Philippe Duranced “*A Prospetiva estratégica – para empresas e territórios*” (2011); Margarida Perestrelo, Dulce Moura e Teresa Amor (1999), “*Análise estratégica de atores na zona Oeste interações, conflitos e consensos*” Isabel Guerra (...) “o território com espaço de ação coletiva: paradoxos e virtualidades do “jogo estratégico de atores» no planeamento territorial em Portugal”. Margarida Perestrelo e Castro Caldas, produziram “*Estratégia de atores: Prospetiva e avaliação*”. Um estudo de caso na “Baixa Pombalina”, em Lisboa, onde foi aplicada a metodologia prospetiva – o método dos cenários. António Pedro Sousa Marques (2006), estudou “*Atores, Estratégias de Desenvolvimento Local Conflitos e consensos no Município de Palmela no Limiar do séc. XXI*”. José Saragoça (2011), debruçou-se sobre “*O Governo Eletrónico Local: Estratégia de Atores e Futuros Possíveis para o Distrito de Évora, Portugal*”. Sem esquecer os estudos das Nações Unidas sobre *Prospetiva*, os Ministérios do Governo de Portugal do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, do Trabalho e da Educação (até 2011). Bem como todos estes investigadores contribuíram de certa forma

para o prosseguimento desta investigação, quer pelos resultados atingidos e de comprovada funcionalidade, quer pela afirmação metodológica, numa área que não prima pelos modelos matemáticos do planeamento tradicional. Todavia, provaram que há outros caminhos de fazer ciência e que esta é falível perante novas hipóteses e novas realidades, como é o caso de colocar os atores no centro das implicações e consequentemente não podem ser descurados nas decisões.

Com Saragoça (2011), recorrendo ao raciocínio dos autores - Moniz e Godinho (2001), Keenan e Koi-Ova (2003), houve um conjunto de fatores que terá contribuído para impulsionar a necessidade de se avançar com estes estudos prospetivos/de futuro, de entre eles destacam-se o rápido desenvolvimento científico e tecnológico (vejam-se os exemplos nas áreas das tecnologias de informação e comunicação, da biotecnologia, sociocultural e a sempre crescente complexidade social, económica e dos domínios da decisão) que exigem um conhecimento sistemático e aprofundado das tendências de evolução das tecnologias e mercados e a capacidade de antecipar e sustentar uma tomada de decisão. Porque a grande finalidade da análise prospetiva é antecipar para agir.

De acordo com o que atrás se explicita, a prospetiva pode ser definida como “um processo sistemático e participativo, que envolve a recolha de informação e a construção de visões para o futuro a médio e longo prazo, com o objetivo de informar as decisões tomadas no presente e mobilizar ações comuns” (Nunes et al., 2002, citado em Saragoça, 2011, p.156). A prospetiva constitui-se como ferramenta essencial ao serviço dos processos de planeamento, nesse sentido cumpre seis funções fundamentais (Da Costa et. al., 2008, citado em Saragoça, 2011, p.156), designadamente:

- . Informação para as políticas: gerar *insights* sobre a dinâmica da mudança, os desafios futuros, as opções e novas ideias, e transmiti-las aos decisores políticos, como contributo para a concetualização e *design* das políticas.
- . Facilitar a implementação das políticas: aumentar a capacidade de mudanças num determinado domínio da política, através da construção de uma consciência comum da situação atual e dos desafios futuros, bem como novas redes e visões entre as partes interessadas.
- . Incorporação da participação na elaboração de políticas: facilitar a participação da sociedade civil no processo decisório, melhorando assim, a sua transparência e legitimidade.
- . Apoio à definição da política: traduzir os resultados do processo coletivo em opções específicas para a definição e implementação das políticas.

- . Reconfiguração do sistema político: de uma forma que o torna mais apto para enfrentar os desafios de longo prazo.
- . Função simbólica: transmitir ao público que a política é baseada em informações racionais.

Decorrente do que enunciamos acima, Carlos da Luz (2005), citado em Saragoça (2011, pp.156-157), há três princípios fundamentais que merecem consenso generalizado por parte dos estudiosos da prospetiva, a saber:

- . O primeiro respeita ao alegado confronto constante entre conhecimento, por um lado, e desejo e receio, por outro, ou seja, a situação de que os nossos desejos e receios acerca do futuro não correspondem muitas vezes ao nosso conhecimento;
- . O segundo princípio é o de que apenas sobre o futuro os seres humanos podem concretizar uma atividade impaciente, já que sobre o passado pouco mais podemos fazer do que estudá-lo, e sobre o presente a margem de intervenção é também reduzida. Assim, é sobre o futuro, ainda não materializado, que podemos ter alguma influência;
- . Por último, o terceiro princípio, assente na pluralidade do futuro, ou seja, na ideia de que não existe apenas um, mas muitos futuros possíveis e que se pensarmos ou agirmos em função de um só futuro, contribuímos para determiná-lo. Este princípio considera também que não existe somente o nosso futuro, mas também o futuro dos outros e que ambos têm um número de alternativas possíveis, que são desejadas, ou indesejadas, em função das necessidades e dos valores sociais que se perfilham.

Face ao que aludimos acima e concordando com Carlos da Luz (2005), citado em Saragoça (2011), a prospetiva apresenta as características de transdisciplinaridade (contributo de vários saberes), da multidimensionalidade (enriquecimento de vários pontos de vista), complexidade (derivada da incerteza e obviamente da multidimensionalidade), globalidade (consideração dos problemas na sua dimensão integral e planetária), normatividade (uma vez que os estudos estão relacionados com desejos, promessas, necessidades, ou valores relativos ao futuro), cientificidade (às vezes difícil de consensualizar, porque o pretérito não recorre a dados quantitativos futuros e nem sempre passível da experimentação), dinamismo (que decorre da constante necessidade de compreendermos os processos de mudança) e por último, participação (por se tratar de um processo executado por e para vários atores e *stakeholders*).

O essencial na estratégia de atores "é a identificação dos desafios estratégicos e objetivos que lhes estão associados, assim como das alianças e conflitos entre os diferentes atores do sistema estudado, com vista à elaboração de recomendações estratégicas" (Perestrelo et al., 2000, pp.1-2). O tratamento da informação da estratégia de atores, isto é; após a aplicação das entrevistas (semiestruturadas),

recorreremos a um procedimento inspirado na teoria dos jogos e na análise sociológica das organizações, desenvolvido por Michel Godet e sua equipa, nomeadamente François Bourse e Francis Meunier em 1990, e mais tarde incorporado num programa informático, é um excelente instrumento de análise dos jogos entre diferentes atores, permitindo-lhes organizar a informação de uma forma sistemática e simplificada, designado por método MACTOR (Perestrelo et al., 2000, p.2), conforme desenvolvimento no capítulo seguinte.

2- METODOLOGIA SEGUIDA NA INVESTIGAÇÃO (EMPÍRICA)

2.1. Aspetos gerais da metodologia

Se o avanço da ciência depende da contínua reformulação teórico metodológica dos problemas que investiga, conforme António Teixeira Fernandes (1996), então o conhecimento científico implica uma intervenção muito mais aprofundada do que a que está implícita na simples constatação. Daí, que os procedimentos metodológicos se comecem a adequar à exigência de uma intervenção cada vez mais cognoscitiva, isto significa que começou a ser abandonada uma conceção realista da sociedade e apareceu uma certa relativização na aplicação do princípio da totalidade, onde os processos metodológicos que se aproximam dos fenómenos sociais adquirem maior importância. Tudo isto, porque a conceção da sociedade, sendo orgânica, logo obriga *a partir do todo para se chegar ao particular*, procurando a Sociologia explicar *o social pelo social*. Contrariamente, o “positivismo determinista revela poucas preocupações metodológicas, ancorado como está no princípio da totalidade” (Fernandes, 1996, p.11).

Para este autor, a ciência está muito interessada em conhecer os porquês, assumindo aqui a causalidade, particular relevo. Valorizando a racionalidade que predomina sobre o positivismo, abrindo novas perspectivas consubstanciadas num novo modelo denominado de individualismo teórico-metodológico.

Face ao exposto, ficamos a saber que não é pacífica a questão metodológica, por isso, importa escolher a abordagem que mais se apropria à natureza do estudo. Porque a metodologia constitui um dos elementos fundamentais em qualquer processo de investigação, o sucesso resulta da adequada escolha para o empreendimento do estudo, a qual consiste “na organização crítica das práticas de investigação (...) alimenta-se dos métodos, dos percursos já feitos, retirando deles a novidade produtiva” (Almeida/Pinto, 1990, pp.84-85). Então ela pretende garantir a objetividade necessária ao tratamento dos factos sociais, sem esquecer “que não é pacífica a problemática da metodologia de

produção de conhecimento científico, nomeadamente quando se situa no seio das ciências sociais" (Santos, 1983, p.6). Aqui há que fazer opções em função da natureza dos objetos de investigação. Desta forma, os processos de investigação têm uma

orientação teórica no que diz respeito à perspectiva particular que leva o investigador a seleccionar determinados aspetos culturais e não outros. Tanto as ciências experimentais como as não experimentais insistem na necessidade de explicitar claramente os pontos de partida teórico-metodológicos de qualquer investigação (Moreira, 1993, p.18).

Este estudo insere-se maioritariamente, mas, não exclusivo, nos domínios do paradigma qualitativo e para melhor se compreender a orientação teórica ou metodológica do trabalho em presença, convém, fazer ainda que de uma forma sumária, uma incursão sociológica neste paradigma, onde os investigadores assumem o papel principal no trabalho, pois eles definem e conduzem o processo, em função do aparecimento de novos dados no seio do grupo de estudo. Segundo Isabel Dias (1996), em Esteves e Azevedo (2006), o paradigma qualitativo permite ao investigador apreender a variabilidade de relações no estudo de um qualquer problema e os significados que lhe são atribuídos pelos atores através das suas interações sociais. Refira-se ainda,

no âmbito deste paradigma a teoria pode surgir no início ou no final da investigação, tudo depende do facto de esta se situar no «contexto da prova» ou no «contexto da descoberta». Assim se a investigação se situar no «contexto da prova» o objetivo primordial é o de verificar uma dada teoria, enquanto no «contexto da descoberta» a formulação de teorias ou de modelos de análise pode ser efetuada com base em hipóteses elaboradas quer no decurso, quer no final da investigação (Herbert et al., 1994, citado em Dias, 1996, p.35).

Em função do citado atrás, independentemente dos conhecimentos empíricos existentes sobre a realidade, parece-nos prudente “adotar uma postura de observação da realidade e de escuta atenta dos testemunhos dos atores locais implicados, deve privilegiar o «contexto da prova» como contexto de partida para a sua investigação” (Dias, 1996, p.35). Partimos de um quadro teórico utilizando em grande medida o método Descritivo e analítico, podendo ser considerado uma pesquisa-ação, com incidência na sociologia da ação (e consequentemente na sociologia da intervenção territorial), sobretudo no que

concerne à participação dos atores locais daí que os seus métodos deverão ser materializados “na Prospetiva, cujas tendências e riscos de rutura, subverte o presente e interpela a Estratégia. Por seu lado a Estratégias interroga-se sobre as escolhas possíveis e os riscos irreversíveis, e refere-se desde os anos oitenta, aos cenários da Prospetiva como o

testemunham, designadamente os trabalhos de Michael Porter. Desde o início dos anos oitenta que nos empenhamos em desenvolver sinergias potenciais entre a Prospetiva e a Estratégia. A síntese procurada deu origem a uma metodologia integrada do planeamento estratégico com base nos cenários” (Godet et al., 2011, p.22).

Após explanados alguns aspetos de carácter introdutório - contextual, podemos sintetizar que os critérios metodológicos que nortearam este trabalho, assentaram numa investigação-ação, que de acordo com Marques (2006), é um processo que permite ao investigador e aos atores sociais, investigarem conjuntamente e de forma sistemática as reflexões estratégicas, conducentes a processos de desenvolvimento local. A investigação-ação é um novo meio de aproximação da investigação, em que o ator assume o papel de investigador e o investigador assume por seu turno, também o papel de ator. Tal situação “leva a ação para as considerações de investigação, uma vez que os seus pressupostos de partida assentam na sua dinâmica sobre a ação ao mesmo tempo que vê os atores como sujeitos participativos e não como meros objetos passivos de investigação” (Guerra, 2000, citado em Marques: 2006, p.201). Assim, a investigação-ação socorre-se de uma pluralidade de métodos e técnicas existentes nas Ciências Sociais.

2.2. Métodos e técnicas

Quanto à instrumentação de recolha de dados: O Investigador na comunidade e o seu papel no terreno. Métodos e técnicas de recolha de dados: - Método de Pesquisa de Terreno ou análise intensiva/ estudo de caso, análise documental, observação simples, Estratégia de Atores, Inquérito por Entrevista. Quanto aos métodos e técnicas de análise de dados seguidos, foram a Análise Qualiquantitativa, Interpretativa e Análise de Conteúdo, ao MACTOR e ao SPSS para a definição de *clusters* dos grupos estratégicos de atores. Para além destes recursos metodológicos, recorreremos a outros, não menos importantes, como conversas informais ou entrevistas exploratórias para restituir a memória e identidade junto das pessoas mais idosas da aldeia, documentos bibliográficos, filmatográficos, arquivos, registos e recenseamentos.

2.2.1. Métodos

Ainda, que neste estudo, como já explicitamos, tenhamos privilegiado a abordagem qualitativa (subsidiariamente recorreremos à quantitativa), sobretudo, devido à natureza do objeto que está na base desta pesquisa: *reflexões estratégicas de desenvolvimento local no contexto da preservação da identidade de Penedos (Mértola)*. Assim, as metodologias qualitativas “consistem no facto das explicações consideradas satisfatórias das atividades sociais requererem uma apreciação das perspetivas culturais e “visões do mundo” dos autores “atores” envolvidos” (Moreira, 1994, p.94). Daí, o uso da designação - *método de estudo de terreno*, ou *análise intensiva* e também conhecido por *estudo de caso*, porque se considerou que seria o mais apropriado “perante a dupla condição do objeto empírico possuir uma dimensão territorialmente localizada e o objeto teórico remeter a sua abordagem para uma pluralidade de dimensões da realidade” (Marques, 2006, p.201). Ainda, com o autor citado, seguindo Almeida e Pinto, (1982), nestes métodos existe uma maior *flexibilidade*, quer na seleção, quer na utilização de um conjunto de técnicas, as quais deram lugar a um rol de informação, como resultado das várias técnicas utilizadas.

São exemplos desta flexibilidade metodológica, os métodos de terreno, de análise intensiva, de estudo de caso, as histórias de vida, o método de observação-participante para uns, ou método etnográfico para outros, consoante se se trate, respetivamente das perspetivas sociológica ou antropológica.

Entre nós são conhecidos alguns trabalhos, sobretudo em meados do século XX- Vilarinho da Furna e Rio de Onor de Jorge Dias, entre outros. (...) Em todos os casos o observador ou equipa de observadores residiam durante algum tempo junto do grupo a estudar e procuravam, por todos os caminhos, definir as coordenadas principais da visão do grupo” (Barata, 1994, pp.176-177)

A observação-participante, que consiste na participação do investigador com a comunidade em estudo, ou seja, como refere António Firmino da Costa "o principal instrumento da pesquisa é o próprio investigador e os principais procedimentos são a presença prolongada no contexto social em estudo e o contacto direto, em primeira mão, com as pessoas, as situações e os acontecimentos" (Silva/Pinto, 1986, p137). Neste trabalho a referência a este método, apenas se reporta à participação que o autor teve e ainda tem na comunidade em estudo.

Assim, seguimos nesta investigação, as metodologias próprias da investigação ação (pesquisa de terreno/análise intensiva ou estudo de caso), observação simples e até nalgumas situações, a observação participante, tendo havido naturalmente, lugar à participação-observação uma vez que o investigador é membro do grupo e vai “tentar condições de ganhar a compreensão e a inteligência dos processos sociais em que parte da sua vida quotidiana é experienciada” (Esteves/Azevedo, 1998, p.42). Nesta pesquisa tendencialmente qualitativa, podemos considerar que o investigador é o elemento fulcral na definição da instrumentação da investigação, não devendo descurar nenhum dos elementos que constituem objetos de estudo no terreno, desde as primeiras impressões até à parte final do processo de investigação.

Estes métodos, também são chamados de trabalho de campo,

quando bem sucedidos fornecem informação muito mais rica sobre a vida social do que a maioria de outros métodos de investigação. Dá ao investigador maior flexibilidade, este consegue adaptar-se a circunstâncias invulgares e seguir pistas que forem surgindo no processo da própria investigação. Também tem as suas limitações: só se podem estudar grupos ou pequenas comunidades, e a habilidade do investigador em ganhar a confiança das pessoas é fundamental, sem ela a investigação provavelmente nem sequer se inicia (Giddens, 2002, p.642).

Até ao final do período da descolonização, anos sessenta,

estes métodos eram quase exclusividade da Antropologia. Contudo, a partir daqui a Sociologia passou a utilizar com mais intensidade métodos anteriormente quase monopolizados pela Antropologia (a observação participante), ao mesmo tempo que nesta última passam a ser concidadãos, membros de pleno direito da Organização das Nações Unidas e a ser estudados segundo métodos sociológicos (Santos, 1988, p.22).

A vantagem dos métodos expostos é de permitir o estudo de uma ampla variedade de fenómenos, que de outra forma não seriam captados. Todavia, surgem algumas desvantagens, é o caso da subjetividade que pode existir, isto é, podem surgir conflitos internos que interfiram na subjetividade; a este propósito, Rosenfield diz que "o primeiro passo é ter consciência dos conflitos e da natureza das nossas defesas " (citado em Richardson, 1987, p.217). Logo, será esta a regra a seguir para que não existam desvios da cientificidade da investigação em curso.

Neste estudo, também houve lugar às metodologias das histórias de vida que permitem

não só um autoconhecimento ligado ao saber ser, mas também ao conhecimento geral, mais ligado ao saber. Na medida em que a vida individual e a vida social são uma construção em autorreorganização permanente, as histórias de vida tanto organizam e refazem trajetos pessoais e sociais à luz e sob o impulso de projetos de identidade (saber ser) como (re) elaboram representações das condições de vida que os sujeitos sociais experimentaram na sua diversidade afetiva e emocional (saber), (Esteves/Azevedo, 1998:43).

É certo que o recurso a este método complementar permitiu um conhecimento mais amplo sobre determinadas figuras e aspetos sobre a vida da localidade.

2.2.2. As técnicas

Neste estudo recorreremos às técnicas documentais e não - documentais, as quais foram essenciais, partindo do princípio que estas consistem "num conjunto de processos de que se serve uma ciência ou arte; é a habilidade para usar esses preceitos ou normas que constituem a parte prática (da investigação). Toda a ciência utiliza inúmeras técnicas na obtenção dos seus propósitos" (Marconi/Lakatos, 1990, p.57).

As técnicas documentais, como já fora aludido, "constituem um procedimento essencial em todos os momentos da pesquisa. Inicialmente, permitem-nos fazer um levantamento de todo o património teórico existente sobre o tema recorrendo-se para o efeito, a fontes privadas e oficiais" (Esteves/Azevedo, 1998, p.37). Deste modo, nestas técnicas, destacamos o papel da análise documental, sobretudo no que respeitou à pesquisa empírica sobre a aldeia de Penedos, para a sua contextualização no Alentejo e no País. Através desta técnica, procuramos caracterizar/diagnosticar e contextualizar Penedos nos seus aspetos geográficos, demográficos, económicos, sociais, políticos e culturais.

A pesquisa documental incidiu sobre os documentos oficiais, como Recenseamentos Gerais da População (1991, 2001 e 2011), de modo a conhecermos a evolução da população em estudo; Plano Diretor Municipal de Mértola (revisto), onde foi possível confrontar as propostas de desenvolvimento local do Município com as expectativas estratégicas dos atores locais, Quadro Nacional de Referência Estratégica 2007-13 (QREN), onde se efetuou uma análise sobre os benefícios de projetos co financiados por Bruxelas (União Europeia), junto da população local, bem como outros programas decorrentes de apoios comunitários, como o PRODER (Programa de Desenvolvimento Regional), cooperação Transfronteiriça, entre outros. Foram ainda objeto de análise documental, documentos da Câmara Municipal de Mértola e sua

implicação em documentos de Planeamento Estratégico, quer concelhio, quer supramunicipal/regional, como por exemplo, políticas de promoção territorial local- apoio ao investidor e Festival Islâmico; ou participação em estratégias mais alargadas, como é o caso do Plano Integrado de Desenvolvimento do Baixo Alentejo.

Para além daquele registo local, fizemos ainda uma incursão nos instrumentos de planeamento a nível regional, como foi o caso do PENT (Plano Estratégico Nacional) e as suas propostas de desenvolvimento turístico para o território do Baixo Alentejo no âmbito da Entidade de Turismo do Alentejo. Foi também objeto de análise, o Programa Territorial de Desenvolvimento do Baixo Alentejo 2008-13, instrumento que permitiu gerir as candidaturas dos Municípios desta sub-região no âmbito da Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo (CIMBAL), no âmbito do Programa Operacional Regional para a gestão do QREN 2007-13. Para além deste instrumento, debruçamo-nos sobre o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Baixo Alentejo, da responsabilidade da CIMBAL, para a negociação dos instrumentos financeiros do novo quadro comunitário – Quadro Estratégico Comum (QEC) 2014-20, a fim de conhecermos as propostas de intervenção para este território.

No que concerne às técnicas não documentais, seguimos a observação simples, por forma a obter informação (inicial complementar), aquela que nem sempre os inquéritos conseguem captar, no entanto, estávamos conscientes das suas limitações. Todavia, há “um conjunto de inconvenientes à prática da observação simples, nomeadamente os erros de perceção, a limitação dos sentidos humanos, ou o simples facto do investigador se encontrar dentro do contexto que está a ser observado” (Bravo, 1992, citado em Marques, 2006, p.203). Por esse facto, houve necessidade de discutir os dados recolhidos.

O inquérito por a entrevista permitiu recolher informação não disponível, mas com um grau de intensidade e profundidade maior que privilegia a comunicação verbal, pressupõe uma relação face a face, é sistemática e imediata, tendo a vantagem da flexibilidade na ordem e tipo de perguntas. Desta forma, inquiriram-se os atores - chave (entrevistas não estruturadas) e mais cinco entrevistas colaterais, a pessoas idosas e ou que residem foram, ainda que tenham nascido em Penedos.

Para o tratamento dos inquérito por entrevista, recorreu-se à análise de conteúdo,

que reúne um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, através de procedimento sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam inferir conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens (Richardson, 198, p.176).

Assim, a análise de conteúdo “é um método que segundo Bardin (1988) e Ghiglione & Matalon (1992), permite fazer inferências a partir de uma identificação sistemática e objetiva das características específicas de uma determinada mensagem ou discurso” (citado em Pereira, 2001, p.57). A materialização da análise de conteúdo, ocorreu a partir da Estratégia de Atores por via do Programa informático MACTOR.

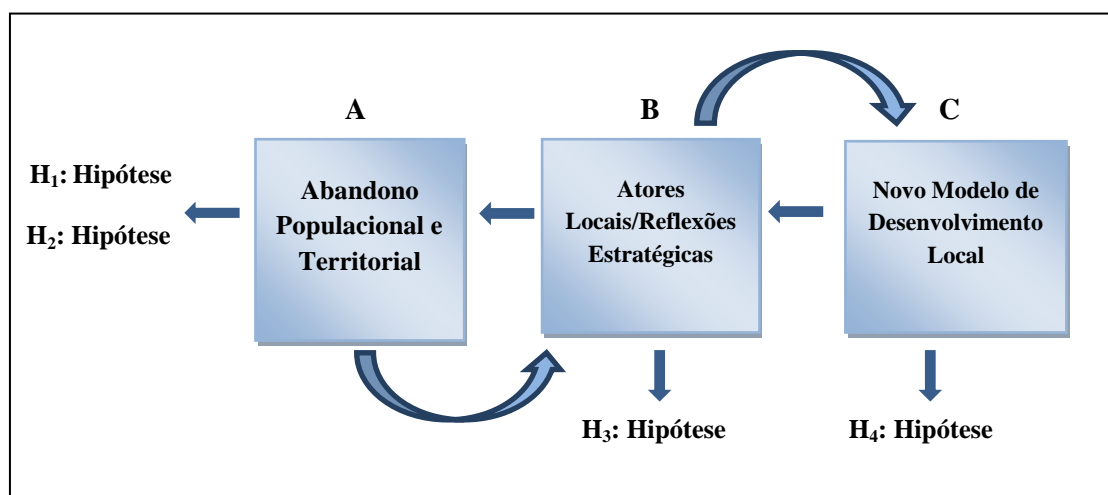
2.3. O modelo de análise para a estratégia de atores

A componente metodológica exposta, teve uma incidência particular nos atores - chave. Sendo necessário ter

uma visão global para a ação local, devendo cada um, ao seu nível, poder compreender o sentido das suas ações, isto é, ressitua-la no projeto global em que se insere. A mobilização da inteligência é tanto mais eficaz quanto se inscreve no quadro de um projeto explícito e conhecido de todos (Godet, 2003, pp.23-24).

É deste modo que apresentamos o modelo de análise que construímos e que considerou em todos os momentos os atores e a sua visão glocalizada da aldeia de Penedos. Partimos dos objetivos, os quais permitiram construir as hipótese e as quais se materializaram nas variáveis, conforme modelo abaixo.

Figura nº 5 - O modelo de análise para a investigação



Fonte: autor

2.3.1. Os objetivos

O modelo que ora explicitamos baseia-se na questão inicial - A partir de uma análise prospetiva, considerando as reflexões estratégicas de desenvolvimento local dos atores territorializados, que futuros possíveis para Penedos?

Os objetivos que integram esta tese de investigação são decorrentes, quer do conhecimento que o autor detém sobre a realidade estudada (tema e meio), quer das propostas apresentadas. Assim, os objetivos gerais permitiram “descrever as grandes orientações para as ações e são coerentes com a finalidade do projeto, descrevendo as grandes linhas do trabalho” (Guerra, 2006, p.163).

Os objetivos não são uma propriedade do investigador, eles devem ser discutidos partilhados e enriquecidos pelos atores sociais, pois eles conduzem à estratégia, isto é, às grandes linhas de orientação do projeto para intervir em Penedos. Contudo, eles devem ser precedidos de “um bom diagnóstico que é garante da adequabilidade das respostas às necessidades locais e é fundamental para garantir a eficácia de qualquer projeto de intervenção” (...) Seguidamente tem lugar a elaboração de programas e projetos e a preparação da execução” (Guerra, 2006, pp.128-130).

Assim, "os objetivos podem definir a natureza do trabalho, o tipo de problema a ser selecionado e o material a recolher" (Cervo citado em Marconi/Lakatos, 1990, p.22), logo, estudou-se o abandono do interior e sobretudo da aldeia que constituiu o problema essencial desta investigação. A partir daí, definimos o objetivo geral que visa:

- . Identificar um conjunto de reflexões estratégicas de desenvolvimento local no contexto da preservação da Identidade de Penedos, conducentes a um modelo de desenvolvimento alternativo e participativo.

Deste, decorrem os objetivos específicos “que exprimem os resultados que se espera atingir e que detalham os objetivos gerais, funcionando com a sua operacionalização”. (Guerra, 2006, p.164). Assim, pretende-se:

- . Estudar as causas e consequências do abandono populacional do território.
- . Identificar um conjunto de reflexões estratégicas de desenvolvimento local no contexto da preservação da identidade.

- . Apresentar propostas de ação conducentes a um modelo de desenvolvimento alternativo e participativo.

Estes objetivos específicos foram materializados num conjunto de variáveis que serviram de base à elaboração do Guião da Entrevista (Volume II), posteriormente aplicada aos atores locais, com vista à apresentação de um conjunto de indicadores de reflexão, através dos seguintes grupos de variáveis:

- . Internas: sociodemográfico-económicas, físico-morfológicas e naturais, planeamento urbanístico e estratégico, bem-estar, histórico-culturais e sistema de circulação.
- . Variáveis externas: instrumentos políticos/financeiros, promocionais/*marketing* territoriais externas: sociodemográfico-económicas; individuais e institucionais, conducentes aos resultados e propostas contributivas para uma reflexão estratégica de desenvolvimento local para a aldeia de Penedos.

Desta forma ficamos a conhecer as perspetivas dos atores locais para o território a partir das suas potencialidades do ser e do saber fazer - cultura e tradições, artes, produtos locais, paisagem, natureza, recursos, património, turismo, entre outros elementos, com vista a projetar o território nos circuitos da glocalização, de modo a atrair pessoas e consequentemente, criar riqueza que garanta sustentabilidade de Penedos.

2.3.2. As variáveis

O método MACTOR,

propõe uma análise do jogo de atores que permite explorar melhor o valor e a complexidade informativa, contida nos quadros estratégicos dos atores. Quando a análise da estratégia de atores é precedida de uma análise estrutural², a escolha dos atores faz-se a partir das variáveis-chave, que essa análise revelou (Marques, 2006, p.205).

Nem sempre há necessidade de recorrer à análise estrutural, neste estudo, entendemos proceder a um diagnóstico sobre o espaço territorial e a partir desse exercício, apresentámos as variáveis tidas como mais adequadas à pesquisa.

² O MIC-MAC (Matriz de Impactos Cruzados Multiplicação Aplicada a uma Classificação) tem como objetivo contribuir para a análise estrutural de um sistema: empresa, setor, instituição, território, etc. A partir de uma lista de variáveis estruturais e uma matriz que representa as influências diretas entre as variáveis, o MIC-MAC extrai e identifica as variáveis chave do problema estudado, com a ajuda de quadros e gráficos que permitem a modelização do problema a abordar.

Com vista a à aplicação do método MACTOR, procedeu-se à identificação de um conjunto de variáveis, integradas nos respetivos grupos, quer internas, quer externas, decorrentes em grande medida, da análise documental efetuado sobre o estudo empreendido, conforme damos nota, seguidamente.

Assim, foram constituídos seis grupos de variáveis interna e três de variáveis externas. Quanto ao primeiro grupo enquadrámos as variáveis socioeconómico-demográficas, variáveis físico-morfológicas e naturais, variáveis de planeamento urbanístico e estratégico, variáveis de bem-estar e visão estratégica de futuro, variáveis histórico-culturais e variáveis do sistema de circulação. No que respeita às variáveis externas, inserimos as variáveis de instrumentos políticos e financeiros, as variáveis promocionais e de marketing territorial e por último as variáveis sócio demográfico-económicas.

Nas variáveis *sociodemográfico-económicas*, incluímos a componente interna e externa. Quanto à dimensão interna, destacamos as variáveis da *estrutura da população residente*, por forma a conhecer as características da população, como os ritmos de crescimento, envelhecimento, entre outros. Evidenciamos também aqui as variáveis associadas à *população ativa afastada dos setores de atividades produtivas* (com vista identificar as razões do abandono e a diminuição da população ativa afastada nos setores agrícola, serviços e indústria produtivas), bem como as variáveis associadas a *novos setores de atividade* (silvicultura e recursos cinegéticos). Por fim incidimos nas variáveis que colocam o seu enfoque no *empreendedorismo e recuperação de potencialidades a integrar no processo de desenvolvimento local* (cuja dimensão incidiu sobre a formação para o empreendedorismo, aproveitamento dos recursos autóctones e apoio ao empreendedorismo para dinamizar a economia local). A dimensão externa debruçou-se também sobre as variáveis *sociodemográfico-económicas*, por forma a estudar as variáveis, os *efeitos da retração sobre a população* (a conhecer o impacto da proximidade do Algarve no emprego local) e as variáveis que incidem sobre *produtos locais, materiais e imateriais como promotores da economia local* (cuja incidência vai para a atração de investidores, fomentar o emprego, produtos locais prioritários e incentivo às unidades produtivas familiares).

As variáveis *físico-morfológicas* inserem-se apenas no grupo das variáveis internas e compreendem as seguintes variáveis: *grandes propriedades* (para uso

agrícola e florestal, que se encontram parcialmente abandonadas); Proximidade do *Parque Natural do Vale do Guadiana* (visando o aproveitamento dos sítios e locais para o turismo e recreação, criação de marca território ambientalmente amigo e a importância de elevar a paisagem a Património da Humanidade, bem como a situação geográfica do concelho de Mértola, como estratégia promocional das potencialidades); *integração na Faixa Piritosa Ibérica* (com vista ao aproveitamento das jazidas de volfrâmio e cobre para rejuvenescer a economia local, bem como conhecer os níveis de conflitualidade entre o conceito de aldeia ecológica e o aproveitamento dos recursos mineiros); *unidades industriais ecológicas* (para o aproveitamento das energias solar e eólica com dimensões aceitáveis). Estas variáveis por um lado levantam alguns constrangimentos, sobretudo o Parque Natural do Vale do Guadiana, pelo seu papel de proteção das espécies autóctones, a qual pode entrar em conflito com a integração na Faixa Piritosa Ibérica, se esta não respeitar essencialmente as regras decorrentes das unidades ecológicas industriais.

Quanto ao grupo de variáveis de planeamento e desenvolvimento estratégico, confina-se apenas ao nível interno, versando na variável *planeamento*, sobre suas variantes de planeamento municipal, designadamente: Plano Diretor Municipal, Planos de urbanização e Planeamento Estratégico, quer local, quer também regional, onde os atores locais se confrontam com estes instrumentos e as reais necessidades das populações, isto é a saber, que unidades ao nível da indústria, comércio e serviços estão previstas para estes territórios de muito baixa densidade. Quanto à variável de desenvolvimento, debruçamo-nos sobre as soluções do governo no combate à assimetria litoral/interior, os contributos da Câmara para a promoção do Desenvolvimento e o papel da Entidade Regional de Turismo do Alentejo e da Associação de Municípios do Baixo Alentejo e Alentejo Litoral/Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo, no que concerne à valorização e promoção do território. Considerou-se ainda nesta variável a importância da visão dos atores locais sobre o futuro de Penedos, bem como a política regional contemplada no Plano Estratégico para o Baixo Alentejo, com implicações nestes territórios. Por fim, atendemos na importância que a agricultura e setores associados terão no desenvolvimento.

No que concerne ao *bem-estar e visão estratégica futura*, está inserida no grupo das variáveis internas, com destaque para a variável relativa à *diminuição de serviços* (encerramento de escola e infantário, redução de serviços de saúde, de segurança, de

mobilidade rodoviária, e de proximidade); a variável *visão estratégica de futuro*, através de propostas/ações conducentes a manter e a criar condições de conforto para a permanência cidadãos neste território de muito baixa densidade.

O grupo de variáveis *histórico-culturais*, circunscreve-se apenas ao nível interno e compreende as variáveis: *Junta de Colonização Interna* (o seu papel enquanto projeto, os interesses políticos, o envolvimento de entidades e pessoas, o abandono da aldeia e como terá sido esta se o projeto tivesse continuado); *abandono de tradições* (diminuição e desinteresse por eventos tradicionais, como as festas e ritos que preservam a identidade); *fomentar traços culturais para garantir a sustentabilidade da identidade* (necessidade de aproveitamento de elementos de cultura local e adaptá-los às novas funcionalidades, como os saberes e formas históricas geracionais e criação de um sítio na internet, por forma a manter viva a identidade).

No que diz respeito ao grupo de variáveis internas do sistema de circulação - destacam-se as variáveis de *interceção num nó de centralidade territorial e proximidade de aeroportos*, que podem contribuir para o desenvolvimento do território, tirando partido dos aeroportos de Beja e Faro, bem como da proximidade que tem com a Andaluzia, Algarve e rio Guadiana, constituindo estas fontes de oportunidades.

O grupo de variáveis *instrumentos políticos/financeiros*, de carácter externo, inclui as variáveis de cariz *local, regional, nacional e comunitário*, onde averbámos o aproveitamento e criação de linhas de crédito para a promoção da economia local, fundos comunitários para projetos locais financiados pelo programa PROVER, o QREN 2007/14 - *Quadro de Referência Estratégico Regional, Programa Territorial de Desenvolvimento, Quadro Estratégico Comum 2014/20, Plano Integrado de Desenvolvimento do Baixo Alentejo*, para dar cobertura a projetos de implicação regional e ainda o benefício de outros programas e iniciativas como os programas INTERREG/POCTEB), para a cooperação transfronteiriça e transnacional.

O grupo externo de variáveis *promocionais/marketing territoriais*, integra as variáveis *comunicacionais*, as quais se ocupam da dimensão da promoção dos lugares de interesse cultural e turístico, através das entidades competentes, como a Entidade Regional de Turismo-Turismo Alentejo. Divulgação e promoção do território pelos media, servido pela integração das redes sociais. Aproveitamento dos eventos: feiras, certames, *workshops, seminários sobre produtos* naturais autóctones e biológicos,

entendidos como fileiras, designadamente os produtos silvestres - cogumelos túberas, espargos e ainda enchidos, pão, entre outros sabores gastronómicos e saberes ancestrais.

O grupo de variáveis *sócio demográfico-económicas*, para além de integrar o nível interno, já caracterizado atrás, integra também o nível externo, no que reporta às variáveis - *efeitos da retração da população* (tendo em consideração a proximidade/acessibilidade ao Algarve, possibilitando uma maior capacidade de gerar emprego), com *produtos locais materiais e imateriais como promotores da economia local* (atração de investidores e fomento de emprego local).

As variáveis foram conducentes aos resultados e propostas contributivas para uma reflexão estratégica de desenvolvimento local para a aldeia de Penedos, conforme se descrevem a seguir.

Quadro nº 1 – Grupo de variáveis internas, dimensão e respetivas perguntas

INTERNAS			
Grupo	Variáveis	Dimensão	Perguntas
Sociodemográfico-económicas	-Estrutura da População Residente	-Caraterísticas demográficas da população do concelho de Mértola/Freguesia São Miguel do Pinheiro/ Penedos.	-Quais são as características da população desta freguesia e deste concelho? Que papel tem tido a Junta de Freguesia em todo este processo (abandono, muitos idosos, poucos jovens e potencialmente ativos) na aldeia? -Acha que o município de Mértola tem tido uma política ativa no combate ao despovoamento.
		-Ritmos de crescimento populacional.	-Que acha das políticas seguidas nas últimas décadas, quer pelo governo, quer pelo poder local face ao abandono territorial?
		-Duplo envelhecimento.	-O facto de Penedos ter uma população duplamente envelhecida (mais idosos e poucos jovens) contribuirá decisivamente para impedir o desenvolvimento do território?
	-População ativa afastada dos setores de atividades produtivas (agricultura, pastorícia, comércio e indústria)	-Abandono do território em direção aos grandes centros do litoral.	-Como poderá ser resolvido o problema do abandono desta aldeia e de muitas outras no Alentejo e no resto do interior português?
		-Diminuição da população ativa nos setores agrícola, serviços e indústrias de transformação familiar.	-Atualmente a população ativa de Penedos trabalha fora, porque não existe agricultura, comércio ou outros serviços capazes de reter as pessoas. Que poderá ser feito para alterar este quadro.
		-Redução dos efetivos no comércio tradicional fixo e itinerante.	-O que estará a contribuir para o desaparecimento do comércio tradicional, não só fixo como itinerante?
	-Novos setores de atividade	-Apostar em setores e atividades em função das potencialidades -Silvicultura e recursos cinegéticos.	-Que setores de atividade poderiam proliferar no território, tendo em conta as potencialidades? Isto é, que tipo de empresas ou negócios se poderiam instalar aqui? -O que acha do aproveitamento das propriedades abandonadas para projetos de reflorestação ou para a atividade cinegética?

	Empreendedorismo e recuperação de potencialidades a integrar no processo de desenvolvimento local	-Cursos de formação sobre empreendedorismo e aproveitamento dos recursos autóctones.	-Pensa que a qualificação dos recursos humanos será um elemento primordial na promoção do desenvolvimento e dos recursos autóctones e da economia local?
		-Apoiar empreendedores a desenvolver projetos de forma a dinamizar a economia local.	-Comente esta frase “só será possível empreender um verdadeiro processo de desenvolvimento, se se apostar nas potencialidades existentes ou em potência no território, contando sempre com as pessoas”.
Físico-morfológicas e naturais	- Proliferação da grande propriedade (latifúndio)	-Grandes propriedades para uso agrícola e florestal dotadas ao abandono.	-É sabido que as terras do latifúndio (grande propriedade) outrora tiveram uma ocupação plena, dando trabalho e produtos, hoje estão abandonadas. O que poderá ser feito?
	-Proximidade do Parque Natural do Vale do Guadiana.	-Aproveitamento dos sítios e locais para o turismo e recreação.	-O que significam e quais são os sítios e locais e produtos do Parque para o desenvolvimento da fileira do turismo.
		.-Criar a marca território ambientalmente amigo, promoção da Paisagem do Parque a Património da Humanidade.	-Que importância vê na criação de uma marca “território ambientalmente amigo”, através da paisagem e elaboração de uma candidatura a Património da Humanidade?
	-Integração na Faixa Piritosa Ibérica	-Aproveitamento de jazidas de cobre e volfrâmio, como mais valias económicas.	-O aproveitamento das jazidas de cobre e volfrâmio pode contribuir para a dinamização económica?
		-Conflitualidade entre o conceito de aldeia ecológica e o aproveitamento dos recursos mineiros.	-Uma vez que aldeia se situa na faixa piritosa ibérica, e tendo por base a descoberta recente de jazidas de cobre e volfrâmio, poderá ser uma fileira de futuro, ou vai entrar em contradição com a defesa da tese de modelos de desenvolvimento alternativo para as aldeias (ecológicas)?
	-Unidades industriais ecológicas	-Aproveitamento das energias solar e eólica para produção de energia. Dimensões aceitáveis.	-Que pensa da eventual instalação de algumas unidades industriais ecológicas? Que tipos e dimensões industriais acharia aceitável?

Planeamento e desenvolvimento estratégico	-Existência de instrumentos de Planeamento	-Plano Desenvolvimento Municipal	-Sabe qual é o papel dos Planos Municipais de Ordenamento do território (designadamente o PDM – Plano Municipal de Desenvolvimento)?
		-Planos de urbanização e planos estratégicos (Municipal, Regional).	-Conhece instrumentos de planeamento estratégicos locais regionais na região do Alentejo que contemple os territórios pouco povoados e envelhecidos?
	-Estratégias de Desenvolvimento	-Existência de assimetria litoral/interior, com profundos impactos nos campos e nas cidades. Soluções do governo para os territórios de baixa densidade.	-O Interior do país, o Alentejo e Penedos sofrem de um problema transversal, encetado há mais de 50 anos, criando sérios problemas quer para os campos, quer para as cidades. Como poderá o Governo/Estado ajudar a resolver esta assimetria tão profunda e desgastante para o processo de desenvolvimento, sobretudo em territórios de baixa densidade, como é neste caso.
		-Contributos da Câmara Municipal de Mértola para a promoção do desenvolvimento O papel da Entidade Regional de Turismo na valorização do território.	- Em que medida a Câmara Municipal de Mértola tem contribuído para a e promoção do desenvolvimento do concelho?
		-O papel da Associação de Municípios/Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo para promover este espaço.	-Que papel tem tido a Entidade Regional de Turismo do Alentejo na valorização do território?
			-O que tem feito a Associação de Municípios do Baixo Alentejo/ Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo, na promoção do desenvolvimento destes espaços?
		-Penedos no futuro tendo em conta a perspetiva dos atores locais.	-Como gostava que fosse Penedos no futuro, tendo em consideração que na sua qualidade de ator interveniente pode contribuir para alterar o <i>status quo</i> atual.
		-O Plano Integrado de Desenvolvimento do Baixo Alentejo e o /Plano Estratégico de Desenvolvimento do Baixo Alentejo e a sua estratégia para o território.	-Sabe o que visam o Plano Integrado de Desenvolvimento do Baixo Alentejo e o /Plano Estratégico de Desenvolvimento do Baixo Alentejo e o que pretendem para estes territórios?
		-Ter em consideração a agricultura e os setores de diversificação produtiva a si associados (como as agroindústrias), nas reflexões estratégicas sobre o modelo de desenvolvimento desejado para Penedos.	-Uma vez que a agricultura moderna é praticamente inexistente, as reflexões estratégicas sobre o modelo de desenvolvimento desejado para Penedos, deverão contar com este setor e apostar na diversificação produtiva de que outros setores associados?

Bem-estar e visão estratégica de futuro	-Diminuição dos serviços públicos prestados junto da população local	-Encerramento da Escola/Infantário.	-Em que medida o encerramento da escola e do infantário afetou a vida na aldeia?
		-Extensões de saúde e Centro de Saúde de Mértola à noite.	-Que desvantagens sentiu com o encerramento de extensão de Saúde de Penedos e posteriormente, o Centro de Saúde de Mértola só funcionar de dia?
		-Insuficiência de casas de apoio aos idosos.	-Considera que os serviços de apoio à terceira idade que compõe a maioria da população, dão resposta às suas necessidades.
		-Insuficiência de transportes para a sede de concelho.	-Que acha da redução de dias semanais de carreiras para a sede de concelho (2 dias por semana fora do período de aulas)?
		-Diminuição dos efetivos da GNR.	-Que efeitos sentiu com a redução de efetivos da GNR?
	-Visão estratégica de futuro	-Recuperar serviços retirados e aumentar as valências através de um sistema integrado de serviços de proximidade em rede.	-Que serviços de proximidade gostaria de ver instalados na aldeia?
Histórico – Culturais	-Junta de colonização interna	-O papel da Junta de Colonização Interna no final dos anos sessenta.	-Recorda-se ou tem conhecimento da realização de um filme/documentário sobre Penedos, em 1969 sob condução de Fialho Gouveia, com patrocínio da RTP1, no âmbito de um Programa da então Junta de Colonização Interna.
			-Sabe o que foi a Junta de Colonização Interna?
		-Retrato da Junta de Colonização Interna.	-Fale desse acontecimento, se o retrato era fiel, se correspondia á verdade.
		-Os projetos.	-Conhecia as razões do projeto?
		-Os interesses políticos.	-Havia interesses políticos?
		-O abandono do projeto na aldeia pela Junta de Colonização Interna.	-O que foi cumprido e o que não foi e as razões desse incumprimento.
		-Pessoas e entidades envolvidas no projeto a nível local e nacional.	-Quais as entidades e pessoas mais envolvidas?

		-Como seria Penedos se a JCI tivesse chegado ao fim com as suas propostas.	-Se as propostas previstas tivessem chegado ao fim o que teria realmente acontecido a Penedos, 40 anos depois?
	-Abandono tradições	-Desinteresse pelas tradições que preservam a identidade.	-Que razões terão contribuído para o desinteresse e nalguns casos até para o abandono das tradições (fazer pão, mesinhas caseiras, ervas curativas, o entrudo, serração da velha, adiafa, mastros, etc.), tendo em conta que elas preservam a identidade?
	-Fomentar traços culturais para garantir a sustentabilidade da identidade	-Aproveitar elementos de cultura e adaptá-los às novas funcionalidades (saberes e formas histórico-geracionais).	-Quanto aos aspetos culturais - tradições orais, festas, ritos e outras formas de expressividade o que poderá ser feito para preservar a identidade da aldeia?
		-Criação de um sítio de uma comunidade rural (quase desaparecida) na Internet por forma a manter viva a identidade.	-Que importância atribui á criação de um sítio na <i>internet</i> para fomentar os traços culturais que possam manter vivia a identidade de Penedos?
Sistema de circulação	-Interceção num nó de centralidade territorial	-Proximidade do Algarve, Andaluzia, Rio Guadiana e Aeroportos de Faro e Beja.	-Penedos está num nó de interseção entre o Alentejo e o Algarve, próximo do Guadiana e de Espanha, Andaluzia. Como se poderá tirar vantagens dessa situação geográfica?
		-Explorar as vantagens da proximidade das acessibilidades, sobretudo, as aeroportuárias (Beja e Faro).	- Em que medida as acessibilidades rodoviárias e aeroportuárias (dista a 75 km de Beja e Faro) podem melhorar o nível e qualidade de vida destas pessoas?

Quadro nº 2 - Grupo de variáveis externas, dimensão e respetivas perguntas

Externas			
Grupo	Variáveis	Dimensão	Perguntas
Instrumentos políticos/financeiros	-Instrumentos de política Local, regional, nacional e comunitário	-Aproveitamento e criação de linhas de crédito.	-Acha que a criação de linhas de crédito (juros muito baixos) baseadas numa política de discriminação positiva para os projetos em territórios de baixa densidade, traria maior ânimo para o investimento local?
		-Fundos comunitários para projetos locais (PRODER).	-Se as pessoas conhecessem melhor as vantagens do financiamento do PRODER (financiamento de projetos até 75%, haveriam maior dinamismo na economia local?
		-QREN 2007 - 2013 – Quadro de referência estratégico nacional QEC 2014-2020 – Quadro Estratégico Comum/Programa Territorial de Desenvolvimento para o Baixo Alentejo 2007-2013/Plano Estratégico de Desenvolvimento para o Baixo Alentejo 2014 – 2020.	-Em que medida os anteriores Quadros Comunitários e o atual QREN (Quadro de Referência estratégica Nacional 2007/14) trouxeram benefícios para as aldeias do interior e e para Penedos em particular? Sabe quais são as orientações do Quadro Estratégico Comum 2014/20 para estes territórios? - Conhece as orientações do PENT (Plano Estratégico Nacional de Turismo) para os territórios de muito baixa densidade do Baixo Alentejo).
		-INTERREG/POCTEB/cooperação transfronteiriça, transnacional.	-Sabe qual é o papel do Programa NTERREG/POCTEB, no âmbito de projetos de cooperação, essencialmente transfronteiriça (onde se insere esta aldeia), de rarefação populacional e envelhecida?
Promocionais/Marketing territorial	-Comunicacionais	-Divulgação e promoção dos lugares de interesse cultural e turístico pelas entidades competentes/Ministério da Economia/Entidade Regional de Turismo, Câmara Municipal de Mértola, Associação de Desenvolvimento e Junta de Freguesia.	-Como poderia ser feita a promoção dos lugares de interesse cultural, económico e turístico?

Sociodemográfico-económicas		-Divulgação e promoção do território pelos masse media comunitários e nacionais e utilização das redes sociais.	-Que papel poderiam ter os masse media comunitários, nacionais, regionais e locais, bem como as redes sociais, na promoção destes territórios?
		-Aproveitamento dos eventos – feiras, certames workshops seminários sobre produtos naturais biológicos e autóctones – túberas cogumelos, espargos, pardelhas, enchidos, queijos, presuntos, comidas tradicionais e outros saberes seculares.	-Em que medida os eventos existentes (e outros temáticos a criar), estão a saber aproveitar e promover a economia local, através dos produtos naturais e autóctones do território como os cogumelos, túberas, espargos, pardelhas, enchidos, presuntos queijos, pão e gastronomia tradicional e outros saberes seculares)?
	-Efeito de retração da população	-Proximidade/acessibilidades ao Algarve gerador de emprego.	-Em que sentido, a proximidade do Algarve, pode contribuir para aumentar o emprego dos habitantes de Penedos?
	-Produtos locais materiais e imateriais como promotores da economia local	-Atração de investidores e fomentar o emprego local -Aproveitar os produtos selvagens, a agricultura, as agroindústrias, a paisagem e a natureza, as tradições, os saberes, entre outras potencialidades. -Incentivar a dinamização de unidades familiares	-A partir do aproveitamento dos fundos comunitários, que projetos poderiam ser desenvolvidos nesta aldeia, para atrair investidores, gerar emprego e promover a economia local? -Que produtos locais considera prioritários para a desenvolvimento futuro de Penedos? -Que pensa do incentivo e dinamização de unidades familiares, ao nível da aposta dos produtos locais?

2.3.3. As hipóteses

Se partirmos do princípio que

um cenário é um conjunto formado pela descrição de uma situação futura e do encaminhamento dos acontecimentos que permitem passar da situação de origem a essa situação futura. A palavra cenário é frequentemente utilizada de forma abusiva para qualificar um qualquer jogo de hipóteses. Recordemos que as hipóteses de um cenário devem preencher simultaneamente cinco condições: pertinência, coerência, verosimilhança, importância e transparência. ...” (Godet e Durance. 2011, pp. 22-23).

Nesse propósito Godet e Durance (2011, p.23) distinguem, dois grandes tipos de cenários, designadamente:

- . exploratórios que partem das tendências passadas e conduzem a futuros verosímeis e normativos, ou de antecipação que são construídos a partir de imagens alternativas do futuro, podem ser desejados ou, temidos, pois são concebidos de forma retrospectiva.

De facto, estes cenários são contrastados ou tendências. Depreende-se que não existe, assim, uma metodologia única nesta matéria de cenários. Todavia, nos diferentes passos, "deve-se identificar as variáveis, colocar as questões-chave para o futuro e reduzir a incerteza..." (Godet & Durance, 2011 pp. 22-23).

Decorrentes dos objetivos específicos, propusemos as seguintes hipóteses:

H1 - A população de Penedos, à semelhança do concelho de Mértola, do Alentejo e do interior, apresentam uma estrutura populacional duplamente envelhecida, como consequência do abandono do território a todos os níveis.

H2 – Penedos é o resultado de ausência de políticas de Planeamento e desenvolvimento, capazes de atrair investimento e trazer de volta os grupos demográficos, essenciais à revitalização do tecido produtivo da economia e vida local.

H3 – Os atores locais são institucionais e individuais, conhecedores do meio e que apresentam um conjunto de reflexões estratégicas dependentes, quer da posição que ocupam no sistema, quer da relação de forças que estabelecem, quer ainda da sua implicação e convergência em função dos objetivos em curso.

H4 – Os atores locais apresentam uma convergência de interesses em contribuir para um novo modelo de desenvolvimento local para a aldeia de Penedos, a

partir das suas potencialidades, da sua participação e dos conhecimentos prospetivos que tem sobre o território de Penedos.

2.4. A seleção dos atores e a elaboração do guião de entrevista

Após a enunciação das variáveis, procedeu-se ao seu relacionamento com os atores locais. Importa referir que “quando a análise estratégica de atores é precedida de uma análise estrutural, a escolha dos atores é feita a partir de variáveis-chave que são revelados nessa análise” (Marques, 2006, p.213). Contudo, nem sempre há necessidade de recorrer a uma análise estrutural, como neste estudo, tendo sido necessário efetuar o diagnóstico e posteriormente desenvolveram-se as variáveis mais adequadas à pesquisa.

Assim, quer Perestrelo e Caldas (2000), quer Marques (2007), consideram que os atores podem ser internos ou externos, devendo para o efeito ser detentores de um grande impacto na sua evolução. Deste modo, identificamos os atores, que de uma forma geral, se identificam com as variáveis em presença. Tendo em conta a diversidade de posições que ocupam perante as questões colocadas, tornou-se pertinente proceder à sua categorização.

Segundo Arocena (1986), verifica-se que da «passagem» do cultural ao económico, formam-se os atores sociais. Uma pesquisa identitária aberta ao futuro permite-lhes colocar em causa as representações do desenvolvimento e propor soluções alternativas” (citado em Marques, 2006, p.213). Deste modo, os atores foram posicionados no sistema de ação territorializado

podendo agir não só sobre as representações; como tendo a capacidade de poderem contribuir para a mudança da racionalidade do sistema. O ator social que esteja empenhado numa ação para o desenvolvimento, tende a modificar a sua posição no sistema local devido à renovação operada na sua capacidade de ação sobre a sociedade e sobre as novas relações no sistema local” (Marques, 2007, pp.213-214).

Dito de outra forma, com Arocena (1986), o ator “sai do seu domínio reservado para se orientar por uma outra atividade localizada para lá dos seus limites da sua profissão ou da sua competência específica” (citado em Marques, 2007, p.214).

Num segundo momento tornou-se imperioso conhecer os atores-chave que constituem a nossa amostra intencional, nos quais é reconhecida capacidade de influenciar as decisões, porque em conjunto foi definida a estratégia, a qual se

materializou numa proposta de intervenção a partir de um modelo de desenvolvimento local /territorialista, como alternativa aos modelos tradicionais.

Assim, e tendo em conta a operacionalidade do *software* do método MACTOR, determinámos os doze atores, designadamente: os presidentes da Câmara Municipal e Junta de Freguesia, respetivamente Mértola e São Miguel do Pinheiro, o presidente da Associação de Defesa do Património de Mértola, a antiga Professora Primária de Penedos, o Presidente da Cooperativa Agrícola de Mértola, o Presidente do Centro Popular dos Trabalhadores de Penedos, o Presidente do Clube de Caçadores, a Senhora Natércia, a pessoa mais idosa da aldeia (98 anos)/ a sua filha a Senhora Madalena Nunes (76 anos), o Senhor Jacinto Pereira (78 anos e pai do autor) e o Senhor José Nunes de 82 anos e responsável pelos projetos de arquitetura aquando da intervenção da Junta de Colonização Interna, ainda os presidentes da Entidade de Turismo do Alentejo e da Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo. Para o efeito, baseámo-nos nos critérios da seguinte natureza:

1. Institucional - ao nível do poder local e da administração estratégica do território, cuja escolha, incidiu sobre a Câmara Municipal de Mértola e Junta de Freguesia de São Miguel do Pinheiro, tornando possível um conhecimento abrangente sobre as políticas e estratégias patentes para o território concelhio e para o espaço ao nível de freguesia, onde se inclui a aldeia de Penedos. Por outro lado, a nível regional, considerámos também pertinente incluir a Entidade de Turismo do Alentejo, por forma a conhecer as propostas de desenvolvimento na área do turismo para o território, bem como saber, como irão ser aproveitadas as potencialidades decorrentes das grandes infraestruturas na região – Alqueva e Aeroporto de Beja.

2. Cultural e Recreativa – uma vez que estas entidades são consideradas as guardiãs, e promotoras dos valores culturais das populações. A nossa escolha necessariamente teria de incidir sobre o Centro Popular dos Trabalhadores de Penedos, para além de ser a única existente na aldeia, construída e constituída em 1969, pelos próprios habitantes, no âmbito da intervenção da Junta de Colonização Interna, tem tido um papel preponderante na dignificação e valorização da identidade de Penedos. Por outro lado, importa salientar que o autor integrou os órgãos sociais da coletividade ao longo de dezoito anos. Faz

parte do seu vasto espólio, um rol de atividades, traduzido na intervenção em projetos culturais, recreativos e educativos. A partir do seu passado tentámos saber as perspectivas e dinâmicas para o futuro neste Centro Popular dos Trabalhadores de Penedos (CPTP).

3. Associativa – uma vez que estas instituições têm tido um papel importante na dinamização e promoção dos recursos existentes, na criação de emprego e valorização da economia, cultura, património, cooperação entre outros segmentos, nos vários territórios de intervenção. No nosso território em estudo, apenas há a influência de uma Associação de Desenvolvimento Local que é a Associação de Defesa do Património de Mértola (ADPM), a qual desde 1986 tem tido um papel essencial na promoção do desenvolvimento local, junto das comunidades de muito baixa densidade. Nesse âmbito, quisemos conhecer a sua estratégia de intervenção ao nível prospetivo. Para além da ADPM e com propósitos bem diferentes quisemos conhecer o trabalho desenvolvido e a visão que têm para o futuro a Associação de Caçadores de Penedos/Clube de Pesca de Gorjões (ACP/CPG). Um dos objetivos deste Clube visa a manutenção, promoção e valorização dos recursos cinegéticos existentes no território. Quanto à Associação de Municípios do Baixo Alentejo e Alentejo Litoral (AMBAAL)/Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo (CIMBAL), ela é detentora da maior massa associativa a nível sub-regional, logo importa conhecer o trabalho desenvolvido ao nível de planeamento e desenvolvimento, bem como foi feito o aproveitamento dos fundos estruturais no âmbito do QREN (2007/13), e ainda conhecer o Plano Estratégico de Desenvolvimento para o território, que consubstanciará o Quadro Estratégico Comum (QEC -2014/20) e as suas implicações em termos futuros para a construção de modelos de desenvolvimento para os territórios de baixa densidade.

4. Cooperativa – tendo por base que o setor cooperativo através da história tem tido um peso e uma estratégia para o desenvolvimento do País, se inicialmente se cingiu à agricultura (veja-se o mutualismo agrícola, no apoio ao crédito aos agricultores, com a modernização deste setor no tempo do Estado Novo), cedo se disseminou a outros setores: bancário, cultural, ensino e educação, consumo, habitação, entre outros. Talvez o setor cooperativo possa constituir uma alternativa à crise que nos assola, se atendermos que em 2012 se comemorou o

Ano Internacional do Cooperativismo no Mundo, percebe-se claramente da sua importância na promoção do bem-estar e desenvolvimento das populações. Pela importância que o setor cooperativo assume ao nível agrícola, a nossa incidência recai na Cooperativa Agrícola de Mértola, antigo Grémio da Lavoura. Sendo a mais antiga instituição no concelho a este nível.

5. Individual/simbólico – Nesta escolha recaem pessoas a título individual que pelo peso que têm nas representações sociais (simbólicas) sobre o território não podiam ser excluídas, porque possuem um conhecimento que não se encontra registado sobre a história local. São, o responsável pelas obras no tempo do Projeto da Junta de Colonização Interna; a antiga professora primária residente na aldeia, sobretudo a partir do final dos anos sessenta e início dos anos setenta e que possui informações significativas sobre este território; a Senhora com mais idade da aldeia/e sua filha, comportam um simbolismo, de respeito e conhecimento que detém sobre a história do último século; por último, surge o Pai do autor, pelo papel que tem junto deste, de lhe avivar a memória sobre determinados acontecimentos e estar sempre presente, como parte que é desta investigação. Todos eles estão posicionados no sistema local, podendo contribuir através da sua visão, para a mudança da racionalidade do sistema, porque querem o desenvolvimento para a sua aldeia e temem que ela um dia possa desaparecer, daí o seu grande empenhamento e participação.

Face ao que evidenciámos e porque estamos no campo da sociologia de ação,

para analisar o significado das representações utilizamos o paradigma interpretativo, o qual encontra a sua fundamentação na teoria da ação. Tal teoria propõe que, é possível analisar o que as pessoas pensam sobre determinados objetivos, de acordo com a sua conceção. (...). Desta forma o ator social é o agente que desenvolve a ação e pode ser um indivíduo ou uma coletividade (Silva et al., 2005, p.72).

Assim, descriminamos os atores, em função da sua natureza e âmbito, conforme quadro abaixo.

Quadro nº 3 - Atores sociais que constituíram a amostra intencional

Cultura e Recreio	Local	Centro Popular dos Trabalhadores de Penedos (CPTP)	Direção
Associativa	Local	Associação de Caçadores de Penedos e Clube de Pesca dos Gorjões (ACP/CPG)	Direção
Institucional	Regional /Local	Câmara Municipal de Mértola (CMM)	Presidente
Institucional	Local	Junta de Freguesia de São Miguel do Pinheiro (JFSMP)	Presidente
Cooperativa	Regional /Local	Cooperativa Agrícola de Mértola (CAM)	Presidente
Associativa	Regional /Local	Associação de Defesa do Património de Mértola (ADPM)	Presidente
Individual	Local	Individual (simbólico)	Antiga Professora Primária de Penedos – Senhora D. Maria do Carmo
Individual	Local	Individual (simbólico)	Senhora D. Natércia Ramos
Individual	Local	Individual (simbólico)	Senhor Jacinto Pereira
Individual	Local	Individual	Senhor José Nunes
Institucional	Regional	Entidade de Turismo do Alentejo (ETA)	Presidente
Associativa	Regional	AMBAAL-Associação de Municípios do Baixo Alentejo e Alentejo Litoral/ CIMBAL- Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo)	Presidente

Fonte: autor

Foram aquelas pessoas que trabalharam connosco, como atores estratégicos, (mas muitos outros habitantes da aldeia deram os seus contributos, como se pode constatar no decurso deste trabalho), porque “uma das chaves do desenvolvimento local reside na capacidade de cooperação dos seus atores. Também é conveniente particular a análise das formas de cooperação institucional ou voluntária que se produzem entre eles contando que o objetivo seja o desenvolvimento local” (Godart,1987, citado em Castilho, Arenhardt e Le Bourlegat, 2009, p.160).

Estes atores foram essenciais para a reflexão estratégica e implementação de um modelo de desenvolvimento local a partir da identidade e valorização dos recursos e de todas as potencialidades do saber fazer. Para tudo isto foi fundamental “construir compromissos entre os parceiros (atores) envolvidos para todas as fases, incluindo o uso e a circulação da informação, o planeamento e a intervenção” (Godart,1987, citado em Castilho, Arenhardt e Le Bourlegat, 2009, p.136).

Deste modo, podemos afirmar que prosseguimos

uma pesquisa identitária aberta ao futuro que permitirá colocar em causa as representações do desenvolvimento e a propor soluções alternativas ” (Arocena, 1986:105). Deste modo, os atores sociais são assim posicionados no sistema de ação local, podendo agir não só sobre as representações; como tendo a capacidade de poderem contribuir para a mudança da racionalidade do sistema. O ator social que esteja empenhado numa ação para o desenvolvimento, tende a modificar a sua posição no sistema local devido à renovação operada na sua capacidade de ação sobre a sociedade e sobre as novas relações no sistema local (Marques, 2006, pp.213-214).

Seguidamente procedemos à Construção do Guião da Entrevista, tendo sempre presente a busca relacional entre as variáveis já explicitadas (nos quadros números 1 e 2) e os diferentes atores, consoante os seus objetivos e posicionamento no sistema.

2.5. O MACTOR e a sua aplicação

Para além do contributo dado pela investigação-ação há a destacar sobretudo, a estratégia de atores e a sua análise através do MACTOR. Uma vez que estamos no campo da sociologia de ação,

para analisar o significado das representações utilizamos o paradigma interpretativo, o qual encontra a sua fundamentação na teoria da ação. Tal teoria propõe que, é possível analisar o que as pessoas pensam sobre determinados objetivos, de acordo com a sua conceção. (...). Desta forma o ator social é o agente que desenvolve a ação e pode ser um indivíduo ou uma coletividade (Silva et al., 2005, p.72).

Face ao exposto, tornou-se imprescindível

interrogar os atores sobre a sua visão de futuro é sempre revelador do seu comportamento estratégico e, mesmo que essa visão nos pareça errónea, há que tê-la em conta. Porque a representação da gama de futuros possíveis também depende da leitura do passado. De certa forma, o passado é tão múltiplo e incerto como o futuro. A história nunca é definitiva, está sempre em reconstrução. O facto é um só, mas a sua leitura é múltipla. Onde, a importância de abrir a imaginação a outras representações, tanto do passado, como do futuro (Silva et al., 2005, p.22).

Uma vez que os estudos sobre análises das dinâmicas de ação

baseiam-se em metodologias qualitativas, na medida em que o centro da atenção pretende identificar a lógica de atuação de atores, individuais e coletivos, as suas imagens mútuas, os seus conflitos e meios de ação. Estamos perante conceitos como identidades (sociais, locais, regionais); projetos (de vida, de desenvolvimento, de ação); conflitos, consensos, etc., que exigem um entendimento simultaneamente dos contextos e dos sentidos de ação (Guerra, 2006, p.49).

Estamos na presença do paradigma qualitativo (descritivo/interpretativo), com recurso à quantificação no que concerne à informação fornecida, sobretudo, pelos atores-chave (que integraram a amostra intencional), através de e uma análise de um programa informático designado por MACTOR, de Michael Godet

cujos objetivos subjacentes a este método, prendem-se com a análise das motivações, dos meios de ação dos atores, assim como procurar compreender as suas estratégias e relações de força, pelo que a metodologia a seguir no trabalho integrará as seguintes fases: identificação dos projetos e motivações de cada ator, constrangimentos e meios de ação; proceder à identificação dos desafios estratégicos e objetivos associados; posicionamento dos meios de ação e os obstáculos à concretização dos objetivos pelos diversos atores; posicionar cada ator em cada objetivo procedendo à identificação das convergências e divergências-matriz das posições simples; recensear e valorizar as táticas possíveis em função das hierarquias dos objetivos – matriz das posições valorizadas; a partir daqui procede-se à introdução dos dados iniciais do jogo de atores e seu tratamento informático- interpretação dos outputs do MACTOR (Marques, 2006, pp.216-219).

Decorrente do que acima se expõe, importa referir que no MACTOR

é tido em conta o poder dos atores para influenciar e tomar decisões: constrói-se um indicador de relação de forças, o que permite estudar as relações de força entre atores e ponderar as suas opções estratégicas. Ao enunciarmos uma série de recomendações estratégicas estamos de certa forma a propor algumas “linhas de conduta” para o ator “cliente”, o que significa estar a ter em conta as relações de força e o maior ou menor “poder” do ator em causa para tomar determinada decisão (Perestrelo, 2000, p.7).

Depreendendo-se daqui, que o programa explanado foi uma ferramenta essencial neste processo de investigação, conforme se discrimina seguidamente.

No que respeita à aplicação do MACTOR, consideramos a análise das motivações e meios de ação dos atores, bem como as suas estratégias e relações de força. Deste modo, metodologicamente foram seguidos os seguintes pontos:

- 1- Identificaram-se os projetos e as motivações dos atores, obstáculos e respetivos meios de ação representados no Quadro Estratégia de Atores.

A partir da análise das entrevistas efetuou-se um resumo por cada ator, utilizando-se o Quadro de Estratégia de Atores, no Volume II, onde foram representadas as finalidades dos atores, os seus objetivos, meios de ação e obstáculos.

- 2- Procedeu-se à identificação dos desafios estratégicos e objetivos associados.

Os atores presentes no estudo são detentores de projetos, alguns muito diferenciados, assim através dos resumos das entrevistas e do Quadro de Estratégia de Atores foram identificados os Desafios Estratégicos e os Objetivos a eles associados.

3- Posicionamento dos meios de ação e dos obstáculos à concretização dos objetivos pelos diferentes atores.

Este exercício foi efetuado a partir dos resumos das entrevistas e do Quadro de Estratégia de Atores, cujo objetivo prendeu-se com o preenchimento da Matriz dos Meios de Ação Diretos entre Atores (MAD), no Volume II, evidenciando as relações diretas entre os atores, tendo-se considerado como critério de preenchimento os seguintes valores:

3- O ator põe em causa a existência de outro ator;

2- O ator condiciona os projetos de outro ator;

1- O ator condiciona, de forma limitada no tempo e no espaço, os processos operacionais (gestão, etc...) de outro ator;

0- O ator não dispõe de meios de ação sobre o outro ator.

4- Posicionar cada ator em cada objetivo e identificar as convergências e divergências Matriz de Posições Simples.

As relações que os atores evidenciam em relação a cada objetivo podem ser representados por um gráfico de posições. Com vista à visão de estratégia global, procedeu-se à construção de todos os gráficos associados a cada objetivo estratégico. Representou-se o comportamento de cada ator sobre cada objetivo – posição favorável, oposição, neutralidade ou indiferença. Para a elaboração da Matriz das Posições Simples x Objetivos (1MAO no Volume II), foi seguida a seguinte convenção:

+1 – o ator é favorável ao objetivo;

-1 – o ator opõe-se ao objetivo;

0 – o ator é neutro ou indiferente ao objetivo.

Assim, para cada par de atores tornou-se necessário incidir nas convergências e nas divergências no que concerne aos objetivos. Deste modo obteve-se um gráfico completo das convergências possíveis e um gráfico das divergências possíveis entre o conjunto dos atores.

5- Recenseamento e valorização das táticas possíveis em função das hierarquias de objetivos – Matriz de Posições Valorizadas.

Foi feito o preenchimento da Matriz das Posições Valorizadas (Volume II), a qual relaciona ao atores com os objetivos estratégicos, descrevendo, para cada ator, a valência para cada objetivo que lhe foram propostos. Isto é, se é favorável, se está em oposição, ou se é neutro ou indiferente, tal como a hierarquização que cada ator social faz acerca desses objetivos.

Para a elaboração da Matriz das Posições Valorizadas dos Atores x Objetivos (2MAO), utilizou-se a seguinte convenção (Godet & Bourse, 1993c, citado em Marques, 2007, p.219):

3 (-) põe em causa o ator na sua existência/ (+) é indispensável para a sua existência;

2 (-) põe em causa o êxito do projeto do ator / (+) é indispensável para o êxito dos projetos;

1 (-) põe em causa de modo limitado no tempo e no espaço, os processos operatórios /gestão, etc.);

(+) favorece de modo limitado no tempo e no espaço, os processos operatórios.

6- Introduzir os dados iniciais do jogo de atores e respetivo tratamento informático – interpretação dos *outputs* do MACTOR.

A constituição dos dados iniciais para a análise estratégica do jogo de atores foram constituídos através dos dados da Matriz dos Meios de Ação Diretos entre Atores (MAD) e da Matriz das Posições Valorizadas Atores x Objetivos (2MAO). Pois, estas duas matrizes constituíram os *inputs* que serviram de base ao *software* MACTOR para o cálculo de (Godet & e Bourse, 1993 citado em Marques, 2007, pp.219-220):

- Matriz de Meios de Ação Diretos e Indiretos (MAD)
- Coeficiente de Relação de força (Ri)
- Indicador de instabilidade do jogo (H)
- Balanço Líquido das influências por cada par de atores
- Matriz da máxima influência direta (MA)

- Coeficiente de relações de força associados à Matriz MA (II i)
- Matriz de Posições Simples (1MAO)
- Matriz de Posições Valorizadas (2MAO)
- Matriz de Posições Valorizadas Ponderadas (3MAO)
- Matriz de Convergência de Objetivos entre Atores (1CAA)
- Matriz de Divergência de Objetivos entre Atores (1DAA)
- Matriz Valorizada das Convergências (2CAA)
- Matriz Valorizada das Divergências (2DAA)
- Matriz Valorizada Ponderada das Convergências (3CAA)
- Matriz Valorizada Ponderada das Divergências (3DAA)
- Equilíbrio das posições dos Atores
- Plano de Influência/Dependência dos Atores
- Plano de Convergências dos Atores
- Plano de Divergência dos Atores
- Plano de Convergência dos Objetivos

Face à exposição, acerca da forma como aplicamos o MACTOR, a análise dos dados disponibilizada pelo programa informático, será apresentada sob a forma de quadros e gráficos, com as respetivas interpretações, na terceira parte do trabalho.

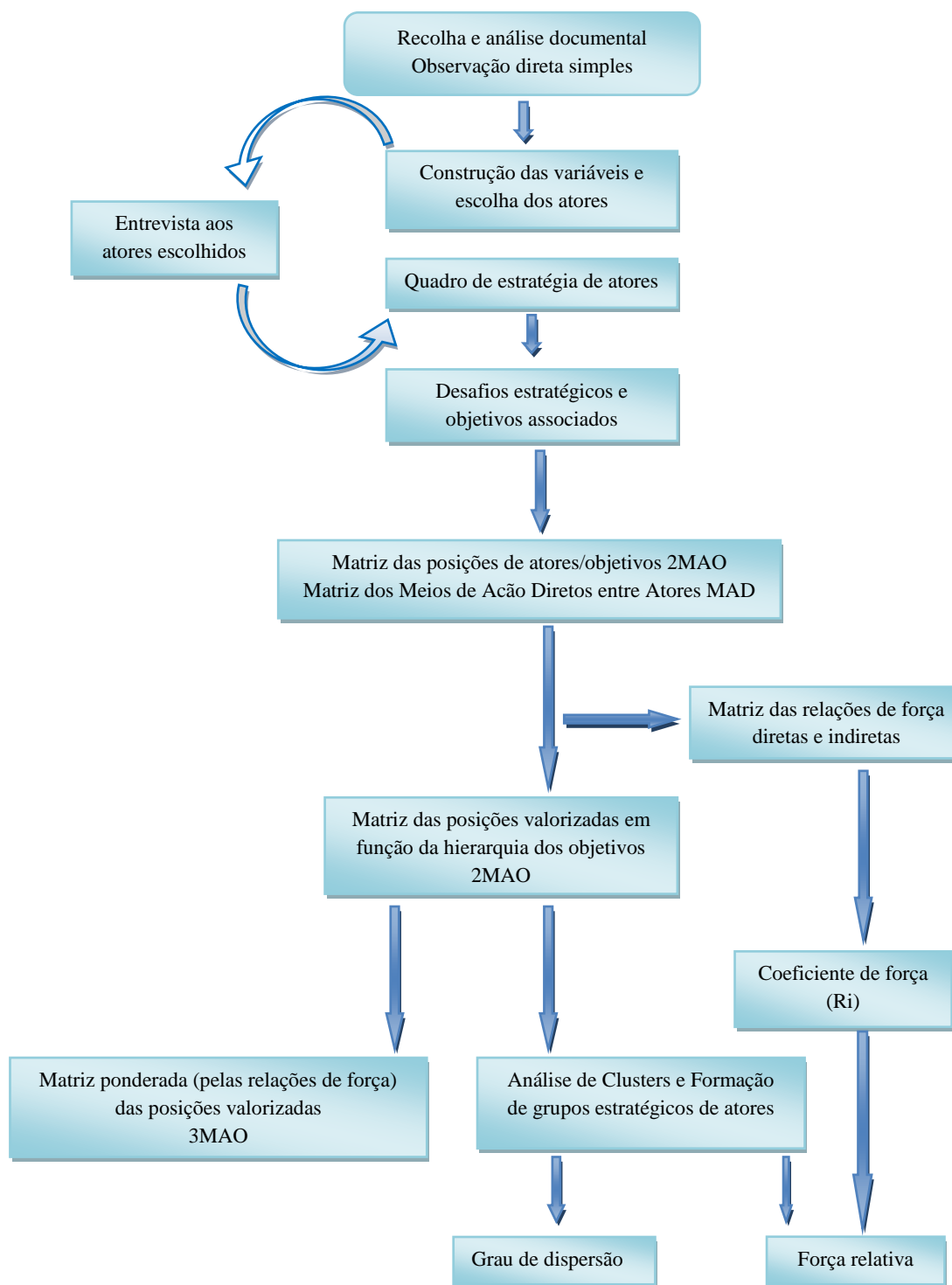
Todavia, no decurso do trabalho, percebeu-se que os resultados obtidos através das matrizes de convergência e divergência dos atores, se apresentavam muito limitados no que concerne à análise de possíveis relações e alianças entre pares. Daqui, tornou-se necessário construir agrupamentos estratégicos de forma mais alargada, com vista a perceber as possíveis alianças face aos objetivos em comum. Para este efeito, recorreremos ao SPSS.

Face ao referido, e em conformidade com Marques (2007, p.220), consideramos a informação existente na Matriz de Posições Valorizadas de Atores x Objetivos (2MAO) e construíram-se quatro grupos estratégicos, a partir da análise de *clusters* por via do método *Hierachical Cluster Analysis*. Assim, ficamos a conhecer as caraterísticas de cada grupo estratégico, quer no que reporta à sua força relativa, quer quanto ao seu grau de dispersão e conteúdo, designadamente a concordância, a oposição e a discordância de objetivos. Quanto à força relativa do grupo, determinou-se pelo somatório das forças relativas de cada um dos atores inseridos no grupo, a qual foi expressa a partir do escalar *stanard* das relações de força (R_i) que foram estabelecidas por um dos *outputs* do MACTOR. Por seu turno, o grau de dispersão revela-nos que quanto mais baixo for o seu valor, maior será a coesão grupal. Este grau de dispersão foi atingido tendo em conta a referida análise de *clusters*.

Quadro nº 4 – Relação entre variáveis e atores

	Institucionais				COOP	Associativa			Individuais			
	CMM	JFSMP	ERT	AMBALL/ CTMBAL	CAM	ACP/CPG	ADPM	CPTP	NR/MN	JLP	APP/MCS R	JN
Variáveis Internas												
Variáveis Sociodemográfico-económicas												
1 - Estrutura da População Residente	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
2 - População ativa afastada dos setores de atividades produtivas (agricultura, pastorícia, comércio e indústria)	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
3 - Novos setores de atividade	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
4 - Empreendedorismo e recuperação de potencialidades a integrar no processo de desenvolvimento local	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Variáveis Físico-morfológicas e naturais												
5 - Proliferação da grande propriedade (latifúndio)	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
6 - Proximidade do Parque Natural do Vale do Guadiana	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
7 - Integração na Faixa Piritosa Ibérica	x	x	x	x	x	x		x	x	x	x	x
8 - Unidades industriais ecológicas	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Variáveis de planeamento e desenvolvimento estratégico												
9 - Existência de instrumentos de Planeamento	x	x	x	x	x		x				x	x
10 - Estratégias de Desenvolvimento	x	x	x	x	x	x	x	x	x			
Variáveis de Bem-estar e visão estratégica de futuro												
11 - Diminuição dos serviços públicos prestados junto da população local	x	x		x	x	x	x	x	x	x	x	x
12 - Visão estratégica de futuro	x	x		x	x	x	x	x	x	x	x	
Variáveis Histórico-culturais												
13 - Junta de colonização interna					x	x		x	x	x		x
14 - Abandono tradições	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
15 - Fomentar traços culturais para garantir a sustentabilidade da identidade	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Variáveis de Sistema de circulação												
16 - Interceção num nó de centralidade territorial e Proximidade de aeroportos	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Variáveis Externas												
Variáveis de Instrumentos políticos/financeiros												
17 - Instrumentos de política local, regional, nacional e comunitário	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Promocionais/Marketing territorial												
18 - Comunicação/Divulgação das potencialidades /Redes Sociais	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	
Sociodemográfico-económicas												
19 - Efeito de retração da população	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x		x
20 - Produtos locais materiais e imateriais como promotores da economia local	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x

Figura nº 6 - Análise das estratégias dos atores



Fonte: Adaptado de Marques, 2007:223

PARTE III

CONSTRUÇÃO DO OBJETO EMPÍRICO: REFLEXÕES ESTRATÉGICAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL NO CONTEXTO DA PRESERVAÇÃO DA IDENTIDADE DE PENEDOS (MÉRTOLA)

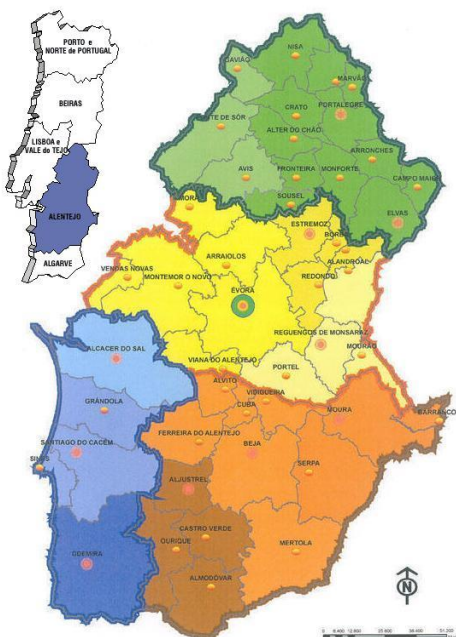
1 - DIAGNÓSTICO/CARACTERIZAÇÃO DO CONTEXTO EM ESTUDO

Este capítulo pretendeu caracterizar o espaço onde decorreu o estudo, bem como a contextualização com a sua envolvente territorial do Baixo Alentejo, na sua relação com o Alentejo, o Algarve, o País e a vizinha Espanha, ao nível demográfico, económico, social e cultural; enquadramento geoestratégico, diagnóstico a partir da matriz de *swot*. Por fim, fizemos uma caracterização genérica do concelho de Mértola, da freguesia de São Miguel do Pinheiro e de Penedos.

1.1. Aspetos gerais

Para a apresentação deste subcapítulo, apoiámo-nos nalguns elementos da caracterização efetuada pela ADRAL- Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo, presente no Bejabiz inserido no Bejadigital³

Figura nº 7 - Localização da sub-região do Baixo Alentejo no Alentejo e deste no continente português



Fonte: <http://www.rt-planiciedourada.pt/>

³ Projeto em parceria liderado pela Associação de Municípios do Baixo Alentejo e Alentejo Litoral, 2003, Beja

O Baixo Alentejo⁴ integra-se na região Alentejo, sendo limitado a norte pela sub-região do Alentejo Central (Distrito de Évora), a leste por Espanha, e a sul pela região do Algarve (Distrito de Faro). Esta sub-região integra 13 Concelhos: Aljustrel, Almodôvar, Alvito, Barrancos, Beja, Castro Verde, Cuba, Ferreira do Alentejo, Mértola, Moura, Ourique, Serpa e Vidigueira.

O clima do Baixo Alentejo é mediterrânico, sendo caracterizado por uma temperatura média anual elevada que oscila entre o 15° e o 17,5° (registando valores superiores na margem esquerda do Guadiana). No seu interior as amplitudes térmicas variam entre o 13° e o 15° grau celsius, sendo que os dias com temperatura máxima superior a 25° elevam-se a mais de um terço do ano. A precipitação anual é irregular, verificando-se uma maior ocorrência no outono e inverno (nalguns anos, quando a seca não fustiga estas estações); o verão é normalmente seco e quente, sendo a primavera a estação mais suave. Em cada uma destas estações há um quadro natural diferente, sendo a primavera a estação mais suave e com uma variedade imensa de flores, cores e cheiros que a torna até poética e deslumbrante, pela beleza que apresenta.

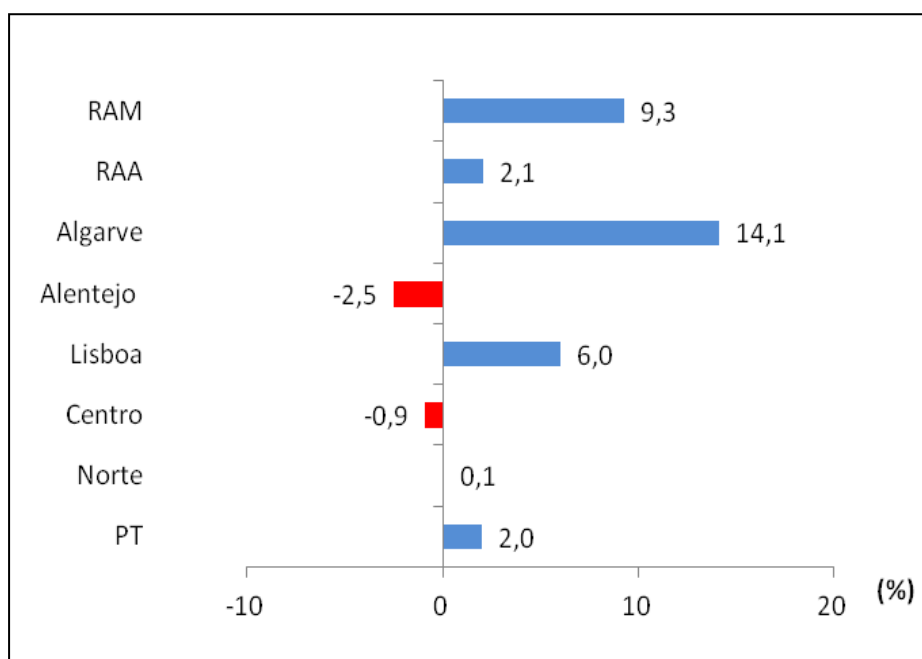
1.2 Aspetos sociodemográficos

Os aspetos sociodemográficos partem de uma caracterização geral da população sobre o espaço onde decorreu o estudo, na sua contextualização com o País, com o Alentejo e sobretudo, com o Baixo Alentejo, com o concelho de Mértola e com a freguesia de São Miguel do Pinheiro, onde se insere Penedos.

Vejamos então, a distribuição da população residente pelo território português, cuja variação ao longo da última década, mantém o Alentejo numa posição negativa (-2,5%), conjuntamente com a região Centro (-0,9%), de resto todas as regiões apresentam crescimento positivo, com destaque assinalável para o Algarve (14,6%) e para a Região Autónoma da Madeira (9,3%), conforme gráfico seguinte.

⁴ O Baixo Alentejo aqui retratado refere-se à sub região e não à Província, esta engloba o Distrito de Beja, que inclui o concelho de Odemira e mais os quatro concelhos do Distrito de Setúbal, designadamente: Alcácer do Sal, Grândola, Santiago do Cacém e Sines.

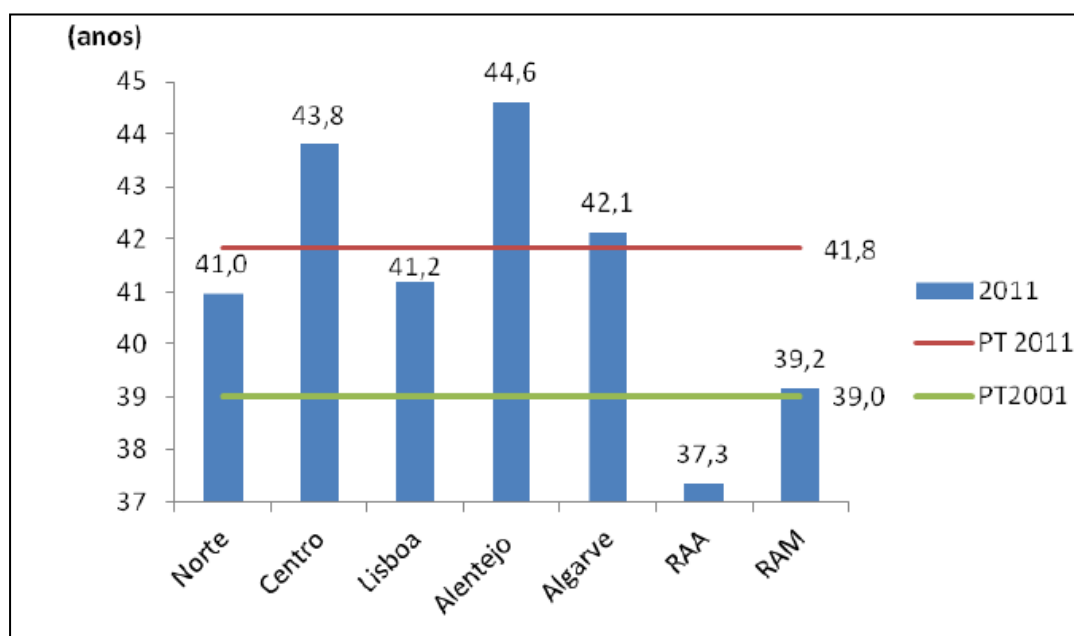
Gráfico nº 1 - Variação da população residente por NUT II entre 2001 e 2011



Fonte: INE, citado em Plano de Ação Regional-Alentejo 2020. CCDRA. 2013, p.35

No que respeita à idade média da população residente, verificamos que no conjunto do País, o Alentejo apresenta o valor mais elevado (44,6) e a Região Autónoma dos Açores, evidencia o valor mais baixo (37,3), conforme gráfico seguinte.

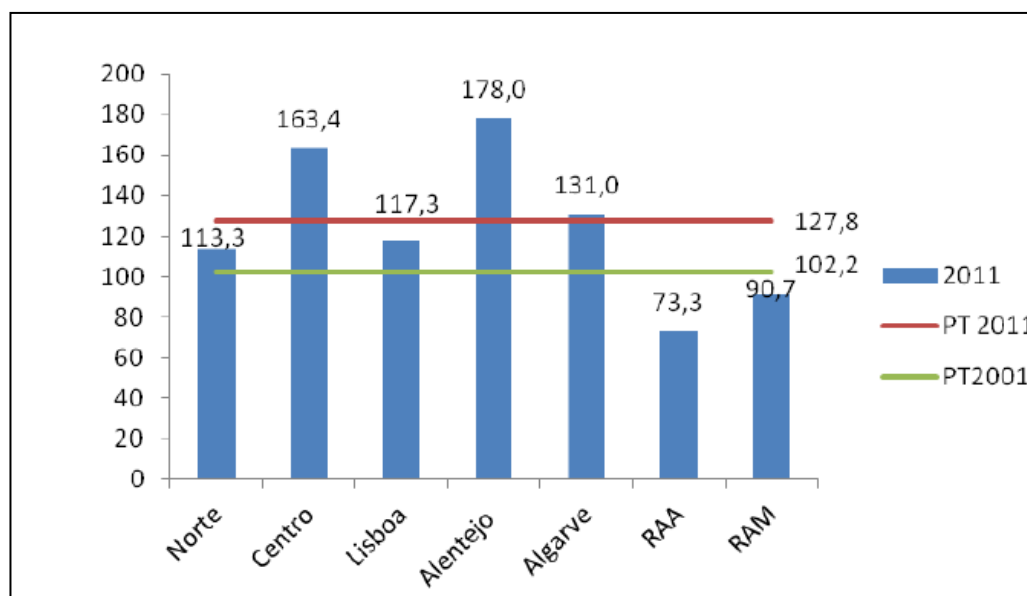
Gráfico nº 2 - Idade média da população residente em Portugal, por NUT II entre 2001 e 2011



Fonte: INE, citado em Plano de Ação Regional-Alentejo 2020. CCDRA. 2013, p.35

Se se atender no índice de envelhecimento em Portugal, constata-se que o Alentejo é a região que revela os valores mais elevados (178), seguido do Centro (163,4), sendo que a Região Autónoma dos Açores regista o índice mais baixo (73,3), tal com ilustra o Gráfico que a seguir se apresenta.

Gráfico nº 3 - Índice de envelhecimento por NUT II entre 2001 e 2011



Fonte: INE, citado em Plano de Ação Regional-Alentejo 2020. CCDRA. 2013, p.36

Com Maria João Valente Rosa (2012), o nosso País na atualidade, tornou-se um dos países mais envelhecidos da Europa e até mesmo do mundo. Porque “as alterações mais profundas da população portuguesa deram-se fundamentalmente nas décadas mais recentes, pelo que a distância que separa a população portuguesa de hoje do que foi há cinco décadas é muito grande” (Rosa, 2012, p.27). Hoje há um duplo envelhecimento, que altera toda a estrutura populacional, isto é, temos poucos jovens, muitos idosos e aconteceu pela primeira vez no ano 2000, de acordo com Rosa (2012), o grupo dos idosos tornou-se superior ao dos jovens e daí para cá, continua a agudizar-se esta tendência. Ambos os grupos dependem grandemente dos ativos o que constitui um problema de futuro ao nível da segurança social, que os governos terão de saber encontrar políticas eficazes, no entanto a crer nas projeções do INE para 2050, a população portuguesa poderá rondar os dez milhões de pessoas, mas o envelhecimento será mais acentuado e no Baixo Alentejo essa quebra poderá ainda ser mais acentuada, como ilustram as projeções do gráfico da página 137.

O Baixo Alentejo, em conformidade com o PEDBA (Plano Estratégico de Desenvolvimento do Baixo Alentejo (CIMBAL 2013a), é uma sub-região do Alentejo, integrando uma área de 8.544,6 km², correspondente a 10,8% do território nacional. O Baixo Alentejo integra 13 Concelhos e 83 Freguesias. A área média das freguesias desta sub-região é de 102,9 km², bastante superior à média nacional (21,7 km²).

Em função do quadro seguinte, a população residente continua a diminuir, isto é, passa de 135 105 pessoas em 2001, para 126 692 indivíduos em 2011, cuja densidade populacional corresponde a 14,77 hab/km². Para além deste aspeto global, os grupos etários dos jovens (0-14 anos) e os potencialmente ativos (15-64anos) continuam a diminuir, enquanto os idosos (mais 75 anos), sobem significativamente, ilustrando bem o duplo envelhecimento registado no território.

Quadro nº 5 - Distribuição da população do Baixo Alentejo, por grupos etários no período de 2001 a 2011

Grupo Populacional	2001	2011
Pop 0-14	18.404	16.884
Pop 15-64	84.325	77.923
Pop 65 e +	32.376	31.885
Pop 75 e +	14.163	16.918
Pop 15-39	43.436	35.805
Pop 40-64	40.889	42.118
Pop 20-29	17.536	13.595
Pop 55-64	16.093	16.026
Pop 0-4	5.727	5.229
Pop 5-9	5.810	5.720
Pop fem 20-34	12.482	10.400
Pop fem 35-49	12.462	12.522
Pop total	135.105	126.692

Fonte: INE: citado em PEDBA, Beja: CIMBAL, 2013, p.:3

Na sequência do que acima se evidencia, o Baixo Alentejo é um território duplamente envelhecido, se analisarmos os Índices-Resumo, o Índice de Dependência Total, mostra bem o aumento da dependência dos jovens e dos idosos da população ativa, isto é, em 10 anos passa de 60,2 para 62,6. O Índice de Envelhecimento demográfico assinala uma subida substancial, passando de 175,9 em 2001, para 188,8

em 2011. Enquanto o Índice de Longevidade refere também um aumento no período em apreço, passa de 43,7 para 53,1. Estamos na presença de índices que atestam claramente o quanto a população está duplamente envelhecida e dependente de quem trabalha, conforme ilustra o quadro seguinte.

Quadro nº 6 – Índices - Resumo da estrutura etária da população residente no Baixo Alentejo entre 2001 e 2011

Sigla	Indicador/índices Resumo	Fórmula	2001	2011
IDJ	Índice de Dependência de Jovens	$\text{Pop}_{0-14} / \text{Pop}_{15-64} * 100$	21,8	21,7
IDI	Índice de Dependência de Idosos	$\text{Pop}_{65 e +} / \text{Pop}_{15-64} * 100$	38,4	40,9
IDT	Índice de Dependência Total	$(\text{Pop}_{0-14} + \text{Pop}_{65 e +}) / \text{Pop}_{15-64} * 100$	60,2	62,6
IED	Índice de Envelhecimento Demográfico	$\text{Pop}_{65 e +} / \text{Pop}_{0-14} * 100$	175,9	188,8
PRJ	Peso Relativo dos Jovens	$\text{Pop}_{0-14} / \text{Pop}_{\text{total}} * 100$	13,6	13,3
PRPIA	Peso Relativo da População em Idade Ativa	$\text{Pop}_{15-64} / \text{Pop}_{\text{total}} * 100$	62,4	61,5
PRI	Peso Relativo dos Idosos	$\text{Pop}_{65 e +} / \text{Pop}_{\text{total}} * 100$	24,0	25,2
IL	Índice de Longevidade	$\text{Pop}_{75 e +} / \text{Pop}_{65 e +} * 100$	43,7	53,1
IJPA	Índice de Juventude da População Ativa	$\text{Pop}_{15-39} / \text{Pop}_{40-64} * 100$	106,2	85,0
IRPA	Índice de Renovação da População Ativa	$\text{Pop}_{20-29} / \text{Pop}_{55-64} * 100$	109,0	84,8
IT	Índice de Tendência	$\text{Pop}_{0-4} / \text{Pop}_{5-9} * 100$	98,6	91,4
IP	Índice de Potencialidade	$\text{Pop}_{\text{feminina } 20-34} / \text{Pop}_{\text{feminina } 35-49} * 100$	100,2	83,1

Fonte: INE: citado em, PEDBA, Beja: CIMBAL, 2013, p.4

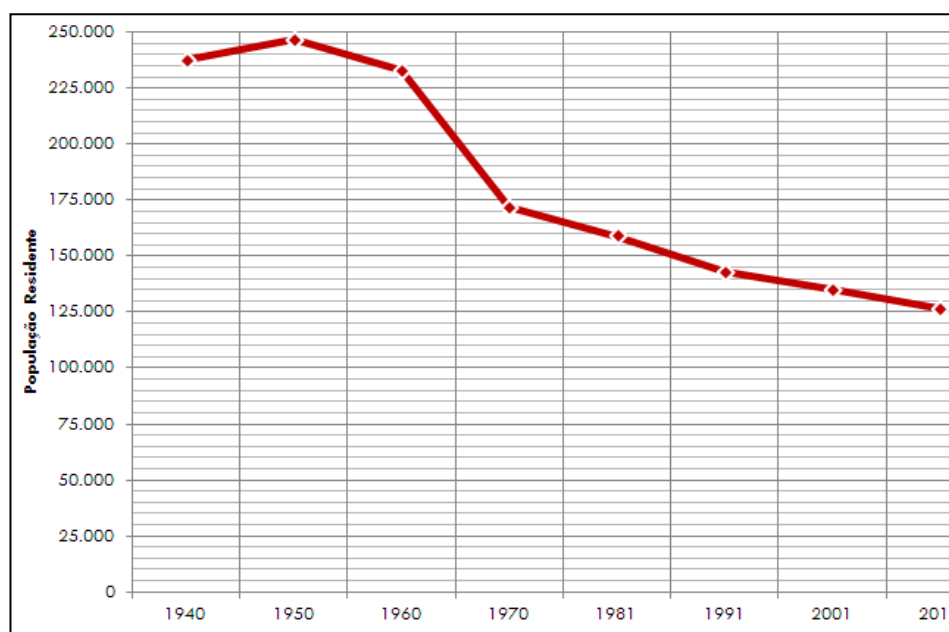
Na sequência do que se expõe atrás, verificamos que a população do Baixo Alentejo, desde 1940, apenas sobe em 1950, para a partir desse período registar a maior quebra populacional em 1970, sendo que a partir daí, a população não deixou de diminuir, só que a um ritmo mais lento, conforme atesta o gráfico nº 4. Tal como já havíamos referido atrás, com Nazareth (1988), este território chegou ao séc. XXI com a taxa de crescimento mais negativa do País, como consequência da diminuição da fecundidade e da ausência de emigrantes, que origina o retorno. É um facto, volvidos estes anos sobre o estudo do Professor Nazareth, o Alentejo e o Baixo Alentejo continuam a envelhecer a um ritmo mais acelerado que as restantes regiões de Portugal.

Uma das explicações que se podem apontar para este decréscimo populacional no Baixo Alentejo decorre de um fenómeno nacional, ou seja,

é com o termo da década de quarenta que a população ativa na agricultura deixa de constituir a fração mais numerosa da população ativa total. No vinténio seguinte e particularmente nos anos sessenta, manifesta-se uma acentuada tendência para a expulsão dos ativos agrícolas, em grande parte canalizados para a emigração: a esta viragem, a este êxodo maciço, terá correspondido uma marcada mudança na lógica e no ritmo do desenvolvimento da formação social portuguesa (Freitas, Almeida e Cabral, 1976, p.161).

É certo que num território caracterizado pelo latifúndio, onde a terra é composta pelas grandes propriedades. De acordo com os atores citados (1976, pp.78-69), é no distrito de Beja que encontramos o maior número de propriedades superiores a 100 hectares (1204) e o menor número de propriedades inferior a 1 hectare (2435), sendo que a condição da maior parte das pessoas era apenas de trabalhador por conta de outrem, quando surgiram as crises nos campos, não restou outro caminho senão buscar os grandes centros onde a indústria estava a eclodir. No caso do Alentejo o êxodo deu-se para os grandes centros urbanos de Lisboa e Setúbal, contrariamente a outros territórios do país, a emigração não foi o caminho para a da maior parte dos que saíram do Baixo Alentejo.

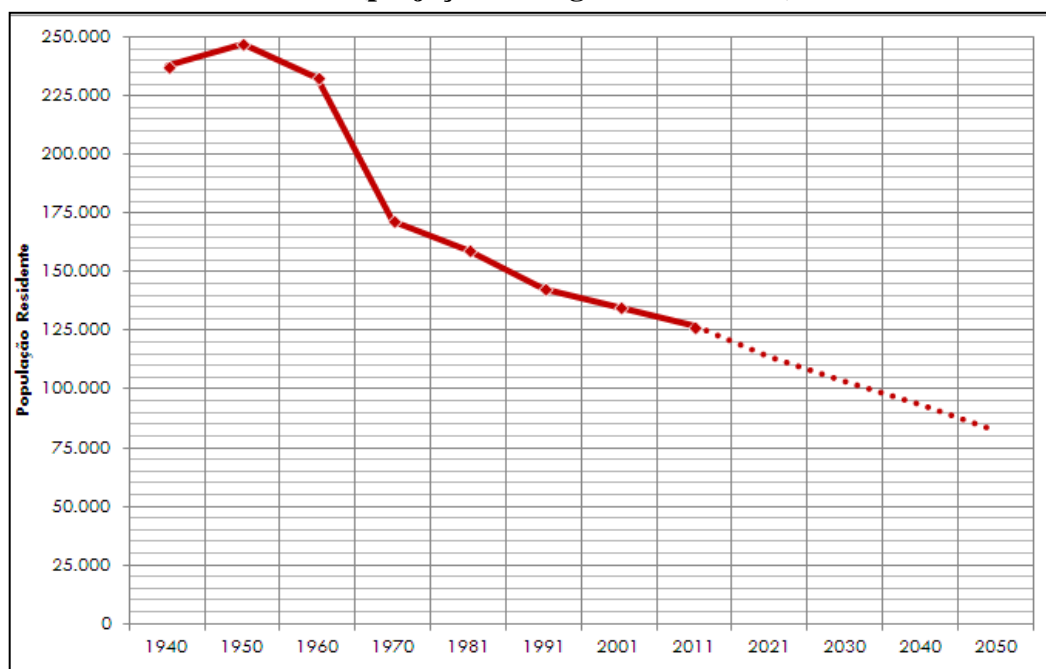
Gráfico nº 4 - Evolução da População Residente no Baixo Alentejo desde 1940 a 2011



Fonte: INE, citado em PEDBA, Beja: CIMBAL 2013, p.4

De acordo com a projeção demográfica exposta no gráfico abaixo, a população continuará a diminuir até 2050. Todavia, a partir de 2011, a diminuição será mais acelerada, significando tal facto que a população do Baixo Alentejo poderá conhecer ainda neste século, um nível populacional muito baixo, a rondar os 100 000 indivíduos.

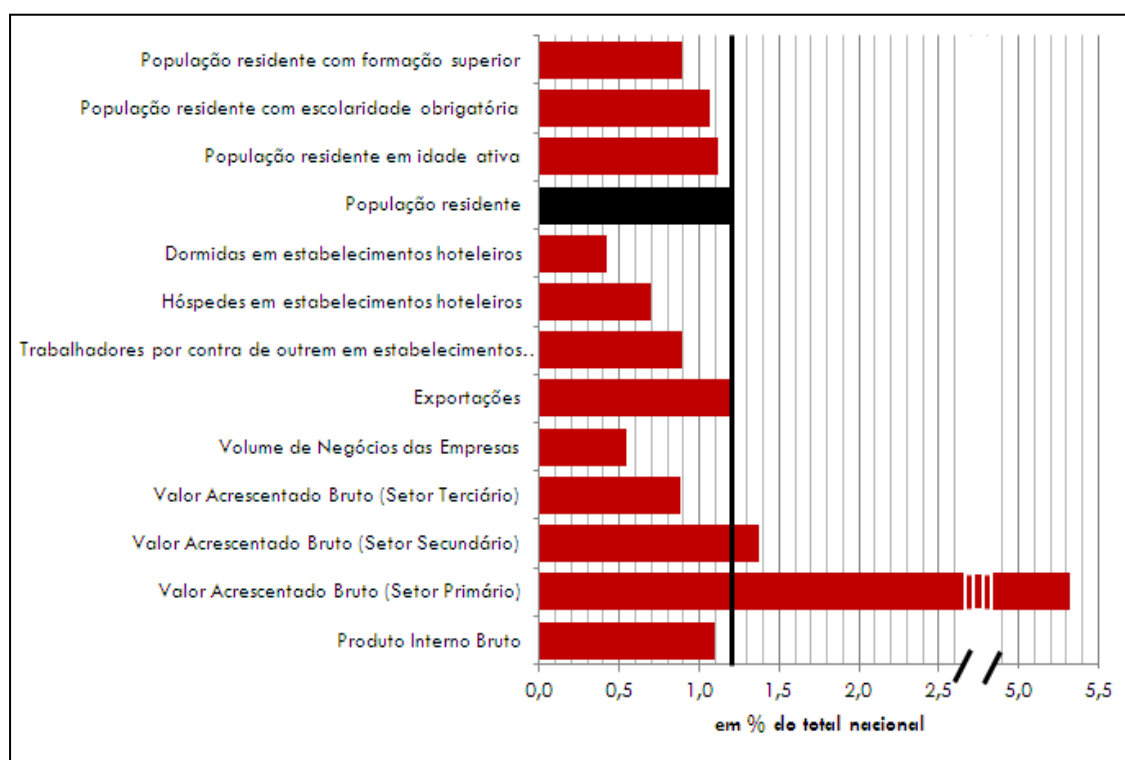
Gráfico nº 5 - Evolução da População Residente no Baixo Alentejo desde 1940 a 2050 (projeção demográfica em 2011)



Fonte: INE, citado em PEDBA, Beja: CIMBAL 2013, p.5

Em síntese, podemos afirmar que os indicadores, quer demográficos, quer sociais e ainda os económicos, estão dependentes uns dos outros, com uma população envelhecida, a economia não sofre aceleração positivo e os efeitos sociais são reduzidos, basta atender no gráfico seguinte que discrimina os indicadores, apenas sobressai o Valor Acrescentado Bruto no setor primário – agricultura e mineração, todos os outros ficam num patamar inferior ao que seria desejado.

Gráfico nº 6 - Síntese de Indicadores Demográficos Económicos e Sociais do Baixo Alentejo em 2011

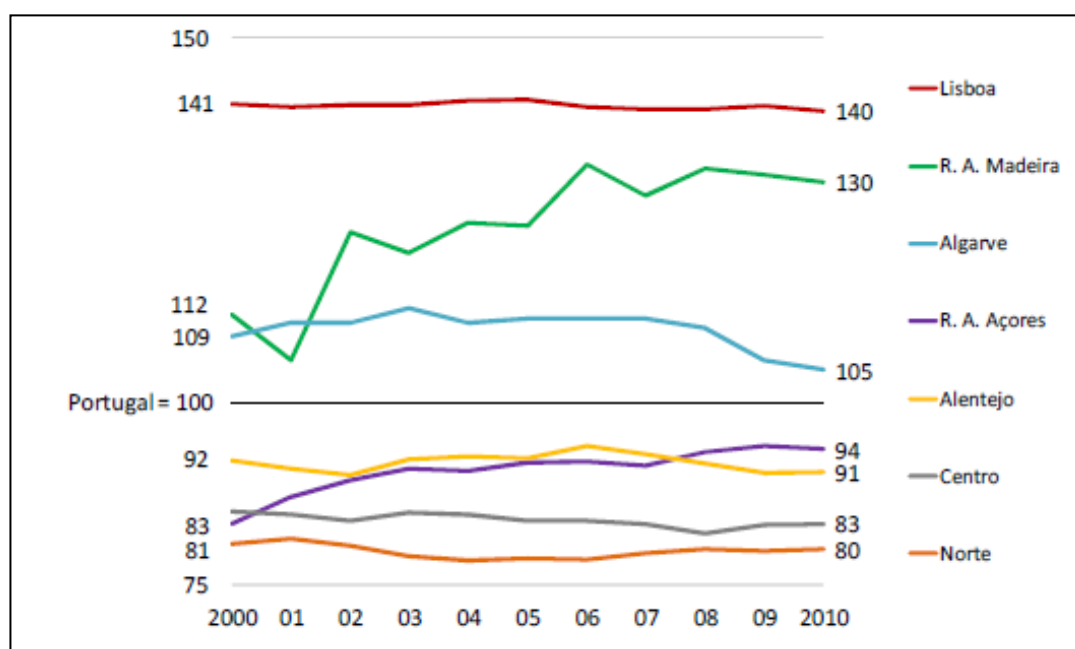


Fonte: PEDBA, Beja: CIMBAL 2013, p.6

1.3. Aspetos económicos, sociais e culturais

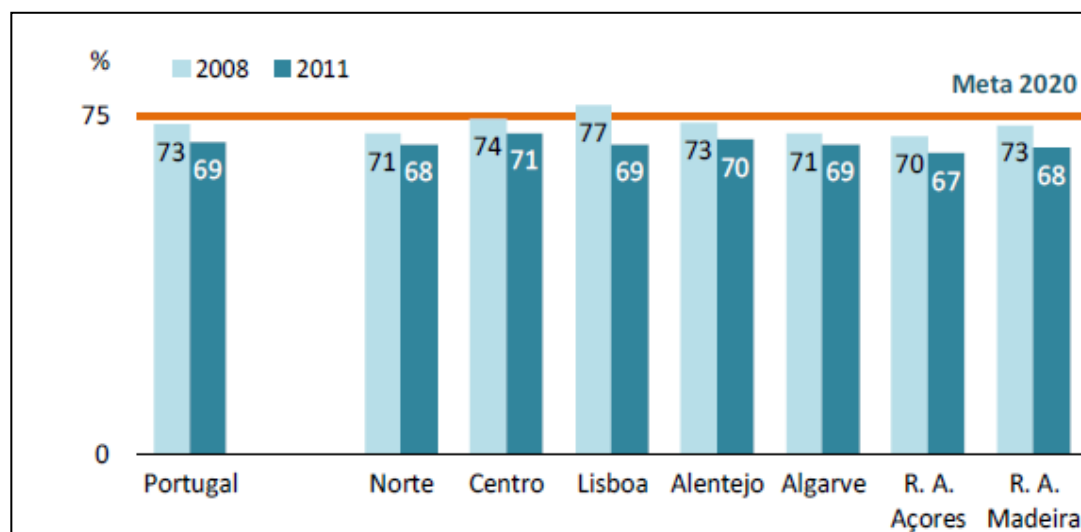
Este subcapítulo, sem pretender ser exaustivo teve presente os aspetos mais relevantes do território em análise. No que se reporta ao *Pib per capita*, por região NUT II (Nomenclatura de Unidade Territorial), em função do gráfico nº 7, o Alentejo apresenta valores relativamente baixos (91) em 2010, ainda assim, acima do Centro (83) e do Norte (80), no entanto, estão muito abaixo da região de Lisboa, cujo *Pib* se situa nos 140. Para além deste indicador, importa ainda evidenciar que o Baixo Alentejo se situa na região Alentejo, onde a taxa de emprego total da população ativa, entre os 20 e os 64 anos, entre 2008 e 2011, desceu de 73% para 70%, enquanto no País a descida foi de 73% para 69%, a maior descida verifica-se em Lisboa, que cai de 77% para 69% e a região que regista a descida mais baixa é o Algarve que passa de 71% para 69%, em conformidade com o gráfico nº 8.

Gráfico nº 7 - PIB *per capita*, por região NUTS II entre 2000 e 2010



Fonte: Observatório do QREN. Citado em CCDRA.2013, p.38

Gráfico nº 8 - Taxa de emprego total das pessoas com 20-64 anos, por região NUTS II entre 2000 e 2011



Fonte: Observatório do QREN. Citado em CCDRA.2013, p.38

No que concerne à base económica do Baixo Alentejo, onde o modelo empresarial dominante, conforme o PIDBA – Plano Integrado de Desenvolvimento do Baixo Alentejo (2009), ela é de muito pequena dimensão, ou seja, mais de 2/3 da atividade económica (medida em número de unidades empresariais, emprego gerado ou volume de negócios) está concentrada nos setores da agricultura e produção animal,

indústria extrativa mineira, comércio, hotelaria e restauração, evidenciando assim, uma certa expressão das atividades direcionadas para a satisfação das necessidades de consumo local (ligando-se por isso a lógicas de reprodução social).

Tal situação

tem como contrapartida uma evidente sub-representação dos chamados bens transacionáveis na estrutura da economia regional, facto comprovado pelo nível perfeitamente residual que é assumido pelas trocas comerciais de âmbito internacional no conjunto da atividade económica da região (apenas quebrado pela atividade de exploração mineira, que polariza 95% do total de saídas), evidenciando assim o carácter fortemente introvertido que define a base económica do Baixo Alentejo (PIDBA, 2009, p14).

As principais atividades económicas do Baixo Alentejo (ADRAL (Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo, Bejabiz/Bejadigital 2007) têm conhecido o seu desenvolvimento em torno da exploração mineira (pirites), da silvicultura, da exploração das espécies cinegéticas (em 2011, Mértola, assumiu a designação de capital da caça), da agropecuária, pastorícia e produtos derivados, podendo tomar-se como exemplo a cortiça, o azeite, os queijos, o pão, os enchidos e presuntos, os vinhos, a aguardente de medronho e o mel.

Por outro lado, o rio Guadiana é considerado um dos recursos naturais mais emblemático do Baixo Alentejo, é um rio internacional da Península Ibérica que nasce em Espanha e quando chega a Portugal, no Alentejo, segue delimitando a linha da fronteira. Corre ao longo de 870 quilómetros de comprimento, sendo que só 260 se encontram em Portugal, delimita a denominada “*Margem Esquerda do Guadiana*”. Com a ADRAL (2007) é inegável que as suas paisagens, se revestem de um significativo valor histórico e natural, são testemunhas vivas da ação humana que ao longo dos tempos teve necessidade de transformar o coberto natural original numa diversidade de ecossistemas, adaptados à secura e aridez do clima. Também não constitui nenhuma inverdade, dizer que com a construção do maior lago artificial da Europa - A barragem de Alqueva, a paisagem mais uma vez sofreu alterações e agora com abundância de água e outros elementos essenciais ao desenvolvimento do território do Alentejo, mas que atualmente não tem nenhum efeito direto no concelho de Mértola.

Esta sub-região é profundamente marcada pelo seu património cultural, natural e construído que se repercute nos sítios arqueológicos, como os castelos, igrejas, antigas minas, museus, vilas e aldeias que com as suas construções tradicionais refletem a

diversidade das influências culturais a que esta região esteve sujeita. Por exemplo, Mértola é denominada de Vila Museu, profundamente influenciada pelos romanos e pelos árabes, daí a importância histórica, veja-se o que significam o Campo Arqueológico e o Festival Islâmico. O caso de Beja, Com a Vila Romana de Pisões, O templo de Diana, a vila romana de São Cucufate /Vila de Frades (Vidigueira), Serpa, Moura, ambas as cidades evocam bem o peso da herança geracional que pelo território foi passando através dos tempos. Para além deste, também o património natural do qual constituem exemplos as Zonas de Proteção Especial (ZPE) de Moura, Barrancos e do Guadiana. Em Mértola, o Vale do Guadiana tem a classificação de Parque Natural.

As tradições associadas ao sentimento dos baixo alentejanos passam pelos festejos populares e religiosos, dão vida às populações e projetam a identidade por todas as aldeias e vilas, geralmente o período de maior incidência ocorre de verão, maiormente no mês de agosto. Por seu turno, as feiras sempre tiveram um papel muito profícuo, quer pelo convívio, quer pela comercialização dos produtos, uma vez que eram a grande possibilidade de encontro, destacando-se as feiras seculares que ainda se mantêm, apesar da modernização, como a Feira de Castro, de Alvito, de Cuba, de Ferreira e de Garvão. Hoje surgiram as mostras e certames temáticos, por exemplo a Ovibeja (que comemorou em 2013, trinta anos, constituindo um dos eventos mais emblemáticos do sul do País, com mais de mil expositores e mais de trezentos mil visitantes), a Expo Barrancos, a Feira do Campo em Aljustrel, em Moura, temos a Expo Moura, que inclui a Olivomoura, e a mostra de gado mertolengo, a expo artesanato e o Festival Islâmico, a FACAL a Feira das Atividades económicas e culturais do concelho de Almodôvar, a feira do Queijo em Serpa, a Feira Medieval, O Mercado Mundial Cultural da Música, A Feira da Água e Regadio em Ferreira do Alentejo, em Vidigueira o Festival do Pão e Laranjas, em Mértola a Feira do Pão e Mel, da Caça, e o emblemático Festival Islâmico. Em todas elas está sempre presente a promoção dos produtos e serviços existentes como potencialidades.

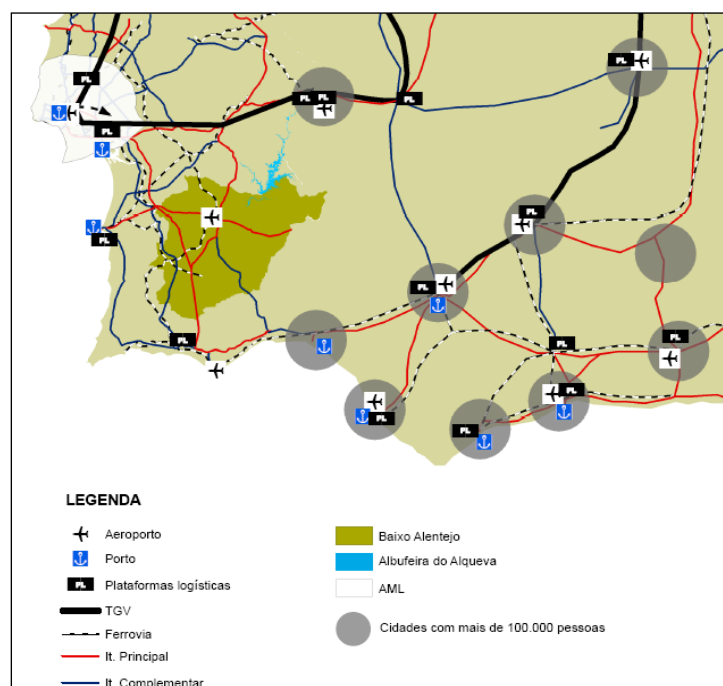
A par do exposto atrás, as energias renováveis que começam a proliferar na sub-região, quer em Moura, onde radica a maior central fotovoltaica da Europa, bem como associado a si surgiu a Lógica, que é um Laboratório voltado para a investigação e desenvolvimento da fileira. Outros sinais evidentes começam a surgir também ao nível não só fotovoltaico, como também eólico em Almodôvar, Mértola e Serpa, o turismo, a nova agricultura, tendo em conta Alqueva e o Aeroporto de Beja e consequentemente a

tradição e saberes, a gastronomia, o património geradores de atividades de cultura e bem-estar.

1.4. Posicionamento geoestratégico do Baixo Alentejo, nos contextos ibérico e nacional

Importa contextualizar nesta parte do trabalho, os elementos geoestratégicos do território, porque eles contém em si aspetos mobilizadores que podem ser um potencial contributivo para o desenvolvimento destes territórios do Baixo Alentejo, de acordo com a figura seguinte.

Figura nº 8 - Enquadramento Geoestratégico do Baixo Alentejo no Sudoeste Ibérico



Fonte: PIDBA, Beja: AMBAAL, 2009, p.7

Em conformidade com o PIDBA (2009) que enquadra o posicionamento geoestratégico no Sudoeste Ibérico, evidenciando

a relevância da armadura urbana e logística presente no território espanhol de proximidade ao Baixo Alentejo, entendendo aqui proximidade a uma escala estratégica e não propriamente a uma escala geradora de fluxos quotidianos de interação de pessoas, bens e conhecimento. A massa de concentrações urbanas com dimensão superior a 100.000 habitantes e a diversidade de plataformas logísticas, constituem um facto marcante a ter em conta no já mencionado posicionamento geoestratégico” (PIDBA, 2009, p.6).

Nesta sequência denota ainda a figura, o eixo Lisboa-Évora-Badajoz, com relevo no plano ibérico, sobretudo, se se atender nos aspetos já referidos do território espanhol, mas importa referir a importância associada à possibilidade de uma maior interligação com a Andaluzia, quer Huelva, quer Sevilha, no plano ibérico.

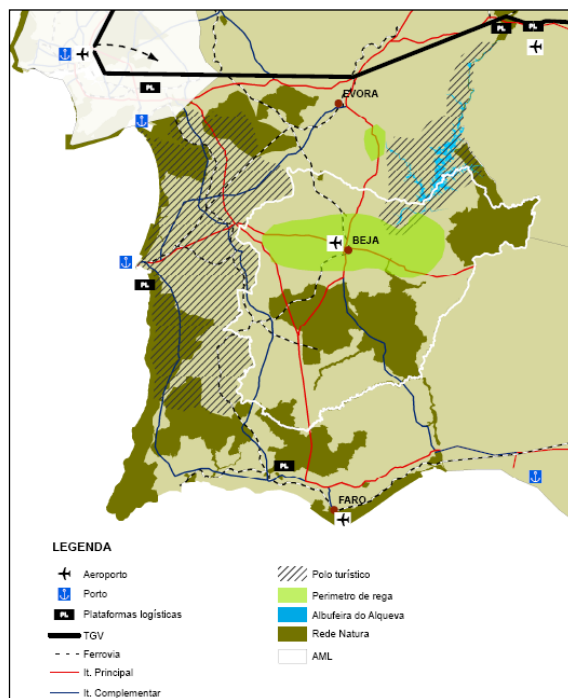
Face ao que se expõe, e com o PIDBA (2009), o posicionamento geoestratégico do Baixo Alentejo tem que ter em consideração os impactos e condicionantes diferenciadas, quer das oportunidades, quer das ameaças para o desenvolvimento deste território em termos de futuro território. Assim, para além dos aspetos referidos, torna-se pertinente “realçar a articulação do Baixo Alentejo com a porta de internacionalização que o Algarve efetivamente constitui para o território continental”. (PIDBA, 2009, p.8), constituindo assim uma porta de entrada para o Baixo Alentejo.

Quanto à importância da inserção do Baixo Alentejo no contexto nacional, evidencia-se claramente na figura nº9, o impacto que as acessibilidades rodoviárias podem desempenhar no futuro. Pois,

a partir do momento em que a integração rodoviária do Baixo Alentejo com o IP1 parece assegurada a curto-médio prazo (via novo IP8, ou mesmo via IP2), a proximidade a uma porta de internacionalização suficientemente diversificada como o Algarve constitui obviamente um fator de peso no (re) posicionamento geoestratégico do território que não deixa de constituir um valor locativo potencial. O mesmo raciocínio pode também ser extensivamente aplicado ao caso do IC27, privilegiando neste caso a ligação entre o Sotavento Algarvio e o eixo Beja-Mértola (PIDBA, 2009, p.9).

A figura seguinte denota ainda, a proximidade de Alqueva e do Litoral Alentejano, com envolventes de especial relevo no âmbito do Rede Natura, o perímetro de regadio na envolvente de Beja, o Aeroporto de Beja e a proximidade do Aeroporto de Faro. Importa ainda assinalar, apesar dos documentos oficiais nem sempre assinalarem, existem em Beja mais duas pistas, como a Base Aérea e o Aeródromo Civil, utilizado para fins agrícolas.

Figura nº 9 - Enquadramento Geoestratégico do Baixo Alentejo no Contexto Nacional



Fonte: PIDBA, Beja: AMBAAL, 2009, p.9

1.5. Diagnóstico do Baixo Alentejo, a partir da Matriz de Swot

De acordo, com o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Baixo Alentejo – PEDBA, (2013c) a realidade atual desta sub-região evidencia um território fragilizado em termos socioeconómicos, como resultado de um percurso com mais de meio século onde se assinalou uma trajetória de progressivo e continuado definhamento da sua base demográfica e produtiva.

Depois desta constatação inicial, a adoção de uma leitura realista da *situação de partida* constitui uma condição essencial para estruturar um padrão de atuação consistente e efetivo, o que significa não excluir as condicionantes estruturais de caráter *endógeno* que estão a afetar o território, nem ignorar o *peso* das principais tendências que de certa forma lhes estão associadas. Para o efeito, centremos a nossa análise na matriz de Swot que sintetiza as características do Baixo Alentejo.

Quadro nº 7 - Matriz de Swot

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> ✓ identidade regional forte e diferenciadora ✓ capacidade de fixação/ atração demográfica dos principais centros urbanos e sedes de concelho ✓ potencial de conectividade externa/ internacional possibilitado pela existência de uma infraestrutura aeroportuária ✓ relevância económica do <i>stock</i> de recursos minerais presentes na Faixa Piritosa Ibérica (cobre, zinco e prata) ✓ dinâmica de modernização agrícola decorrente do aproveitamento da capacidade de regadio já instalada e a instalar ✓ atratividade revelada na captação de investimentos <i>exógenos</i> (nacionais e estrangeiros) de média e grande dimensão nos sectores agrícola, energético e mineiro (com reflexo crescente na geração de receita fiscal) ✓ potencial de aproveitamento turístico do <i>stock</i> de recursos ambientais e culturais ✓ alguma densidade institucional (sobretudo pública) associada ao estatuto dos principais centros urbanos (por exemplo onde existem instituições de ensino superior e de investigação aplicada, escolas profissionais, etc.) 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ persistência de lacunas (ainda) relevantes no domínio do <i>stock</i> de infraestruturas/ equipamentos de natureza ambiental, social, económica e de mobilidade ✓ persistência de níveis salariais e de vida (aferido através do PIB <i>per capita</i> e do poder de compra) inferiores à média nacional ✓ escassez de <i>massa crítica</i> nos planos demográfico e económico ✓ dinâmica instalada de retração e envelhecimento do efetivo populacional ✓ forte dependência em relação a instrumentos financeiros públicos de apoio social (p.ex. pensões de velhice) ✓ debilidade estrutural do tecido empresarial (com impacto negativo na sua capacidade de modernização e afirmação competitiva) ✓ introversão da base económica regional e fraca expressão de atividades ligadas a bens transacionáveis ✓ insipiência da capacidade organizativa de acolhimento, estímulo e apoio ao desenvolvimento empresarial ✓ debilidade quantitativa e qualitativa da base de recursos humanos disponível
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> ✓ posicionamento ativo em termos de captação dos fluxos migratórios dirigidos ao território nacional ✓ exploração de relações de proximidade e complementaridade em relação aos polos turísticos envolventes (Algarve, Alqueva, Alentejo Litoral e Évora) ✓ obtenção de visibilidade e dimensão crítica por via da integração em movimentos de cooperação (cultural, científica, económica, etc.) nos âmbitos nacional, ibérico, europeu, mediterrânico e sul-americano ✓ disponibilidade de recursos no âmbito da Política Regional comunitária para cofinanciamento de projetos locais e regionais de desenvolvimento (até 2013) ✓ existência de um quadro financeiro estável de apoio ao investimento municipal por via da contratualização do INALENTEJO (2008-2013) 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ polarização de atividades e fluxos (terrestres e aéreos) nos principais centros urbano-metropolitanos e logísticos do Sudoeste Ibérico ✓ polarização de dinâmicas de consolidação/ crescimento económico e demográfico no eixo do IP7 (Lisboa-Évora-Badajoz) e no polo de Sines ✓ polarização de dinâmicas de investimento e procura turística nos polos turísticos envolventes (Algarve, Alentejo Litoral e Évora) ✓ desvalorização tendencial das políticas públicas apoiadas em lógicas simples de discriminação positiva/ assistencialismo a regiões pouco desenvolvidas ✓ generalização de lógicas de racionalização/ retração da despesa pública (em investimento e exploração) em territórios regressivos e de baixa densidade ao nível das políticas da Administração Central) ✓ persistência da atual política de retração económica e as próprias políticas para a região, juntando-se à restante lógica de retração da despesa da Administração Central (em investimento e exploração) em territórios regressivos e de baixa densidade

Fonte: PEDBA-Plano Estratégico de Desenvolvimento do Baixo Alentejo (Documento de Trabalho), CIMBAL - Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo, Beja: 2013c, p.4

De acordo com a revisão bibliográfica sobre o diagnóstico do Baixo Alentejo, constatamos que existem algumas condicionantes de carácter estrutural que se podem traduzir em pontos fracos, ameaças, pontos fortes e oportunidades, dos quais damos algum destaque nos pontos fracos e ameaças, designadamente:

- a escassez de massa crítica para viabilizar apostas que exijam um suporte humano mais numeroso, tanto de iniciativa empresarial (poe exemplo: investimentos industriais ou turísticos de grande dimensão e intensidade em recursos humanos) como na própria oferta de serviços públicos (educação, saúde, etc.), muito agravada pela tendência estrutural de despovoamento e envelhecimento demográfico instalada na região;
- a reduzida capacidade competitiva do tecido empresarial da região, maioritariamente caracterizado pela sua introversão face a espaços e circuitos económicos mais vastos (i.e. confinado apenas à satisfação de procura locais) e por uma incorporação restrita de fatores avançados de competitividade (recursos humanos qualificados, I&D, etc.), penalizada ainda pela fraca propensão da classe empresarial para a modernização/ inovação e pela ausência de cultura e estímulos que alicercem o surgimento de uma nova geração de empreendedores;
- a dificuldade de afirmação da região como espaço atrativo para a fixação de residência, fruto da escassez de oportunidades de emprego suficientemente diversificadas e remuneradas (sobretudo fora da esfera pública) e da persistência de lacunas relevantes em fatores básicos e avançados de qualidade de vida (serviços coletivos, programação cultural, etc.), potenciando processos de despovoamento – em particular protagonizados pela saída de jovens, qualificados ou não – para outras regiões ou países e afetando negativamente a capacidade de atração de populações exteriores à região. (PEDBA, 2013c, p. 3).

Para além deste conjunto de condicionantes *endógenas*, adicionam-se ainda, um leque diversificado de ameaças *exógenas ao território* que incluem dois tipos distintos de riscos, designadamente:

- risco de periferização/marginalização em relação aos territórios mais dinâmicos da sua envolvente imediata, impedindo que a região possa capitalizar plenamente a sua proximidade a essas dinâmicas;
- risco de desinvestimento/falta de apoio por parte das políticas públicas da responsabilidade da Administração Central e da própria União Europeia (PEDBA, 2013c, p.3).

No que à primeira ameaça elencada, diz respeito,

o Baixo Alentejo parece não estar a acompanhar as dinâmicas de consolidação/ aumento de centralidade e atratividade locativa que se estão a desenhar na sua envolvente imediata. Para além do caso concreto do Algarve... o corredor viário correspondente ao eixo Vendas Novas-Évora-Elvas (apoiado no IP7) como o polo portuário e industrial de Sines...o Alentejo Litoral e o Alqueva, fruto da sua dotação em recursos turísticos específicos e, muito em particular, por corresponderem a espaços prioritários da atual política pública de turismo (PEDBA, 2013c, pp.3-4).

Daqui, decorre que o território deve saber aproveitar as mais-valias de proximidade e não seja excluído destas, evitando assim, as ameaças que parecem pairar na atualidade.

Quanto ao segundo caso referenciado acima, com o PEDBA (2013),

os riscos identificados estão sobretudo relacionados com a forma como estão a ser conduzidas as diferentes políticas públicas (nacionais e comunitárias), as quais poderão vir a tomar no médio prazo relativamente a territórios como o Baixo Alentejo, isto é, no que diz respeito à Política Comunitária de Coesão, a grande incerteza prende-se com o volume de recursos financeiros que poderão vir a ser canalizados para o território. Nas políticas nacionais, a principal preocupação relaciona-se com as restrições que vêm sendo impostas em matéria de despesa pública (educação, saúde, etc.) e em concreto, às implicações especialmente gravosas que assumem em territórios regressivos e de baixa densidade como o Baixo Alentejo (e, em geral, para todo o interior do país); o impasse que afeta atualmente a conclusão de infraestruturas determinantes para o futuro da região (como o IP8 e o IP2) é, neste contexto, uma das manifestações mais recentes daquelas restrições (PEDBA, 2013c, p.5).

A partir destas constatações deve-se inferir, que importa a concentração de esforços nos pontos fortes e nas oportunidades, com vista a promover o equilíbrio que permita caminhar no sentido da promoção e valorização do território. Ao atendermos no esquema matricial de Swot, podemos apontar como valia fulcral: a identidade regional forte e diferenciadora; capacidade de fixação/atração demográfica dos principais centros urbanos e sedes de concelho; potencial de conectividade externa/ internacional possibilitado pela existência de uma infraestrutura aeroportuária; relevância económica do *stock* de recursos minerais presentes na Faixa Piritosa Ibérica (cobre, zinco e prata); dinâmica de modernização agrícola decorrente do aproveitamento da capacidade de regadio já instalada e a instalar; atratividade revelada na captação de investimentos *exógenos* (nacionais e estrangeiros) de média e grande dimensão nos sectores agrícola, energético e mineiro (com reflexo crescente nalguma densidade institucional, sobretudo, pública), associada ao estatuto dos centros urbanos de maior relevância (por exemplo, onde existem instituições de ensino superior e de investigação aplicada, escolas profissionais, etc.) e a geração de receita fiscal (potencial de aproveitamento turístico do *stock* de recursos ambientais e culturais).

Importa, assim atender nos fatores expostos acima, considerando-os mobilizadores na defesa do território, face às ameaças externas, conforme o PEDBA (2013c, pp.5-6), cuja consolidação requer que:

- a armadura formada pelos principais aglomerados urbanos da região (tipicamente sedes de concelho, a par de outros aglomerados de dimensão relevante) ganhe massa crítica, condição que se afigura essencial para viabilizar dinâmicas sustentadas de realização de investimento (público e privado) e de fixação/ atração populacional;
- a cooperação intermunicipal seja assumida como uma opção de racionalização económica e financeira da intervenção autárquica, designadamente em domínios de atividade onde sejam identificáveis economias de escala e/ou potenciais de aprendizagem e transferência de *know-how* relevantes (programação cultural, transporte público, gestão de serviços e equipamentos coletivos, ação social, etc.);
- essa cooperação intermunicipal seja catalisadora de uma gama mais alargada de iniciativas da sociedade civil, apoiando as que revelem maior potencial de diversificação, enraizamento no território e demonstração de resultados;
- os recursos turísticos primários da região sejam melhor organizados numa ótica de produto e beneficiem de uma intervenção mais estruturada em termos de distribuição e promoção, desenhando uma oferta distinta dos megaempreendimentos existentes e/ou previstos na sua envolvente (contra os quais dificilmente poderá concorrer) que se apoie primordialmente em segmentos adaptados à sua realidade económica;
- sociocultural e geográfica (turismo em espaço rural, turismo de natureza *soft*, touring cultural e paisagístico, gastronomia e vinhos, etc.);
- a projeção externa dos fatores e das vantagens de que a região dispõe para fomentar a atração de novos investimentos e de novos residentes ganhe maior consistência e capacidade de penetração junto dos segmentos de procura pertinentes, assegurando em paralelo uma elevada capacidade de resposta às expectativas geradas.

Daqui decorre, o aproveitamento de algumas vantagens competitivas, isto é, tirar proveito da capitalização de oportunidades externas, articuladas com os pontos fortes do território. Pois que

um domínio claro onde esta opção se coloca é o da procura de complementaridades entre a oferta turística regional (tal como anteriormente preconizada) e a oferta turística existente/ prevista para os territórios envolventes (Algarve, Alentejo Litoral e Évora)...Como facilmente se compreende, a exploração deste tipo de oportunidades pressupõe uma postura ativa por parte dos agentes (públicos e privados) da região, poderá afirmar-se que a concretização do potencial turístico regional será tanto mais eficaz quanto maior for a capacidade de fazer evoluir a atual oferta em termos de produto, distribuição e promoção, não sendo a mera disponibilidade de recursos turísticos primários (PEDBA, 2013, p.6).

Face ao que se enuncia e no seguimento deste raciocínio, há que superar um certo bloqueio que tem caracterizado o território, como pontos fracos e transformá-los

em potencialidades, isto é, atrair população, pressupondo atrair investimento através dos recursos e potencialidades existentes no território e transformá-los em oportunidades.

1.6. Caraterização genérica do concelho de Mértola, da freguesia de São Miguel do Pinheiro e de Penedos

O Concelho de Mértola, localiza-se no extremo sul da região do Baixo Alentejo, sendo atravessado de Norte a Sul pelo Rio Guadiana. A área do Município é de 1.292,7 km². Em função da Figura abaixo, é limitado a Norte pelos Concelhos de Beja e Serpa, a Oeste pelos Concelhos de Castro Verde e Almodôvar, a Sul pelo Concelho algarvio de Alcoutim e a Este pela província espanhola de Huelva. Mértola, sede de concelho, dista a 50 km de Beja e 240 km de Lisboa. Faro localiza-se a 117 km de distância e o Litoral Alentejano a 120 km.

Figura nº 10 - Mapa do concelho de Mértola



Fonte: www.mapadeportugal.net/concelho.asp?c=209

O concelho de Mértola subdivide-se em nove freguesias (Figura abaixo): Alcaria Ruiva, Corte do Pinto, Espírito Santo, Mértola, Santana de Cambas, S. João dos Caldeireiros, S. Miguel do Pinheiro, S. Pedro de Sólis e S. Sebastião dos Carros. Com a nova lei que suprime freguesias, desaparecem as últimas três e fica apenas uma, designada de agrupamento de freguesias de S. Miguel do Pinheiro, S. Pedro de Sólis e S. Sebastião dos Carros, passando o concelho a contar com sete freguesias.

Figura nº 11 - Mapa das freguesias do concelho de Mértola



Fonte: Beja Biz/Bejadigital, 2004

Conforme o quadro nº8, a população do concelho de Mértola em 1940, regista crescimento positivo em termos absolutos, passa de 29 218 para 29353 pessoas, apenas há um acréscimo de 133 indivíduos, registados em três freguesias: Alcaria Ruiva - zona agrícola da monocultura cerealífera, onde permaneciam os trabalhos do campo e não tinha ocorrido ainda o êxodo rural em direção aos grandes centros; nas duas freguesias da margem esquerda do Guadiana - Corte do Pinto e Santana de Cambas, como consequência ainda, da fase final da laboração das Minas de São Domingos, sediada na primeira destas freguesias e o minério era escoado pelo porto do ribeirão do Pomarão, lugar desta última freguesia.

Importa ainda apontar alguns aspetos que podem ajudar a perceber este relativo aumento populacional e depois há um revés sem paralelo. Como já foi apontado atrás na revisão bibliográfica, sobre *A Campanha do Trigo*, *A Junta de Colonização Interna e Reforma Agrária*. Aquando da Campanha do Trigo,

sabe-se que ela levou de forma irregular embora, a aumentos significativos de colheitas, mas, como foi feita à custa de uma extensificação indiscriminada da área semeada, acabou

por conduzir também ao esgotamento dos solos... favorecendo fundamentalmente os grandes lavradores, os quais de resto, beneficiavam do recurso quase exclusivo ao crédito, aos celeiros e uma certa racionalização produtiva (Almeida:1986, p.132).

Daqui decorre que e de acordo com todas as políticas estaduais surge o empobrecimento dos pequenos seareiros e dos consumidores em geral, vítimas do nacionalismo cerealífero que levou à Campanha do trigo. Contudo, com Almeida (1986), desde o início do século XX até ao limiar da Segunda Guerra Mundial, os distritos alentejanos (Beja, Évora e Portalegre) viram aumentar a sua população. No entanto, todas as políticas daí em diante foram infrutíferas para reter a população no Alentejo, quer os Planos do Fomento, quer a colonização Interna e mesmo a imposição da população sazonalmente desempregada imposta pelo Estado aos lavradores.

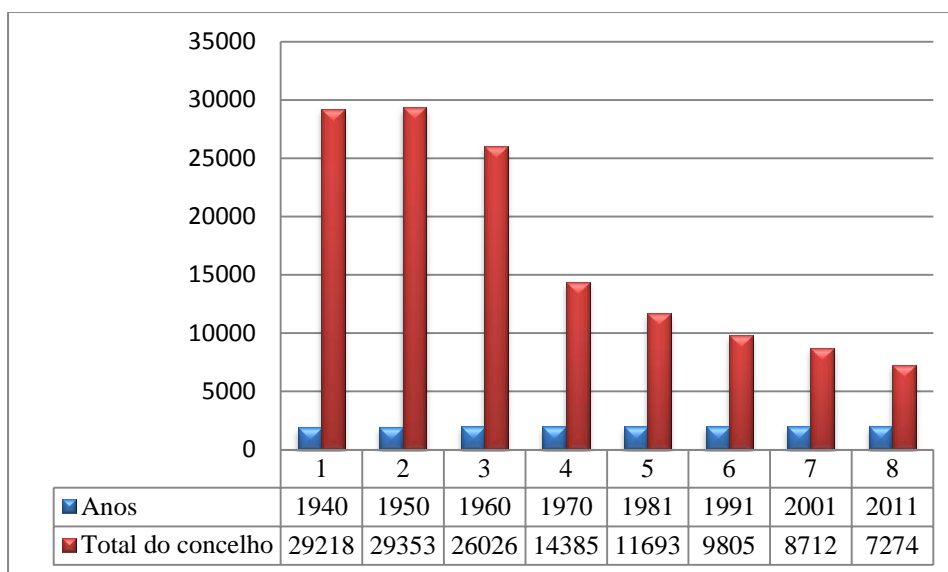
A partir de 1950 até 2011 (quadro nº 8 e gráfico nº 9) o concelho de Mértola vem registando quebras absolutamente significativas na evolução da sua população (exceto algumas tentativas no pós 25 de Abril, com a Reforma Agrária), tendo perdido ao longo destes sessenta anos, 22 218 elementos da sua população. A freguesia de São Miguel do Pinheiro, perdeu neste período 1 730 indivíduos, passando de 2 326 em 1950 para 596 em 2011.

Quadro nº 8 - Evolução da população residente por freguesias, no concelho de Mértola entre 1940 e 2011

Freguesias	1940	1950	1960	1970	1981	1991	2001	2011
Alcaria Ruiva	3333	3338	3226	2190	1493	1201	1013	849
Corte do Pinto	5672	6557	5571	1865	1533	1260	1080	857
Espírito Santo	2261	2038	1908	995	731	542	437	335
Mértola	6966	6439	5682	3605	3438	3166	3093	2824
Santana de Cambas	4930	5164	4268	1760	1186	1009	863	797
S. João Caldeireiros	1646	1486	1532	1110	1018	803	728	567
S. Miguel do Pinheiro	2360	2326	2148	1580	1331	1041	880	596
S. Pedro de Sólis	1043	995	821	645	497	377	318	229
S. Sebastião Carros	1007	1010	870	635	466	406	300	220
Total do Concelho	29218	29353	26026	14385	11693	9805	8712	7274

Fonte: XV Recenseamento Geral da População, INE, Lisboa, 2012

Gráfico nº 9 - Evolução da população residente no concelho de Mértola, desde 1940 a 2011



Fonte: Quadro nº 8

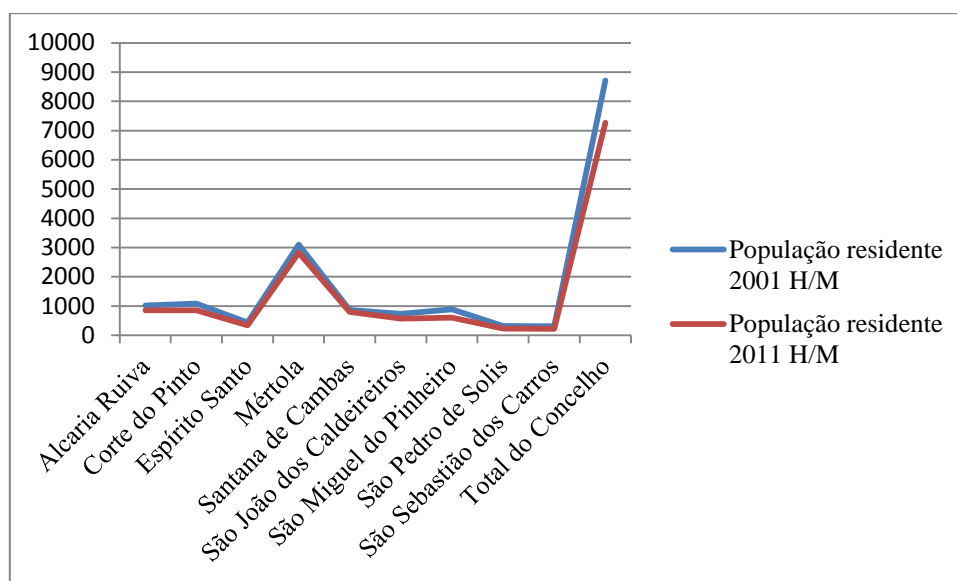
De acordo com o quadro nº 9 e o gráfico nº 10, de 2001 para 2011, a população residente no concelho de Mértola, passou de 8.712 para 7.274 pessoas, perdendo na última década, 1.438 pessoas. No que concerne à freguesia de São Miguel do Pinheiro, passou de 880 para 596 indivíduos, perdendo assim, 284 dos seus residentes. Tal situação prova que inequivocamente não existiram políticas capazes de impedir esta sangria desencadeada há mais de meio século. Tal facto evidencia-se claramente na densidade populacional, registando o Concelho 5,59 hab/Km² as freguesias com a maior densidade são Corte do Pinto e Mértola, com respetivamente 12,1 e 8,9 hab./Km² a freguesia de São Miguel do Pinheiro regista uma densidade de 4,3 hab./Km² e o valor mais baixo do conjunto das freguesias vai para São Sebastião dos Carros, com 3,1 hab./Km².

Quadro nº 9 - Evolução da população residente e densidade populacional na atualidade, no concelho de Mértola e suas freguesias entre 2001 e 2011

Freguesias/Concelho	População Residente Total (2001)	População Residente Total (2011)	Área Km ²	Densidade Populacional
Alcaria Ruiva	1013	849	215,24	3,9
Corte do Pinto	1080	857	70,69	12,1
Espírito Santo	437	335	133,98	2,5
Mértola	3093	2824	318,13	8,9
Santana de Cambas	863	797	164,17	4,9
São João dos Caldeireiros	728	567	103,44	5,5
São Miguel do Pinheiro	880	596	138,25	4,3
São Pedro de Solis	318	229	63,74	3,6
São Sebastião dos Carros	300	220	71,76	3,1
Total do Concelho	8712	7274	1.279,40	5,69

Fonte: Beja Biz/Bejadigital/2004 e XV Recenseamento Geral da População, INE, Lisboa, 2012

Gráfico nº 10 - População residente nas freguesias do concelho de Mértola entre 2001 e 2011



Fonte: quadro nº 9

Para além dos aspetos já abordados acima, importa incidir a nossa análise sobre os grandes grupos etários: jovens (0-14anos), potencialmente ativos (15-65 anos e idosos (65 e mais anos), quadro nº 10, onde a taxa de variação de 2001 para 2011, representa um crescimento anual médio de -16,51% e -32,27%, nos jovens registam-se -33,83% e -60,00%, nos potencialmente ativos os valores são de -32,83% e -32,27%, os

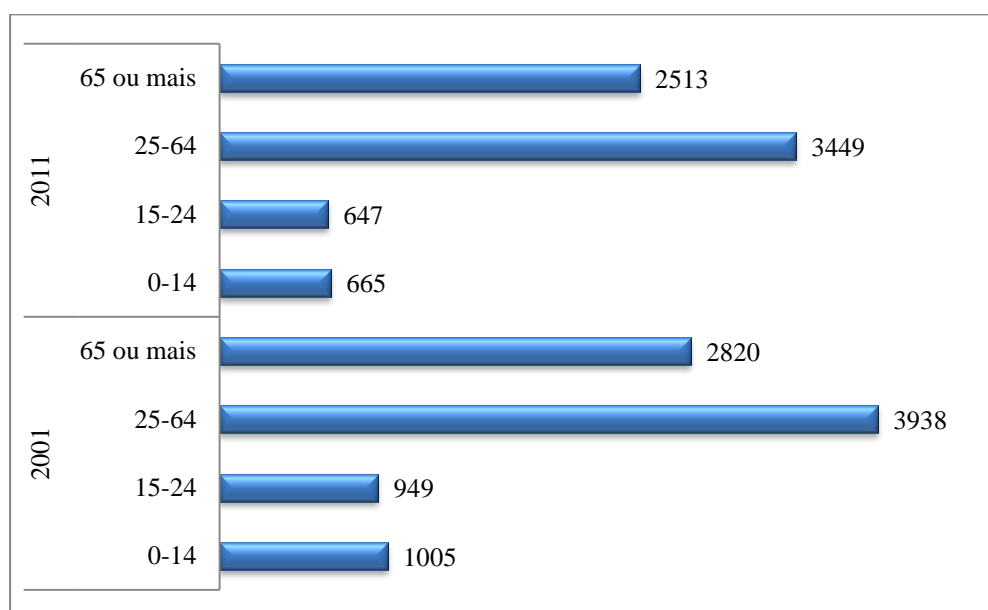
idosos apresentam variações de -10,89% e 22,86%, respetivamente no concelho de Mértola e freguesia de São Miguel do Pinheiro. Particularmente, desta análise verifica-se que apesar de o crescimento anual médio ser mais acentuado nos jovens, quer a nível do concelho, quer da freguesia, o somatório deste grupo com os idosos é inferior aos potencialmente ativos, o que não descarateriza a agudização para o duplo envelhecimento – poucos jovens e muitos idosos, não constituindo aqui qualquer esperança para o rejuvenescimento. Apesar disso, os gráficos números 11 e 12 ilustram que ao longo dos últimos dez anos denota-se uma redução acentuada dos ativos, mas também os idosos como têm muita idade vão morrendo e os nascimentos não ocorrem, por ausência de população em idade fértil, ou seja, começa a verificar-se uma quebra acentuada em todos os grupos etários.

Quadro nº 10 - População residente segundo os grupos etários e sua evolução, no concelho de Mértola e suas freguesias entre 2001 e 2011

Zona Geográfica	População residente												População residente -Variação entre 2001 e 2011 (%)				
	Em 2001						Em 2011						Var. Total	Grupos etários			
	Total		Grupos etários				Total		Grupos etários					0-14	15-24	25-64	65 ou mais
	HM	H	0-14	15-24	25-64	65 ou mais	HM	H	0-14	15-24	25-64	65 ou mais					
Alcaria Ruiva	1013	504	134	96	449	334	849	417	98	83	392	276	-16,19	-26,87	-13,54	-12,69	-17,37
Corte do Pinto	1080	534	115	117	464	384	857	430	87	70	371	329	-20,65	-24,35	-40,17	-20,04	-14,32
Espírito Santo	437	228	37	37	201	162	335	169	24	16	146	149	-23,34	-35,14	-56,76	-27,36	-8,02
Mértola	3093	1518	427	371	1482	813	2824	1392	276	298	1466	784	-8,70	-35,36	-19,68	-1,08	-3,57
Santana de Cambas	863	441	86	100	371	306	797	391	81	65	338	313	-7,65	-5,81	-35,00	-8,89	2,29
São João dos Caldeireiros	728	359	79	78	326	245	567	275	48	48	263	208	-22,12	-39,24	-38,46	-19,33	-15,10
São Miguel do Pinheiro	880	458	65	92	373	350	596	298	26	39	261	270	-32,27	-60,00	-57,61	-30,03	-22,86
São Pedro de Solis	318	152	27	33	142	116	229	109	13	11	98	107	-27,99	-51,85	-66,67	-30,99	-7,76
São Sebastião dos Carros	300	140	35	25	130	110	220	112	12	17	114	77	-26,67	-65,71	-32,00	-12,31	-30,00
Total do Concelho de Mértola	8712	4334	1005	949	3938	2820	7274	3593	665	647	3449	2513	-16,51	-33,83	-31,82	-12,42	-10,89

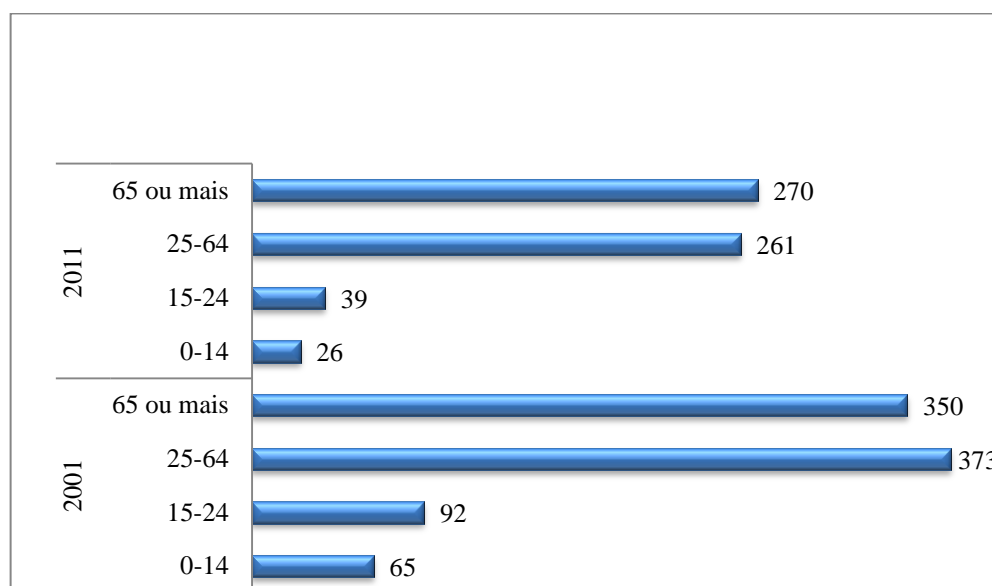
Fonte: Beja Biz/Bejadigital/2004 & XV Recenseamento Geral da População, INE, Lisboa: 2012

Gráfico nº 11 - População residente segundo os grupos etários no Concelho de Mértola entre 2001 e 2011



Fonte: Quadro nº 10

Gráfico nº 12 - População residente na Freguesia de São Miguel do Pinheiro entre 2001 e 2011



Fonte: Quadro nº 10

Em 2011 a população economicamente ativa no concelho de Mértola e na freguesia de São Miguel do Pinheiro eram respetivamente de 2.740 e 202 indivíduos, dos quais 2.411 e 188 estavam efetivamente empregados. Quanto aos desempregados, os seus valores eram de 329 e 14 pessoas em idade ativa, isto é, registava-se uma taxa de desemprego de 12,01%. e 6,9%.; a população ativa correspondia a 37,70% e 33,89% da população residente, respetivamente no concelho e na freguesia em apreço.

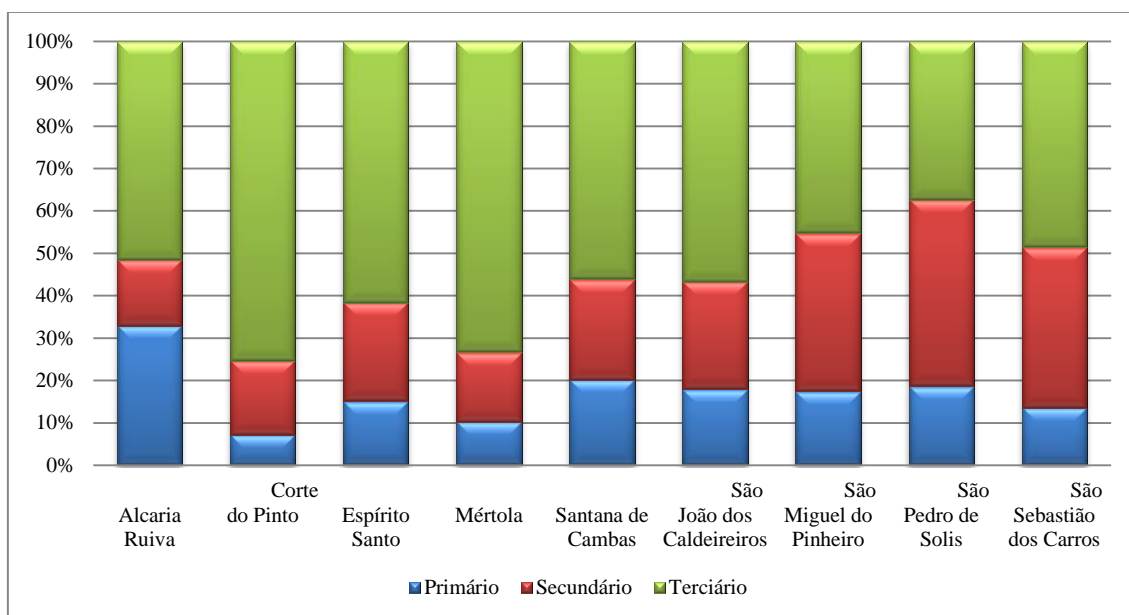
Quanto à estrutura produtiva, o concelho de Mértola e a freguesia de São Miguel do Pinheiro, em função do quadro nº 11 e dos gráficos nº 13 e 14, apresentam os seguintes valores, setor primário 15,30% e 17,56%, setor secundário, 20,94% e 37,23%, e setor terciário, 63,75% e 45,21%, respetivamente. Portanto, o setor terciário, através dos serviços ocupa a maior fatia das atividades, sobretudo, de caráter social, conforme quadro seguinte. Curiosamente, a freguesia de São Miguel do Pinheiro denota um peso relativamente alto no setor secundário e o valor mais baixo no setor dos serviços, abaixo dos 50%, só acompanhado pelas freguesias vizinhas de São Pedro de Sólis e São Sebastião dos Carros que também evidenciam os valores mais altos no setor secundário. Verifica-se claramente que estas freguesias também têm um peso relativamente abaixo dos 20% no setor primário, sobressaindo a freguesia de Alcaria Ruiva, com um peso de valor de 32,98%, revelando a especificidade agrícola, pois situa-se em solos mais aptos para a prática da agricultura e cerealífera de caráter moderno.

Quadro nº 11 - População residente economicamente ativa (sentido restrito) e empregada, segundo o sexo e ramo de atividade e taxa de atividade em 2011

Zona Geográfica	Total		Empregada										Em 2011		
			Total		Primário		Secundário		Terciário						
	HM	H	HM	H					Total		De natureza social	Relacionados com a atividade económica	HM	H	M
Alcaria Ruiva	314	190	282	177	93	32,98	44	18,18	145	51,42	78	67	36,98	45,56	28,7
Corte do Pinto	258	154	194	113	14	7,22	34	17,53	146	75,26	77	69	30,11	35,81	24,36
Espírito Santo	94	57	86	53	13	15,12	20	23,26	53	61,63	20	33	28,06	33,73	22,29
Mértola	1258	692	1115	626	115	10,31	183	16,41	817	73,27	503	314	44,55	49,71	39,53
Santana de Cambas	266	169	232	149	47	20,26	55	23,71	130	56,03	80	50	33,38	43,22	23,89
São João dos Caldeireiros	210	125	189	123	34	17,99	48	25,40	107	56,61	52	55	37,04	45,45	29,11
São Miguel do Pinheiro	202	134	188	129	33	17,56	70	37,23	85	45,21	35	50	33,89	44,97	22,82
São Pedro de Solis	60	41	59	41	11	18,64	26	44,07	22	37,29	6	16	26,2	37,61	15,83
São Sebastião dos Carros	78	54	66	44	9	13,63	25	37,88	32	48,49	19	13	35,45	48,21	22,22
Total do Concelho de Mértola	2740	1616	2411	1455	369	15,30	505	20,94	1537	63,75	870	667	37,67	44,98	30,54

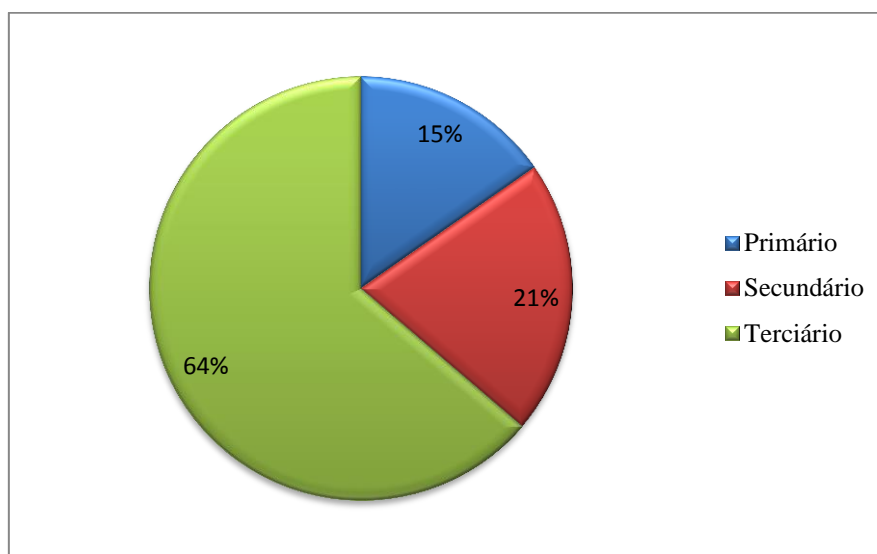
Fonte: XV Recenseamento Geral da População, INE, Lisboa: 2012

Gráfico nº 13 – População empregada nas freguesias do concelho de Mértola em 2011



Fonte quadro nº 11

Gráfico nº 14 - Total da População empregada segundo setor de atividade no concelho de Mértola em 2011



Fonte: quadro nº 11

No que concerne á população desempregada no concelho de Mértola em 2011, tendo em conta o quadro nº 12, a taxa de desemprego era de 12,01%, representando os homens o valor mais baixo de 9,96%, contra os 14,95% das mulheres. Para o mesmo período, a Freguesia de São Miguel do Pinheiro tinha uma taxa de desemprego de 6,93% para os homens e 13,24% para as mulheres. De acordo com o quadro nº 12 e o

gráfico nº 15, no conjunto das freguesias a taxa mais baixa de desemprego é registada na Freguesia de São Pedro de Sólis, com 1,67% e só as mulheres estão desempregadas, registando um valor de 5,26%. A exceção vai para São Sebastião dos Carros, onde o desemprego é mais evidente nos homens, registando 18,5%, contra os 8,33% das mulheres, em termos absolutos há dez indivíduos do sexo masculino e dois do sexo feminino. Os níveis de desemprego mais elevados no Município verificam-se na freguesia de Corte do Pinto com 24,81%, sendo que os homens apresentam-se com 26,6% e as mulheres 22,12%.

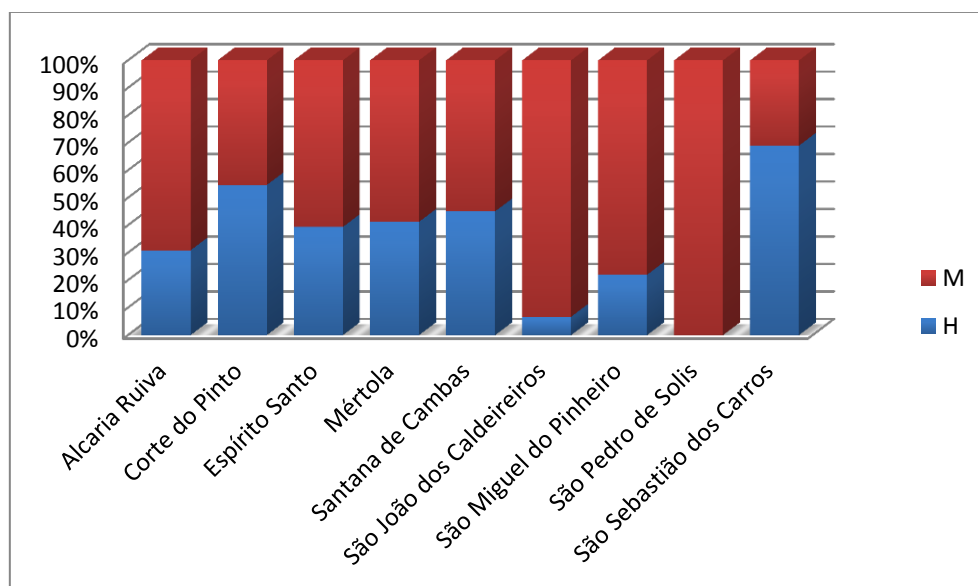
Se atendermos ainda no quadro nº 12 e no gráfico nº 16, verificamos que a taxa de desemprego no total do concelho de Mértola é mais elevada nas mulheres, com 60%, contra os 40% dos homens, verificando-se a mesma tendência em todas as freguesias, exceto em Corte do Pinto e São Sebastião dos Carros, onde o desemprego fustiga mais os homens que as mulheres, conforme se explicita acima.

Quadro nº 12 - População residente e desempregada (sentido restrito), segundo a condição de procura de emprego por sexo e taxas de desemprego no concelho de Mértola e suas freguesias em 2011

Zona Geográfica	População desempregada									Taxa de desemprego (%)		
	Total			Procura do 1º emprego			Procura de novo emprego			Em 2011		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
Alcaria Ruiva	32	13	19	5	2	3	27	11	16	10,19	6,84	15,32
Corte do Pinto	64	41	23	7	3	4	57	38	19	24,81	26,62	22,12
Espírito Santo	8	4	4	1	0	1	7	4	3	8,51	7,02	10,81
Mértola	143	66	77	49	26	23	94	40	54	11,37	9,54	13,6
Santana de Cambas	34	20	14	7	5	2	27	15	12	12,78	11,83	14,43
São João dos Caldeireiros	21	2	19	3	0	3	18	2	16	10	1,6	22,35
São Miguel do Pinheiro	14	5	9	3	2	1	11	3	8	6,93	3,73	13,24
São Pedro de Solis	1	0	1	0	0	0	1	0	1	1,67	0	5,26
São Sebastião dos Carros	12	10	2	0	0	0	12	10	2	15,38	18,52	8,33
Total do Concelho de Mértola	329	161	168	75	38	37	254	123	131	12,01	9,96	14,95

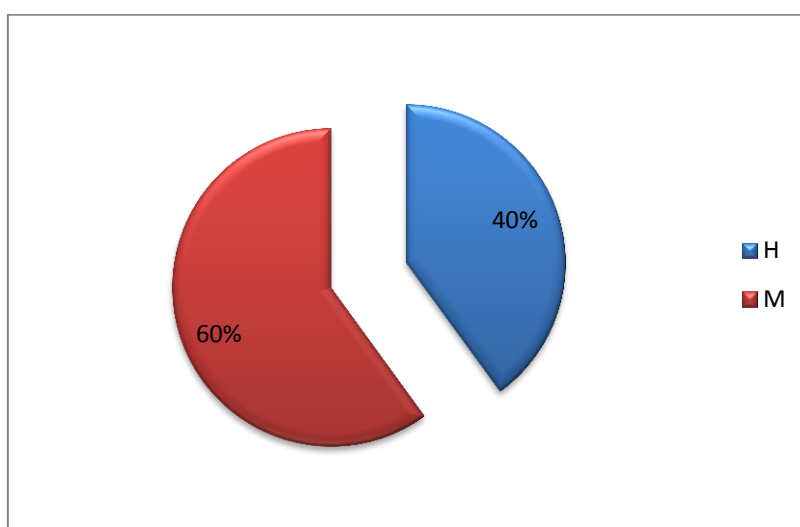
Fonte: XV Recenseamento Geral da População, INE, Lisboa: 2012

Gráfico nº 15 – População desempregada por sexo e freguesias do concelho de Mértola em 2011



Fonte: quadro nº 12

Gráfico nº 16 – População desempregada por sexo no total do Concelho de Mértola em 2011



Fonte: quadro nº 12

Segundo o IEFP, em março de 2012, o concelho de Mértola registava uma taxa de desemprego de 11,1%, o que comparado com os dados de 2011, ainda apresenta uma taxa mais baixa, isto é, o desemprego teria reduzido um ponto percentual. No conjunto das freguesias, o desemprego não é muito expressivo, exceto onde ainda existe alguma população ativa e jovem como é o caso da freguesia de Corte do Pinto onde os níveis são elevados a rondar os 25%, muito superior à média nacional, que de acordo com o

INE se situa em 17,7%. Para este período o Alentejo apresenta uma taxa de desemprego de 18,5%, tendo sofrido aumentos de 3,38% e 1,30%, comparativamente ao primeiro e quarto trimestres de 2012. Verifica-se que o desemprego continua a aumentar em todas as regiões do País, sendo a região Centro a que apresenta o menor valor 13,3% e o Algarve a maior taxa de 20,5%, conforme quadro abaixo.

Quadro nº 13 - Taxa de desemprego em Portugal e nas regiões no primeiro e quarto trimestres de 2012 e 1º trimestre de 2013

Taxas de desemprego por região			
Unidade %			
	1ºT-2012	4ºT-2012	1ºT-2013
Portugal	14,9	16,9	17,7
Norte	15,1	17,8	18,6
Centro	11,8	12,7	13,3
Lisboa	16,5	18,7	19,5
Alentejo	15,4	17,2	18,5
Algarve	20,0	19,7	20,5
R. A. Açores	13,9	16,2	17,0
R. A. Madeira	16,1	19,7	20,0

Fonte: INE, Destaque, informação à comunicação social, Lisboa, 2013, p.5

No que concerne aos alojamentos familiares de residência habitual, como evidencia o quadro nº 14, para pessoas com mais de 65 anos, verifica-se que dos 2.531 indivíduos residentes no total do concelho, 642 vivem sozinhos. Quanto à freguesia de São Miguel do Pinheiro, dos 270 indivíduos com mais de 65 anos, 88 vivem sozinhos, com valores significativos como estes estão as freguesias de Corte do Pinto (87 em 329) e Mértola (189 em 784), sendo nestas freguesias onde encontramos mais idosos a viverem sozinhos, tal como expressa o gráfico nº 17.

No que diz respeito à totalidade de alojamentos no concelho verifica-se através do gráfico nº 18, que 82% dos alojamentos são familiares, em 12% dos alojamentos só vivem pessoas com mais de 65 anos e em 6% das residências vive uma pessoa com mais de 65 anos. A este propósito referencie-se que de acordo com “dados fornecidos pela Guarda Nacional Republicana/Destacamento de Almodôvar no Projeto: «Idoso em Segurança», no qual estão referenciados/sinalizados 561 idosos do concelho de Mértola”. Deste universo, destacamos 59 idosos que vivem sozinhos e em situação de

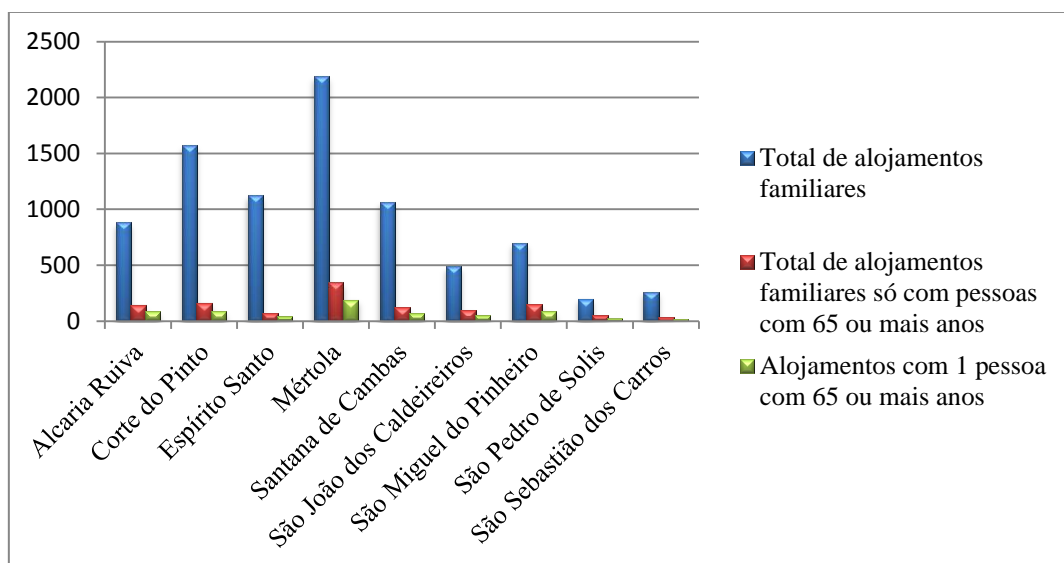
isolamento (Núcleo Executivo da Rede Social do Concelho de Mértola, 2012, p.15), obrigando a cuidados redobrados ao nível da segurança com estas pessoas que vivem em pequenas localidades ou montes isolados, uma vez que este concelho tem um povoamento muito disperso. Atendendo à posição dos atores locais implicados, urge que haja uma posição mais insistente por parte das autoridades responsáveis isto é, torna-se necessário a maior presença, por exemplo da Guarda Nacional Republicana (GNR), sobretudo e outras formas de monitorização e identificação dos idosos.

Quadro nº 14 - Alojamentos familiares de residência habitual e cujos residentes são apenas pessoas com 65 ou mais anos de idade, segundo o número de residentes em 2011

Designações	População residente	População residente total com 65 ou mais anos	Total de indivíduos com 65 ou mais anos vivendo sós ou com outros do mesmo grupo etário	Total de alojamentos familiares	Total de alojamentos familiares só com pessoas com 65 ou mais anos	Alojamentos com 1 pessoa com 65 ou mais anos
Alcaria Ruiva	849	276	205	881	143	82
Corte do Pinto	857	329	239	1571	162	87
Espírito Santo	335	149	105	1122	72	39
Mértola	2824	784	505	2189	344	189
Santana de Cambas	797	313	180	1062	122	65
São João dos Caldeireiros	567	208	147	489	98	49
São Miguel do Pinheiro	596	270	209	696	147	88
São Pedro de Solis	229	107	82	198	51	22
São Sebastião dos Carros	220	77	51	261	36	21
Total do Concelho	7274	2513	1723	8469	1175	642

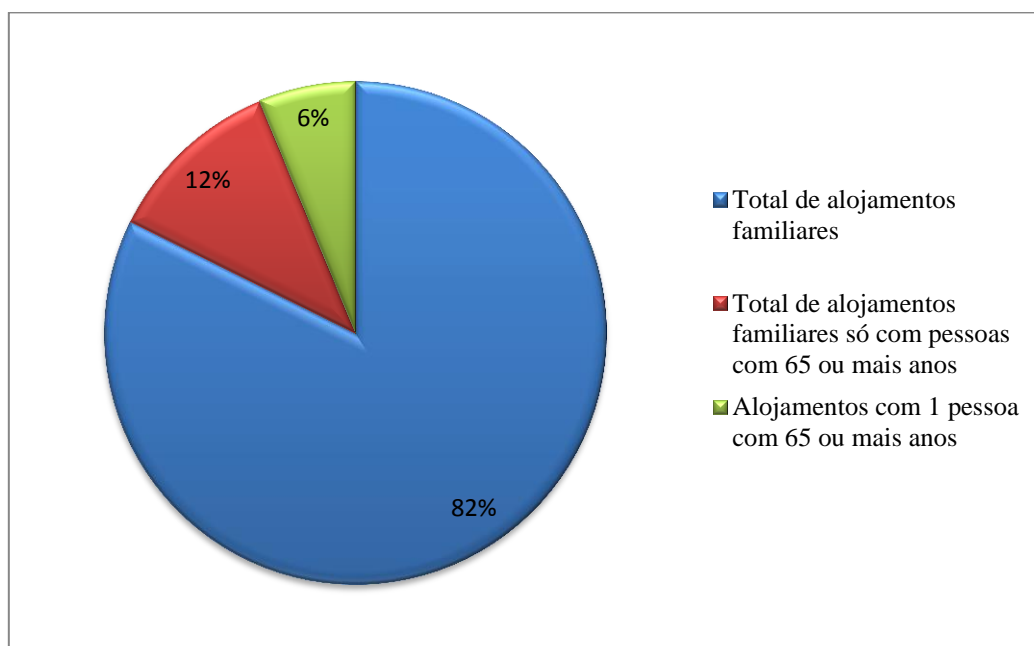
Fonte: XV Recenseamento Geral da População, INE, Lisboa, 2012

Gráfico nº 17 - Alojamentos familiares nas freguesias do concelho de Mértola em 2011



Fonte: quadro nº 14

Gráfico nº 18 - Total de alojamentos familiares no concelho de Mértola em 2011

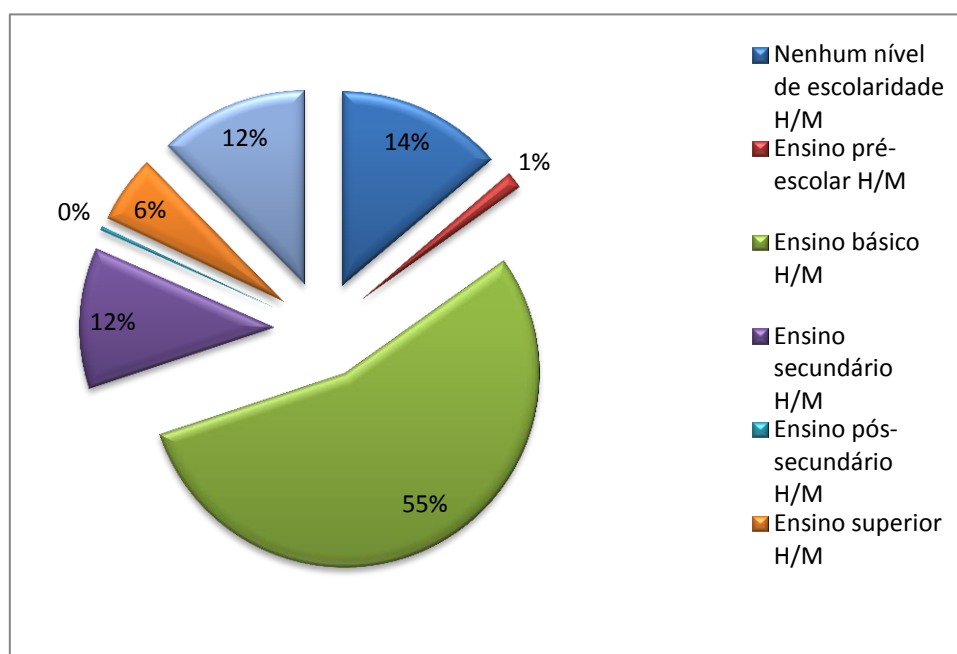


Fonte: quadro nº 14

No que se reporta à população residente segundo o nível de escolaridade no concelho de Mértola, 55% da população possui o ensino básico, 14% não possui nenhum nível de escolaridade, com 12% em ex aequo, encontram-se os indivíduos que têm o ensino secundário e os analfabetos com mais de 10 anos (que totalizam 26% das

população), com curso superior apenas encontramos 6% da população e somente 1% frequenta o ensino pré-escolar, em conformidade com o gráfico seguinte.

Gráfico nº 19 – Total da População no concelho de Mértola, segundo o nível de instrução, em termos percentuais em 2011



Fonte: quadro nº 15

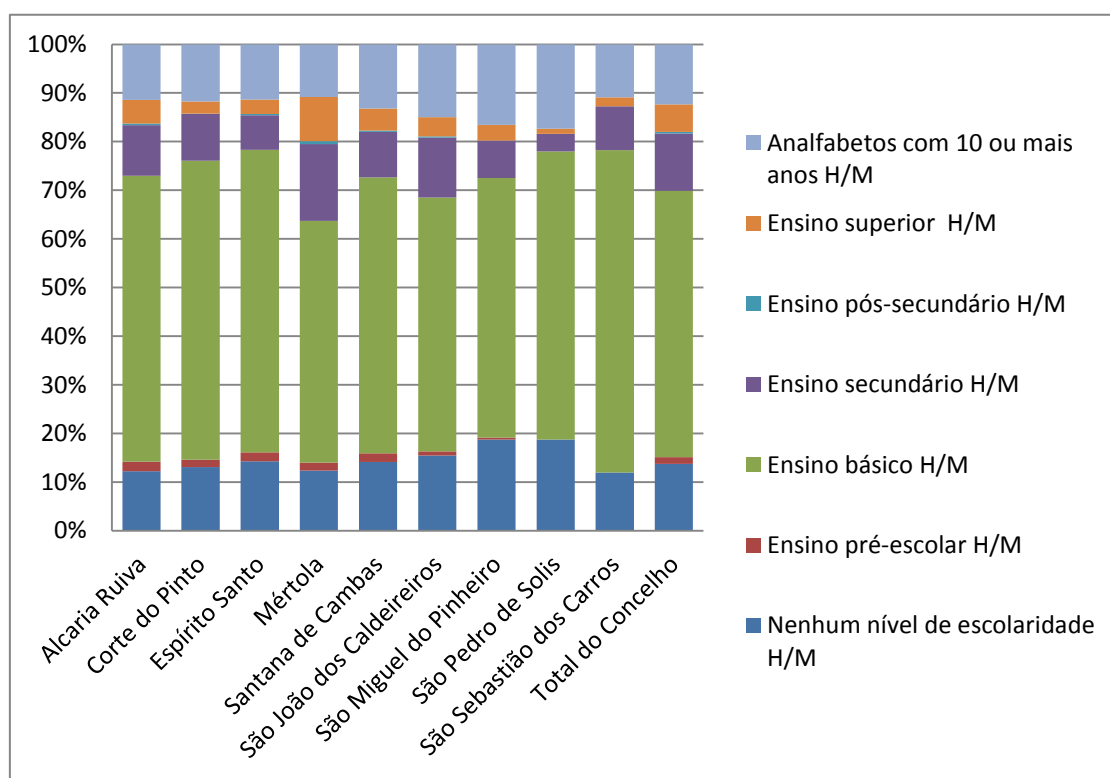
Quanto às freguesias, a tendência é a mesma do concelho, denotando as freguesias de São Miguel do Pinheiro e São Pedro de Sólis, os valores mais elevados (cerca de 20% e 22%, respetivamente) de entre a população que não possui nenhum nível de escolaridade, com os valores mais baixos só está a freguesia de Mértola com cerca de 13% e a maior parte da população possui o ensino básico, como se verifica no quadro nº 15 e o gráfico nº 20.

Quadro nº 15 - População residente segundo o nível de escolaridade por sexo e taxa de analfabetismo em 2011

Zona Geográfica	População residente segundo o nível de escolaridade atingido																Analfabetos com 10 ou mais anos		Taxa de analfabetismo
	Nenhum nível de escolaridade		Ensino pré-escolar		Ensino básico						Ensino secundário		Ensino pós-secundário		Ensino superior				
					1º Ciclo		2º Ciclo		3º Ciclo										
	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	
Alcaria Ruiva	117	50	19	8	350	177	103	65	111	58	99	41	3	0	47	18	109	45	13,71
Corte do Pinto	127	46	15	10	384	185	126	81	87	49	93	49	1	1	24	9	114	37	14,27
Espírito Santo	54	21	7	5	172	91	24	18	39	17	27	13	1	1	11	3	43	17	13,40
Mértola	393	158	51	26	905	475	265	152	403	225	500	230	20	10	287	116	343	126	12,92
Santana de Cambas	130	60	16	8	344	156	71	49	106	64	86	38	2	1	42	15	121	57	16,29
São João dos Caldeireiros	103	48	6	4	209	96	49	28	90	50	82	37	2	2	26	10	100	47	18,55
São Miguel do Pinheiro	134	62	3	0	251	120	65	39	65	35	55	33	0	0	23	9	118	53	20,21
São Pedro de Solis	52	21	0	0	114	53	23	12	27	19	10	4	0	0	3	0	48	20	21,62
São Sebastião dos Carros	32	17	0	0	102	47	26	17	31	17	24	12	0	0	5	2	29	16	13,55
Total do Concelho	1142	483	117	61	2831	1400	752	461	959	534	976	457	29	15	468	182	1025	418	14,92

Fonte: XV Recenseamento Geral da População, INE, Lisboa, 2012

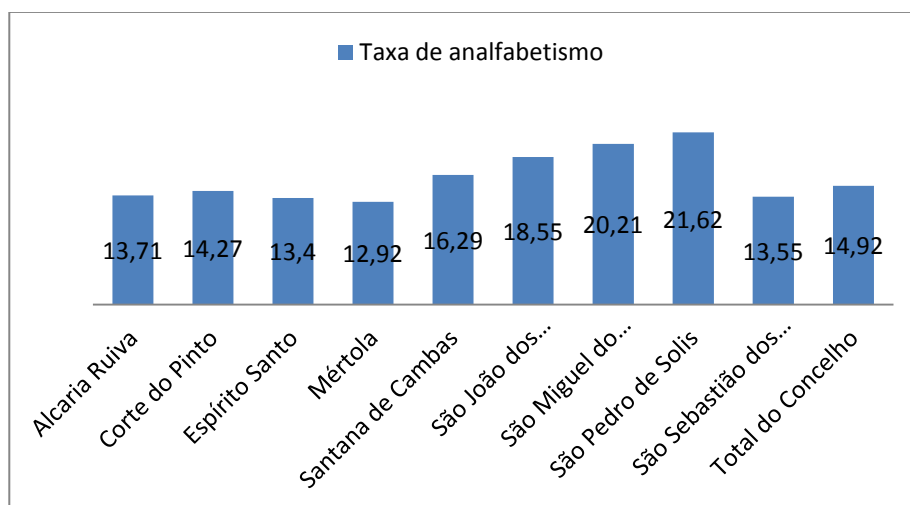
Gráfico n° 20 – População das freguesias e total do concelho de Mértola, segundo o nível de instrução, em termos percentuais em 2011



Fonte: quadro n° 15

A taxa de analfabetismo constitui um problema preocupante, representando 26% do total da população do concelho, se considerarmos o somatório da população que não possui nenhum nível de instrução e os analfabetos com dez ou mais anos (gráfico n° 19). O gráfico n° 21 e quadro n° 15, reportam-se tão somente aos indivíduos analfabetos com dez ou mais anos e mesmo aqui denota-se uma taxa de 14,95% para o total do concelho, apresentando a freguesia de São Miguel do Pinheiro um valor de 20,21%, só superado pela freguesia de São Pedro de Solís com 21,62%. Portanto, este é um problema que irá subsistir até ao fim da vida das pessoas que são muito envelhecidas.

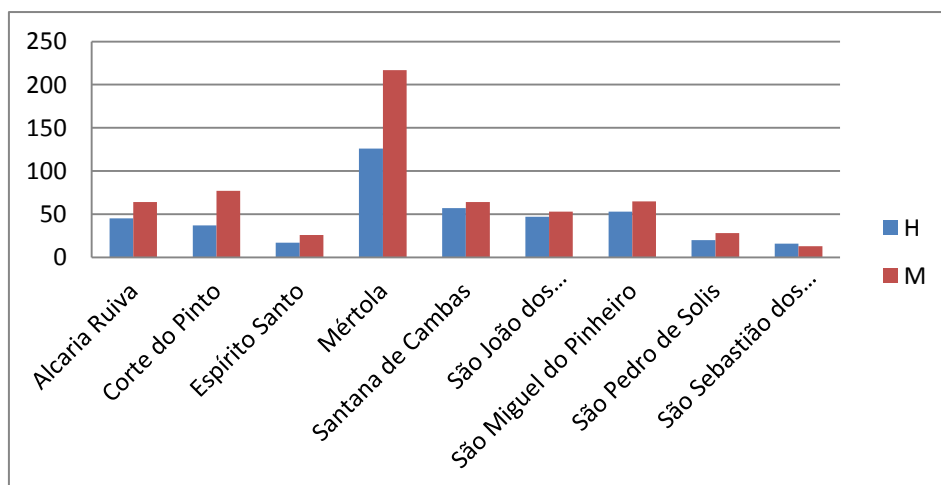
Gráfico nº 21 – Taxa de analfabetismo por freguesias e total do concelho de Mértola 2011



Fonte:quadro nº 15

Para além dos aspetos expostos o que constitui um problema crucial e um entrave ao desenvolvimento, ainda há a questão do género, este analfabetismo discrimina profundamente as mulheres, conforme quadro nº 15 e gráfico nº 22, apresentando a maior discrepância as freguesias de Mértola, São Miguel do Pinheiro, Corte do Pinto e Alcaria Ruiva. Tal facto pode estar associado às mentalidades que têm subsistido através dos tempos de que as mulheres ficavam em casa a cuidar dos filhos e da lida doméstica, não precisando de estudar.

Gráfico nº 22 – Analfabetismo por sexos verificado nas freguesias do concelho de Mértola em 2011



Fonte: quadro nº 15

Ao considerarmos que o analfabetismo constitui um entrave ao desenvolvimento das sociedades, há que apostar claramente na educação. Assim, no concelho de Mértola, conforme o quadro nº 16, nos anos letivos de 2011/12 para 2012/13 verificou-se uma redução de alunos e professores na ordem dos - 3,3% e -13,1%. Tendo-se verificado também uma redução de -3,5% nas turmas em sede de concelho e redução de 2 cursos profissionalizantes, como ilustra o gráfico nº 23. Tal ocorrência advém de ser um concelho duplamente envelhecido, com um reduzido número de crianças existentes, pois não se verificam nascimentos, que possam contribuir para a renovação de gerações, porque as pessoas em idade de procriação também têm um peso reduzido na estrutura populacional.

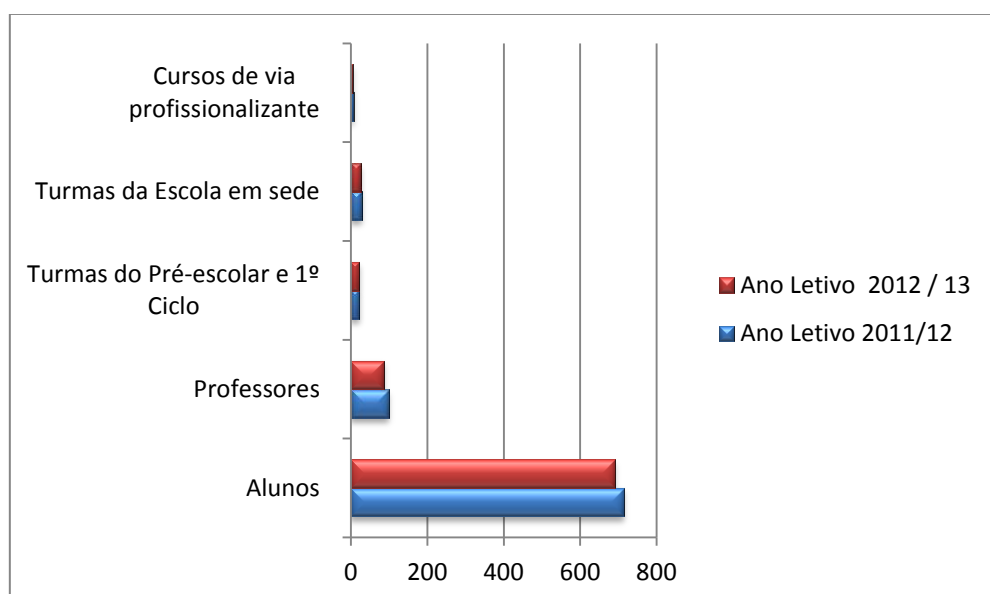
A este propósito os atores locais intervenientes no estudo, revelaram grande tristeza com o encerramento das escolas na freguesia de São Miguel do Pinheiro, onde até aos anos oitenta chegaram a existir 9 escolas primárias em funcionamento e mais 3 postos de telescola (em Penedos funcionava 2 salas do 1º Ciclo e 2 do 2º Ciclo) e hoje apenas a sede de freguesia tem uma sala do 1º Ciclo e uma pré-primária com menos de 20 alunos no total. Os atores implicados gostariam de ver as escolas com crianças, porque era um sinal de esperança e garantia de longevidade para a preservação da identidade da terra que os viu nascer.

Quadro nº 16 - Caracterização do Agrupamento de Escolas de Mértola, anos letivos 2011/2013 (alunos, professores por turmas)

Evolução	Ano Letivo 2011/12	Ano Letivo 2012 / 13	Variação
Alunos	714	690	-3,3%
Professores	99	86	-13,1%
Turmas do Pré-escolar e 1º Ciclo	22	22	0%
Turmas da Escola em sede	28	25	-3,5%
Cursos de via profissionalizante	8	6	- 2 cursos

Fonte: Agrupamento de Escolas de Mértola, setembro, 2012

Gráfico nº 23 - Caraterização do Agrupamento de Escolas de Mértola, anos letivos 2011/2013



Fonte: quadro nº 16

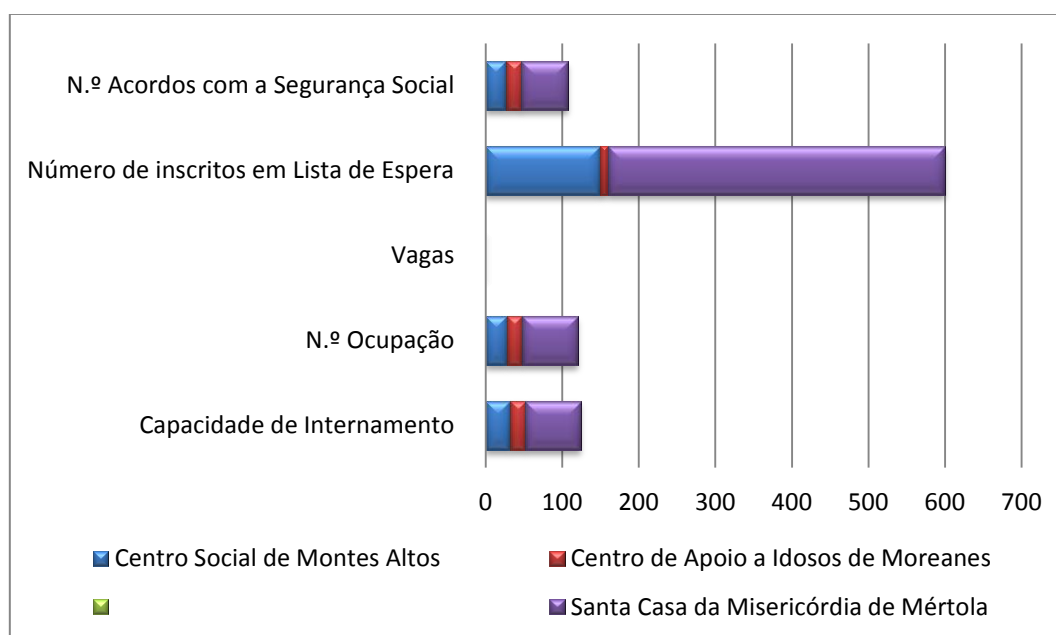
Quanto às infraestruturas conducentes ao apoio a idosos, elas são apenas três, o Centro Social de Montes Altos com capacidade para internar 32 pessoas, Centro de Apoio a idosos de Moreanes com 20 lugares e a Santa Casa da Misericórdia que pode internar 72 idosos, cujas listas de espera são respetivamente de 150, 10 e 440 inscritos, como nos mostram os quadro nº 17 e gráfico nº 24. Depreende-se daqui que as estruturas existentes estão muito aquém de dar resposta ao quadro de necessidades de uma população vulnerável, envelhecida e pobre, com uma taxa de cobertura insuficiente.

Quadro nº 17 - Estrutura residencial para pessoas idosas no concelho de Mértola

Instituição	Capacidade de Internamento	N.º Ocupação	Vagas	Número de inscritos em Lista de Espera	N.º Acordos com a Segurança Social
Centro Social de Montes Altos	32	28	0	150	27
Centro de Apoio a Idosos de Moreanes	20	20	0	10	20
Santa Casa da Misericórdia de Mértola	72	72	0	440	61

Fonte: dados fornecidos pelas entidades, setembro de 2012

Gráfico nº 24 - Estrutura residencial para pessoas idosas no concelho de Mértola em 2012



Fonte: quadro nº 17

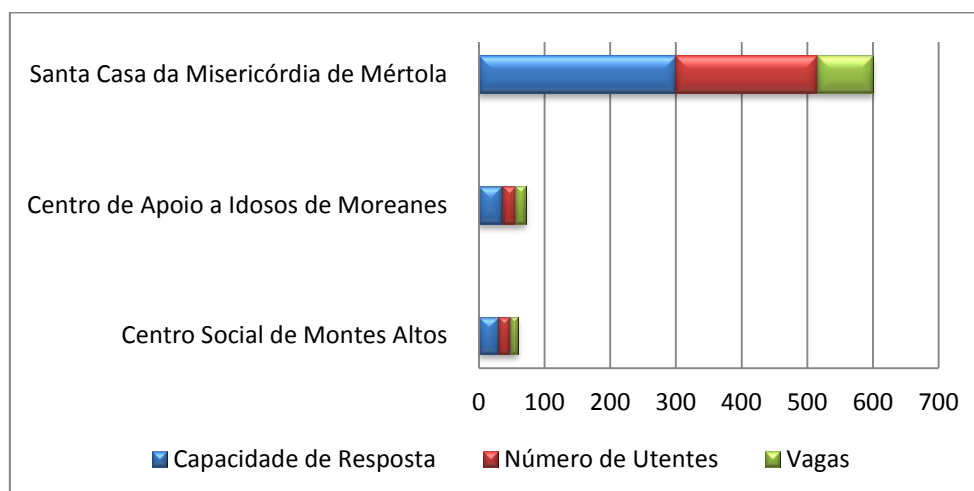
Para além das dificuldades existentes com o número reduzido de lares e vagas, o apoio domiciliário, pelo contrário, revela capacidade de resposta superior às necessidades. Através dos quadro nº 18 e do gráfico nº 25, as três valências existentes no concelho – Centro Social de Montes Altos com capacidade para responder a 30 utentes, o Centro de Apoio a idosos de Moreanes pode receber 36 e a Santa Casa da Misericórdia tem capacidade para acolher 300 pessoas. Em todas elas existem vagas disponíveis e há um conjunto de acordos com a Segurança Social, cujos valores mais elevados são na Santa Casa da Misericórdia de Mértola, com 85 e 247, respetivamente. Também é esta entidade que percorre diariamente o maior número de quilómetros – 1.089, entre as várias localidades das freguesias, essencialmente, da margem direita do rio Guadiana. Pois não existem aqui estruturas de apoio a idosos e onde se inserem a freguesia de São Miguel do Pinheiro e Penedos. Aqui apenas seis pessoas acedem ao apoio domiciliário, cinco homens e uma mulher. Tal situação prende-se com o facto das mulheres resistirem, enquanto tiverem forças e condições para evitarem dependerem dos outros, porque normalmente não é bem aceite beneficiarem de apoio de outrem, e por outro lado, sendo pessoas com reformas muito baixas, torna-se sempre difícil dispensar uma verba, ainda que seja baixa.

Quadro nº 18 - Dados referentes ao serviço de apoio domiciliário, prestado pelas IPSS do concelho de Mértola

Instituição	Capacidade de Resposta	Número de Utentes	Vagas	Freguesias abrangidas	Km percorridos (diariamente)	N.º Acordos com a Segurança Social
Centro Social de Montes Altos	30	18	12	Santana de Cambas; Corte do Pinto	200	10
Centro de Apoio a Idosos de Moreanes	36	20	16	Santana de Cambas; Corte do Pinto	120	20
Santa Casa da Misericórdia de Mértola	300	215	85	Todas as freguesias do concelho de Mértola	1089	247

Fonte: IPSS (Instituições Particulares de Solidariedade Social), do concelho de Mértola, setembro 2012

Gráfico nº 25 - Dados referentes ao Serviço de Apoio Domiciliário, prestado pelas IPSS do concelho de Mértola



Fonte: quadro nº 18

A melhoria das condições de saúde é uma das áreas fundamentais para a fixação das populações e promover o bem-estar das pessoas. No concelho de Mértola existe um Centro de Saúde na sede e uma extensão na Mina de São Domingos, cujos utentes se repartem em 86,86% e 13,14% respetivamente, como se verifica nos quadro nº 20 e gráfico nº 26. O quadro nº 19 reporta o número de Médicos e Enfermeiros por 1000 habitantes no Centro de Saúde de Mértola em 2010 que era de 0,7 e 1,4, respetivamente,

quanto às consultas eram 3,8 por habitante em 2009. Importa referir que os recursos humanos existentes são muito baixos para uma população demasiado envelhecida, para além disso, o Centro de Saúde encerra de noite obrigando os utentes a deslocarem-se para Castro Verde ou Beja que distam a cerca de 50 quilómetros da sede de concelho, porque das freguesias essa distância nalgumas localidades rondam os cem quilómetros. Portanto, em função da participação dos atores locais entrevistados que identificaram claramente, porque sentem e sofrem as consequências da inexistências de estruturas humanas e físicas de apoio à saúde e ainda agravadas por uma rede de transportes deficitária, tornando-se quase impossível resistir a esta forma tão cruel de discriminação, sobretudo, junto destas pessoas idosas, pobres e resistentes, muitas vezes abandonadas à própria sorte da interioridade.

Quadro nº 19 - Indicadores de saúde no concelho de Mértola entre 2009 e 2010

Concelho de Mértola	Enfermeiros por 1000 habitantes (Ano 2010)	Médicos por 1000 habitantes (Ano 2010)	Consultas por habitante (Ano 2009)
Centro de Saúde de Mértola	1.4	0.7	3.8

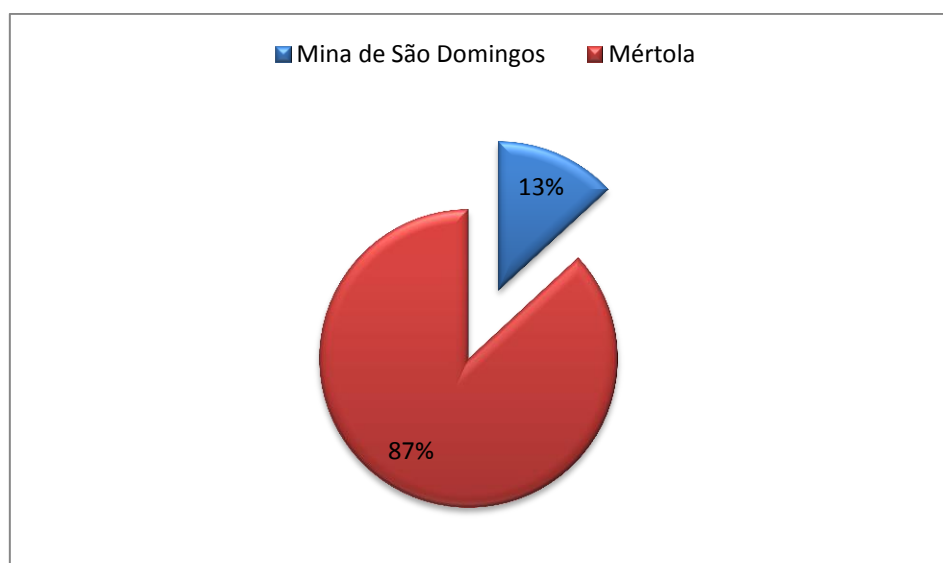
Fonte: INE, I. P. | Anuário Estatístico da Região Alentejo 2010 (quadro adaptado), citado em diagnóstico social, 2012, p.22

Quadro nº 20 - Utentes inscritos por extensão de Saúde - Centro de Saúde de Mértola, outubro. 2012

Extensões	N.º Inscritos	%
Mina de São Domingos	955	13.14%
Mértola	6314	86.86%
Total	7269	100%

Fonte: Centro de Saúde de Mértola, Out. 2012, citado em Diagnóstico social, 2012, p.22

Gráfico nº 26 - Utentes inscritos por extensão de Saúde - Centro de Saúde de Mértola, Outubro 2012



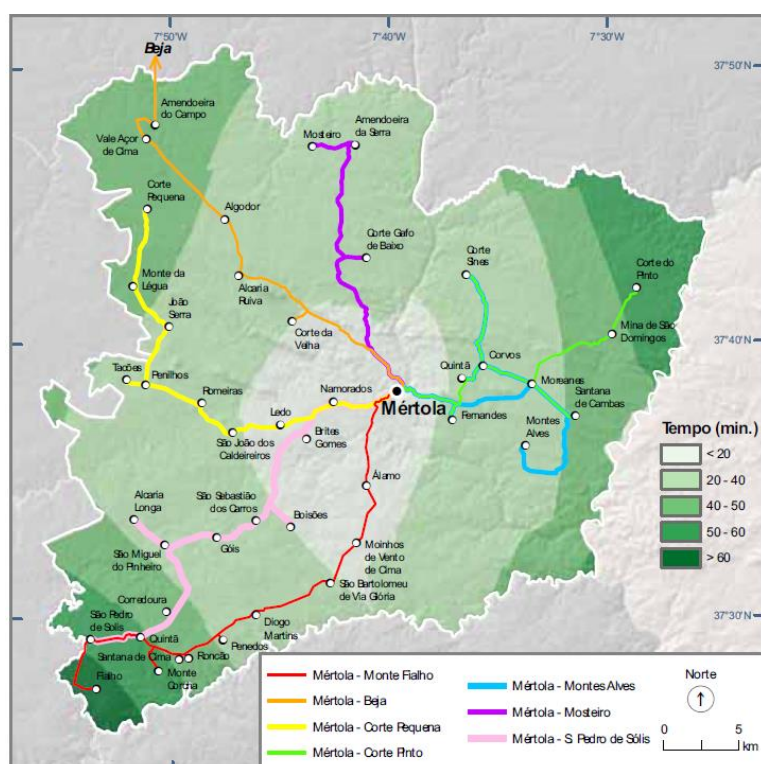
Fonte: quadro nº 20

Como já havíamos reportado atrás, a rede de transportes no concelho de Mértola é deficitária, servindo as ligações entre as principais localidades do concelho e a sua sede apenas uma carreira diária (em período de aulas e nas férias de verão, estas funcionam dois ou três dias por semana), bem como entre esta e Beja, como ilustra a figura seguinte. Esta situação é preocupante pois estamos num território onde as pessoas têm pouca mobilidade, quer física, quer financeira, obrigando-as a perderem um dia inteiro para se deslocarem à vila para irem ao médico ou resolver outros problemas que só se podem solucionar em Mértola ou Beja.

De acordo com os atores locais que participaram no estudo, esta situação está associada a valores económicos, descurando o aspeto social e que as entidades locais deviam fazer com que estas situações fossem minoradas, com recurso a táxis sociais coletivos, incluindo estes territórios em serviços de proximidade em rede.

distância está muito associada à má qualidade das acessibilidades rodoviárias existentes por todo o território concelhio. Facto que prejudica grandemente estas pessoas residentes nos lugares e freguesias afastados dos centros de decisão, sobretudo, em situações de emergência essencialmente na área da saúde, constituindo tal evidência um fator de descriminação ainda mais negativa quanto mais interiorizadas se encontram as pessoas destas aldeias e lugares (montes/aldeias).

Figura nº 13 - Tempo de deslocação em relação à sede de concelho em 2007



Fonte: Sousa, 2007, p.111

Como se não bastasse o que referimos atrás, o quadro nº 21 e o gráfico nº 27, explicitam que existem 329 habitantes, repartidos por 17 lugares no concelho de Mértola sem qualquer transporte público. Na freguesia de São Miguel do Pinheiro existem 5 lugares e 13 pessoas fora do circuito de transportes coletivos, os valores mais elevados vão para a freguesia de Alcaria Ruiva, onde são excluídas 17 localidades e 183 pessoas, são essencialmente povoações isoladas com poucos moradores, enquanto isto acontece nestas freguesias mais distantes, na freguesia de Mértola, apenas uma localidade e 7 pessoas são afetadas pela ausência de qualquer tipo de transporte público. Sem propiciar condições de vida semelhantes para todos os cidadãos residentes no Município de Mértola, será difícil falar em desenvolvimento, porque este conceito visa

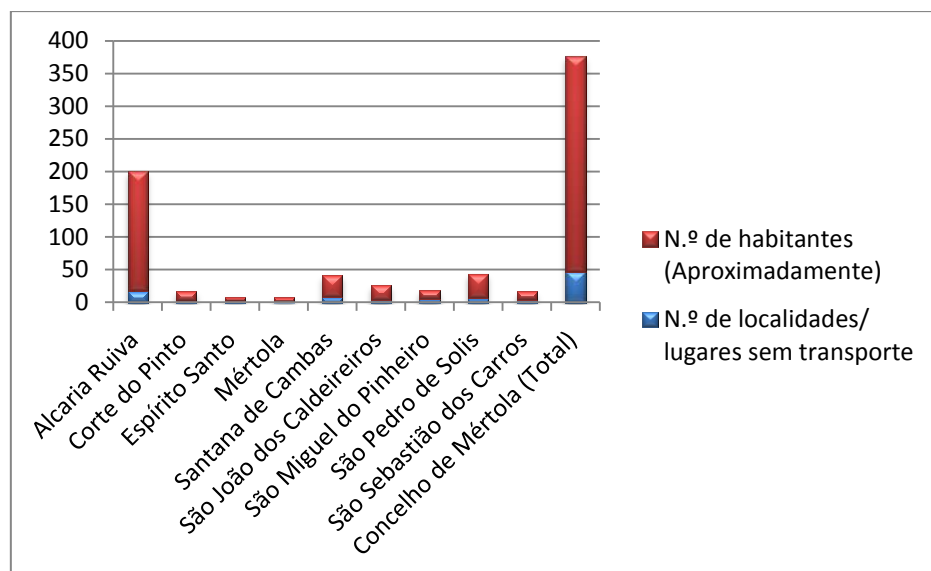
condições dignas para os habitantes de um qualquer território, sem sofrerem quaisquer discriminações. Mas, estes habitantes dos lugares isolados estão privados de aceder às acessibilidades que também não existem nestes lugares, nalguns deles o que têm são trilhos de terra batida e caminhos rurais.

Quadro nº 21 - Localidades/lugares sem transporte, no concelho de Mértola e correspondência com número aproximado de habitantes

Concelho de Mértola	N.º de localidades/ lugares sem transporte	N.º de habitantes (Aproximadamente)
Alcaria Ruiva	17	183
Corte do Pinto	2	14
Espírito Santo	2	6
Mértola	1	7
Santana de Cambas	8	33
São João dos Caldeireiros	3	23
São Miguel do Pinheiro	5	13
São Pedro de Solis	6	37
São Sebastião dos Carros	3	13
Concelho de Mértola (Total)	47	329

Fonte: CMM / NEDS, Diagnóstico Social, agosto de 2012, p.34

Gráfico nº 27 - Localidades/lugares sem transporte, no concelho de Mértola e correspondência com número aproximado de habitantes

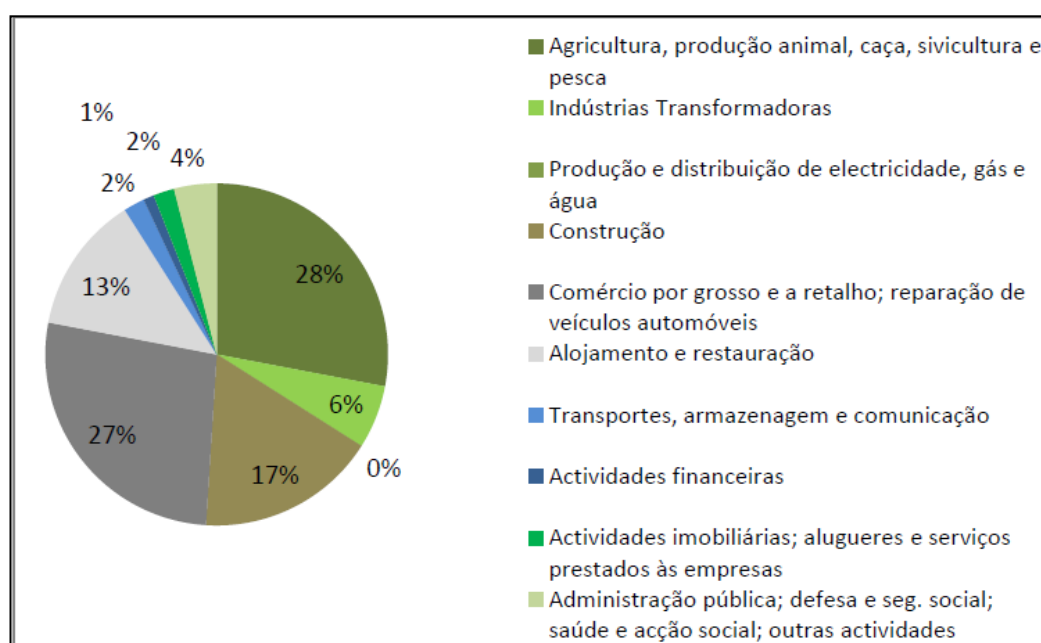


Fonte: quadro nº 21

Quanto à distribuição empresarial pelos diferentes setores atividade, com Joveana Varela (2010) no concelho de Mértola, em e 2006 existiam 943 empresas, cujo tecido empresarial, em conformidade com o gráfico nº 28, se encontra repartido em

28% pela do agricultura, produção animal e caça, silvicultura e pesca; seguindo-se com 27% o comércio, quer a retalho, quer por grosso e reparações de automóveis. Nesta altura a construção civil representava 13%, valor que hoje é praticamente residual, como consequência da crise que estamos a viver, afetando profundamente este setor. Com alguma expressão, cerca de 12% encontramos a administração pública e outros serviços sociais. Setores como as atividades financeiras não registam qualquer notoriedade, contudo, as indústrias transformadoras associadas à agricultura, pastorícia e silvicultura começam a denotar alguma expressividade, como os queijos, o mel, o pão, os agroturismos, os produtos silvestres, as ervas aromáticas, entre outros.

Gráfico nº 28 – Distribuição das empresas por atividade no concelho de Mértola em 2006

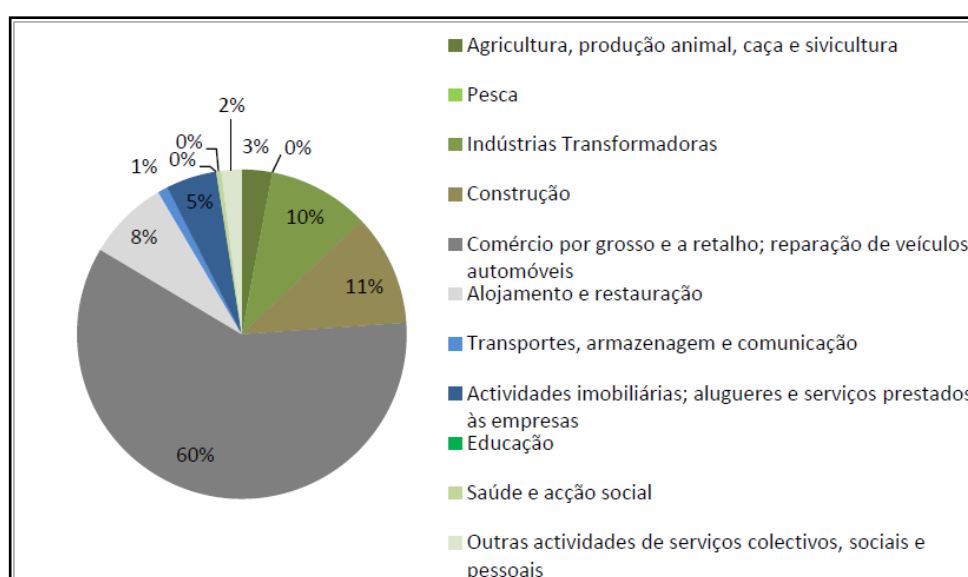


Fonte: INE - Sistema de Contas Integradas das Empresas – 2007 (Citado em Veiga. 2010, p.55)

Por último, em “2007 o peso dos negócios das sociedades no município de Mértola estiveram muito próximo dos quarenta e oito milhões de euros (47.900.000), registando-se uma taxa de crescimento médio anual de 19,78% entre 2002 e 2007 (Varela, 2010, p.55). Contudo, a situação de crise onde estamos mergulhados, contribuiu decisivamente para resfriar esta tendência seguida antes de 2008, tendo em conta que a construção civil desapareceu e alguns investimentos mesmo nas agroindústrias, foram adiados.

No concerne à distribuição do volume de negócios das empresas do concelho de Mértola, em conformidade com Varela (2010), gráfico nº 29, o maior peso 63% vai para as empresas do comércio a retalho e por grosso, seguidamente aparecia a construção com 11%, valor que está desfasado atualmente, uma vez que o setor quase desapareceu. Seguem-se a indústria transformadora com 10% e o alojamento e restauração com 8% de volume de vendas, Quanto aos restantes segmentos são pouco expressivos, com transportes e armazenagem e comunicações, educação, saúde e ação social, entre outros.

Gráfico nº 29 – Distribuição do volume de negócios das empresas no concelho de Mértola em 2007



Fonte: INE - Sistema de Contas Integradas das Empresas – 2007 (Citado em Veiga. 2010, p.56)

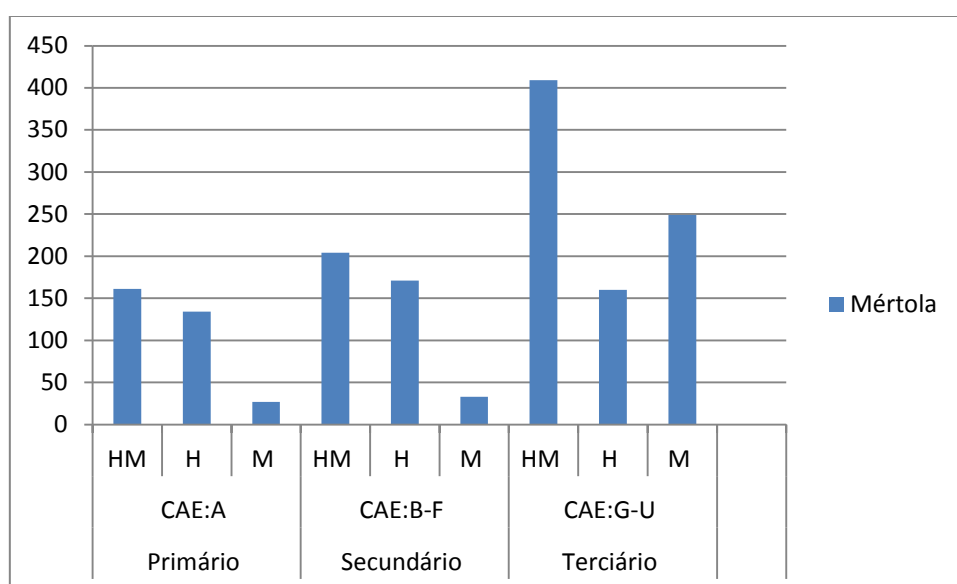
Em relação ao número de trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos, segundo o setor de atividade, como expressa o quadro nº 22 e representa o gráfico nº 30, o maior número recai no setor terciário com 409 trabalhadores, em segundo lugar aparece o setor secundário com 171 trabalhadores e por fim o setor primário regista 161 indivíduos.

Quadro nº 22 - Trabalhadores por conta de outrém nos estabelecimentos, segundo o setor de atividade (CAE REV3) e género no concelho de Mértola em 2009

Concelho	Primário CAE:A			Secundário CAE:B-F			Terciário CAE:G-U		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
Mértola	161	134	27	204	171	33	409	160	249

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Alentejo, 2010, (citado Diagnostico Social concelho de Mértola, p. 29)

Gráfico nº 30 - Trabalhadores por conta de outrém nos estabelecimentos, segundo o setor de atividade (CAE REV3) e género no concelho de Mértola em 2009



Fonte: quadro nº 22

Em 2010, segundo o INE, existiam no concelho de Mértola 598 empresas, sendo que menos de 10 tinham 581 trabalhadores, pois com mais de 10 trabalhadores encontramos 7 empresas e somente uma empresa emprega mais de 50 trabalhadores, de acordo com o quadro seguinte.

Quadro nº 23 - Empresas do concelho de Mértola, segundo o escalão de pessoal/ serviço em 2009

Área Geográfica	Total	Menos de 10	10-49	50-249	250 ou mais
Concelho de Mértola	589	581	7	1	0

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Alentejo, 2010, (citado Diagnostico Social concelho de Mértola, p.29)

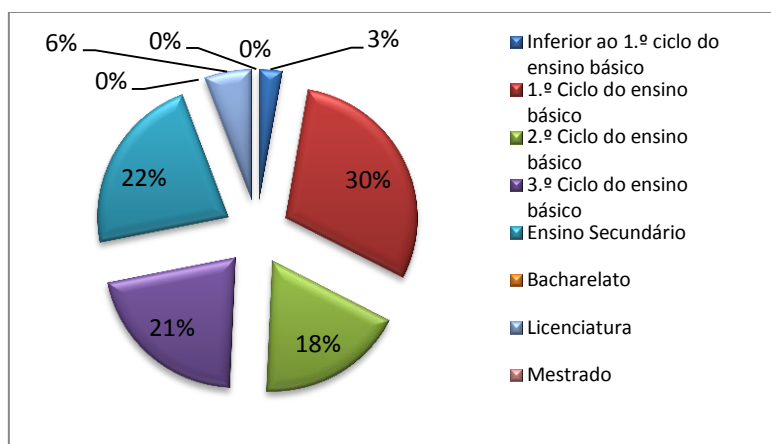
Com o anuário Estatístico da Região Alentejo, citado no Diagnóstico Social do Concelho de Mértola (2012), o quadro nº 24 e o gráfico nº 31 destacam o número de trabalhadores por conta de outrem, segundo o nível de habilitações em 2009, o maior peso incide no 1º ciclo, ensino secundário e 3º ciclo, com 228, 171, 162 trabalhadores respetivamente. Numa posição intermédia surgem 139 trabalhadores com o 2º ciclo. Por fim situam-se os licenciados e inferior ao 1º ciclo com respetivamente, 44 e 21 trabalhadores.

Quadro nº 24- Trabalhadores por conta de outrem no concelho de Mértola, segundo o nível de habilitações em 2009

Concelho	Nível de habilitações								
	Inferior ao 1.º ciclo do ensino básico	1.º Ciclo do ensino básico	2.º Ciclo do ensino básico	3.º Ciclo do ensino básico	Ensino Secundário	Bacharelato	Licenciatura	Mestrado	Doutoramento
Mértola	21	228	139	162	171	0	44	0	0

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Alentejo, 2010, (citado Diagnostico Social concelho de Mértola, p.29)

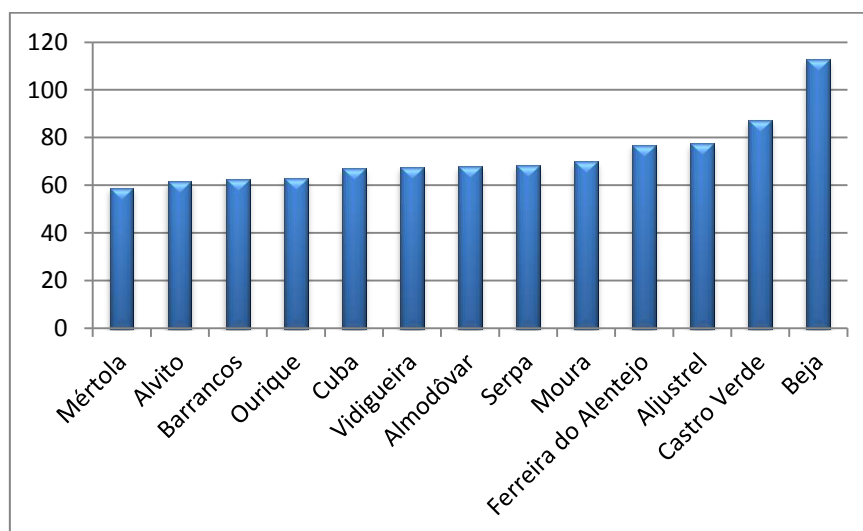
Gráfico nº 31 - Trabalhadores por conta de outrem no concelho de Mértola, segundo o nível de habilitações em 2009



Fonte: quadro nº24

Importa referir que estamos na presença de um concelho – Mértola, cujo *pib per capita* representa o valor baixo, comparativamente com os outros concelhos do Baixo Alentejo, apresentado um valor de 58,95, seguido de Alvito com 61,72, enquanto que na posição cimeira encontramos Beja com o valor mais alto, 112,74, seguido de Castro Verde com 87,29, como se pode constatar no gráfico seguinte.

Gráfico nº 32 – Indicadores *per capita* do poder de compra nos concelhos do Baixo Alentejo em 2012



Fonte: INE, estudo sobre o poder de compra concelhio do Baixo Alentejo, adaptado do Diagnóstico Social do concelho de Mértola, 2009, p.9

1.6.1. Freguesia de São Miguel do Pinheiro e Penedos

1.6.1.1. Nota histórica

Em conformidade com o Arquivo Distrital de Beja (2001) a História administrativa/biográfica/familiar de São Miguel do Pinheiro, refere que é uma freguesia do concelho de Mértola que ocupa uma área de aproximadamente 138 quilómetros quadrados, cuja sede se encontra situada junto à ribeira de Carreiras, um afluente do rio Guadiana, a qual fica a cerca de 25 quilómetros da sede de concelho. Desta freguesia fazem parte as localidades de Alcaria Longa, Boavista, Castanhos, Corredoura, Diogo Martins, Espargosa, Góis, Lobato, Manuel Galo, Monte Agudo, Monte da Corcha, Monte das Fontes, Monte Gato, Monte Novo Marreiros, Monte Santana, Murteira, Pereiras, Penedos, Roncão, S. Miguel do Pinheiro, Serranos e Vaqueiros, numa totalidade de 22 lugares, sendo que o Monte das Fontes já foi abandonado há mais de três décadas.

No que às suas origens respeita, o seu povoamento, pensa-se que remontará à época da ocupação muçulmana, considerando os vestígios arqueológicos encontrados entre a aldeia de São Miguel do Pinheiro e o lugar de Alcaria Longa. Desde tempos

muito recuados, o Homem soube aproveitar as forças da natureza para seu governo de vida.

Desta forma, os moinhos que apareceram em Portugal por volta do século XIII e desempenharam um papel importante até meados do século passado na vida económica e social nestas comunidades. Eles estavam dispersos quer pelas ribeiras, quer pelos cerros mais elevados - os moinhos do concelho de Mértola - que são uma marca da civilização e um símbolo da presença humana nos locais mais diversos. Os moinhos, como o de vento na sede de freguesia, ou os de água existentes na ribeira do Vascão, estão na origem de um dos produtos tradicionais mais apreciados - o pão de trigo. Nas proximidades está o Museu de S. Miguel que inclui um conjunto de artefactos desta arte associada à motricidade da água e do vento.

Para além dos aspetos históricos, económicos ou culturais, de acordo com o *Correio do Alentejo* (mensário de Beja, edição de 5 de outubro de 2012) terá sido desta Freguesia que partiu um dos bandeirantes mais notáveis na época dos descobrimentos no Brasil, António Raposo Tavares nasceu em 1598 na paróquia de São Miguel do Pinheiro, saiu para o Brasil no ano de 1618 com o seu pai de nome Fernão Vieira Tavares que era governador da capitania de São Vicente.

Ainda de acordo com o *Correio do Alentejo* (5 de outubro de 2012), António Tavares fixou-se em 1622 em São Paulo no Brasil, onde cinco anos depois comandou a sua primeira bandeira (expedição militar), atingindo o Rio Grande do Sul, de onde expulsou os jesuítas espanhóis. Regressado a São Paulo, em 1633, tornando-se juiz ordinário, cargo de que acabou por abandonar no mesmo ano, para ser ouvidor da capitania de São Vicente. Desta forma, a História dos Descobrimentos Portugueses inclui nos seus registos um homem nascido na Freguesia de São Miguel do Pinheiro, no concelho de Mértola, o qual tem erguida em sua memória e seus feitos, uma estátua na cidade de Beja e fora objeto de evocações das Comemorações dos Quinhentos Anos da Descoberta do Brasil, quer em São Miguel do Pinheiro/Mértola, quer em Beja, quer ainda no Brasil, no decurso do ano de 2012.

1.6.1.2. Considerações sobre a demografia: evolução da população residente

Um aspeto que importa denotar, esta freguesia do concelho de Mértola, caracteriza-se por um povoamento relativamente dispersos, com um conjunto de lugares

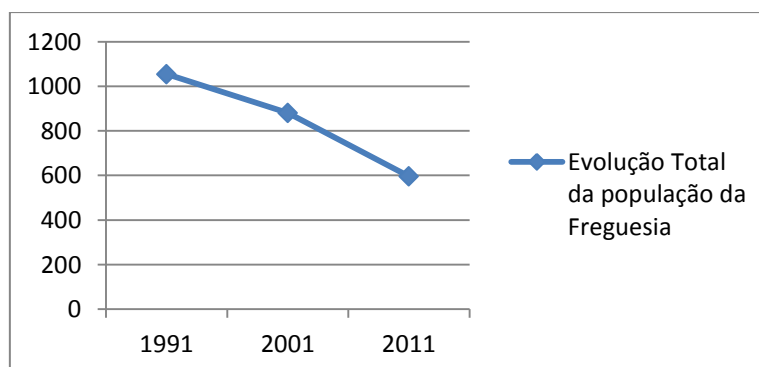
habitados por um número muito reduzido de habitantes, essencialmente idosos, com atestam o quadro nº 25 e o gráfico nº 33, destacando-se a localidade de Penedos como a aldeia mais populosa da Freguesia, que ultrapassa ainda a centena de habitantes, enquanto a sede de freguesia se situa em 83 habitantes, sendo a Murteira o lugar menos populoso da Freguesia com dois residentes.

Quadro nº 25 - População residente nos lugares da freguesia de São Miguel do Pinheiro entre 1991 e 2011

População Residente por lugar Localidades	1991	2001	2011
Alcaria Longa	97	81	46
Castanhos	22	12	5
Corredoura	23	16	10
Diogo Martins	52	57	51
Espargosa	51	52	34
Góis	95	85	61
Manuel Galo	73	54	36
Monte da Corcha	44	27	19
Monte Gato	82	54	42
Montes Santana	17	23	18
Murteira	18	11	2
Penedos	171	146	101
Roncão	66	50	35
São Miguel do Pinheiro	117	111	83
Serranos	47	39	25
Isolados	79	62	28
Total	1054	880	596

Fonte: Bejadigital/Bejabiz (1991 e 2001) e XV Recenseamento Geral da População, Lisboa, 2012

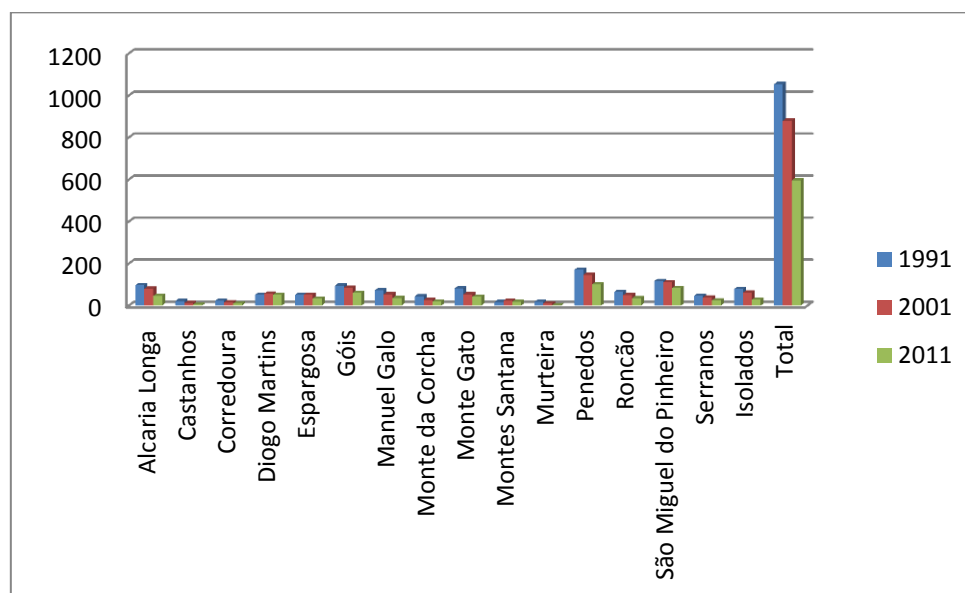
Gráfico nº 33 – Evolução total da população da freguesia de São Miguel do Pinheiro entre 1991 e 2011



Fonte: quadro nº 25

Em traços gerais a população da Freguesia de São Miguel do Pinheiro vem perdendo os seus efetivos de uma forma drástica que futuramente poderá ameaçar a sustentabilidade da mesma, cujos dados ainda representam maior ameaça para garantir o futuro destes lugares se atendermos na representação evolutiva da população desde 1991 a 2011 conforme ilustra o gráfico nº 34, onde os efetivos populacionais vão assistindo a uma rarefação sem paralelo com os períodos precedentes. Denotando ainda assim, Penedos os valores mais animadores, apesar de negativos, mas menos acelerados que o conjunto dos lugares da Freguesia de São Miguel do Pinheiro.

Gráfico nº 34 – Evolução da população por lugares e totalidade da freguesia de São Miguel do Pinheiro desde 1991 a 2011



Fonte: quadro nº 25

1.6.1.3. Aspetos económicos e culturais

Numa freguesia com índices de envelhecimento tão acentuados, em sintonia com o quadro nº26, denota-se a existência de algumas atividades económicas de carácter tradicional como as padarias com expressividade e qualidade reconhecida, as atividades agrícola e agropecuárias, uma serralharia civil e o comércio, ainda que escasso. Verificamos ainda que de forma ténue, existem ainda algumas atividades tradicionais e culturais como o artesanato (os bordados, a tecelagem, a tapeçaria e os trabalhos em vime) e as festas. Para este efeito, resistem as associações culturais, onde se destaca o Centro Popular dos Trabalhadores de Penedos que nasceu no final dos anos sessenta com a Junta de Colonização interna e ainda se mantém de uma forma ativa, para isso

basta atender nos festejos de verão que já vão para mais de quarenta anos de celebrações de forma ininterrupta. Em síntese, podemos afirmar que esta associação recreativa e cultural funciona como elemento agregador de sociabilidade, constituindo-se para um conjunto de lugares de vizinhança, como único meio de convívio existente, daí a sua função social ser de extrema importância para todas estas pessoas que moram nestes territórios de tão baixa densidade e longínquos dos grandes centros tecnológicos e de decisão.

Quadro nº 26 - Atividades económicas e culturais da freguesia de São Miguel do Pinheiro

Atividades económicas de relevo	Agricultura, pecuária, serralharia civil, panificação, construção civil e comércio
Serviços de proximidade existentes	
Atividades tradicionais	artesanato (tecelagem, bordados, tapeçaria e trabalhos em vime)
Atividades culturais	festas de Penedos (desde 1968)) Festa de São Miguel do Pinheiro (desde os anos oitenta)
Associações e coletividades	centros de cultura e recreio: CPTP Penedos, Monte Gato, Manuel Galo, Diogo Martins, Alcaria Longa e Espargosa (caça e pesca desportiva)

Fonte: Bejadigital/ Bejabiz e autor

2 – APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS DA INVESTIGAÇÃO

2.1. As reflexões estratégicas dos atores locais, face ao desenvolvimento local no contexto da preservação da identidade.

Nesta parte da investigação damos conta dos resultados da investigação empírica, fruto do resultado das entrevistas aplicadas aos atores locais selecionadas em função de uma amostra intencional, como se deu nota de desenvolvimento no capítulo da metodologia. Todavia, assumimos conscientemente que “a escolha dos atores com impacto no futuro de um dado sistema é uma tarefa difícil ... pois todos eles têm um papel fundamental na evolução das variáveis essenciais do sistema” (Caldas e Perestrelo, 2000, p.3). Como nos mostra o quadro nº 27, as variáveis que serviram de base a uma reflexão aprofundada por parte dos atores locais implicados e que consubstanciaram os resultados que ora apresentamos, denotando claramente o campo relacional dos vários atores que se preocupam com os problemas que afetam esta aldeia do Baixo Alentejo – Penedos.

Quadro nº 27 - Variáveis internas e externas e sua descrição

Variáveis	Descrição
Variáveis Internas	
Variáveis Sociodemográfico-económicas	
1 - Estrutura da População Residente	- Características demográficas da população do concelho de Mértola/Freguesia São Miguel do Pinheiro/ Penedos. - Ritmos de crescimento populacional. - Duplo envelhecimento.
2 - População ativa afastada dos setores de atividades produtivas (agricultura, pastorícia, comércio e indústria)	- Abandono do território em direção aos grandes centros do litoral. - Diminuição da população ativa nos setores agrícola, serviços e indústrias de transformação familiar. - Redução dos efetivos no comércio tradicional fixo e itinerante.
3 - Novos setores de atividade	- Apostar em setores e atividades em função das potencialidades. - Silvicultura e recursos cinegéticos.
4 - Empreendedorismo e recuperação de potencialidades a integrar no processo de desenvolvimento local	- Cursos de formação sobre empreendedorismo e aproveitamento dos recursos autóctones. - Apoiar empreendedores a desenvolver projetos de forma a dinamizar a economia local.
Variáveis Físico-morfológicas e naturais	
5 – Proliferação da grande propriedade (latifúndio)	- Grandes propriedades para uso agrícola e florestal dotadas ao abandono.
6 - Proximidade do Parque Natural do Vale do Guadiana	- Aproveitamento dos sítios e locais para o turismo e recreação. - Criar a marca território ambientalmente amigo, promoção da Paisagem do Parque a Património da Humanidade.

7 - Integração na Faixa Piritosa Ibérica	<ul style="list-style-type: none"> - Aproveitamento de jazidas de cobre e volfrâmio, como mais-valias económicas. - Conflitualidade entre o conceito de aldeia ecológica e o aproveitamento dos recursos mineiros.
8 - Unidades industriais ecológicas	- Aproveitamento das energias solar e eólica para produção de energia. Dimensões aceitáveis.
Variáveis de Planeamento e desenvolvimento estratégico	
9 - Existência de instrumentos de Planeamento	<ul style="list-style-type: none"> - Plano Desenvolvimento Municipal. - Planos de Urbanização e Planos Estratégicos (Municipal, Regional).
10 - Estratégias de Desenvolvimento	<ul style="list-style-type: none"> - Existência de assimetria litoral/interior, com profundos impactos nos campos e nas cidades. Soluções do governo para os territórios de baixa densidade. - Contributos da Câmara Municipal de Mértola para a promoção do desenvolvimento. - O papel da Entidade Regional de Turismo na valorização do território. - O papel da Associação de Municípios/Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo para promover este espaço. - Penedos no futuro tendo em conta a perspetiva dos atores locais. - O Plano Integrado de Desenvolvimento do Baixo Alentejo e o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Baixo Alentejo e a sua estratégia para o território. - Ter em consideração a agricultura e os setores de diversificação produtiva a si associados (como as agroindústrias), nas reflexões estratégicas sobre o modelo de desenvolvimento desejado para Penedos.
Variáveis de Bem-estar e visão estratégica de futuro	
11 - Diminuição dos serviços públicos prestados junto da população local	<ul style="list-style-type: none"> - Encerramento de escola/Infantário. Correios/distribuição à população. - Inexistência de Extensões de Saúde e encerramento do Centro de Saúde de Mértola à noite. - Insuficiência de casas de apoio aos idosos. - Insuficiência de transportes para a sede de concelho. - Diminuição dos efetivos da GNR.
12 - Visão estratégica de futuro	-Recuperar serviços retirados e aumentar as valências através de um sistema integrado de serviços de proximidade em rede.
Variáveis Histórico –Culturais	
13 - Junta de Colonização Interna	<ul style="list-style-type: none"> - O papel da Junta de Colonização Interna no final dos anos sessenta. - Retrato da Junta de Colonização Interna. - Os projetos. - Os interesses políticos. - O abandono do projeto na aldeia pela Junta de Colonização Interna. - Pessoas e entidades envolvidas no projeto a nível local e nacional. - Como seria Penedos se a JCI tivesse chegado ao fim com as suas propostas.
14 - Abandono tradições	-Desinteresse pelas tradições que preservam a identidade.
15 - Fomentar traços culturais para garantir a sustentabilidade da identidade	<ul style="list-style-type: none"> - Aproveitar elementos de cultura e adaptá-los às novas funcionalidades (saberes e formas históricas-geracionais). - Criação de um sítio de uma comunidade rural (quase desaparecida) na <i>Internet</i> por forma a manter viva a identidade.
Variáveis de Sistema de circulação	
16 - Interceção num nó de centralidade territorial e Proximidade de aeroportos	<ul style="list-style-type: none"> - Proximidade do Algarve, Andaluzia, Rio Guadiana e Aeroportos de Faro e Beja. - Explorar as vantagens da proximidade das acessibilidades, sobretudo, as aeroportuárias (Beja e Faro).

Variáveis Externas	Descrição
Variáveis de Instrumentos políticos/financeiros	
17 – Instrumentos de política local, regional, nacional e comunitário	-Aproveitamento e criação de linhas de crédito. -Fundos comunitários para projetos locais (PRODER). -QREN 2007- 2013 – Quadro de referência estratégico nacional QEC 2014-2020 – Quadro Estratégico Comum/Programa Territorial de Desenvolvimento para o Baixo Alentejo 2007-2013/Plano Estratégico de Desenvolvimento para o Baixo Alentejo 2014 -2020. -INTERREG/POCTEB /cooperação transfronteiriça, transnacional.
Variáveis de Instrumentos políticos/financeiros	
18 – Comunicação/Divulgação das potencialidades /Redes Sociais	-Divulgação e promoção dos lugares de interesse cultural e turístico pelas entidades competentes/Ministério da Economia/Entidade Regional de Turismo, Câmara Municipal de Mértola, Associação de Desenvolvimento e Junta de Freguesia. -Divulgação e promoção do território pelos masse media comunitários e nacionais e utilização das redes sociais. -Aproveitamento dos eventos – feiras, certames <i>workshops</i> seminários sobre produtos naturais biológicos e autóctones – túberas cogumelos, espargos, pardelhas, enchidos, queijos, presuntos, comidas tradicionais e outros saberes seculares.
Sociodemográfico- económicas	
19 - Efeito de retração da população	-Proximidade/acessibilidades ao Algarve gerador de emprego.
20 - Produtos locais materiais e imateriais como promotores da economia local	- Atração de investidores e fomentar o emprego local - Aproveitar os produtos selvagens, a agricultura, as agro indústrias, a paisagem e a natureza, as tradições, os saberes, entre outras potencialidades. - Incentivar a dinamização de unidades familiares

Fonte: elaboração do autor

Todos os atores implicados no sistema, revelam grande preocupação de que é preciso atuar para não perder o referencial histórico e cultural da aldeia e assim preservar a sua identidade. Percebe-se inequivocamente que cada

ator corresponde a um grupo homogéneo que incrementa uma estratégia idêntica e, simultaneamente, adota uma relação de força, semelhante aos restantes atores. Logo, as dinâmicas locais aprestam-se então como resultados das estratégias produzidas pelos atores localizados, ou com influência local, onde se dá a configuração de interesses e de lógicas contraditórias (Marques, 2006, p.401).

Decorrente do que acima se dá nota, a ação dos atores na comunidade local ganha acuidade, sobretudo, se se considerar, com recurso a Michel Crozier e Erhard Friedberg (1977) a importância que tem a ação coletiva, como

responsável pela criação de um problema decisivo nas nossas sociedades, isto porque a tipologia de ação (independentemente das suas características) não constitui um fenómeno natural, mas sim uma construção social cuja existência coloca o problema para o qual são

necessárias as explicações sobre as condições de emergência (citado em Marques, 2006, p.402).

Deste modo, o conjunto de atores implicados, através das suas perspectivas e vivências contribuíram de forma decisiva para um novo olhar sobre as reflexões estratégicas de desenvolvimento local, com vista a preservar a identidade de Penedos, conforme podemos verificar na análise empírica aos dados fornecidos, atendendo às relações e posicionamento destes atores em relação a um conjunto de premissas propostas e que apresentamos de seguida.

2.1.1. Relações de força e posicionamento relativamente aos atores locais

Em primeiro lugar construímos o Quadro de Estratégia de Atores, a partir da informação disponível em documentos existentes e da análise das entrevistas semi diretivas, aplicadas aos atores locais. Posteriormente elaborou-se a análise estratégica de atores, tendo em consideração “*as influências diretas entre atores*” que possibilitou a construção da Matriz Meios de Ação Direta (MAD), baseada nas relações estabelecidas diretamente entre os vários atores (quadro nº 28). Por outro lado, importou expor “*as suas posições valorizadas dos atores sobre os objetivos,*” tendo-se construído a Matriz de Posições Valorizadas Atores x Objetivos, considerando cada ator a posição que atribui a cada objetivo (quadro nº 29).

Quadro nº 28 - Matriz dos Meios de Ação Diretos

MID	ACP/CPG	CPTP	CMM	CAM	JFSMP	ADPM	ERT	AMBAAL/CIM	I - NR/MN	I- JLP	I APP/MCSR	I - JN
ACP/CPG	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0
CPTP	1	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1
CMM	2	2	0	1	2	1	2	3	3	3	3	3
CAM	0	0	1	0	1	1	0	0	0	1	1	0
JFSMP	1	1	1	0	0	1	0	0	1	1	1	1
ADPM	0	0	1	1	1	0	1	1	0	0	0	0
ERT	1	1	2	1	1	1	0	1	0	0	0	0
AMBAAL/CIM	0	0	2	0	1	1	1	0	0	0	0	0
I - NR/MN	0	2	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0
I- JLP	1	2	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0
I APP/MCSR	0	2	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0
I - JN	0	2	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0

© LPSOR-EPTA-MACTOR

Fonte: MACTOR

Quadro nº 29 - Matriz das Posições Valorizadas – Atores x Objetivos (2 MAO)

2MAO	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
ACP/CPG	-2	-3	3	3	2	-1	3	2	0	2	-3	3	3	-3	2	2	3	3	2	3
CPTP	-3	-2	1	2	-1	-1	2	2	0	2	-2	2	3	-3	3	2	2	2	2	2
CMM	-2	-1	2	3	-1	3	2	2	2	3	-3	3	0	-3	3	2	3	2	2	3
CAM	-2	-3	2	2	3	2	3	2	2	2	-3	2	3	-3	3	2	3	3	2	3
JFSMP	-3	-2	2	3	-1	-1	3	3	2	2	-3	2	0	-2	2	3	3	2	2	2
ADPM	-3	-3	3	3	0	2	0	3	3	3	-3	3	0	-2	3	3	3	2	2	3
ERT	-1	-1	2	3	-1	3	1	3	2	3	0	0	0	-3	3	3	3	2	1	2
AMBAAL/CIM	-3	-3	2	3	1	1	1	2	2	3	-3	3	0	-2	1	1	3	2	1	3
I - NR/MN	-3	-2	3	2	-2	2	3	2	0	0	-3	2	3	-2	3	2	0	2	3	2
I- JLP	-3	-2	3	3	-1	2	2	3	0	2	-3	2	2	-2	2	2	3	2	2	3
I APP/MCSR	-3	-3	2	3	2	2	2	2	2	2	-3	1	0	-2	2	2	1	2	2	3
I - JN	-2	-2	0	1	-1	0	1	2	2	1	-1	0	3	-1	1	1	1	1	2	2

© LIPSOR-EPITA-MACTOR

Fonte: MACTOR

O Quadro de Estratégia de Atores, permitiu a construção dos Desafios Estratégicos e Objetivos Associados (quadro nº 30). Nesta lógica é possível identificar os campos de batalha como preconiza Michel Godet e é aludido por Caldas e Perestrelo (2000) e por Marques (2006) que no nosso estudo selecionamos quatro, designadamente: 1) apostar na agricultura e nas atividades associadas à terra; 2) investir no planeamento, políticas públicas e, na formação, por forma a criar condições para promover a atratividade económica e residencial; 3) valorizar potencialidades existentes e em potência através da comunicação em rede e *marketing*, com vista a promover o desenvolvimento local e preservar a identidade de Penedos e 4) aproveitar a situação geográfica de proximidade ao Algarve e Espanha e promover projetos associados à paisagem, à ribeira do Vascão e ao turismo de natureza e de aldeia. A estes desafios estratégicos associam-se um conjunto de objetivos, que permitiram aos atores locais assumirem posições de conflito, de aliança e de pura neutralidade.

Quadro nº 30 - Desafios estratégico e objetivos associados

Desafios estratégicos	Objetivos associados
D1 Apostar na agricultura e nas atividades associadas à terra	01 Estrutura da população residente 02 População ativa afastada da agricultura, pastorícia, comércio e indústria 05 Proliferação da grande propriedade (latifúndio)
D2 Investir no planeamento, políticas públicas e, na formação, por forma a criar condições para promover a atratividade económica e residencial	03 Novos setores de atividade 04 Empreendedorismo e recuperação de potencialidades a integrar no processo de desenvolvimento local 09 Existência de Planeamento 010 As estratégias de desenvolvimento 011 Diminuição dos serviços prestados à população 017 Instrumentos de política local, regional, nacional e comunitário 012 Visão estratégica de futuro
D3 Valorizar potencialidades existentes e em potência através da comunicação em rede e <i>marketing</i> , com vista a promover o desenvolvimento local e preservar a identidade de Penedos	07 Integração na Faixa Piritosa Ibérica 08 Unidades industriais ecológicas 013 A Junta de Colonização Interna 014 Abandono de Tradições 015 Fomentar traços culturais, para garantir a sustentabilidade da identidade 018 Comunicação /Divulgação das potencialidades/Redes sociais 020 Produtos locais materiais e imateriais como promotores da economia local
D4 Aproveitar a situação geográfica de proximidade ao Algarve e Espanha e promover projetos associados à paisagem, à ribeira do Vascão e ao turismo de natureza e de aldeia	06 Proximidade do Parque Natural do Vale do Guadiana 016 Interseção num nó de centralidade/Algarve/Andaluzia/Rio Guadiana/Aeroportos de Beja e Faro 019 Efeito de retração da população

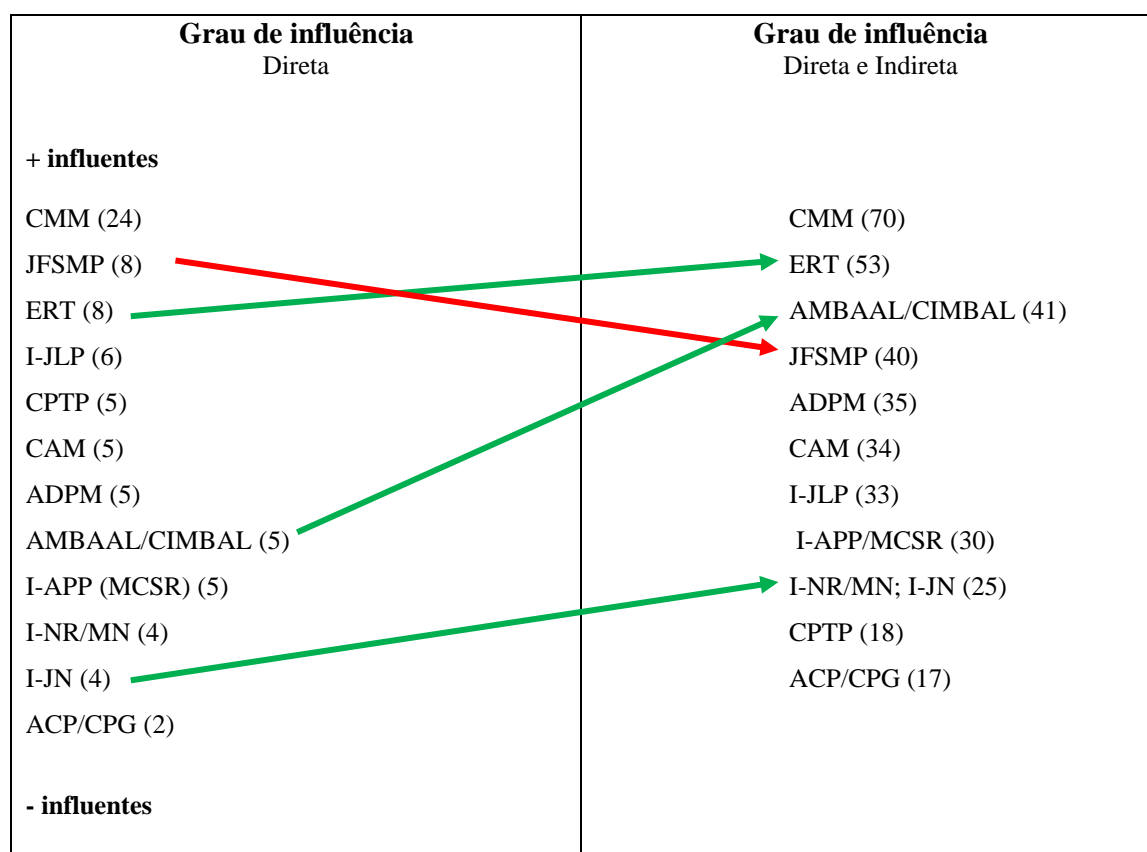
Fonte: Elaboração do autor

2.1.1.1. Os atores e os graus de influência e dependência

É verdade que a Matriz de Meios de Ação Diretos (MAD), não nos fornece a totalidade do jogo de influências entre atores, no entanto, permite-nos a construção da Matriz dos Meios de Ação Diretos e Indiretos, que nos vai permitir conhecer as influências diretas e indiretas de 2º grandeza (ordem) entre o conjunto de atores. Pois, um ator tem possibilidades de condicionar as escolhas de outros, podendo agir sobre estes, por via de um ator de ligação. Assim, importa decompor as formas que permitem colocar em evidência essas influências, através das Matrizes de Ações Diretas (MAD) e dos Meios de Ação Diretos e Indiretos (MADI). Estas matrizes permitem-nos ficar a conhecer o jogo de relações de força empreendido pelos atores locais. Estas matrizes possibilitam o conhecimento de dois indicadores fulcrais sobre a influência que cada ator tem sobre os outros, bem como a sua dependência relativamente aos restantes, que são: 1) o grau de influência dos atores, obtidos através do somatório em linha ((Ii) e 2) o grau de dependência dos atores obtido por via do somatória em colunas (Di).

Posto isto e de acordo com o gráfico nº 35, atendemos nas influências diretas e indiretas que um ator exerce sobre os demais. Após a ordenação dos atores em função das suas influências, verifica-se que os atores com a maior influência direta são a Câmara Municipal de Mértola (CMM), a Junta de Freguesia de São Miguel do Pinheiro (JFSMP), A Entidade Regional de Turismo (ERT) e o Individual - Jacinto Lourenço Pereira (I-JLP).

Gráfico nº 35 - Grau de influência direta e de influência direta e indireta



Fonte: MACTOR

Quanto à Câmara Municipal de Mértola (CMM), num território de tão baixa empresarialização, muito envelhecido e empobrecido, é natural que como entidade do poder local, tem condições para influenciar e limitar neste jogo, a ação dos atores locais, muito dependentes de patrocínios, de pareceres e aprovação de projetos que dependem do orçamento do Município, bem como da sua intervenção ao nível de outros financiamentos comunitários com implicações locais, onde a Câmara assume um papel preponderante junto de atores, sobretudo, de caráter associativo e institucional, mas também individual.

A Junta de Freguesia de São Miguel do Pinheiro (JFSMP) é uma entidade com alguma capacidade de influenciar a ação de outros atores locais, quer coletivos, quer individuais. Os primeiros porque dependem de algum peso da administração do território da freguesia, quer licenças, quer até pareceres, os segundos porque existem algumas competências municipais que foram desconcentradas para esta entidade (limpezas, arranjos de ruas e jardins), mas, também existem outros apoios aos cidadãos,

como por exemplo, apoios a idosos, cobrança de água em cada localidade, sem que os moradores se tenham que deslocar à sede de freguesia ou concelho, entre outros.

A Entidade Regional de Turismo (ERT), sendo uma entidade regional, tem de alguma forma capacidade de influenciar, porque o futuro da aldeia também passa grandemente pela esperança no turismo, existindo uma relação mais institucional, sobretudo, com a Câmara Municipal de Mértola, mas que não deixa de ser sentida pelos atores, essencialmente os institucionais.

O Individual- Jacinto Lourenço Pereira (I-JLP), revela alguma capacidade de influência, quer junto dos individuais, quer institucionais, isto advém do seu conhecimento que tem sobre o território, das suas necessidades, bem como da relação que mantém com os outros atores locais e da visão que desenvolveu ao longo da sua vida sobre a problemática em estudo, porque sente que há uma necessidade profunda de alterar o atual *status quo*.

No que se refere aos outros oito atores, existem cinco com o mesmo peso imediatamente abaixo dos quatro designados, são: Centro Popular dos Trabalhadores de Penedos (CPTP), Cooperativa Agrícola de Mértola (CAM), Associação de Defesa do Património de Mértola (ADPM), Associação de Municípios do Baixo Alentejo e Alentejo Litoral/Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo (AMBAAL/CIMBAL) e Individual - Antiga Professora Primária/Maria do Carmo Soares Rodrigues (I-APP/MCSR), seguindo-se dois atores com peso similar, Individual - Natércia Ramos/Madalena Nunes (I-NR/MN) e Individual - José Nunes (I-JN). Por fim, vem a Associação de Caçadores de Penedos/Clube de Pesca de Gorjões (ACP/CPG) com menor capacidade de influenciar os outros atores.

Quanto ao grau influência direta e indireta, aparece-nos em primeiro lugar a Câmara Municipal de Mértola (CMM), a Entidade Regional de Turismo (ERT), a Associação de Municípios do Baixo Alentejo e Alentejo Litoral/Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo (AMBAL/CIMBAL) e a Junta de Freguesia de São Miguel do Pinheiro (JFSMP), sendo que todos os restantes atores se situam abaixo, aparecendo nos últimos lugares o Centro Popular dos Trabalhadores de Penedos (CPTP) e a Associação de Caçadores de Penedos/Clube de Pesca de Gorjões a (ACP/CPG).

O grau de dependência, gráfico nº 36, revela que os atores mais dependentes de forma direta são o Centro Popular dos Trabalhadores de Penedos (CPTP), a Câmara Municipal de Mértola (CMM) e a Junta de Freguesia de São Miguel do Pinheiro (JFSMP), que quando refletidos os graus de dependência direta e indireta também são estes atores que assumem lugar de destaque, ou seja, todos dependem uns dos outros quer direta, quer indiretamente. Pois a Câmara Municipal de Mértola (CMM) e a Junta de Freguesia de São Miguel do Pinheiro (JFSMP), dependem muito dos votos dos munícipes para se manterem no poder, o Centro Popular dos Trabalhadores de Penedos (CPTP) depende em certa medida destas duas, porque delas advém melhorias para a comunidade a nível cultural e de bem-estar. Sendo o ator menos dependente de forma direta, a Entidade Regional de Turismo (ERT), o mesmo acontece na análise direta e indireta da dependência, isto mostra como um ator regional pode influenciar o local, sem evidenciar qualquer sinal de dependência digno de realce.

Em síntese, a Entidade Regional de Turismo (ERT) aparece no cômputo dos atores como o mais influente e o menos dependente, logo, neste jogo de atores tem um papel de charneira, por isso pode-se considerar um ator chave. A Câmara Municipal de Mértola (CMM) é o mais influente, mas com o Centro Popular dos Trabalhadores de Penedos (CPTP), são os mais dependentes, juntamente com a Junta de Freguesia de São Miguel do Pinheiro (JFSMP), que também aparece nos lugares cimeiros da influência que exerce sobre os outros atores locais. Convém denotar que a Associação de Municípios do Baixo Alentejo e Alentejo Litoral/Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo (AMBAL/CIMBAL), exerce um lugar de relevo na influência, pois a Câmara Municipal de Mértola (CMM) é associada desta. É também esta Comunidade Intermunicipal que menos depende dos atores locais, pois o seu caráter é regional.

Gráfico nº 36 - Grau de dependência direta e de dependência direta e indireta

Grau de dependência Direta	Grau de dependência Direta e Indireta
+ dependentes	
CPTP; CMM (12)	CPTP (50)
JFSMP (10)	CMM; JFSMP (47)
ACP/CPG; CAM; I-JLP; I-APP/MCSR (6)	ACP/CPG (40)
ADPM; AMBAAL/CIMBAL; I-NR/MN; I-JN (5)	I-JLP; I-APP/MCSR (36)
ERT (4)	CAM (33)
	ADPM (31)
	I-NR/I-NN; I-JN (30)
	AMBAAL/CIMBAL (21)
	ERT (20)
- dependentes	

Fonte: MACTOR

No conjunto do jogo de atores, considerando o seu sistema relacional, podemos afirmar que este é muito instável, pois, o valor encontrado não vai além de 21,34%⁵, o que quer significar que existe um conjunto de atores que exerce uma influência dominante sobre os outros, que se encontram numa posição maior de dependência.

O gráfico nº 37, mostra-nos as influências e as dependências entre atores, ou seja os atores considerados de charneira são a Associação de Municípios do Baixo Alentejo e Alentejo Litoral/Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo (AMBAAL/CIMBAL), a Associação de Defesa do Património de Mértola (ADPM) e a Cooperativa Agrícola de Mértola (CAM), estas são entidades com alguma capacidade de influência, mas pouca dependência. O ator chave é a Entidade Regional de Turismo (ERT) que no cômputo do jogo de atores, se apresenta como o mais influente e o menos dependente.

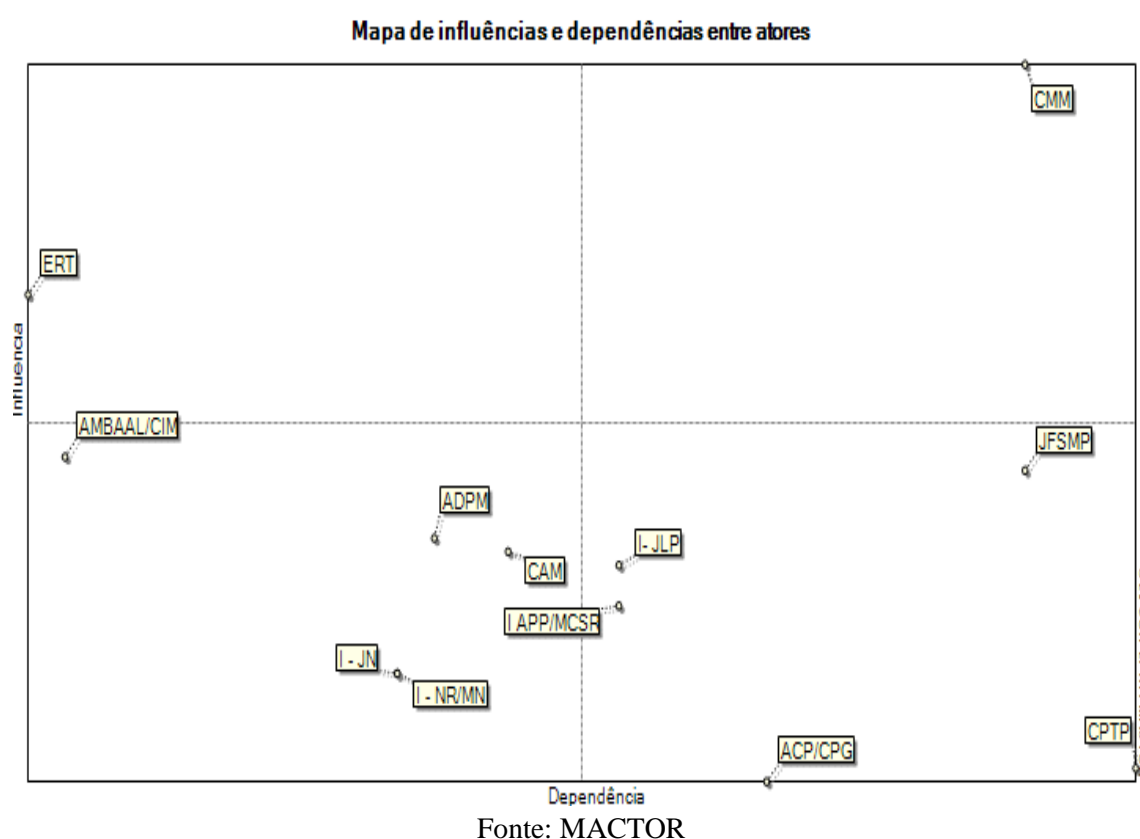
⁵ A versão MACTOR não permite calcular automaticamente o indicador de estabilidade (H). O valor encontrado apresentado partiu da fórmula de cálculo: $H = \frac{\sum |I_i - D_i|}{2S} \times 100$.

A situação é instável quando, $H \cong 0\%$ isto é, os atores são simultaneamente muito dependentes e muito influentes; será uma situação estável quando $H \cong 100\%$, se os atores apresentarem uma situação de muito influentes ou muito dependentes (Marques, 2006:402)

Em função do apresentado, existem atores que pelo seu posicionamento social, económico, político e cultural, apresentam níveis maiores ou menores de influência e dependência. Assim,

a capacidade estratégica de um determinado ator pode, assim, ser determinada pela capacidade de um outro ator num jogo social. Nenhum fator de determinação como sejam a classe, o sexo, a etnia, etc. – pode ser considerado para explicar o conjunto de interações no interior do sistema. Por outro lado, o desenvolvimento da margem de ação não se apresenta dissociado do próprio contexto socioeconómico (Arocena, 1986, citado em Marques, 2006, p.413).

Gráfico nº 37 Grau de Influências e dependências entre atores



2.1.2. Relação de forças entre atores

A Matriz de Meios de Ação Diretos e Indiretos, permitiu-nos conhecer o cálculo de um indicador de relação de forças, possibilitando diferenciar os atores do sistema, em função da sua menor ou maior capacidade de condicionar a intervenções/atuações dos demais atores e a sua menor ou maior dependência em relação a eles próprios. Contudo, segundo Michel Godet (1995, p.14) “a relação de forças de um ator será tanto mais elevada consoante a sua influência é elevada, a sua dependência fraca e a sua retração fraca” (citado em Júnior 2009, p.288 e em Marques 2007, p.414). Logo, para se medir a

relação de força de um ator, deve-se ter em consideração a influência, a dependência, mas também a retroação.

No presente procedimento, para encontrarmos o indicador de relação de forças, tivemos de recorrer ao cálculo dos coeficientes de relação de forças, dado que ambos entram em referência com a influência líquida direta e indireta, com a dependência líquida direta e mesmo também com o já designado efeito de retroação. Assim, neste exercício, seguimos essencialmente, “a influência líquida direta e indireta de um ator, excluindo-se a retroação, ou seja, o que cada ator recebe dos outros pares de forma indireta é calculado automaticamente pelo MACTOR e que significa: $I_i - (MADI)_{ii}$ ” (Marques, 2006, p.414), que de acordo com Godet (1995) “ para se ter em conta a margem de manobra do ator em causa” (Marques, 200, p.414).

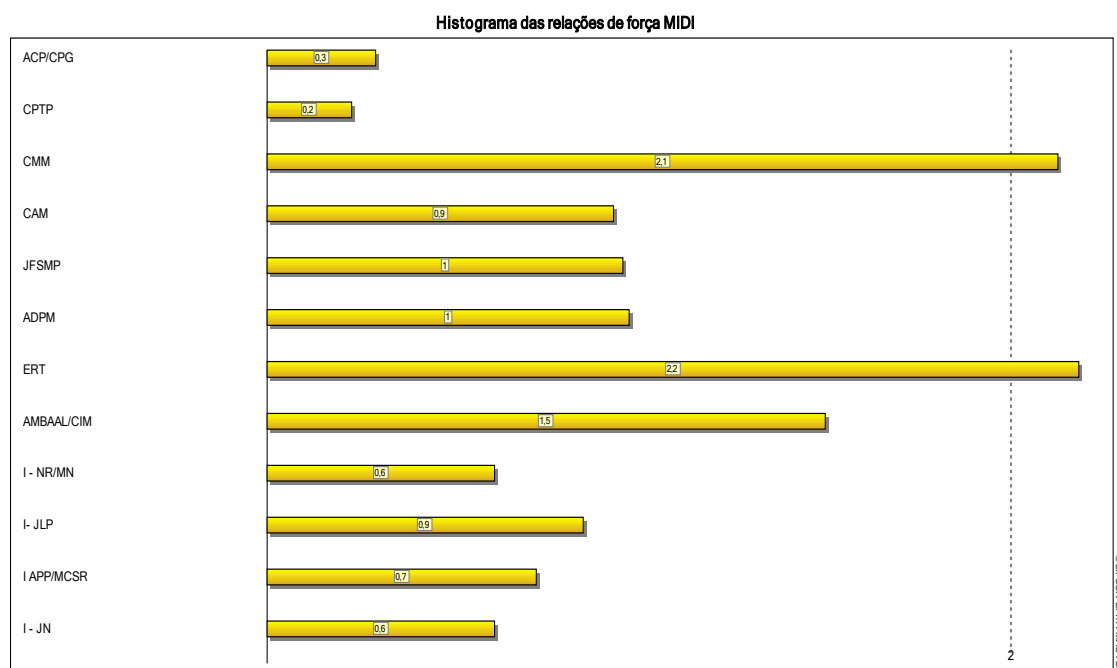
Face ao evidenciado acima, a margem de manobra relativa foi ponderada por via da relação verificada ao nível da influência do ator e o somatório da sua influência e dependência, “pois entre dois atores que tenham a mesma influência relativa, é mais influente o que tiver menor dependência” (Júnior, 2009, p.88)⁶ Deste modo, importa ponderar o coeficiente de relações de força⁷.

Em sintonia com o gráfico nº 38, as relações de força evidenciadas pelos atores neste jogo, são: a Entidade Regional de Turismo (ERT) com uma posição cimeira, uma vez que assume a posição de ator-chave, seguindo-se a Câmara Municipal de Mértola (CMM), a Associação de Municípios do Baixo Alentejo e Alentejo Litoral/Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo (AMBAAL/CIMBAL), a Associação de Defesa do Património de Mértola (ADPM) e num patamar mais baixo, surge a Cooperativa Agrícola de Mértola (CAM).

⁶ Formula calculada automaticamente pelo MACTOR: $S = \sum_i I_i = \sum_j D_j: (I_i - (MADI)_{ii})/S$

⁷ Para o efeito, calcula-se $I_i/(I_i + D_i)$

Gráfico n° 38 -Indicador da relação de força entre atores

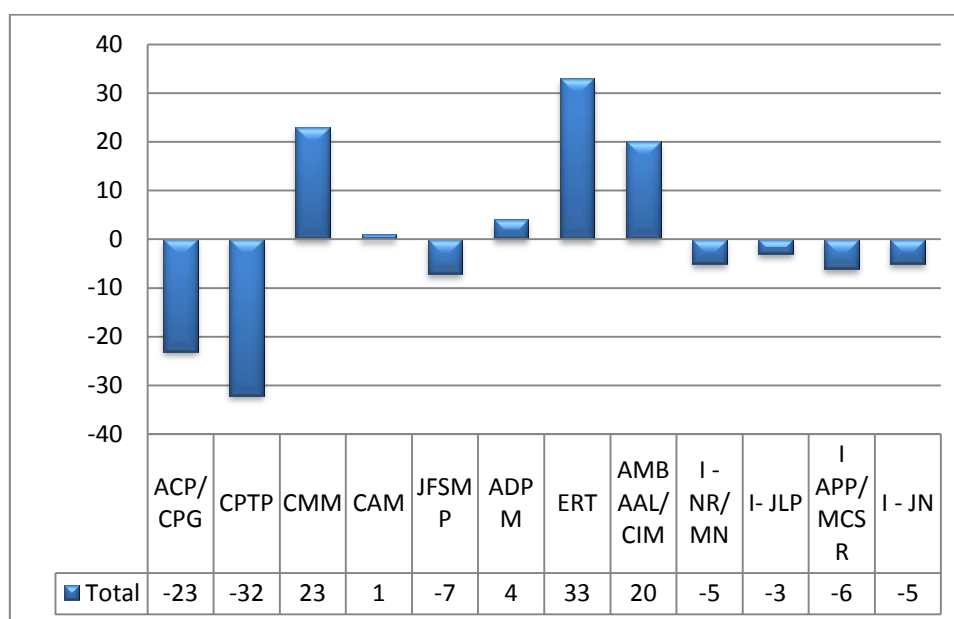


Fonte: MACTOR

2.1.3. Balanço líquido das influências por cada par de atores

Neste momento do exercício mostramos o diferencial de influência direta por cada ator, porque cada ator recebe e exerce influências de forma indireta de segunda grandeza sobre outro ator. Ficamos a saber desse a partir do diferencial que é estabelecido tendo em conta a influência direta e indireta de i sobre j e necessariamente a influência direta e indireta de j sobre i . Concretamente, tal exercício possibilita o conhecimento em termos líquidos, se um ator influencia mais do que é influenciado, ou seja, ficamos a saber os excessos de influência exercida e recebida por cada um dos pares de atores implicados no jogo, em conformidade com o gráfico seguinte, n° 39.

Gráfico n° 39 – Balanço líquido das influências por cada par de atores



Fonte: MACTOR

Em função do gráfico acima, temos no balanço líquido, a Entidade Regional de Turismo (ERT), a Câmara Municipal de Mértola (CMM), a Associação de Municípios do Baixo Alentejo e Alentejo Litoral/Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo (AMBAAL/CIMBAL), a Associação de Defesa do Património de Mértola (ADPM) e a Cooperativa Agrícola de Mértola (CAM).

2.1.4. Matriz de Máxima influência e máxima dependência direta e indireta de cada ator

A matriz em análise, permite-nos identificar o nível máximo de influência direta e indireta que um ator exerce sobre outro. Decorrente desta matriz calculamos dois indicadores, designadamente, indicadores de máxima influência direta e indireta de cada ator (Π_i), a partir do somatório em linha e de máxima dependência direta e indireta de cada ator (δ_i), encontrado a partir do somatório em coluna.

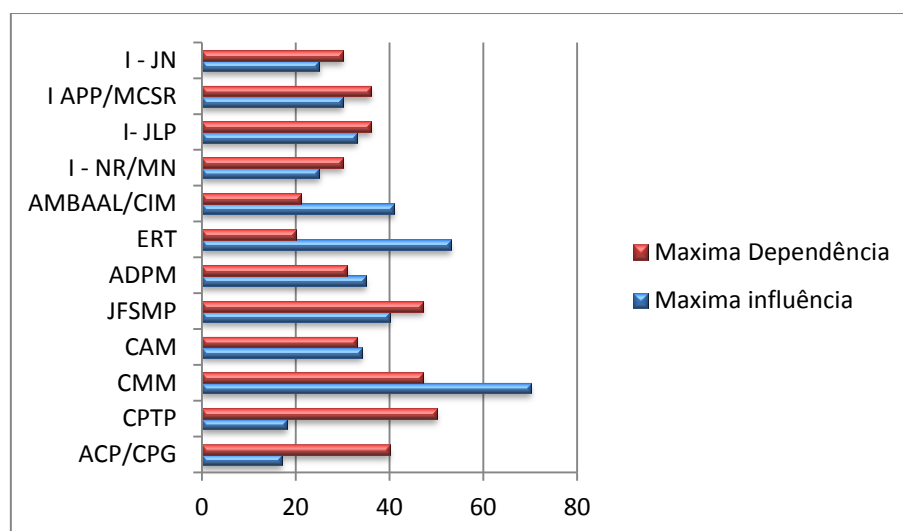
Em função da Matriz de Máxima influência e dependência direta e indireta de cada um dos atores (MA), torna-se possível em função de um coeficiente, calcular o grau de máxima influência e de dependência, quer diretos, quer indiretos, que cada autor tem, obtendo-se deste modo, a medida concreta de força advindas da matriz MA.

Decorrente desta Matriz de Máxima influência e dependência direta e indireta de cada um dos atores (MA), existe uma vantagem associada a esta que se relaciona com o

facto da mesma conseguir manter a escala de valores adotada na codificação das referidas influências diretas que no entanto, haviam sido perdidas na já aludida Matriz de Meios de Ação Diretos e Indiretos (MADI). A metodologia adotada para o cálculo do coeficiente de relações de força r_i^* ⁸, levou ao cálculo de alguns coeficientes associados à Matriz dos máximos de influências diretas e indiretas p_i . Tais coeficientes possibilitaram conhecer o grau de máxima influência e de dependência direta e indireta que detém cada ator. Pois, é sabido que os coeficientes de relações de força, articulam-se com as influências diretas e indiretas totais e com as respetivas dependências diretas e indiretas totais. Atendendo a que $\rho_i = (\Pi_i / \sum_i \Pi_i) \times (\Pi_i / \Pi_i + \partial_i)$, cuja simplificação é dada pelos cálculos do exercício da normalização dos ρ_i , com recurso ao cálculo das suas médias, recorrendo à fórmula: $\rho_i^* = \frac{n\rho_i}{\sum_i \rho_i}$.

Face ao exposto, da análise efetuada, conclui-se que a Entidade Regional de Turismo (ERT), do conjunto dos atores, apresenta a relação de forças de maior evidência ($\rho_7 = 1,70$) que se encontra associada à matriz MA, a qual segue a mesma orientação do valor mais forte da relação de forças associadas à matriz MADI ($R_7 = 2,18$).

Gráfico nº 40 – Máxima influência e máxima dependência direta e indireta de cada ator



Fonte: MACTOR

Da leitura do gráfico acima (nº 40) existem diferenças substancialmente significativas, a ter em consideração a ordenação dos atores no que reporta aos

⁸ $R_i^* = \frac{r_i^l}{r_i^l} = \frac{n r_i^l}{\sum_i r_i^l}$ (citado em Júnior, 2009:288)

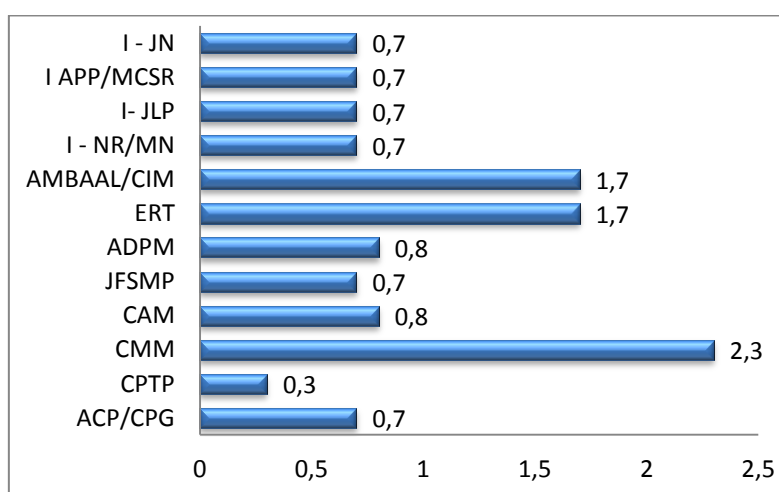
coeficientes de relações de forças entre eles, quando se considera o conjunto das influências e dependências diretas e indiretas (r^*_i) ou mesmo máximas influências, destacam-se a Câmara Municipal de Mértola (CMM), com a maior influência, seguindo-se a Entidade Regional de Turismo (ERT) e a Associação de Municípios do Baixo Alentejo e Alentejo Litoral/Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo (AMBAAL/CIMBAL). Por outro lado, os atores mais dependentes são: o Centro Popular dos Trabalhadores de Penedos (CPTP), A Junta de Freguesia de São Miguel do Pinheiro (JFSMP) e a Câmara Municipal de Mértola (CMM).

Quadro nº 31 - Comparação entre as Relações de Força (R_i) e a Medida Exata de Força (Π_i) de cada ator

	R_i	Π_i
ACP/CPG	0,29	0,7
CPTP	0,23	0,3
CMM	2,13	2,3
CAM	0,93	0,8
JFSMP	0,96	0,7
ADPM	0,98	0,8
ERT	2,18	1,7
AMBAAL/CIM	1,50	1,7
I - NR/MN	0,61	0,7
I- JLP	0,85	0,7
I APP/MCSR	0,72	0,7
I - JN	0,61	0,7

Fonte: MACTOR

Gráfico nº 41 - Medida exata de força de cada ator



Fonte: MACTOR

2.2. Implicação dos atores

Este trabalho de investigação partiu de alguns objetivos norteadores do processo, contudo, estávamos conscientes que os mesmos, não seriam suficientemente capazes de por si só de dar uma visão completa das pretensões deste estudo. Daí, houve a pertinente necessidade de compreender a relação que os atores locais têm com os objetivos estratégicos, essências para encontrar as reflexões estratégicas de desenvolvimento local conducentes à preservação da identidade de Penedos, e deste modo influenciar políticas que alterem o *status quo* vigente baseado no abandono populacional, no envelhecimento e consequentemente no empobrecimento daqueles que ousam teimosamente permanecer no território.

2.2.1. Grau de implicação e mobilização dos atores

No âmbito do jogo de atores, foi colocado aos atores implicados, um rol de objetivos com vista a conhecer a sua maior ou menor implicação, em função do interesse que estes objetivos lhes suscita. Assim, quando tratamos da quantificação da implicação dos atores, tivemos em atenção duas situações:

ou considerava-se apenas a definição de uma posição relativamente a cada objetivo; ou passava-se a ter também em conta a intensidade dessa posição. Em suma com Crozier e Friedberg (1977), entre a estrutura «objetiva» de um problema e a sua solução na ação coletiva, intercala-se uma medição autónoma (...) que impõe as suas próprias exigências e a sua própria lógica” (Marques, 2006, pp.420-421).

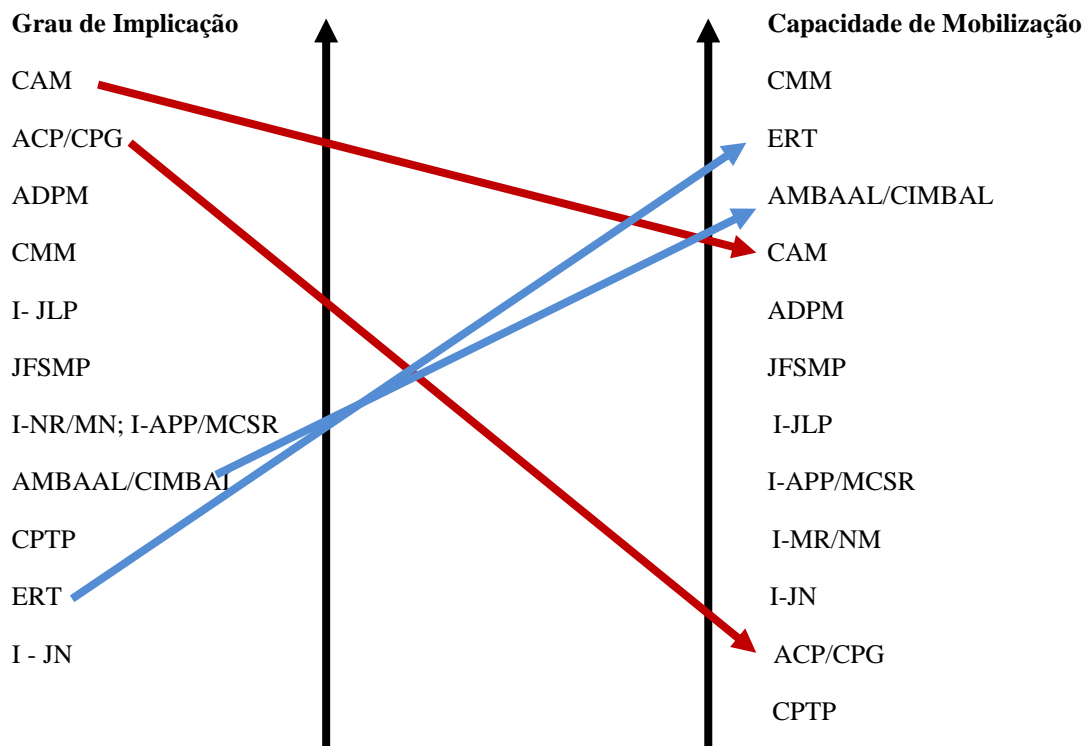
Face ao mencionado, tornou-se necessário recorrer à Matriz 2 MAO, que nos permitiu identificar a posição dos atores mais implicados na respetiva realização, ou não realização dos objetivos em proposta. No entanto, a posição dos atores face aos objetivos através da Matriz 2 MAO, não se revelou concludente, “na medida em que o centro de gravidade do jogo de atores não é colocado em evidência, pelo que se torna pertinente ter em conta as relações de força entre atores e a sua mobilização através dos valores inscritos na matriz 3 MAO” (Godet e Bourse, citado em Marques, 1997, p.421). Daqui decorreu, distinguir os atores considerados como mais influentes e dominantes, sobretudo, no que diz respeito às relações de força. Ainda assim, os atores com maior destaque no que reporta à sua implicação com os objetivos estratégicos, não podem ser considerados atores estratégicos, pois não detêm o poder de relação de forças e o contrário também é verdade, conforme quadro nº 32 e gráfico nº 42.

Quadro nº 32 – Matriz em linha (somatório) 2MAO e 3 MAO para a construção da implicação e mobilização de atores

$\sum I_{2Mao;3Mao}$	Soma absoluta 2 MAO	Soma absoluta 3 MAO
Atores		
ACP/CPG	48,0	14,0
CPTP	39,0	8,9
CMM	45,0	95,8
CAM	50,0	46,7
JFSMP	43,0	41,2
ADPM	47,0	45,9
ERT	37,0	80,7
AMBAAL/CIM	40,0	60,0
I - NR/MN	41,0	25,1
I- JLP	44,0	37,4
I APP/MCSR	41,0	29,7
I - JN	25,0	15,3

Fonte: MACTOR

Gráfico nº 42 - Implicação e Mobilização dos atores



Fonte: MACTOR

Conforme é demonstrado nos quadro nº 32 e gráfico nº 42, os atores tidos como mais implicados são a Cooperativa Agrícola de Mértola (CAM), a Associação de Caçadores de Penedos/ Clube de Pesca de Gorjões (ACP/CPG), a Associação de Defesa do Património de Mértola (ADPM) e a Câmara Municipal de Mértola (CMM). No que se refere à capacidade de mobilização, o cenário muda completamente, pois os atores trocam posições, isto é, a Câmara Municipal de Mértola (CMM), a Entidade Regional de Turismo (ERT) e a Associação de Municípios do Baixo Alentejo e Alentejo Litoral/Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo (AMBAAL/CIMBAL) ocupam os lugares cimeiros, tendo estes atores descolado do grau de implicação, das posições 4, 10 e 8, respetivamente. Relativamente aos restantes atores, os que apresentam a maior descida do grau de implicação para a capacidade de mobilização, são a Associação de Caçadores de Penedos/Clube de Pesca dos Gorjões (ACP/CPG) e a Cooperativa Agrícola de Mértola (CAM), que descem respetivamente, das segunda e primeiras posições para décima segunda e quarta posições. Os outros atores mantêm-se equilibrados, sem grandes descidas ou subidas nos lugares, quer no grau de implicação, quer na capacidade de mobilização.

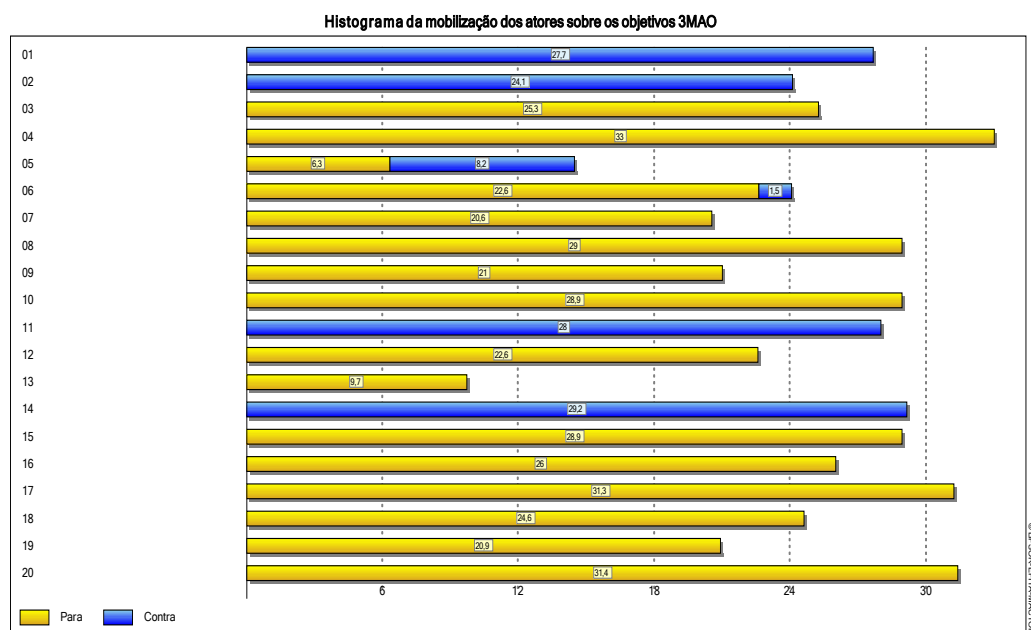
2.3. Grau de mobilização e de conflitualidade entre objetivos

Nesta parte que preside ao nosso trabalho, tornou-se essencial a análise dos objetivos, tal como os critérios subjacentes à sua análise. Desta forma caracterizamos os objetivos por via dos seguintes critérios: por via dos seus graus de conflitualidade e de mobilização. No primeiro caso

existem objetivos consensuais em torno dos quais se travam conflitos mais ou menos intensos, quanto ao segundo, existem objetivos que mobilizam vontades de um pequeno número de atores, com mais ou menos intensidade, e objetivos em torno dos quais se verifica uma mobilização de grande número de atores (Marques, 2006, p.423).

No que concerne aos graus de conflitualidade e mobilização, ainda com Caldas e Perestrelo (2000) e Marques 2007, optamos por considerar: posições simples, ou seja as que estão de acordo, de desacordo ou de mera indiferença que são indicadas pela Matriz 1 MAO; por outro lado, as posições e o seu respetivo grau de intensidade, são apresentadas pela Matriz 2 MAO; e por último as posições relativas ao grau de intensidade, ponderadas pelas relações de força fornecidas pela Matriz 3 MAO, conforme nos ilustra o gráfico seguinte (nº 43).

Gráfico n° 43 - Histograma da mobilização dos atores sobre os objetivos



Do que referimos acima, decorre a necessidade de confrontar as ordenações dos objetivos com cada um dos critérios, consierando-se deste modo o seguinte:

- no que diz respeito aos objetivos de maior conflitualidade, destacamos a estrutura da população residente (O1) , a população ativa afastada da agricultura, pastorícia, comércio e indústria (O2), abandono de tradições (O14) e por último diminuição dos serviços prestados à populações (11), sendo que nas matrizes 1 MAO e 2 MAO a ordem é igual. Contudo, na matriz 3 MAO, estes quatro objetivos também são os primeiros, mas com ordens diferentes. Também são estes objetivos os menos mobilizadores. Os dois primeiros objetivos encontram-se associados ao primeiro Desafio Estratégico (D1): *apostar na agricultura e nas atividades associadas à terra*, enquanto o quarto objetivo está ligado ao segundo Desafio Estratégico (D2): *investir no planeamento, políticas públicas e, formação por forma a criar condições para pmover a atratividade*. Por fim, o terceiro objetivo está associado ao terceiro Desafio Estratégico (D3): valorizar as potencialidades existentes e em potência através da comunicação em rede e *marketing*, com vista a promover o desenvolvimento local e preservar a identidade de Penedos.

- os objetivos que reúnem maior consenso da parte dos atores intervenientes, são o empreendedorismo e recuperação de potencialidades a integrar no processo de

desenvolvimento local (O4) que corresponde ao segundo Desafio Estratégico (D2), já referido que é comum a todas as matrizes. Seguindo-se nas matrizes 2 MAO e 3 MAO, o objetivo designado de produtos locais, materiais e imateriais como promotores da economia local (O20) e que correspondem ao terceiro Desafio Estratégico (D3). Já na matriz 1 MAO, o objetivo que aparece em segundo lugar, intitula-se por unidades industriais ecológicas (O8), que também corresponde ao terceiro Desafio Estratégico (D3), o qual aparece em terceira posição na matriz 2 MAO e em quarto lugar na matriz 3 MAO. Tal leitura resulta, quer do grau de intensidade, quer do grau de intensidade ponderados pelas relações de força dos atores em jogo.

Assim, os objetivos mais consensuais, são também os mais mobilizadores (Matrizes 2 e 3 MAO) – empreendedorismo e recuperação de potencialidades a integrar no processo de desenvolvimento local (O4) e produtos locais materiais e imateriais como promotores da economia local (O20). Pois estes objetivos apresentam uma maior mobilização e também uma maior intensidade, face aos demais objetivos.

Face ao exposto, procedemos ao cruzamento do grau de conflitualidade (muito e pouco conflitual), com o grau de mobilização (muito e pouco mobilizador), podemos seguir a terminologia dos autores já referidos na bibliografia, Caldas e Perestrelo (2000) e Marques (2007) e esboçar a elaboração de uma classificação de quatro grupos, distintos, designadamente:

- 1º grupo) - principais conflitos: neste grupo serão incluídos todos os objetivos que implicam fortemente grande número de atores em sentidos muito contraditórios;
- 2º grupo) - conflitos secundários: consistem nos objetivos que sejam simultaneamente muito conflituosos e que tenham implicação num número reduzido de atores, ou atores pouco relevantes na relação de forças que exercem;
- 3º grupo) – consensos pouco mobilizadores: incluem-se nesta classificação os objetivos que seja simultaneamente pouco ou nada conflituais e que impliquem um número reduzido de atores, ou atores pouco relevantes na relação de forças que estabelecem;

- 4ª grupo) – consensos mobilizadores: são formados pelos objetivos que sejam simultaneamente pouco ou nada conflituais e que impliquem um número importante de atores muito relevantes nas suas relações de forças.

Face ao referido, para a elaboração da síntese produzida no quadro nº 35 (página 219) - *Classificação dos Objectivos segundo o seu grau de mobilização e conflitualidade*, socorremo-nos dos quadros nºs 33 e 34, designados respetivamente, nas páginas 217 e 218.

Assim, no empreendimento desta pesquisa e de acordo com a terminologia já apontada, não encontramos no conjunto dos objetivos, nenhum que fosse concomitantemente muito mobilizador e muito conflituoso, ou seja não detetámos nenhum *conflito principal*, que levásse a que um subgrupo de atores evidenciásse fortes contrariedades entre si.

Quanto aos conflitos secundários, a incidência recai sobre os objetivos que simultaneamente são pouco mobilizadores e muito conflituais, designadamente:

- **(O1)** *Estrutura da população residente* - é expectável que este objetivo se apresente como é muito conflituoso e pouco mobilizador, porque se a população continuar a decrescer e a envelhecer, o caminho da desertificação não tardará em chegar e este destino é indesejado por todos os seus atores, pois, é um problema quase incontornável, logo os atores querem manter a aldeia, mas sabem que a sua mobilização não tem impacto sobre os órgãos de decisão;

- **(O2)** *População ativa afastada da agricultura, pastorícia, comércio e indústria*: os atores locais participantes no estudo foram peremptórios em afirmar que só será possível mudar o rumo que se vive na atualidade, se se apostar numa agricultura virada para as especificidades territoriais, porque conforme as sinópses das entrevistas (Volume II), todos acham que a cultura de pinheiros, só veio beneficiar os donos das terras e mesmo assim, não retiram grandes mais-valias, porque estes pinheiros não ajudam a multiplicar a riqueza almejada para Penedos; defendem o regresso à pastorícia, ao comércio tradicional, baseado nas potencialidades e sobretudo, na transformação dos produtos da terra como o mel, as túberas, os queijos, as ervas aromáticas, entre outros. Este objetivo gera conflito, porque todos os atores implicados

acham que querem mudar o rumo das coisas, mas a sua capacidade de mobilização é fraca;

- **(O11)** *Diminuição dos serviços prestados à população*: numa aldeia onde se retiram os serviços de saúde, médicos, segurança, transporte e outros essenciais à continuidade das pessoas nestes territórios de muito baixa densidade. Daí, os atores locais apresentarem uma posição de conflitualidade com quem comanda os seus destinos, apesar de saberem que podem fazer pouco para alterar o curso dos acontecimentos.

- **(O14)** *Abandono de tradições*: há uma consciência unânime por parte dos intervenientes de que se não se investir nas tradições, a identidade corre o risco de desaparecer, desaparecendo consigo a memória de um povo, a cultura de uma aldeia, daí esta conflitualidade, mas seguramente com tão pouca mobilização;

- **(O5)** *Proliferação da grande propriedade (latifúndio)*: este objetivo, apesar de não ser o mais conflituoso, desencadeia, alguma conflitualidade, sobretudo, porque a grande propriedade não está a ser aproveitada para as especificidades agrícolas e seus derivados de transformação de acordo com as potencialidades destes territórios pobres, mas não desvitalizados. Apenas são aproveitadas para reflorestação de pinheiros e algum aproveitamento cinegético, os atores locais não podem fazer muito, porque as propriedades são privadas e nalguns casos absentistas, daí a fraca mobilização.

No que se reporta aos consensos mobiliadores (pouco conflituosos e muito mobilizadores), destacamos cinco objetivos sobre os quais relectimos seguidamente:

- **(O4)** *Empreendedorismo e recuperação de potencialidades a integrar no processo de desenvolvimento local*: aqui verifica-se uma necessidade por parte dos atores implicados de promover o empreendedorismo através da formação e recuperação das potencialidades existentes e em potência a integrar no processo de desenvolvimento local, como sejam: a paisagem (incluindo a ribeira do Vascão), a terra, os saberes, os sabores, as tradições e a cultura, entre outros. Daqui, decorre que os atores não apresentem uma situação conflituosa sobre uma realidade que importa alterar. Tal facto, merece um elevado grau de mobilização dos atores, logo a aposta pode vencer, se os decisores acederem às vozes dos atores locais territorializados, de que em Penedos pode haver futuro.

- **(O20)** *Produtos locais materiais e imateriais como promotores da economia local*: é natural no âmbito do *status quo* vigente que uma terra pobre em população e em recursos, não espere muito de quem comande os seus destinos, mas, é precisamente nestas diferenças, que os seus atores acreditam - os territórios de muito baixa densidade podem ser uma vantagem competitiva e diferenciadora, porque se pode oferecer o que está a desaparecer, eis que aqui reside um fator do novo desenvolvimento alternativo (sustentável), aos modelos que têm sido seguidos e que em nada favoreceram estes territórios, com o Penedos. Logo, este objetivo é apresentado pelos atores como muito mobilizador, porque acreditam que os seus produtos locais - túberas, ervas aromáticas, mel, queijos e outros, os quais podem contribuir para melhorar a vida dos que cá estão e dos que futuramente possam ter a oportunidade de escolher este local e outros locais como este, para viver.

- **(O17)** *Instrumentos de política local, regional, nacional e comunitário*: estes instrumentos, ainda que cheguem a um ritmo muito lento, são sempre bem vindos pelos atores. Todavia, desconfiam, porque sabem que *ninguém dá nada a ninguém*. No entanto, o objetivo é de encorajar porque se se aproveitarem racionalmente os fundos e se as pessoas beneficiárias forem acompanhados com os esclarecimentos necessários à sua devida aplicação, podem contribuir para multiplicar a riqueza nestas terras. Logo, é muito mobilizador e pouco conflituoso, porque é fundamental aproveitar os instrumentos colocados à disposição de projetos para promover o desenvolvimento local.

- **(O8)** *Unidades industriais ecológicas*: este objetivo revela uma grande mobilização da parte dos atores no sistema e compreensivamente, não evidencia conflitualidades dignas de registo, porque uma das potencialidades por explorar nestes territórios são as energias limpas, sobretudo, o sol e o vento, até agora sem qualquer aproveitamento. Contudo, durante o ano de 2013 a energia eólica começou a ser objeto de exploração e de investimento no território, o que foi recebida com muito agrado, apesar de haver alguma desconfiança sobre a localização dos equipamentos (isto é, acerca dos critérios de escolha das propriedades para a instalação destes porque os seus proprietários recebem uma renda mensal que pode ascender a seiscentos euros, conforme sinópsse das entrevistas (Volume II). As pessoas acreditam que este aproveitamento pode contribuir para um relativo rejuvenescimento, sobretudo, económico de Penedos e territórios vizinhos.

- (O10) *As estratégias de desenvolvimento*: apesar de um conjunto significativo de atores não conhecer bem os instrumentos de planeamento e desenvolvimento colocadas ao serviço do território, não invalida que os mesmos desejem uma grande mobilização em torno das estratégias de desenvolvimento que possam contribuir para melhorar a vida nestas terras de grande abandono populacional, com várias implicações sociais, económicas, culturais, políticas, religiosas, entre outras. Ou seja, há uma grande mobilização em torno de saber - *o que será Penedos no futuro* - uma aldeia com pessoas, serviços de proximidade (escola, médico, segurança, apoio a idosos, etc.,) que seja aproveitada a agricultura, adequada às suas especificidades, bem como outras potencialidade endógenas que facilitem a atração turística pela aldeia, logo não há conflitualidade porque todos querem salvar a sustentabilidade da sua terra e querem acreditar nas novas reflexões estratégicas de desenvolvimento local para preservar a identidade de Penedos.

- (O15) *Fomentar traços culturais, para garantir a sustentabilidade da identidade*: os atores estão mobilizados em torno de um objetivo que constitui um sinal de esperança para Penedos. Pois, não evidenciam qualquer sinal de conflitualidade, porque todos querem que as novas tecnologias como a *internet*, as redes sociais e outras formas de interatividade comunicacional possam colocar Penedos no mapa do conhecimento cultural e territorial, porque se as pessoas conhecerem o que existe e o que se faz, veem visitar o local e isto dá força à preservação da identidade, onde o turismo pode ter um papel preponderante.

Por último detivemo-nos nos conflitos pouco mobilizadores (fraca mobilização e reduzida conflitualidade), analisando para o efeito os seguintes objetivos:

- (O13) *A Junta de Colonização Interna (JCI)*: este objetivo, apesar de estar de certa forma associado à primeira revolução estrutural que aconteceu em Penedos e talvez a única, aliás, como já lhe dedicamos um capítulo no âmbito do *estado da arte*. Com o projeto da JCI, nasceu uma esperança no final dos anos sessenta – foi construída uma igreja, o Centro Popular dos Trabalhadores de Penedos (CPTP), a par de um conjunto de infraestruturas de saneamento e bem-estar, quer nas habitações, quer no recreio e lazer. Todavia, este projeto não chegou ao fim e gerou na altura uma certa controvérsia entre os habitantes da aldeia. Daí, que o tema não seja, nem mobilizador

nem conflitual, par além de alguns autores não conhecerem bem o projeto e outros até não quererem aprofundá-lo em detalhe.

- **(O9)** *Existência de Planeamento*: este objeto revela-se pouco conflitual e pouco mobilizador, porque os atores desconhecem, na sua maior parte, a verdadeira natureza destes instrumentos de planeamento, achando alguns deles que os mesmos não lhes são acessíveis. Ainda, que saibam alguns atores que o planeamento existente pode ser importante para promover o desenvolvimento do território. Dos atores que conhecem estes instrumentos de planeamento, alguns, consideram, com por exemplo o Plano de Desenvolvimento Municipal está desatualizado e não se adequa à realidade, são morosos e caros.

- **(O6)** *Proximidade do Parque Natural do Vale do Guadiana*: esta temática não se mostra emergente (é pouco mobilizadora) por uma parte considerável de atores, pois, há uma certa desconfiança relativamente a alguns condicionalismos impostos por estas classificações. Todavia, não merece por parte destes atores, grande conflitualidade. São os atores, essencialmente individuais, mas não exclusivos, que resistem mais às mais-valias que possam surgir do Parque. No entanto, os atores institucionais sobretudo, os regionais e os da sede de concelho - Mértola, lutam acerrimamente pela sua crença no Parque Natural do Vale do Guadiana (PNVG) como fator de desenvolvimento.

- **(O12)** *Visão estratégica de futuro*: neste objetivo, que se manifestou não só pouco mobilizador, com também pouco conflitual, cuja incidência por parte dos atores recaiu essencialmente na necessidade de algumas infraestruturas, essencialmente, de apoio a idosos, como lares e outras formas de apoio às pessoas residentes. Contudo, não se verificou uma posição muito concertada pelos pares dos atores. Por outro lado, ainda foi referido pelos intervenientes, acerca da necessidade de serem recuperados alguns serviços de proximidade retirados à população, essenciais para garantir alguma qualidade de vida a estas populações, muito envelhecidas e abandonadas.

Quadro nº 33 – Ordenação dos objectivos segundo o grau de mobilização

	1 MAO	2 MAO	3 MAO
+ mobilizador	<p>O4 Empreendedorismo e recuperação de potencialidades a integrar no processo de desenvolvimento local; O8 Unidades industriais ecológicas; O15 Fomentar traços culturais, para garantir a sustentabilidade da identidade; O16 Interseção num nó de centralidade/Algarve/Andaluzia/Rio Guadiana/Aeroportos de Beja e Faro; O18 Comunicação /Divulgação das potencialidades/Redes sociais; O19 Efeito de retração da população; O20 Produtos locais materiais e imateriais como promotores da economia local.</p> <p>O3 - Novos setores de atividade; O7 Integração na Faixa Piritosa Ibérica; O10 As estratégias de desenvolvimento; O17 Instrumentos de política local, regional, nacional e comunitário.</p> <p>O12 Visão estratégica de futuro</p> <p>O6 Proximidade do Parque Natural do Vale do Guadiana; O9 Existência de Planeamento</p> <p>O13 A Junta de Colonização Interna</p> <p>O5 Proliferação da grande propriedade (latifúndio)</p> <p>O1 Estrutura da população residente; O2 População ativa afastada da agricultura, pastorícia, comércio e indústria; O11 Diminuição dos serviços prestados à população; O14 Abandono de Tradições</p>	<p>O4 Empreendedorismo e recuperação de potencialidades a integrar no processo de desenvolvimento local; O20 Produtos locais materiais e imateriais como promotores da economia local</p> <p>O8 Unidades industriais ecológicas; O15 Fomentar traços culturais, para garantir a sustentabilidade da identidade; O17 Instrumentos de política local, regional, nacional e comunitário</p> <p>O3 Novos setores de atividade; O10 As estratégias de desenvolvimento; O16 Interseção num nó de centralidade/Algarve/Andaluzia/Rio Guadiana/Aeroportos de Beja e Faro; O18 Comunicação /Divulgação das potencialidades/Redes sociais</p> <p>O7 Integração na Faixa Piritosa Ibérica; O12 Visão estratégica de futuro O19 Efeito de retração da população</p> <p>O6 Proximidade do Parque Natural do Vale do Guadiana; O9 Existência de Planeamento; O13 A Junta de Colonização Interna</p> <p>O5 Proliferação da grande propriedade (latifúndio)</p> <p>O1 Estrutura da população residente; O2 População ativa afastada da agricultura, pastorícia, comércio e indústria; O11 Diminuição dos serviços prestados à população; O14 Abandono de Tradições</p>	<p>O4 Empreendedorismo e recuperação de potencialidades a integrar no processo de desenvolvimento local</p> <p>O20 Produtos locais materiais e imateriais como promotores da economia local</p> <p>O17 Instrumentos de política local, regional, nacional e comunitário</p> <p>O8 Unidades industriais ecológicas</p> <p>O10 As estratégias de desenvolvimento; O15 Fomentar traços culturais, para garantir a sustentabilidade da identidade</p> <p>O16 Interseção num nó de centralidade/Algarve/Andaluzia/Rio Guadiana/Aeroportos de Beja e Faro</p> <p>O3 Novos setores de atividade</p> <p>O18 Comunicação /Divulgação das potencialidades/Redes sociais</p> <p>O12 Visão estratégica de futuro; O6 Proximidade do Parque Natural do Vale do Guadiana</p> <p>O9 Existência de Planeamento</p> <p>O19 Efeito de retração da população</p> <p>O7 Integração na Faixa Piritosa Ibérica</p> <p>O13 A Junta de Colonização Interna</p> <p>O5 Proliferação da grande propriedade (latifúndio)</p> <p>O1 Estrutura da população residente; O2 População ativa afastada da agricultura, pastorícia, comércio e indústria</p> <p>O11 Diminuição dos serviços prestados à população; O14 Abandono de Tradições</p>
- Mobilizador			

Fonte: Matrizes 1,2,3, MAO, MACTOR

Quadro nº 34 – Ordenação dos Objectivos segundo o grau de conflitualidade

+ Conflitual

1 MAO	2 MAO	3 MAO
<p>O1 Estrutura da população residente; O2 População ativa afastada da agricultura, pastorícia, comércio e indústria; O14 Abandono de Tradições</p> <p>O11 Diminuição dos serviços prestados à população</p> <p>O5 Proliferação da grande propriedade (latifúndio)</p> <p>O6 Proximidade do Parque Natural do Vale do Guadiana</p> <p>O3 Novos setores de atividade; O4 Empreendedorismo e recuperação de potencialidades a integrar no processo de desenvolvimento local; O7 Integração na Faixa Piritosa Ibérica; O8 Unidades industriais ecológicas; O9 Existência de Planeamento; O10 As estratégias de desenvolvimento; O12 Visão estratégica de futuro; O13 A Junta de Colonização Interna; O15 Fomentar traços culturais, para garantir a sustentabilidade da identidade; O16 Interseção num nó de centralidade/Algarve/Andaluzia/Rio Guadiana/Aeroportos de Beja e Faro; O17 Instrumentos de política local, regional, nacional e comunitário; O18 Comunicação /Divulgação das potencialidades/Redes sociais; O19 Efeito de retração da população; O20 Produtos locais materiais e imateriais como promotores da economia local.</p>	<p>O1 Estrutura da população residente; O2 População ativa afastada da agricultura, pastorícia, comércio e indústria; O14 Abandono de Tradições; O11 Diminuição dos serviços prestados à população</p> <p>O5 Proliferação da grande propriedade (latifúndio)</p> <p>O6 Proximidade do Parque Natural do Vale do Guadiana</p> <p>O3 Novos setores de atividade O4 Empreendedorismo e recuperação de potencialidades a integrar no processo de desenvolvimento local; O7 Integração na Faixa Piritosa Ibérica; O8 Unidades industriais ecológicas; O9 Existência de Planeamento; O10 As estratégias de desenvolvimento; O12 Visão estratégica de futuro; O13 A Junta de Colonização Interna; O15 Fomentar traços culturais, para garantir a sustentabilidade da identidade; O16 Interseção num nó de centralidade/Algarve/Andaluzia/Rio Guadiana/Aeroportos de Beja e Faro; O17 Instrumentos de política local, regional, nacional e comunitário; O18 Comunicação /Divulgação das potencialidades/Redes sociais; O19 Efeito de retração da população; O20 Produtos locais materiais e imateriais como promotores da economia local.</p>	<p>O14 Abandono de Tradições</p> <p>O11 Diminuição dos serviços prestados à população</p> <p>O1 Estrutura da população residente</p> <p>O2 População ativa afastada da agricultura, pastorícia, comércio e indústria</p> <p>O5 Proliferação da grande propriedade (latifúndio)</p> <p>O6 Proximidade do Parque Natural do Vale do Guadiana</p> <p>O3 Novos setores de atividade O4 Empreendedorismo e recuperação de potencialidades a integrar no processo de desenvolvimento local; O7 Integração na Faixa Piritosa Ibérica; O8 Unidades industriais ecológicas; O9 Existência de Planeamento; O10 As estratégias de desenvolvimento; O12 Visão estratégica de futuro; O13 A Junta de Colonização Interna; O15 Fomentar traços culturais, para garantir a sustentabilidade da identidade; O16 Interseção num nó de centralidade/Algarve/Andaluzia/Rio Guadiana/Aeroportos de Beja e Faro; O17 Instrumentos de política local, regional, nacional e comunitário; O18 Comunicação /Divulgação das potencialidades/Redes sociais; O19 Efeito de retração da população; O20 Produtos locais materiais e imateriais como promotores da economia local.</p>

- Conflitual

Fonte: Matrizes 1,2,3, MAO, MACTOR

Quadro nº 35 – Classificação dos objectivos segundo o seu grau de mobilização e conflitualidade

	Muito Conflitual	Pouco Conflitual
Muito Mobilizador	Principal Conflito	<p>O4 - Empreendedorismo e recuperação de potencialidades a integrar no processo de desenvolvimento local</p> <p>O20 - Produtos locais materiais e imateriais como promotores da economia local</p> <p>O17 - Instrumentos de política local, regional, nacional e comunitário</p> <p>O8 - Unidades industriais ecológicas; O10 - As estratégias de desenvolvimento</p> <p>O15 - Fomentar traços culturais, para garantir a sustentabilidade da identidade</p> <p>Consensos Mobilizadores</p>
Pouco Mobilizador	<p>- O1 Estrutura da população residente</p> <p>- O2 População ativa afastada da agricultura, pastorícia, comércio e indústria</p> <p>- O11 Diminuição dos serviços prestados à população</p> <p>- O14 Abandono de Tradições</p> <p>- O5 Proliferação da grande propriedade (latifúndio)</p> <p>Conflitos Secundários</p>	<p>O13 - A Junta de Colonização Interna</p> <p>O9 - Existência de Planeamento</p> <p>O6 - Proximidade do Parque Natural do Vale do Guadiana</p> <p>O12 - Visão estratégica de futuro</p> <p>Consensos pouco Mobilizadores</p>

Fonte: quadros nºs 33 e 34

2.4. Das convergências e divergências dos atores ao posicionamento dos atores: suas alianças e conflitos

Neste exercício, o nosso objetivo visou a identificação das eventuais alianças e situações de conflito entre os diferentes atores. Pois, o MACTOR possibilitou-nos a construção de matrizes, tanto de convergência, como de divergência entre atores e decorrente dessa correlação, torna-se possível identificar grupos estratégicos de atores.

2.4.1. Matriz de divergências entre atores

Se partirmos da permissa que existe um nível de conflitualidade entre os diversos atores, ou seja entre o ator *i* e o ator *j* em relação ao objetivo *k* apoiamo-nos na 2 MAO para se obter o cálculo da Matriz Valorizada de Divergências Atores x Atores

(2 DAA) “que mais não é do que o resultado da semi-amplitude do conjunto das divergências existentes entre os diferentes atores face aos vários objetivos que lhe foram propostos” (Marques, 2006, p.432). Assim, procedemos ao somatório das medidas dos objetivos em situação de conflito, permitindo realmente determinar o nível de divergência verificado entre um par de atores, face ao conjunto dos objetivos propostos. Todavia, importa assinalar que os dados fornecidos pela matriz em apreço, não nos fornece o valor exato dos potenciais conflitos, mas sobretudo, a intensidade da conflitualidade verificada em cada par de atores implicados no jogo, bem como as formas como hierarquizaram os objetivos. Logo, podemos considerar a matriz em apreço (quadro nº 36) como simétrica.

Quadro nº 36– Matriz Valorizada de Divergência Actores x Atores (2 DAA)

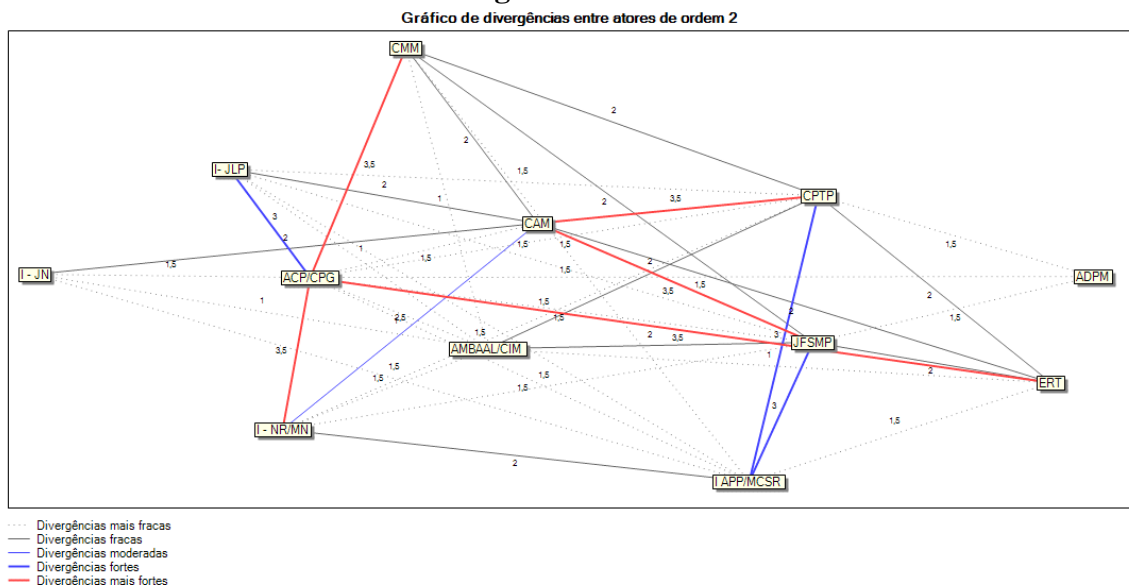
2DAA	ACP/CPG	CPTP	CMM	CAM	JFSMP	ADPM	ERT	AMBAAL/CIM	I - NR/MN	I - JLP	I APP/MCSR	I - JN
ACP/CPG	0,0	1,5	3,5	1,5	1,5	1,5	3,5	1,0	3,5	3,0	1,5	1,5
CPTP	1,5	0,0	2,0	3,5	0,0	1,5	2,0	2,0	1,5	1,5	3,0	0,0
CMM	3,5	2,0	0,0	2,0	2,0	0,0	0,0	1,0	0,0	0,0	1,5	0,0
CAM	1,5	3,5	2,0	0,0	3,5	0,0	2,0	0,0	2,5	2,0	0,0	2,0
JFSMP	1,5	0,0	2,0	3,5	0,0	1,5	2,0	2,0	1,5	1,5	3,0	0,0
ADPM	1,5	1,5	0,0	0,0	1,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
ERT	3,5	2,0	0,0	2,0	2,0	0,0	0,0	1,0	0,0	0,0	1,5	0,0
AMBAAL/CIM	1,0	2,0	1,0	0,0	2,0	0,0	1,0	0,0	1,5	1,0	0,0	1,0
I - NR/MN	3,5	1,5	0,0	2,5	1,5	0,0	0,0	1,5	0,0	0,0	2,0	0,0
I - JLP	3,0	1,5	0,0	2,0	1,5	0,0	0,0	1,0	0,0	0,0	1,5	0,0
I APP/MCSR	1,5	3,0	1,5	0,0	3,0	0,0	1,5	0,0	2,0	1,5	0,0	1,5
I - JN	1,5	0,0	0,0	2,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0	0,0	1,5	0,0
Número de divergências	23,5	18,5	12,0	19,0	18,5	4,5	12,0	10,5	12,5	10,5	15,5	6,0
Grau de divergência (%)	3,2											

© LIPSOR-EPITA-MACTOR

Fonte: MACTOR

Quando calculamos por via do MACTOR, a Matriz Valorizada de Divergências Atores x Atores (2 DAA), esta dá-nos um limiar de divergências, isto é, a partir do grau de divergência, podemos verificar que existe realmente uma incompatibilidade entre os vários atores. Na pesquisa em presença, podemos verificar que o nível de divergência entre os atores é de 3,2%, o que demonstra que estes apresentam um nível de proximidade, ainda que os atores Entidade Regional de Turismo (ERT) e o Individual-José Nunes (I-JN) se apresentem mais próximos do nível médio de divergências, em conformidade com o gráfico que se segue (nº 44).

Gráfico nº 44 – Divergências entre atores de 2ª ordem



Fonte: MACTOR

O gráfico nº 44, revela-nos as divergências de segunda ordem, onde as dissonâncias mais representativas, porque são mais fortes, são verificadas entre a Câmara Municipal de Mértola (CMM) e a Associação de Caçadores e Penedos/Clube de Pesca dos Gorjões (ACP/CPG) e entre este e os atores individuais – Natércia Ramos/Madalena Nunes (I-NR/MN). Por outro lado, também existem relações de divergência fortes entre a Associação de Caçadores e Penedos/Clube de Pesca dos Gorjões (ACP/CPG) e a Junta de Freguesia de São Miguel do Pinheiro (JFSMP) e a Entidade Regional de Turismo (ERT). Neste âmbito, importa ainda colocar em evidência as relações de divergência fortes, existentes entre o Centro popular dos Trabalhadores de Penedos (CPTP) e a Cooperativa Agrícola de Mértola (CAM) e entre esta e a Junta de Freguesia de São Miguel do Pinheiro (JFSMP). Quanto às divergências tidas como importantes, elas verificam-se entre o ator Individual - Jacinto Lourenço Pereira (I-JLP) e a Associação de Caçadores de Penedos/Clube de Pesca de Gorjões (ACP/CPG).

Posteriormente, procedemos por via do MACTOR, à elaboração da Matriz Valorizada e Ponderada de Divergências Atores x Atores (3 DAA), por forma a identificarmos “a intensidade média de cada par de atores na situação em que dois atores se encontram em oposição face a um determinado objetivo” (Marques, 2006, p.434). A matriz em presença, à semelhança da anterior também se apresenta como simétrica “apresenta valores que medem a intensidade desses conflitos quando as hierarquias de objetivos que foram estabelecidos por cada par de atores se encontram

em oposição, assim como revela as relações de força existentes entre eles” (Marques, 2006, pp.434).

De acordo com o quadro nº 37, podemos dizer que o grau de divergência entre atores, está associado às posições valorizadas ponderadas que revelam de uma forma geral a percentagem das divergências existentes no cômputo dos vários atores sobre os objetivos que lhe foram propostos. Assim, no estudo em apreço, o grau de divergência é de 0%. Logo, os atores com maiores divergências globais, são: a Junta de Freguesia de Freguesia de São Miguel do Pinheiro (JFSMP) com 20,20%, a Associação de Caçadores de Penedos/Clube de Pesca dos Gorjões (ACP/CPG) regista 18,60% e a Entidade Regional de Turismo (ERT) apresenta 18,10%. Quanto aos atores com menores divergências são a Associação de Defesa do Património de Mértola (ADPM) e o Individual - José Nunes, com 3,7% e 4,4%, respetivamente.

Quadro nº 37 – Matriz Valorizada e Ponderada de Divergências Atores x Atores (3 DAA)

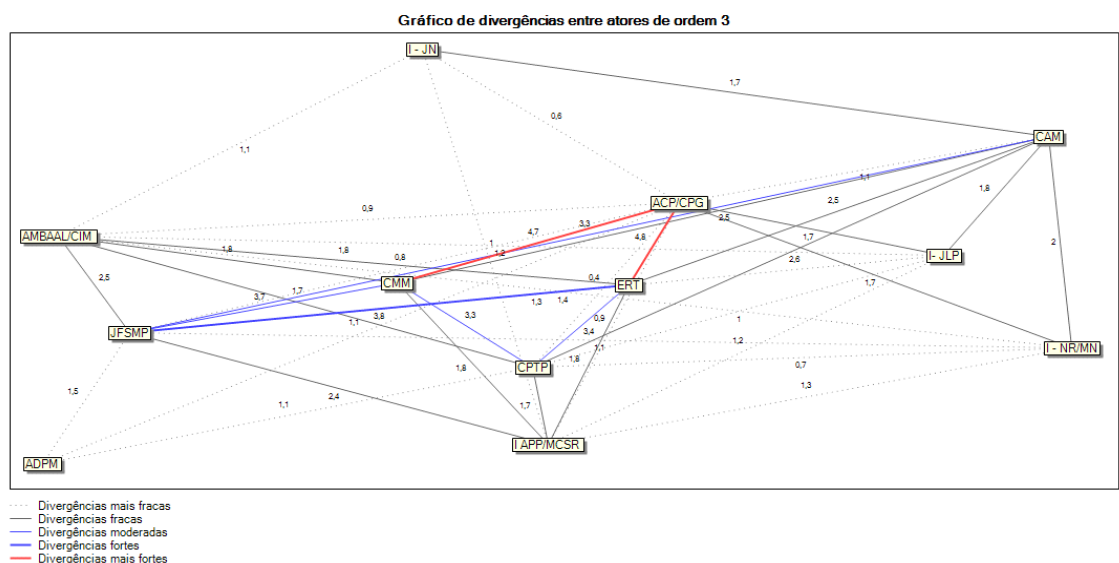
3DAA	ACP/CPG	CPTP	CMM	CAM	JFSMP	ADPM	ERT	AMBAAL/CIM	I - NR/MN	I - JLP	I APP/MCSR	I - JN
ACP/CPG	0,0	0,4	4,7	1,1	0,8	1,1	4,8	0,9	1,7	1,7	0,9	0,6
CPTP	0,4	0,0	3,3	2,6	0,0	1,1	3,4	1,7	0,7	1,0	1,7	0,0
CMM	4,7	3,3	0,0	2,5	3,7	0,0	0,0	1,8	0,0	0,0	1,8	0,0
CAM	1,1	2,6	2,5	0,0	3,3	0,0	2,5	0,0	2,0	1,8	0,0	1,7
JFSMP	0,8	0,0	3,7	3,3	0,0	1,5	3,8	2,5	1,1	1,3	2,4	0,0
ADPM	1,1	1,1	0,0	0,0	1,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
ERT	4,8	3,4	0,0	2,5	3,8	0,0	0,0	1,8	0,0	0,0	1,8	0,0
AMBAAL/CIM	0,9	1,7	1,8	0,0	2,5	0,0	1,8	0,0	1,4	1,2	0,0	1,1
I - NR/MN	1,7	0,7	0,0	2,0	1,1	0,0	0,0	1,4	0,0	0,0	1,3	0,0
I - JLP	1,7	1,0	0,0	1,8	1,3	0,0	0,0	1,2	0,0	0,0	1,2	0,0
I APP/MCSR	0,9	1,7	1,8	0,0	2,4	0,0	1,8	0,0	1,3	1,2	0,0	1,0
I - JN	0,6	0,0	0,0	1,7	0,0	0,0	0,0	1,1	0,0	0,0	1,0	0,0
Número de divergências	18,6	15,8	17,7	17,4	20,2	3,7	18,1	12,3	8,2	8,2	12,1	4,4
Grau de divergência (%)	0,0											

© LIPSOR-EPTA-MACTOR

Fonte: MACTOR

Em conformidade com o gráfico nº 45, as divergências entre atores de 3ª ordem, com mais impacto, verificam-se entre os pares de atores: Câmara Municipal de Mértola (CMM) e a Associação de Caçadores de Penedos/Clube de Pesca dos Gorjões (ACP/CPG), cuja intensidade de divergência e de relação de forças é de 4,7%, a Associação de Caçadores de Penedos/Clube de Pesca dos Gorjões (ACP/CPG) e a Entidade Regional de Turismo (ERT), evidenciam uma intensidade divergente de 4,8%.

Gráfico nº 45 – Divergências entre atores de 3ª ordem



Fonte: MACTOR

2.4.2. Matriz de convergências entre atores

À semelhança da Matriz 2 DAA, a Matriz Valorizada de Convergências Atores x Atores 2 MAO (quadro nº 38), permitiu-nos conhecer o cálculo da intensidade média das convergências por cada par de atores que tenham as mesmas posições, quer favoráveis, quer desfavoráveis, face ao mesmo objetivo. A matriz inscrita no quadro nº 38, não nos permite conhecer o quantitativo de alianças em potência entre os atores, contudo, possibilita-nos saber da intensidade dessas mesmas alianças, por cada par de atores, relativamente à hierarquia dos objetivos que haviam sido propostos. Pois, à semelhança das matrizes anteriores, também esta se apresenta como simétrica.

Quadro nº 38 – Matriz Valorizada de Convergências Atores x Atores (2 CAA)

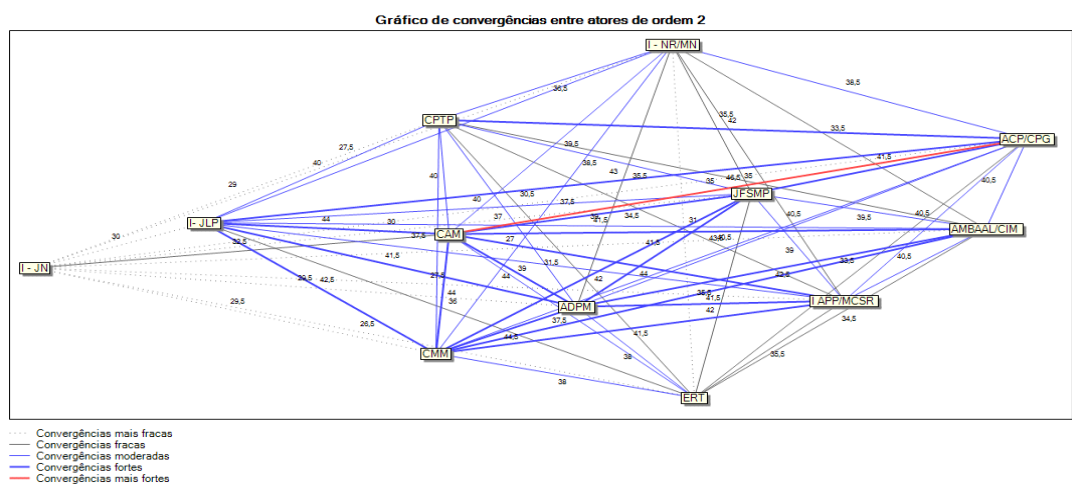
2CAA	ACP/CPG	CPTP	CMM	CAM	JFSMP	ADPM	ERT	AMBAAL/CIM	I - NR/MN	I - JLP	I APP/MCSR	I - JN
ACP/CPG	0,0	42,0	40,5	46,5	41,5	40,5	33,5	40,5	38,5	43,0	40,5	30,5
CPTP	42,0	0,0	37,5	40,0	38,5	37,0	31,5	35,0	36,5	40,0	34,5	29,0
CMM	40,5	37,5	0,0	44,0	42,0	44,5	38,0	41,5	37,5	42,5	41,5	29,5
CAM	46,5	40,0	44,0	0,0	41,5	44,0	37,5	43,5	39,5	44,0	44,0	32,5
JFSMP	41,5	38,5	42,0	41,5	0,0	41,5	35,5	39,5	35,5	40,0	39,0	30,0
ADPM	40,5	37,0	44,5	44,0	41,5	0,0	38,0	42,5	35,5	41,5	42,0	29,5
ERT	33,5	31,5	38,0	37,5	35,5	38,0	0,0	34,5	31,0	36,0	35,5	26,5
AMBAAL/CIM	40,5	35,0	41,5	43,5	39,5	42,5	34,5	0,0	33,5	39,0	40,5	27,0
I - NR/MN	38,5	36,5	37,5	39,5	35,5	35,5	31,0	33,5	0,0	40,0	35,0	27,5
I - JLP	43,0	40,0	42,5	44,0	40,0	41,5	36,0	39,0	40,0	0,0	39,0	30,0
I APP/MCSR	40,5	34,5	41,5	44,0	39,0	42,0	35,5	40,5	35,0	39,0	0,0	27,5
I - JN	30,5	29,0	29,5	32,5	30,0	29,5	26,5	27,0	27,5	30,0	27,5	0,0
Número de convergências	437,5	401,5	439,0	457,0	424,5	436,5	377,5	417,0	390,0	435,0	419,0	319,5
Grau de convergência (%)	96,8											

Fonte: MACTOR

A Matriz Valorizada de Convergências Atores x Atores 2 CAA (exposta atrás no quadro nº38), permite-nos conhecer o grau de convergência que está associado às respetivas posições valorizadas, as quais mostram em termos globais, o valor percentual das convergências da totalidade do grupo de atores sobre a totalidade dos objetivos que foram propostos. Deste modo, no trabalho em curso, atestamos que o grau de convergência revelado pela 2 CAA foi de 96,80%, ou seja, não encontramos valores abaixo desta média, portanto, não estamos perante um jogo de atores com potencialidades para o conflito. O ator com o maior somatório de convergências é a Cooperativa Agrícola de Mértola (CAM).

No gráfico nº 46, constata-se que as convergências mais importantes, porque são as mais fortes (46,5%), são estabelecidas entre a Associação de Caçadores de Penedos/Clube de Pesca dos Gorjões (ACP/CPG) e a Cooperativa Agrícola de Mértola (CAM). Quanto ao nível de relações tidas como fortes, elas são verificadas entre Associação de Caçadores de Penedos (Clube de Pesca de Gorjões (ACP/CPG) com o ator Individual – Jacinto Lourenço Pereira (I-JLP), com o Centro Popular dos Trabalhadores de Penedos (CPTP) e também com a Junta de Freguesia de São Miguel do Pinheiro (JFSMP). Por seu turno, a Cooperativa Agrícola de Mértola (CAM), estabelece relações importantes e com o mesmo nível de intensidade (44%) com a Câmara Municipal de Mértola (CMM), com a Associação de Defesa do Património de Mértola (ADPM), com o ator Individual – Jacinto Lourenço Pereira (I-JLP) e a atora Individual – Antiga Professora Primária/ Maria do Carmo Soares Rodrigues (I-APP/MCSR).

Gráfico nº 46 - Convergências entre atores de 2ª ordem



Fonte: MACTOR

Por forma a identificarmos a intensidade média de cada par de atores, ou seja, quando dois atores se encontram em convergência face a um determinado objetivo (ambos de acordo ou ambos em oposição), recorremos à Matriz Valorizada de Convergências Atores x Atores (3 CAA) - quadro nº 39, que à semelhança da última matriz exposta, também é simétrica, pois revela-nos valores que medem a intensidade das alianças por cada par de atores, bem como as hierarquias dos objetivos e ainda a relação de forças que entre eles existem.

A Matriz em referência, através do MACTOR, disponibiliza-nos os dados alusivos ao grau de convergência associado às posições valorizadas, que nos fornece o nível percentual de convergências dos atores sobre os objetivos propostos. Assim, o grau de convergência no exercício em apreço é de 0,0%. Sendo que o maior número de convergências recai na Câmara Municipal de Mértola (CMM), seguindo-se a Entidade Regional de Turismo (ERT) e a Associação de Municípios do Baixo Alentejo e Alentejo Litoral/Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo (AMBAAL/CIMBAL). Com o menor número de convergência encontramos no final da tabela, o Centro Popular dos Trabalhadores de Penedos (CPTP), logo seguido pelo ator Individual- José Nunes (I-JN).

Quadro nº 39 – Matriz Valorizada Ponderada de Convergências Atores x Atores (3 CAA)

3CAA	ACP/CPG	CPTP	CMM	CAM	JFSMP	ADPM	ERT	AMBAAL/CIM	I - NR/MN	I- JLP	I APP/MCSR	I - JN
ACP/CPG	0,0	11,0	47,6	28,4	25,5	26,2	39,1	34,2	17,2	24,0	19,8	12,5
CPTP	11,0	0,0	46,5	24,3	23,7	24,1	38,4	30,9	15,8	22,2	16,5	11,0
CMM	47,6	46,5	0,0	67,4	64,8	67,6	81,9	76,1	51,0	63,6	61,0	46,1
CAM	28,4	24,3	67,4	0,0	39,3	42,1	57,5	52,0	30,6	39,3	36,8	26,5
JFSMP	25,5	23,7	64,8	39,3	0,0	40,2	54,8	48,2	27,8	36,2	33,1	25,0
ADPM	26,2	24,1	67,6	42,1	40,2	0,0	58,2	51,4	28,7	38,1	36,3	25,2
ERT	39,1	38,4	81,9	57,5	54,8	58,2	0,0	64,0	41,8	53,9	52,0	41,3
AMBAAL/CIM	34,2	30,9	76,1	52,0	48,2	51,4	64,0	0,0	34,3	45,2	44,9	31,2
I - NR/MN	17,2	15,8	51,0	30,6	27,8	28,7	41,8	34,3	0,0	29,2	23,4	16,9
I- JLP	24,0	22,2	63,6	39,3	36,2	38,1	53,9	45,2	29,2	0,0	30,8	22,8
I APP/MCSR	19,8	16,5	61,0	36,8	33,1	36,3	52,0	44,9	23,4	30,8	0,0	18,8
I - JN	12,5	11,0	46,1	26,5	25,0	25,2	41,3	31,2	16,9	22,8	18,8	0,0
Número de convergências	285,5	264,6	673,6	444,0	418,5	438,0	582,9	512,3	316,6	405,2	373,3	277,2
Grau de convergência (%)	0,0											

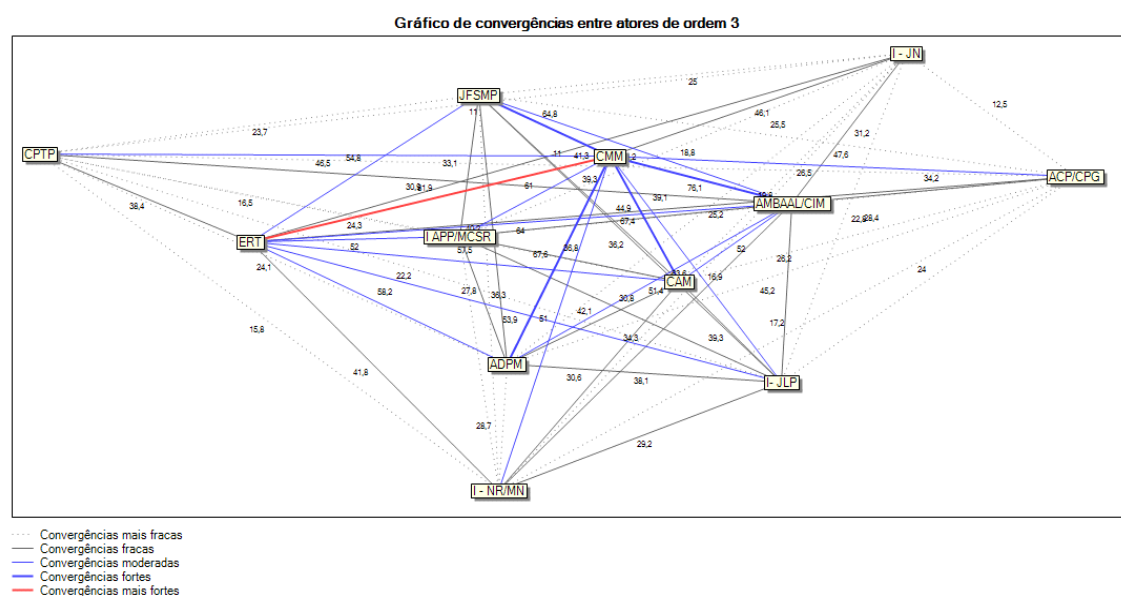
© LPSOR-ERT/AMACTOR

Fonte: MACTOR

A partir do gráfico nº 47, podemos constatar que as convergências mais importantes são estabelecidas entre a Câmara Municipal de Mértola (CMM) e Entidade Regional de Turismo (ERT), cuja intensidade das convergências e relação de força,

apresenta um valor de 81,9%. Quanto às convergências importantes e respetivo valor de implicação, destacam-se as relações entre a Câmara Municipal de Mértola (CMM), com a Associação de Municípios do Baixo Alentejo e Alentejo Litoral/Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo (AMBAAL/CIMBAL) - 76,1%, com a Associação de Defesa do Património de Mértola (ADPM) - 67,6%, com a Cooperativa Agrícola de Mértola (CAM) - 67,4% e com a Junta de Freguesia de São Miguel do Pinheiro (JFSMP) - 64,8%.

Gráfico nº 47 – Convergências entre Atores de 3ª ordem



Fonte: MACTOR

2.4.3. Ambivalência entre atores

Com Godet (2001) e conforme descrição dos *outputs* (Volume II), podemos entender a ambivalência como as relações que dois autores podem estabelecer entre si, no que concerne a um conjunto de posições convergentes sobre determinados objetivos e outras tantas posições divergentes acerca de outros objetivos. Ora, se estes atores pensam estabelecer uma aliança entre si, deverão chegar a consensos sobre os objetivos que os separam.

A ambivalência dos atores poderá ser encontrada através de três indicadores de equilíbrio, recorrendo-se às suas posições simples, valorizadas e a valorizadas e ponderadas (quadro nº 40). Deste modo, o MACTOR apresenta-nos um cálculo de um indicador de equilíbrio de posições que sintetizam a sua ambivalência relativamente aos restantes atores, ou seja,

quanto mais elevado for o valor apresentado pelo ator (próximo de 1), menor será a sua ambivalência com os restantes atores. Isto quer dizer que ele próprio poderá ser totalmente convergente ou totalmente divergente em relação a cada um dos restantes atores. A sua posição será equilibrada ou estável (Marques, 2006, p.441).

No presente caso e de forma contrária, os atores ambivalentes e que são praticamente todos, quase têm um indicador de equilíbrio próximo de zero. Pois, nas posições simples, apenas a Associação de Caçadores de Penedos/Clube de Pescas de Gorjões (ACP/CPG), apresenta o valor mais elevado de ambivalência, apesar de não ser expressiva (0,2). Todavia, tanto este ator como os restantes revelam uma grande instabilidade, o qual se mantém, quando consideramos a sua posição valorizada. Ao considerarmos as posições valorizadas e ponderadas, o jogo ainda se mostra mais instável, verificando-se uma ambivalência extrema e absoluta, em sintonia com o gráfico nº 48.

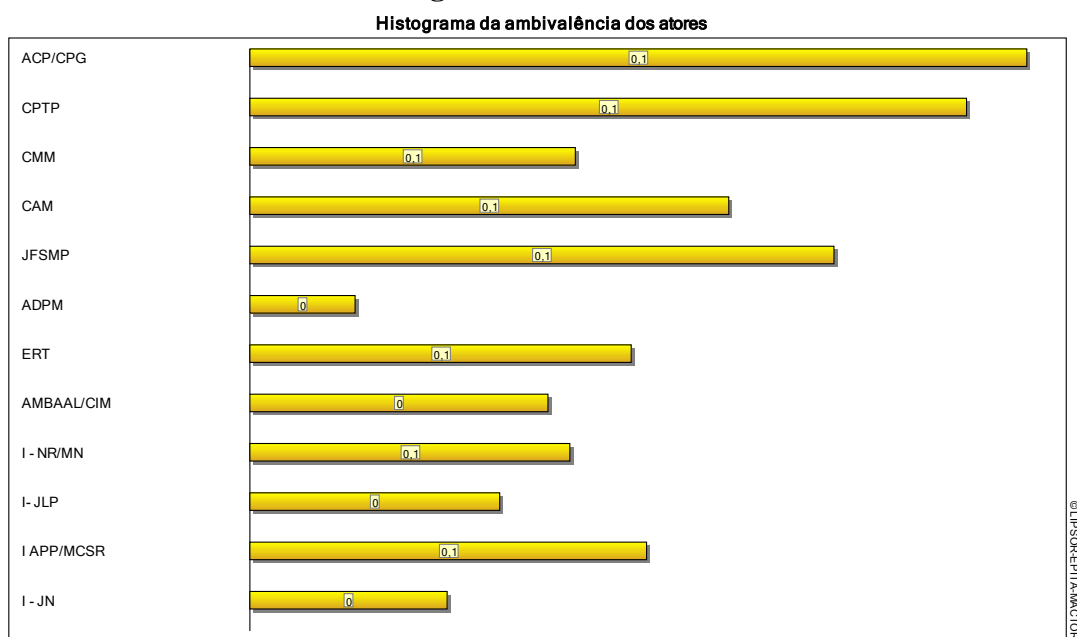
Quadro nº 40 – Indicadores de ambivalência de atores

	Eq[1]	Eq[2]	Eq[3]
ACP/CPG	0,2	0,1	0,1
CPTP	0,1	0,1	0,1
CMM	0,1	0,1	0,1
CAM	0,1	0,1	0,1
JFSMP	0,1	0,1	0,1
ADPM	0,0	0,0	0,0
ERT	0,1	0,1	0,1
AMBAAL/CIM	0,1	0,0	0,0
I - NR/MN	0,1	0,1	0,1
I- JLP	0,1	0,0	0,0
I APP/MCSR	0,1	0,1	0,1
I - JN	0,0	0,0	0,0

© LPSOR-EPTA-MACTOR

Fonte: MACTOR

Gráfico n° 48 - Histograma da ambivalência dos atores



Fonte: MACTOR

O gráfico n° 49, mostra-nos a localização dos objetivos, face aos quais os atores se posicionam do mesmo modo, atendendo quer aos acordos, quer aos desacordos, Deste modo, através dos cálculos do MACTOR, ficamos a conhecer o balanço líquido conseguido por via da diferença, entre a Matriz Valorizada das Convergências dos Objetivos (2 COO), e a Matriz Valorizada das Divergências de Objetivos (2 COO).

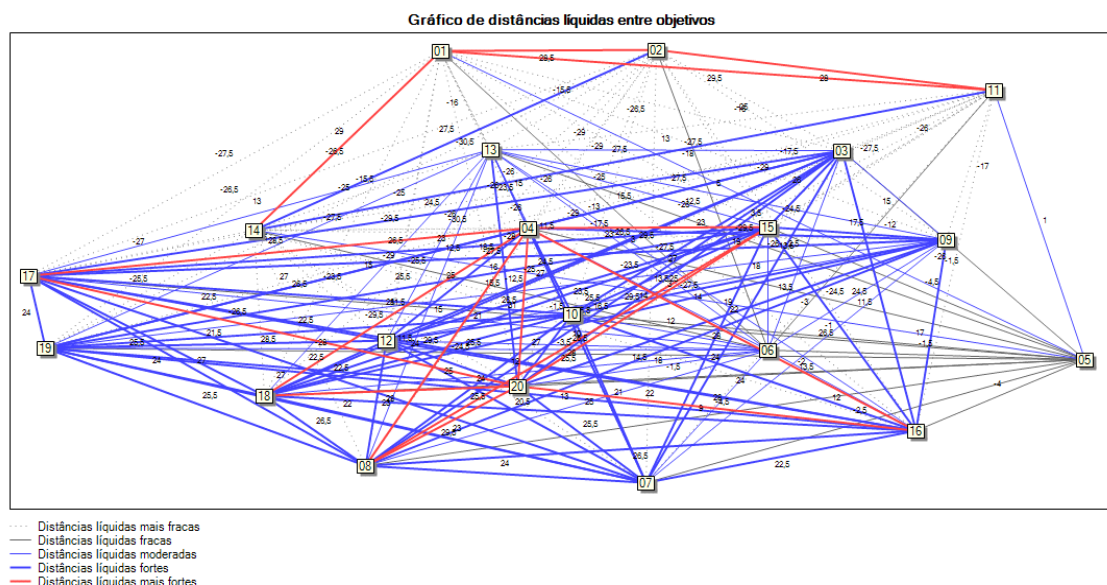
Assim atendendo nas distâncias líquidas tidas como mais importantes e que são substancialmente significativas, destacamos os objetivos: população ativa afastada da agricultura, pastorícia, comércio e indústria (O2), com estrutura da população residente (O1), e desta com a diminuição dos serviços prestados à população (O11), e ainda com o abandono de tradições (O14). Por outro lado, ainda no mesmo registo, denotamos que os produtos locais, materiais como promotores da economia local (O20), estabelecem distâncias líquidas com o empreendedorismo e recuperação de potencialidades e processos de desenvolvimento local (O4), com o fomentar de traços culturais para garantir a sustentabilidade da identidade (O15), com a comunicação/divulgação das potencialidades/redes sociais (O18), com a inserção num nó de centralidade (O16), com instrumentos de política local, regional, nacional e comunitária (O17), com unidades industriais ecológicas (O8) e com as estratégias de desenvolvimento (O10).

Ainda com o gráfico seguinte (n° 49), atendendo nos objetivos com as distâncias líquidas, tidas como relativamente importantes, destacamos, os novos setores de

atividade (O3), na sua relação com: comunicação/divulgação das potencialidades/redes sociais (O18), visão estratégica de futuro (O12), produtos locais materiais e imateriais como promotores da economia local (O20), instrumentos de política local, regional, nacional e comunitário (O17), interseção num nó de centralidade/Algarve/Andaluzia/Rio Guadiana/Aeroportos de Beja e Faro (O16), as estratégias de desenvolvimento (O10), integração na Faixa Piritosa Ibérica (O7), efeito da retração da população (O19), unidades industriais ecológicas (O8), e fomentar traços culturais (O15). Por sua vez, o objetivo, as estratégias de desenvolvimento (O10), mantém uma ligação com outros tantos objetivos - existência de instrumentos de planeamento (O9), produtos locais materiais e imateriais (O20), efeito de retração (O19), unidades ecológicas industriais (O8), instrumentos de política local, regional, nacional e comunitário (O17), novos setores de atividade (O3), fomentar traços culturais (O15), e visão estratégica de futuro (O12).

Nesta sequência de relações, o objetivo comunicação/divulgação das potencialidades/redes sociais (O18), articula-se com: novos setores de atividade (O3), integração na Faixa Piritosa Ibérica (O7), visão estratégica de futuro (O12), fomentar traços culturais para garantir a sustentabilidade da identidade (O15), existência de instrumentos de planeamento (O9), efeito de retração da população (O19). O objetivo visão estratégica de futuro (O12), relaciona-se com um conjunto de objetivos - comunicação/divulgação das potencialidades/redes sociais (O18), efeito de retração da população (O19), unidades ecológicas industriais (O8), novos setores de atividade (O3), integração na Faixa Piritosa Ibérica (O7), e fomentar traços culturais para garantir a sustentabilidade da identidade (O15). Para além destes, considere-se ainda as relações entre a população ativa afastada da agricultura, pastorícia, comércio e indústria (O2), com abandono de tradições (O14), e este com a diminuição de serviços prestados junto da população (O11).

Gráfico nº 49 – Distâncias líquidas entre objetivos

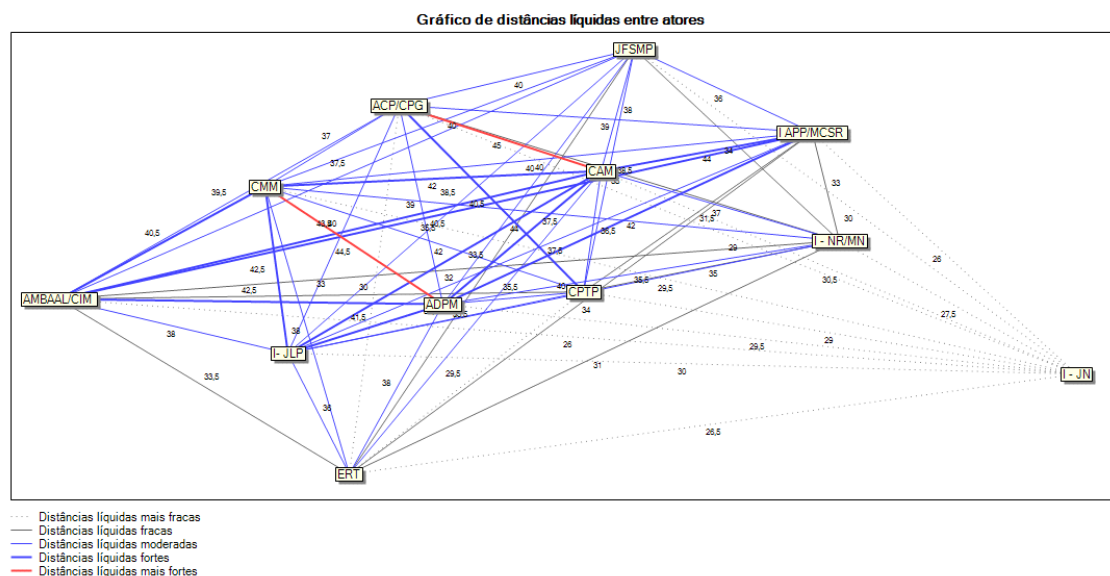


Fonte: MACTOR

Quanto às distâncias líquidas entre atores - gráfico nº 50, aparecem duas distâncias muito importantes (muito fortes) e que deverão ser registadas: entre a Associação de Caçadores de Penedos/Clube de Pesca de Gorjões (ACP/CPG) e Cooperativa Agrícola de Mértola CAM) e a relação estabelecida entre a Câmara Municipal de Mértola (CMM) e a Associação de Defesa do Património de Mértola (ADPM). Quanto às distâncias relativamente importantes (fortes), destacam-se as relações entre a Cooperativa Agrícola de Mértola (CAM) e a atora Individual - Antiga Professora Primária/Maria do Carmo Soares Rodriugues (I-APP/MCSR), também com a Câmara Municipal de Mértola (CMM), com a Associação de Defesa do Património de Mértola (ADPM), com a Associação de Municípios do Baixo Alentejo e do Alentejo Litoral/Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo (AMBAAL/CIMBAL), com o ator Individual-Jacinto Lourenço Pereira (I-JLP) e com o Centro Popular dos Trabalhadores de Penedos (CPTP). Evidenciando-se ainda a relação mantida entre a atora Individual-Antiga Professora Primária/Maria do Carmo Soares Rodrigues (I-APP/MCSR), com Associação de Defesa do Parimónio de Mértola (ADPM) e com a Associação de Municípios do Baixo Alentejo e do Alentejo Litoral/Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo (AMBAAL/CIMBAL). Registe-se ainda a relação tida entre o ator Individual - Jacinto Lourenço Pereira com a Associação de Municípios do Baixo Alentejo e do Alentejo Litoral/Comunidade Intermunicipal do

Baixo Alentejo (AMBAAL/CIMBAL) e entre esta e Câmara Municipal de Mértola (CMM).

Gráfico nº 50 - Distâncias líquidas entre atores



Fonte: MACTOR

Decorrente da análise efetuada acima, constata-se que só é possível relacionar pares de atores, não nos permitindo conhecer eventuais alianças em função dos objetivos que são comuns. Assim, recorreremos à elaboração de grupos estratégicos, os quais só foram construídos, a partir do método *Hierarchical Cluster Analysis*, tendo em conta o *software* SPSS, ficamos a saber quais são os grupos estratégicos, a sua relação de força relativa e de dispersão, sobretudo, no que concerne à concordância e oposição face os objetivos, com Marques, “a força do grupo será tanto maior quanto maior a força relativa e menor o grau de dispersão” (2006, p.445). O quadro nº 41, concede-nos informação acerca da proximidade dos atores.

Seguidamente foram constituídos os grupos de atores e procedeu-se a uma reordenação da matriz 2 MAO. Deste modo “cada um dos grupos pode ser caracterizado, simultaneamente, pelos consensos internos que contribuem para a sua união, e pela sua diferenciação em relação aos outros grupos” (Marques, 2006, p.445), conforme quadro nº 42.

Quadro nº 41 Matriz de proximidade entre atores

Matriz de proximidade												
A ponderação	Distância Euclidiana Quadrada											
	1:ACP/C PG	2:CPTP	3:CMM	4:CAM	5:JFSMP	6:ADPM	7:ERT	8:AMBAAL/CI M	9:I - NR/MN	10:I- JLP	11:I APP/MCSR	12:I - JN
1:ACP/CPG	,000	23,000	47,000	18,000	31,000	47,000	73,000	30,000	47,000	26,000	35,000	61,000
2:CPTP	23,000	,000	38,000	37,000	22,000	46,000	50,000	37,000	26,000	21,000	40,000	26,000
3:CMM	47,000	38,000	,000	35,000	26,000	16,000	24,000	21,000	42,000	17,000	26,000	60,000
4:CAM	18,000	37,000	35,000	,000	43,000	37,000	55,000	30,000	49,000	30,000	21,000	57,000
5:JFSMP	31,000	22,000	26,000	43,000	,000	26,000	42,000	23,000	42,000	21,000	28,000	44,000
6:ADPM	47,000	46,000	16,000	37,000	26,000	,000	34,000	15,000	56,000	23,000	22,000	64,000
7:ERT	73,000	50,000	24,000	55,000	42,000	34,000	,000	45,000	64,000	35,000	40,000	52,000
8:AMBAAL/CIM	30,000	37,000	21,000	30,000	23,000	15,000	45,000	,000	59,000	22,000	15,000	49,000
9:I - NR/MN	47,000	26,000	42,000	49,000	42,000	56,000	64,000	59,000	,000	21,000	42,000	42,000
10:I- JLP	26,000	21,000	17,000	30,000	21,000	23,000	35,000	22,000	21,000	,000	25,000	43,000
11:I APP/MCSR	35,000	40,000	26,000	21,000	28,000	22,000	40,000	15,000	42,000	25,000	,000	44,000
12:I - JN	61,000	26,000	60,000	57,000	44,000	64,000	52,000	49,000	42,000	43,000	44,000	,000

Fonte: SPSS/Esta é uma matriz de dissimilaridade

Nota: Em cada cluster ver o valor mais elevado que aparece em termos de distância. Para o 1º cluster será 47,00 e para o 3º cluster será 42,00

Em conformidade com Perestrelo e Caldas 2000, Lisboa, p.36.

Quadro nº 42 – Reconstrução da 2 MAO de acordo com os grupos estratégicos

		O1	O2	O3	O4	O5	O6	O7	O8	O9	O10	O11	O12	O13	O14	O15	O16	O17	O18	O19	O20
ACP/CPG	1	-2	-3	3	3	2	-1	3	2	0	2	-3	3	3	-3	2	2	3	3	2	3
CPTP	1	-3	-2	1	2	-1	-1	2	2	0	2	-2	2	3	-3	3	2	2	2	2	2
CMM	1	-2	-1	2	3	-1	3	2	2	2	3	-3	3	0	-3	3	2	3	2	2	3
CAM	1	-2	-3	2	2	3	2	3	2	2	2	-3	2	3	-3	3	2	3	3	2	3
JFSMP	1	-3	-2	2	3	-1	-1	3	3	2	2	-3	2	0	-2	2	3	3	2	2	2
ADPM	1	-3	-3	3	3	0	2	0	3	3	3	-3	3	0	-2	3	3	3	2	2	3
AMBAAL/CIM	1	-3	-3	2	3	1	1	1	2	2	3	-3	3	0	-2	1	1	3	2	1	3
I-JLP	1	-3	-2	3	3	-1	2	2	3	0	2	-3	2	2	-2	2	2	3	2	2	3
I-APP/MCSR	1	-3	-3	2	3	2	2	2	2	2	2	-3	1	0	-2	2	2	1	2	2	3
ERT	2	-1	-1	2	3	-1	3	1	3	2	3	0	0	0	-3	3	3	3	2	1	2
I NR/MN	3	-3	-2	3	2	-2	2	3	2	0	0	-3	2	3	-2	3	2	0	2	3	2
I-JN	3	-2	-2	0	1	-1	0	1	2	2	1	-1	0	3	-1	1	1	1	1	2	2

Fonte: SPSS

Concordância com os atores



Discordância com os atores



Objetivos em oposição



ACP/CPG - Associação de caçadores de Penedos /Clube de pescadores de Gorjões; CPTP - Centro Popular dos trabalhadores de Penedos; CMM - Câmara Municipal de Mértola; CAM - Cooperativa agrícola de Mértola; JFSMP - Junta de Freguesia de São Miguel do Pinheiro; ADPM - Associação de Defesa do Património de Mértola; AMBAAL/CIM - Associação de Municípios do Baixo Alentejo e Alentejo Litoral/Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo; I-JLP - Individual, Jacinto Lourenço Pereira; I-APP/MCSR - Individual, Antiga Professora Primária/Maria do Carmo Soares Rodrigues; ERT - Entidade Regional de Turismo; I-NR/MN - Individual Natércia Ramos/Madalena Nunes; I-JN - Individual, José Nunes

Assim, a análise tipológica permitiu o agrupamento de atores, em função das suas posições perante os objetivos. Todavia, e apesar de haver uma maioria de consensos entre eles, ainda se verificam algumas divergências. Como se pode verificar, ao analisarmos o quadro nº 43, sobre os grupos estratégicos de atores, verificamos que foram construídos três grupos, no entanto, os atores agregam-se essencialmente no primeiro *cluster* (nove atores), o terceiro e segundo *clusters*, incluem dois e um ator, respetivamente.

Desse modo, podemos afirmar que existe praticamente um grupo de grande relevo, constituído pelos atores: - Associação de Caçadores de Penedos /Clube de Pescadores de Gorjões (ACP/CPG), Centro Popular dos Trabalhadores de Penedos (CPTP), Câmara Municipal de Mértola (CMM), Cooperativa Agrícola de Mértola (CAM), Junta de Freguesia de São Miguel do Pinheiro (JFSMP), Associação de Defesa do Património de Mértola (ADPM), Associação de Municípios do Baixo Alentejo e Alentejo Litoral/Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo (AMBAAL/CIMBAL), Individual-Jacinto Lourenço Pereira (I-JLP) e Individual-Antiga Professora Primária/Maria do Carmo Soares Rodrigues (I-MCSR), os quais apresentam um grau de dispersão de 47,00 e uma força relativa de 8,65. Embora os atores apresentem um elevado grau de dispersão face aos objetivos, também são aqueles que têm a maior força relativa, logo há que ter em consideração as suas reflexões estratégicas de desenvolvimento local para preservar a identidade de Penedos.

Por outro lado, o segundo *cluster* apresenta menor expressão, evidenciando 42,00 de dispersão e 2,18 de força relativa, composto pelos Individuais - Natércia Ramos/Madalena Nunes e José Nunes, os quais apresentam uma menor dispersão, mas também e uma menor força relativa, comparativamente com o primeiro *cluster*.

Desta análise tipológica, depreende-se que o primeiro grupo concentra quase todos os atores, pois apresenta um conjunto de posições muito similares, ou seja, entre eles há um nível consensual considerável, apesar de existirem algumas divergências, deve sempre ser tido em conta, em todas as medidas tomadas para a preservação da identidade de Penedos. Assim, os atores que apresentam o maior grau de dispersão - 47,00, são a Câmara Municipal de Mértola (CMM) e a Associação de Defesa do Património de Mértola (ADPM), os quais revelam uma força relativa de 2,13 e 0,98, respetivamente. Todavia, importa denotar que o ator chave - a Entidade Regional de

Turismo (ERT), não está incluído neste grupo de doze atores, nem no outro minoritário, pois, aparece isolada dos restantes, com um grau de dispersão de 2, 18.

Quadro nº 43 – Grupos estratégico de atores

<i>Cluster</i>	<i>Atores</i>	<i>Grau de dispersão</i>	<i>Força relativa $\sum(R_i)$</i>	<i>Concordância</i>	<i>Desacordo dos objetivos</i>
1	ACP/CPG CPTP CMM CAM JFSMP ADPM AMBAAL/CI M I- JLP I APP/MCSR	47,00	8,65	O3 O4 O7 O8 O10 O12 O13 O15 O16 O17 O18 O19 O20 <u>Oposição</u> O5 O6	O1 O2 O11 O14
2	ERT	-	2,18	O3 O4 O6 O7 O8 O9 O10	O1 O2 O5 O14
3	I - NR/MN I - JN	42,00	1,32	O3 O4 O6 O7 O8 O9 O10 O15 O16 O17 O18 O19 O20	O1 O2 O5 O11 O14

Fonte: SPSS

CONCLUSÃO

Hoje, Portugal enquanto membro da União Europeia, desde 1986, atravessa um dos piores momentos da sua história democrática, encontrando-se sob um resgate (foi necessário pedir dinheiro emprestado à troika - Banco Central Europeu, Fundo Monetário Internacional e União Europeia) para pagar a sua colossal dívida pública, consequência de uma crise financeira sem paralelo no século XXI. Resultante de uma ausência de políticas de planeamento e desenvolvimento à escala europeia, com diretrizes muito firmes da parte de Bruxelas, que nos levam a considerar que a nossa soberania, pode ser compelida pelos ditames dos senhores que dominam a Europa, cujos propósitos iniciais visavam a paridade de oportunidades e nos dias que correm já desapareceram na prática, do preâmbulo norteador de uma Europa de oportunidades e qualidade de vida. Porque os valores de solidariedade, liberdade e compromisso político, desde há muito que se encontram arredados dos discursos e práticas dos líderes europeus, que vivem ao sabor de panfletos eleitoralistas e sem consistência.

Tudo isto para justificar a ausência *lato sensu* (em sentido amplo), de efetivos instrumentos de planeamento, capazes de nortear o desenvolvimento, independentemente, da escala aonde nos encontremos, porque estes não são autênticos, **veem** de cima, de Bruxelas, vivem do expediente dos sucessivos quadros comunitários, logo, não são temporal e financeiramente exequíveis com o tempo do desenvolvimento. Mais se assemelham a um exercício de crescimento e de carácter descartável, como dizia um dos atores do nosso estudo e lidere de uma das associações de desenvolvimento com mais impacto a nível local, regional, nacional, europeu e transeuropeu

os nossos projetos são a vontade, sobretudo, das orientações da União Europeia e não a nossa, porque se fosse a nossa, corríamos o risco de não beneficiar do financiamento, daí não haver muita honestidade entre o que precisamos e o que nos querem dar para promover o desenvolvimento (depoimento de um autor, Associação de Defesa do Património de Mértola- ADPM).

Ora isto é revelador, de que estamos a remar contra a maré, ou fazemos o que aqueles que nos financiam os projetos, querem, ou então, somos vítimas por rebeldia. Está aqui, um problema que deve ser assimilado pelos nossos dirigentes, o desenvolvimento não pode ser imposto, tem que ser discutido e partilhado, caso contrário, nunca dará os frutos pretendidos, porque lamentavelmente, vivemos numa cadeia de dependências, que a chegar ao fim, pode tornar-se perturbadora, quando era

expetável numa sociedade de informação, de comunicação, de redes e de todas as tecnologias que a globalização colocou ao nosso serviço, retirássemos delas o contributo fulcral para promover, aquilo que é mais premente entre os humanos, a melhoria das suas condições de vida, felicidade e bem-estar, independentemente de vivermos na cidade ou no campo, em Penedos ou em Lisboa, ou seja, o desenvolvimento integral da sociedade humana.

No mundo em que vivemos e independentemente de vivermos em países desenvolvidos, em desenvolvimento ou subdesenvolvidos, nos nossos dias, as questões do desenvolvimento começaram a ter um papel cada vez mais de quase *urgência cirúrgica*. Porquê? Porque os governos das nações, e o nosso não constitui exceção, apresentam inequívocas dificuldades para resolver os problemas mais elementares da humanidade. Sobretudo, numa altura de tão profundas conturbações, onde a crise económico-financeira – porque afinal o crescimento económico, outrora confundido com o desenvolvimento já se encontra dissipado – porque se o tivesse sido, tinha assegurado a sustentabilidade e bem-estar e isso não se verificou.

Assistimos, na atualidade e no caso português, a uma crise de desemprego acima de 16%, vários setores pararam como a construção civil e outros setores da transformação e dos serviços, empurrando as pessoas para a emigração forçada e sobretudo os jovens, que são a garantia de um país, porque são uma potência em ascensão. Quando Portugal se detinha nas políticas de integração (que começou a desenvolver com os retornados das ex-colónias e mais tarde nos anos noventa com a chegada dos imigrantes do leste europeu e mais recentemente do sudeste asiático e da América do Sul), eis que se depara novamente com a emigração, da qual tem uma história não muito faustosa a recordar, sobretudo, com a clandestinidade nos anos sessenta. Porque as pessoas saem de todas as partes do nosso país, onde ainda existem para sair e não levam na bagagem um regresso anunciado e muitas vezes já não querem voltar e se andamos a investir na sua formação, não podemos desperdiçar um recurso tão importante que são as pessoas e essencialmente os jovens. Há aqui um erro estrutural que é urgente corrigir, sob pena de nas próximas décadas ainda empobrecermos mais, porque uma terra sem pessoas, apesar de outros recursos, é necessariamente empobrecida.

Face ao enunciado, torna-se fundamental encontrar modelos capazes de elevar os níveis de emprego e consequentemente de riqueza. Neste sentido, talvez porque o desenvolvimento local nunca tivesse sido verdadeiramente assumido pelos políticos, como meio de promover os territórios. Poderá esta crise que vivemos, constituir uma oportunidade para se assumirem os modelos de desenvolvimento de base territorial, prosseguidos pelos atores locais e assumi-los com parceiros fulcrais para encontrar saídas para a depressão e reconduzir o país para indicadores económicos, substancialmente capazes de conduzirem a um verdadeiro e tão necessário desenvolvimento, como processo de bem-estar das populações e garantir a sustentabilidade das gerações vindouras.

É certo que os mentores do desenvolvimento local, estudam os problemas existentes nas unidades territoriais de intervenção e têm alguma capacidade de influenciar a decisão (através dos resultados da sua prática quotidiana), talvez por isso, algumas situações em determinado tempo, antes de 2008 (pré-crise) puderam aumentar os olhares sobre os info-excluídos, pobres, doentes e mais desafortunados e houve algumas melhorias. Apesar disso, parece não ter havido uma verdadeira política de integração que contasse com os líderes locais do desenvolvimento para a resolução dos problemas existentes. Com a crise em que estamos mergulhados, a situação piorou porque estas questões microeconómicas, das microsociedades foram preteridas por aspetos da macroeconomia financeira. Sendo que com o investimento em políticas de descentralização administrativa, onde a regionalização poderia dar um contributo para a - implementação de modelos de desenvolvimento de cariz local e regional e assim aliviar a máquina centralizadora e burocrática de um Estado demasiado centralista face aos graves problemas com a sociedade se debate.

Perante o exposto e tendo em presença a incapacidade do Estado, os novos modelos de desenvolvimento local, alternativos às políticas seguidas até à atualidade, tornam-se cada vez mais necessários. Tendo estes como protagonistas, os atores locais que até devido à situação que o país atravessa, se tornaram mais participativos, mais ativos e reivindicativos. Em hipótese, se estes modelos tivessem sido assumidos pelos governantes, talvez a situação não fosse de tão elevada gravidade. Porque os líderes locais do desenvolvimento já demonstraram que cada vez mais, estão apetrechados de conhecimentos que lhes permitem apresentar novas reflexões contributivas para solucionar os problemas existentes, sobretudo, e no nosso caso, ao nível do

despovoamento, abandono dos territórios, quase à beira da desertificação. Portanto, se os atores locais não lhe jogarem as mãos, a identidade destes lugares pode desaparecer, o que não pode acontecer, porque o nosso país ficará ainda mais pobre. Porque, quem gosta mais de preservar a sua identidade e a sua terra são aqueles que nela moram, são os atores locais. Daí, não é surpreendente que estes atores territorializados conhecedores do espaço e do tempo, possam apontar soluções e perspetivas para assegurar o futuro das comunidades locais, através dos seus saberes do seu envolvimento e participação, esforçando-se para garantir às sociedades locais, o seu lugar no cômputo nacional e comunitários, porque sem elas, não há Estado que prossiga a sua história.

Os atores locais e os seus líderes envolvidos no desenvolvimento local, cada vez mais, se comportam como parceiros capazes de melhorar a vida das pessoas, apresentando propostas/soluções para debelar o problema do abandono e envelhecimento populacionais e todos os outros que lhes estão associados, como foram referidos no decurso do trabalho. No entanto, como diz Marques “embora as representações sociais do desenvolvimento local se mostrem pertinentes para a análise dos atores no sistema de ação local, tal parece ser insuficiente pelo que surge a necessidade de se proceder à tentativa de mudar a racionalidade do próprio sistema” (2006, p.452). Aqui reside um dos elementos fundamentais, o sistema (de que falava Crozier e Friedberg, 1977) vigente não tem respondido às expectativas das populações e sobretudo, das gentes dos territórios de baixa e muito baixa densidades, com é o caso de Penedos. Com exceção feita às Autarquias Locais - Municípios e Freguesias que tudo têm feito por estes territórios, logo, torna-se imperioso abrir um debate nacional, com a participação efetiva de todos os atores locais e decisores políticos a todos os níveis. Porque não se pode continuar com modelos gastos e inoperantes, com teorias (desadequadas da realidade para estes espaços) de pendor fordista, funcionalista e urge discutir as possibilidades de apostar nos modelos de cariz territorialista onde o poder é exercido de baixo para cima, “*bottom up*”, através das lideranças das sociedades locais, dos atores, “*stakeholders*”, assumindo estes o seu devido lugar no sistema de futuro, onde o local seja considerado o *leitmotive* do desenvolvimento.

Depois deste breve enquadramento no âmbito da conclusão, referimo-nos seguidamente à análise empírica da investigação: *Reflexões estratégicas de desenvolvimento local para a preservação da identidade de Penedos (Mértola)*, cujo tema central é concomitante com o objetivo central, tendo decorrido daqui os objetivos

específicos que visaram: *estudar as causas e consequências do abandono populacional do território; identificar um conjunto de reflexões estratégicas de desenvolvimento local no contexto da preservação da identidade e apresentar propostas de ação conducentes a um modelo de desenvolvimento alternativo e participativo*. Estes objetivos por sua vez foram materializados num conjunto de variáveis interna e externas como se pode constatar atrás, os quais consubstanciaram as seguintes hipóteses: (H1) - o concelho de Mértola, o Alentejo e o interior, apresentam uma estrutura populacional duplamente envelhecida, como consequência do abandono do território a todos os níveis; (H2) - Penedos é o resultado de ausência de políticas de Planeamento e desenvolvimento, capazes de atrair investimento e trazer de volta os grupos demográficos, essenciais à revitalização do tecido produtivo da economia e vida local; (H3) - os atores locais são institucionais e individuais, conhecedores do meio e que apresentam um conjunto de reflexões estratégicas dependentes, quer da posição que ocupam no sistema, quer da relação de forças que estabelecem, quer ainda da sua implicação e convergência em função dos objetivos em curso; (H4) - os atores locais apresentam uma convergência de interesses em contribuir para um novo modelo de desenvolvimento local para a aldeia de Penedos, a partir da suas potencialidades, da sua participação e dos conhecimentos prospetivos que têm sobre este território. A partir daqui, constatamos que as mesmas se confirmaram e passamos à sua explicitação, cujos resultados da investigação conduziram aos aspetos considerados fundamentais e que adiante descriminamos.

Convém recordar que a aldeia de Penedos, que estudamos, tem 125 habitantes, na atualidade. Sendo 101 residentes, mais 24 presentes temporariamente, com segunda e terceiras residências, oriundas do Algarve, Área Metropolitana de Lisboa, e alguns estrangeiros, provenientes de França e da Bélgica. A aldeia, sobressai do conjunto das 15 localidades, com maior vitalidade da Freguesia de S. Miguel do Pinheiro.

Desde há mais de cinquenta anos o Alentejo, o Baixo Alentejo, o Concelho de Mértola, a Freguesia de São Miguel do Pinheiro e Penedos, viram partir as suas populações, em busca de melhores condições de vida, Contudo, Penedos apesar de uma ténue esperança com a Junta de Colonização Interna, corolário do Estado Novo, no final dos anos sessenta, cedo viu dissipadas as suas expetativas, porque em 1972 o projeto chegou ao fim. O abandono dos campos, das práticas associadas à terra, da pastorícia e o comércio tradicional, eis que reside aqui o problema central deste estudo.

Com o recurso aos atores locais, tentamos encontrar algumas reflexões estratégicas de desenvolvimento local, com vista a podermos dar alguns contributos para minorar o problema e garantir alguma sustentabilidade para a sobrevivência e identidade da aldeia.

Assim, as nossas hipóteses comprovaram-se na medida em que os atores locais confirmaram os nossos pressupostos iniciais, porque é verdade que o tecido económico e produtivo não conheceu avanços, como consequência da ausência de verdadeiras políticas estruturais e integradas no combate ao envelhecimento populacional e abandono do território, porque o mundo rural foi escrupulosamente abandonado e deixou de fazer parte dos roteiros da vida portuguesa, muitas vezes deixando as pessoas à sua sorte. Tal facto, só pode estar associado a uma lógica de crescimento, dissociada de qualquer processo de desenvolvimento local e eis os resultados, temos um país profundamente assimétrico com problemas substancialmente acrescidos, quer no interior, quer no litoral, fruto dessa fissura irreparável ao longo de mais de meio século.

Nesta sequência, os atores locais são conhecedores do meio e voluntariamente e de forma efusiva (porque raramente são chamados a participar na resolução dos seus problemas) deram o seu contributo através de um conjunto de reflexões estratégicas, dependentes, quer da posição que ocupam no sistema, quer da relação de forças que estabelecem, quer ainda da sua implicação e convergência em função dos objetivos em curso que lhes foram propostos.

Ora, num território com fraca capacidade económica, é exetável que os atores vivam numa contínua cadeia de dependências e influências. Aqui, as influências diretas com maior intensidade são exercidas em primeiro plano pela Câmara Municipal de Mértola (CMM), pois num território tão empobrecido e envelhecido é natural que esta entidade, que emprega o maior número de trabalhadores no concelho, sendo a maior do poder local, tenha influência sobre os demais, entidades e individuais; a Junta de Freguesia de São Miguel do Pinheiro (JFSMP), envereda pelo mesmo diapasão, mas, com níveis bem mais baixos, face aos seus poucos recursos e competências; a Entidade Regional de Turismo (ERT), sendo um ator regional tem impacto, porque nela reside a esperança de apoio a projetos turístico; quanto ao ator individual Jacinto Lourenço Pereira (I-JLP), tem a ver com o seu conhecimento sobre o território e o reconhecimento pelas posições que tem tomada ao longo da sua vida em defesa do bem comum.

Ainda nesta linha, o grau de influência direta e indireta, recai sobre a Câmara Municipal de Mértola, Entidade Regional de Turismo, a Associação de Municípios do Baixo Alentejo e Alentejo Litoral/Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo, o que não é surpreendente, são as instituições quem detém algum poder e capacidade de atrair algumas mais-valias para o território, senão em ato, pelo menos em potência. Quanto ao Centro Popular dos Trabalhadores de Penedos e a Associação de Caçadores/Clube de Pesca dos Gorjões, aparecem no final da escala, pois, são associações que dependem das entidades e dos individuais para prosseguirem as suas atividades. Por outro lado, são também - o Centro Popular dos Trabalhadores de Penedos, a Câmara Municipal de Mértola e Junta de Freguesia de São Miguel do Pinheiro que aparecem como os atores mais dependentes. O primeiro depende dos subsídios do segundo (apesar de irrisórios como diz o Centro Popular), a Câmara Municipal que por sua vez depende dos votos para permanecer no poder, mas também da participação das populações, o mesmo se passa com a Junta de Freguesia, que ainda depende para o exercício da sua atividades do beneplácito da Câmara. Em síntese: a Entidade Regional de Turismo apresenta-se como o ator menos dependente e mais influente, logo neste jogo de atores tem um papel de charneira, ou seja é considerado o ator-chave. Ainda assim, a Câmara Municipal sendo o ator mais influente, juntamente com o Centro Popular são os mais dependentes, o mesmo se passa com a Junta de Freguesia.

Por fim, no que diz respeito ao balanço líquido, isto é, o diferencial de influência direta por cada ator, porque cada um recebe e exerce influências de forma indireta de segunda ordem sobre outro, ou seja, um ator influencia mais do que é influenciado. Assim, surgem por ordem hierárquica: a Entidade Regional de Turismo, a Câmara Municipal de Mértola, a Associação de Municípios do Baixo Alentejo e do Alentejo Litoral/Comunidade Intermunicipal do Baixo, a Associação de Defesa do Património de Mértola e a Cooperativa Agrícola de Mértola, isto significa que estes atores conseguem influenciar mais do que são influenciados, pois dependem menos do sistema local para prosseguir as suas atividades. Por último, no conjunto de influências e dependências diretas e indiretas, ou mesmo máxima influência destacamos a Câmara Municipal de Mértola, seguida de Entidade Regional de Turismo e Associação de Municípios do Baixo Alentejo e Alentejo Litoral/Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo. Por seu lado, os atores mais dependentes são, para além do Centro Popular dos

Trabalhadores de Penedos, a Junta de Freguesia de São Miguel do Pinheiro e a Câmara Municipal de Mértola.

Em função da classificação dos objetivos segundo o grau de mobilização e conflitualidade, destacamos três grupos que passamos a enunciar:

- 1) Muito conflitual e pouco mobilizador (conflitos secundários): estrutura da população residente; população ativa afastada da agricultura, pastorícia, comércio e serviços; diminuição dos serviços prestados à população; abandono de tradições e proliferação da grande propriedade (latifúndio).
- 2) Pouco conflitual e muito mobilizador (consenso mobilizadores): empreendedorismo e recuperação de potencialidades a integrar no processo de desenvolvimento local; produtos locais matérias e imateriais como promotores da economia local; instrumentos de política local, regional, nacional e comunitária; unidades industriais ecológicas; as estratégias de desenvolvimento e fomentar traços culturais, para garantir a sustentabilidade da identidade.
- 3) Pouco conflitual e pouco mobilizador (consensos pouco mobilizadores): A Junta de Colonização Interna; existência de planeamento; proximidade do Parque Natural do Vale do Guadiana e visão estratégica de futuro.

Do conjunto dos objetivos propostos aos atores intervenientes, os mesmos foram integrados nos quatro desafios estratégicos, em função do Quadro de Estratégia de Atores, cuja incidência hierarquicamente, se explicita seguidamente.

Os *conflitos secundários* inserem-se em três dos quatro desafios estratégicos, mas, com maior incidência no primeiro Desafio Estratégico (D1) – *Aposta na agricultura e nas atividades associadas à terra*, onde os objetivos *estrutura da população residente e população ativa afastada da agricultura, da pastorícia, do comércio e dos serviços*, conjuntamente com a *proliferação da grande propriedade (latifúndio)*, parecem constituir uma preocupação de ameaça para a sobrevivência e continuidade da aldeia, logo os atores estão unidos em torno da causa que é preciso alterar o *status quo* vigente, porque a manter-se assim, a aldeia poderá desaparecer e com isso sucumbe a sua identidade. No entanto, os atores locais, sabem que a sua

mobilização em torno do problema não depende da sua vontade, que aliás, faz pouco eco junto de quem devia ter um papel mais ativo - o Estado nacional. Quanto aos restantes objetivos eles repartem-se equitativamente pelos desafios estratégicos: D2 - *Investir no planeamento, políticas públicas e, na formação, por forma a criar condições para promover a atratividade económica e residencial* e por D3 - *Valorizar potencialidade existentes e em potência através da comunicação, redes e «marketing», com vista a promover o desenvolvimento local e preservar a identidade de Penedos.*

Quanto aos ***consensos mobilizadores***, pois estes são pouco conflituais e muito mobilizadores, revelando a necessidade de existir uma posição muito forte por parte dos atores em assumir uma posição que possa influenciar os decisores, reunindo o maior número de objetivos (seis) repartidos equitativamente pelos segundo e terceiro desafios estratégicos (D2 e D3). Sendo que no segundo desafio estratégico: *Investir no planeamento, políticas públicas e, na formação, por forma a criar condições para promover a atratividade económica e residencial*, onde se integram os objetivos:

- *empreendedorismo e recuperação de potencialidade a integra no processo de desenvolvimento local*, percebe-se de forma notória que os atores estão muito apostados na recuperação de potencialidades outrora existentes, como uma agricultura adequada ao território, como por exemplo, a vinha e o olival, as ervas de cheiro/aromáticas, a apicultura, a recuperação dos pousios, defendem a rotatividade dos solos, sendo que eles são fracos, o pastoreio, entre outros. Os atores locais defendem a formação profissional como um dos elementos mais importantes no processo de desenvolvimento;

- *instrumentos de política local, regional, nacional e comunitária*, aqui os atores sabem da importância que têm os instrumentos de política aos vários níveis, apesar de não existir muita informação disponível, tendo em conta que se trata de uma população que não tem acesso fidedigno às novas tecnologias de informação, até porque o território não tem cobertura de rede de *internet*, sendo um elementos fundamental para promover as potencialidades. Se houvesse mais clareza no acesso à informação, por exemplo, ao financiamento para promover o desenvolvimento seriam mais eficazes os instrumentos de política. Pois, alguns atores têm ainda alguma desconfiança acerca dos apoios aos projetos, o que importaria desmistificar o equívoco, por via da informação;

e *estratégias de desenvolvimento*. neste objetivo os atores, sobretudo os individuais desconhecem em profundidade o que tem sido feito pelas entidades, quer locais e

regionais, no entanto, reconhecem que elas devem ser aproveitados pelas populações. Os outros atores institucionais reconhecem a importância das estratégias, desde que adequadas às especificidades do território, sendo que uma parte considerável, ainda apela a que a agricultura nunca saia da agenda do desenvolvimento para Penedos.

Quanto ao terceiro desafio estratégico (D3), *Valorizar potencialidade existentes e em potência através da comunicação, redes e «marketing», com vista a promover o desenvolvimento local e preservar a identidade de Penedos* engloba:

- *unidades industriais ecológicas*, aqui a posição de unanimidade está concertada, pois todos reconhecem que as energias solar e eólica, constituem potencialidades a elevar, com vista a melhorar as condições de vida dos residentes nestes territórios de muito baixa densidade;

- *produtos locais matérias e imateriais como promotores da economia local*,, constituindo um dos objetivos que não suscita grande conflitualidade e é muito mobilizador, tendo em consideração a importância que este objetivo tem na promoção do território. Pois, os atores consideram que é nos recursos existentes - paisagem, produtos locais da agricultura, pastorícia, túberas e ainda os aspetos imateriais da cultura do povo que pode residir a esperança para melhorar a vida dos seus habitantes e preservar a sua identidade;

- *e ainda fomentar traços culturais, para garantir a sustentabilidade da identidade*, sem exceção os atores são muito mobilizadores e sem quaisquer conflitos, todos apelam aos meios comunicacionais – rádios, televisões, *intenet*, redes sociais, com vista a promover os valores culturais.

No que concerne *aos consensos - Pouco conflitual e pouco mobilizador* (consensos pouco mobilizadores), integram objetivos em três dos quatro desafios estratégicos: a Junta de Colonização Interna (D3); existência de planeamento (D2); proximidade do Parque Natural do Vale do Guadiana (D4) e visão estratégica de futuro (D2) que passamos a discriminar:

- a *Junta de Colonização Interna* não gerou conflitos, nem mobilizou, pois a maior parte dos atores institucionais desconhecem o projeto e os individuais, não mostram muito interesse pelo seu aprofundamento. Tal facto, pode dever-se ao muito

tempo decorrido sobre o mesmo - mais de quarenta anos e as implicações familiares, suscetíveis de causar controvérsias entre vizinhos e amigos;

- a *existência de planeamento*, entre os atores institucionais e os individuais, poucos lhe reconhecem muita importância, uns por acharem que eles estão muito dependentes dos fundos comunitários e não são feitos no tempo certo, nem em função das efetivas necessidades das populações dos territórios onde eles ocorrem, os outros não conhecem em profundidade, daí não se verificarem conflitos, mas também não é uma necessidade sentida que mereça uma mobilização concertada;

- *proximidade do Parque Natural do Vale do Guadiana* (que se insere no quarto desafio estratégico: D4 - *aproveitar a situação geográfica de proximidade ao Algarve e Espanha e promover projetos associados à paisagem, à ribeira do Vascão e ao turismo de natureza e de aldeia*), cuja posição dos atores - para uns, os institucionais acreditam profundamente, já alguns individuais e poucos institucionais, evidenciam alguma desconfiança face às regras do Parque. No entanto, a maior parte acredita que este pode constituir um fator de desenvolvimento e que no futuro trará mais-valias ao território, enquanto para outros, ele já é muito importante para o turismo do concelho de Mértola e do Alentejo e para alguns ainda, Penedos, constitui uma porta de entrada no Parque, o que no futuro obrigará à mobilização de projetos turísticos com implicação no desenvolvimento do espaço contíguo.

Em síntese, podemos perceber que da classificação dos objetivos, em função do seu grau de mobilização e conflitualidade, eles agregam-se maioritariamente nos consensos mobilizadores e repartem-se equitativamente pelo segundo e terceiro desafios estratégicos (D2 e D3). Neste sentido e porque se trata de posições pouco conflituais e muito mobilizadoras, poderá haver condições para levar por diante as reflexões estratégicas de maior magnitude e conduzi-las a ações concertadas de desenvolvimento local (conducentes a um novo modelo), sob as mais diversas formas, por via das associações, das entidades do poder local, dos empresários e até das entidades de implicação regional. Estas ações deverão ser concertadas através de parcerias, sobretudo, nas áreas do empreendedorismo, da formação e recuperação de potencialidades; aproveitar e transformar os produtos locais materiais e imateriais como promotores da economia local, usar adequadamente os instrumentos de política local, regional e comunitário para atrair investimento e criar riqueza para o território; insistir no

aproveitamento das indústrias ecológicas (energias solar e eólica) e fomentar os traços culturais que possam preservar e garantir a sustentabilidade de Penedos. Estes objetivos são a vontade dos atores locais e por sua vez estão associados aos desafios estratégicos, os quais não podem ser ignorados, porque há modelos de desenvolvimento alternativos aos modelos aplicados até hoje, de cariz territorial, considerando fundamental: investir no planeamento, políticas públicas e formação, aumento de serviços prestados à população por forma a criar condições para promover a atividade económica e residencial; e valorizar potencialidades existentes e em potência através da comunicação, redes e *marketing*, com vista a promover o desenvolvimento local e preservar a identidade de Penedos.

É um facto que as políticas a prosseguir nestes territórios de muito baixa densidade, com vista a contribuírem para a implementação de ações conducentes ao bem-estar das pessoas, têm de ser concebidas no âmbito do desenvolvimento local, contando sempre com as estratégias dos atores locais territorializados. No presente trabalho torna-se pertinente saber que existe apenas um grupo estratégico de grande relevo, composto por nove dos doze atores, os quais são detentores de uma força relativa (consenso) considerável, cujas posições, não poderão ser ignoradas.

RECOMENDAÇÕES

As recomendações num trabalho de investigação não têm necessariamente que descolar da conclusão, mas, tendo em atenção o problema em presença no estudo - envelhecimento populacional, abandono do território e necessidade de novas políticas que tenham como referência novos modelos de desenvolvimento, onde o local/territorial deve assumir uma posição central. Porquê? Porque se não se atuar pela via que propomos, num espaço curto de tempo, a causa do equilíbrio do território nacional pode estar irremediavelmente perdida.

Pelo problema estudado e que em função da participação ativa dos atores locais na investigação em estudo, quisemos sobressair algumas recomendações, porque a solução para o problema, passa em primeiro lugar pela consciência dos cidadãos de que a sobrevivência das comunidades rurais, depende de todos e é uma questão coletiva de responsabilidade moral, mas essencialmente, daqueles que o habitam e o amam como ninguém, porque são parte integrante dele. Deste modo, e em função da conclusão, sugerimos que as mesmas devam consubstanciar o novo modelo de desenvolvimento para territórios de muita baixa densidade – onde o conceito de aldeia natural e ecológica ganha a necessária acuidade, capaz de entrosar um novo modelo de desenvolvimento local, a partir das reflexões estratégicas deixadas pelos atores locais intervenientes neste estudo. Assim propomos as seguintes recomendações:

Este estudo deixa considerações evidentes dos conteúdos que devem consubstanciar um novo desenvolvimento, alternativo e local, às correntes seguidas até agora. Assim os atores devem cooperar, estabelecer parcerias, utilizar as novas tecnologias, fazer um melhor uso da globalização para fortalecer o conceito glocal (colocar o local nos circuitos da globalização) e assim salvar os territórios mais frágeis e mais vulneráveis, porque são pobres, primando pela ausência da maior riqueza que uma terra pode ter - as pessoas, como se não bastasse estão envelhecidas, doentes e muitas vezes abandonadas a si próprias. A responsabilidade tem de ser de todos, sobretudo, do estado que não tem assumido os modelos de desenvolvimento local, como alternativa capaz de ajudar a resolver os problemas mais prementes das sociedades rurais. Mas do estudo saem premissas de responsabilidade civil e ética que não podem ser ignoradas pelos atores implicados e demais entidades públicas e privadas com responsabilidade no território, onde se insere Penedos.

Há que apostar sobretudo, nos dois desafios estratégicos mais consensuais e menos conflituosos entre os atores, porque deverão conduzir à mobilização de uma estratégia:

- aproveitar e transformar os produtos locais materiais e imateriais como promotores da economia local, usar adequadamente os instrumentos de política local, regional e comunitário para atrair investimento e mais-valias para o território;

- insistir no aproveitamento das indústrias ecológicas (energias solar e eólica) e fomentar os traços culturais que possam preservar e garantir a sustentabilidade de Penedos.

A Entidade Regional de Turismo do Alentejo, na qualidade de ator regional participante no estudo revela-se como o ator-chave, porque é o menos dependente e mais influente, logo terá que assumir a sua responsabilidade para com Penedos, isto é, as pessoas acalentam a esperança para os seus problemas em torno deste ator, porque acreditam no desenvolvimento do pilar do turismo associado a outros, claro que este de forma integrada, pode valorizar a paisagem (talvez existam poucas com tais características de rara beleza), a pureza da ribeira do Vascão e as espécies que ainda mantém de fauna e flora, bem como os produtos locais, o turismo de *aldeia natural e ecológica*. Partindo da genuinidade das suas gentes, dos seus saberes e da conservação e beleza da aldeia, da gastronomia transmitida de geração em geração, algumas raras tradições ainda mantidas e outras desaparecidas, mas que recuperáveis se houver vontade. Logo, a Entidade de Turismo deve integrar estes recursos nos seus roteiros e circuitos turísticos, aproveitando a proximidade do Parque Natural do Vale do Guadiana, do Rio Guadiana, do Algarve e da vizinha Andaluzia. Integrar Penedos e todos estes territórios similares de muito baixa densidade, em projetos e parcerias, por forma a que haja captação de investidores e promover estes espaços únicos e cujos resultados poderão ajudar a descolar da posição que ocupam muito próximo da desertificação.

Para além do ator, Entidade Regional de Turismo, a Associação de Municípios do Baixo Alentejo e Alentejo Litoral/Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo, deve promover nos seus instrumentos de planeamento de forma mais efusiva e como elemento diferenciador, os territórios de baixa e muito baixa densidades, onde se insere todo o concelho de Mértola. A Associação de Defesa do Património de Mértola, com o

seu reconhecido *know how*, quer em processos de microdesenvolvimento, quer em processos de desenvolvimento local, a escalas mais alargadas e diferenciadas em várias latitudes planetárias, deverá ser inserida nos circuitos e processo políticos de modo a não serem desperdiçadas sinergias tão necessárias par o concelho de Mértola. A Cooperativa Agrícola de Mértola pelo seu conhecimento que tem do território e das experiências e projetos que tem levado a cabo, deve em conjunto com as entidades referenciadas e com as demais estabelecer parcerias, redes, projetos, ampliando o debate participativo com todos os atores e as forças vivas do território, públicas privadas, sobretudo, com a Câmara Municipal de Mértola e Junta de Freguesia de São Miguel do Pinheiro (agora agrupamento de Freguesias de São Miguel do Pinheiro, São Pedro de Sólis e São Sebastião dos Carros), contribuindo para a visibilidade do preconizado modelo de desenvolvimento local. Estes atores são os menos dependentes e influentes logo têm uma responsabilidade acrescida para com as pessoas destes territórios.

A Câmara Municipal de Mértola, muito dependente e muito influente tem que em conjunto com as outras entidades, aumentar a sua participação em projetos e ações, que em certo sentido poderiam reduzir a sua dependência e tornar mais eficaz a sua influência. Nos seus instrumentos de planeamento estratégico deve privilegiar as perspetivas integradas dos elementos diferenciadores, insistir para que os instrumentos de política nacional e regional olhem e contenham propostas para estes territórios, que devem ser vistos como uma oportunidade. Deve continuar e intensificar as parecerias, quer com os atores implicados (tendo em conta a sua vasta experiência em projetos locais, como por exemplo a Associação de Defesa do Património de Mértola), quer com as associações, coletividades, instituições sem fins lucrativos, empresas e entidades regionais. Valorizando o conceito de *aldeia natural e ecológica*, como lugar de futuro em articulação com o património histórico, natural e cultural: Campo Arqueológico de Mértola, Parque Natural do Vale do Guadiana, Mértola Islâmica e Mértola Vila Museu, Mértola Cinegética e Mértola Turística. Saber tirar partido da marca Mértola e replicá-la de forma global e integrada por todo o concelho, reforçar os laços de cooperação transfronteiriça com a vizinha Espanha e com o Algarve, contribuindo assim, para aumentar a governação local. Quanto à Junta de freguesia de São Miguel do Pinheiro (agora agrupamento de freguesias) que se encontra numa posição próxima da Câmara ao nível de dependência, claro, a um nível mais reduzido de acordo com a sua escala, deverá seguir a mesma metodologia, é sabido que os seus recursos são parcos, mas

talvez fosse um caminho para reduzir a sua dependência, integrar e incentivar os projetos locais.

O Centro Popular dos Trabalhadores de Penedos e a Associação de Caçadores/Clube de Pesca dos Gorjões, deverão abandonar as suas posições dos mais dependentes e menos influentes, isto é, aproveitar e rentabilizar os seus recursos e colocá-los ao serviço do desenvolvimento das suas atividades, sem que fiquem à espera dos sócios ou da Câmara Municipal. Para tal deverão participar em projetos em conjunto ou de natureza diferente em função das suas especificidades, por forma a aumentar a sua *performance*. É certo que a história do Centro Popular dos Trabalhadores de Penedos é diferente, pelo seu desempenho ao longo de quarenta anos tem sido profícuo e louvável. Mas, a partir deste estudo, torna-se evidente que é uma associação com um peso considerável, pela representação que tem essencialmente junto dos seus habitantes e vizinhos e que pode crescer mais e assim contribuir para a diversificação dos serviços em prol da comunidade. Podendo participar em projetos de cultura e recreio, de formação de empreendedorismo, entre outros, em colaboração com a Câmara Municipal, a Junta de Freguesia, e todos os atores deste estudo e outros com implicação nas questões turísticas, económicas e culturais e identitárias promotoras do desenvolvimento local.

Os atores individuais deverão continuar a influenciar os restantes membros de Penedos a serem mais interventivos e participativos, por forma a aumentar a governança local, só desta forma será possível implementar políticas adequadas às necessidades da população e elevar o estatuto do novo modelo de desenvolvimento local, feito de baixo para cima, onde os atores locais são o cerne e motor deste processo que se quer de todos e para todos, com vista à melhoria das condições de vida das pessoas de Penedos e continuar a ter esta terra como um lugar digno para se viver, preservando a sua identidade e garantindo deste modo a sustentabilidade da aldeia.

BIBLIOGRAFIA

Documentos impressos

Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo (2013a). *Novo ciclo de programação dos Fundos Estruturais 2014/2020*. Alentejo 2014-2020 – Primeiros contributos, Évora: ADRAL, janeiro 2013, pp.1-14.

Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo (2013b). *Novo ciclo de programação dos Fundos Estruturais 2014/2020 – Contributos*. Évora: ADRAL, julho de 2013, pp.1-10.

Associação de Municípios do Distrito de Beja (1999). *Além da Água*. (obra de Cooperação Transfronteiriça), Beja: AMDB.

Albarelo Luc, Maroy Christian, Ruquoy Danielle, Digneffe Françoise, Hiernaux Jean-Pierre, & Saint-Georges Pierre de (1997). *Práticas e Métodos de Investigação em Ciência Sociais*. (1ª ed.), Lisboa: Gradiva.

Albino, J. Carlos (coord.), (1997). *Desenvolver Desenvolvendo, Práticas e Pistas para o Desenvolvimento Local no Alentejo*. ESDIME: Agência para o Desenvolvimento Local no Alentejo Sudoeste.

Almeida, João F. / Pinto, José M. (1991). *A Investigação nas Ciências Sociais*. (4ª ed.) Lisboa: Editorial Presença.

Almeida, João F. (1986). *Classes Sociais nos Campos – camponeses parciais, numa região do noroeste*. Lisboa: Edições do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

Amaro, Rogério Roque (1985). O Alentejo Abandonado? Migrações, Regressos e Perspetivas de Desenvolvimento. *Economia e Socialismo*, Lisboa, pp.66/67; 79-92.

Amaro, Rogério Roque (1990a). Desenvolvimento e Injustiça Estrutural. *Communio*, nº 5, Lisboa, pp.448-459.

Amaro, Rogério Roque (1990b). O Puzzle Territorial dos anos 90: uma territorialidade flexível (e uma nova base para as relações entre nações e regiões). *Vértice*, nº 22 Lisboa, dezembro, pp. 39-48.

Amaro, Rogério Roque (1991a). Lógicas de especialização da economia portuguesa. *Sociologia-Problemas e Práticas*, nº 10 Lisboa, pp.161-182.

Amaro, Rogério Roque (coord.), (1992). Iniciativas de Desenvolvimento Local - caracterização de alguns exemplos. *Relatório I.S.C.T.E./I.E.F.P.* Lisboa.

Amaro, Rogério Roque (1993). As Novas Oportunidades do Desenvolvimento. *A Rede para o Desenvolvimento Local*, nº 8. Lisboa, pp.15-22.

Amaro, Rogério Roque (1994a). Formar para Des Envolver, *Formar*. nº 12, Lisboa, pp.6-12.

Amaro, Rogério Roque (1994b). *Iniciativas de Desenvolvimento Local*. Lisboa: ISCTE/IEFP.

Arocena, José (1986). *Le développement par l'initiative locale – les cas français*. Paris: Editions L'Harmattan.

Arocena, José (1995). Desarrollo local:un desafio contemporáneo. *Centro Latinoamericano de Economia Humana – CLAEH*. Universidade Católica do Uruguai, Editorial Nueva Sociedad.

Arocena, José (1997). Lo Global en la transición Contemporánea.Cuadernos del CLAEH, nº 78/79, 2ª SÉRIE, año 22, Montevideo: pp. 79 -92.

Associação de Municípios do Baixo Alentejo Litoral (2008). Baixo Alentejo: Programa Territorial de Desenvolvimento. Beja: AMBAAL, pp.1-71.

Associação de Municípios do Baixo Alentejo Litoral (2009). Plano Integrado de Desenvolvimento do Baixo Alentejo (PIDBA) – Volume I – Programa Territorial de Desenvolvimento 2008/2013. Beja: AMBAAL, maio de 2009, pp.1-91.

Bardin, Laurence (1979). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

Barata, Óscar Soares (1991). *Introdução as Ciências Sociais*. Segundo Volume (4ª ed.), Lisboa: Bertrand Editora.

Barata, Óscar Soares (1994) *Introdução as Ciências Sociais*. Primeiro volume, (8ª ed.), Lisboa: Bertrand Editora.

Barreto, António (n.d.). *Memória da Reforma Agrária*. Lisboa: Mem Martins: Publicações Europa-América.

Birrou, Alain (1982). *Dicionário de Ciências Sociais* (5ª ed.). Lisboa: Publicações Dom Quixote.

Blanché, Robert (1988). *A Epistemologia* (4ª ed.). Lisboa:Editorial Presença.

Branco, Zillah (1995). *Reportagens sociológicas no interior da Reforma agrária – uma época de participação*. Beja:Associação de Municípios do distrito de Beja.

Bourdieu, Pierre (1989). *O Poder Simbólico*. Lisboa: Difel.

Borrego, Alexandre, Ferrão, João, Almeida, João Ferreira de, Amaral, João Ferreira do & Capucha, Luis (1994). *Regiões Periféricas: Que Desenvolvimento? Uma Experiência no Concelho de Almeida*. Lisboa: Centro de Acolhimento e Integração Social (CAIS).

Castilho, M.A. de, Arenhardt, M.M. & Bourlegat Le, C.A. (2009). Cultura e identidade: os desafios para o desenvolvimento local no assentamento Aroeira, Chapadão do sul, MS. *Interações, Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, Vol.10, nº 2 julho/dezembro, Campo Grande, Mato Grosso do Sul (Brasil), Universidade Católica Don Bosco, Instituição Salesiana de Educação Superior, pp.159-169.

Carriere, Jean- Paul & Fontalirand, Bruno (1998). Vulnérabilité des Systèmes Productifs Locaux en Europe du Sur et Recomposition de la Division International du Travail. *Revue d'Economie Régional et Urbanos*, nº5, Reru,Paris, pp.727-748.

Cohen, L. / Manion, L. (1990). *Métodos de Investigación Educativa*. Madrid: Editorial la Muralla.

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (2012). *Política de coesão 2014/20. Estratégia de desenvolvimento territorial do Alentejo (NUT II) – Documento base para sessão de Sessão de trabalho com as Comunidades Intermunicipais*, Évora: CCDRA, 18 de dezembro de 2012, pp.1-31.

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (2013). *Plano de Ação Regional Alentejo 2020 (Documento de Referência para a sua elaboração)*. Évora: CCDRA, janeiro,pp.1-41.

Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo (2013). *Plano Estratégico de Desenvolvimento do Baixo Alentejo (PEDBA) 2014-20*. Apresentação feita por João Fermisson e Cristina Nunes (Documento de trabalho - estrutura do plano coordenado por Improve Consult). Beja: CIMBAL, 19 de fevereiro, pp.1-11.

Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo (2013a). *Análise crítica da implementação do programa territorial de desenvolvimento do Baixo Alentejo 2008/2013*, Beja: CIMBAL, fevereiro de 2013, pp.1-20.

Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo (2013b). *Plano Estratégico de Desenvolvimento do Baixo Alentejo 2014-20. Contributo para o Plano de Ação Regional*, Beja: CIMBAL, maio de 2013, pp.1-17.

Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo (2013c). *Plano Estratégico de Desenvolvimento do Baixo Alentejo 2014-20. Documento de trabalho*, Beja: CIMBAL, maio de 2013, pp.1-13.

Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo (2013d). *Plano Estratégico de Desenvolvimento do Baixo Alentejo 2014-20. Principais mensagens da 1ª fase de auscultação dos stakeholders da região*, Beja: CIMBAL, junho de 2013, pp.1-6.

Costa, António Firmino da (1986). *Pesquisa de Terreno em Sociologia*. Silva, Augusto, Pinto, José M. (org.), *Metodologia de Ciências Sociais*, Porto: Edições Afrontamento.

Correia, Esmeralda Pinto (2005). *Êxodo Rural e Desertificação Humana. A morte de uma Freguesia do Alentejo Central: São Bento da Ana Loura*. Lisboa: Edições Colibri.

Creswell, John W. (1994). *Research design: qualitative & quantitative, approaches*. Thousand Oaks: Publication.

Crozier & M. Friedberg. (1977). *L'acteur et le système*. Paris: Éditions de Seuil.

Cutileiro, José (1977). *Ricos e Pobres no Alentejo*. Lisboa: Sá da Costa.

Damásio, António (1994). *O Erro de Descartes - Emoção, Razão e Cérebro Humano*. Mem Martins: Publicações Europa-América.

Dantas, J. da Costa (1987). *Formação Profissional*. Coimbra: Centro de Estudos e Formação Autárquica (Policopiado).

Dias, Jorge (1961). *Ensaaios Etnológicos*, Lisboa, Junta de Investigação do Ultramar: - Centro de Estudos de Ciências Políticas e Sociais.

Durkheim, Emile (1984). *A Divisão do Trabalho Social* - Vol.I (2ª ed.). Lisboa: Editorial Presença.

Eco, Humberto (1980). *Como se Faz Uma Tese em Ciências Humanas*. Lisboa: Editorial Presença.

Esteves, António Joaquim & Azevedo, José (1996). *Metodologias Qualitativas para as Ciências Sociais*. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Instituto sociológico.

Fonseca, Inês (2006). *Aivados - Posse da Terra, Resistência e Memória no Alentejo*. Lisboa, Edição Dinossauro (Edição patrocinada pela Câmara Municipal de Castro Verde).

Fonseca, Inês (2007). *Trabalho, Identidade e Memórias em Aljustrel* – “Levávamos a foice logo p’ra mina”. Castro Verde, Editora 100 Luz.

Freitas, Eduardo de, Almeida, J. Ferreira, Cabral & M.Vilaverde (1976). *Modalidades de Penetração do Capitalismo na Agricultura. Estruturas Agrárias em Portugal Continental, 1950-1970*. Lisboa: Editorial Presença, Livraria Martins Fontes.

Gaspar, Jorge (1987). *A Ocupação e a Organização do Território: Análise Retrospectiva e Tendências Evolutivas*. Coleção Portugal - Os Próximos 20 Anos. Vol. I. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Ghiglione, Rodolphe & Matalon, Benjamin (1992). *O Inquérito: Teoria e Prática*, Oeiras: Celta Editores.

Giddens, Anthony (2002). *Sociologia*, (3ª ed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Gil, António Carlos (1987). *Como Elaborar Projetos de Pesquisa*, S. Paulo: Editores Atlas S.A.

Gil, António Carlos (1991). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. S. Paulo: Editores Atlas S.A.

Godet, Michel (1993). *Manual de Prospeção Estratégica*. Lisboa: Dom Quixote

Godet, Michel & Durance, Philippe (2011) *A Prospetiva Estratégica para as Empresas e os Territórios*. Paris: Dunod UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação e Cultura).

Goffman, Erving (1959) (2002). *The Presentation of Self In Everyday Life* (A Representação do Eu na Vida Quotidiana), traduzido por Maria Célia Santos Raposo, (10ª ed.). Petrópolis: Editora Vozes.

Guerra, Isabel, Caldas, JM Castro, Caria, Fernando, Moura, Dulce, Perestrelo, Margarida, Perestrelo, Margarida, Pinto & Teresa C. (1999). *A Baixa Pombalina – Diagnóstico, Prospectiva e Estratégia de Atores*. Oeiras: Celta Editores.

Guerra, Isabel Carvalho (2006). *Fundamentos e Processo de Uma Sociologia de Acção – O Planeamento em Ciências Sociais*, (2ª ed.). Cascais: Editora Principia, Publicações Universitárias e Científicas.

Guerreiro, Maria Celina Nobre (2012). *O aeroporto de Beja – da génese aos contributos para uma análise prospetiva em 2020*. Dissertação de Mestrado em Sociologia, Universidade de Évora, Évora, setembro (policopiado).

Gurvitch, Georges (1977). *Tratado de Sociologia - Primeiro volume*. Barcelos: Companhia Editora do Minho.

Gurvitch, Georges (1977 a). *Tratado de Sociologia - Segundo volume*. Barcelos: Companhia Editora do Minho.

Henriques, José Manuel (1986). Castanheira de Pêra: uma via para o Desenvolvimento Regional Endógeno? *Sociedade e Território*, nº4, Porto: Afrontamento.

Henriques, José Manuel (1986). *A Experiência Portuguesa do Poder Local: as Iniciativas do Município de Castelo de Vide para promoção do Desenvolvimento Local*. Lisboa: I.D.G.

Henriques, José Manuel (1987). Iniciativas Municipais Inovadoras na Promoção do Desenvolvimento Local: os casos de Castelo de Vide e Castanheira de Pêra. *O Comportamento dos Agentes Económicos e a Reorientação da Política Económica*. Lisboa: C.I.S.E.P.

Henriques, José Manuel (1990). *Municípios e Desenvolvimento - Caminhos Possíveis*. Lisboa: Escher Publicações.

Hess, Rémi (1983). *Sociologia de Intervenção* (tradução de Carlos Fernandes Maia), Porto: Rés Editores Lda..

Instituto Nacional de Estatística (1992, 2002, 2012). *Recenseamentos gerais da população – XIII, XIV e XV*, Lisboa: 1992, 2002 e 2012.

Instituto Nacional de Estatística (2013). Destaque, informação à comunicação social, Estatísticas de Emprego, 1º trimestre de 2013, Lisboa: 9 de maio, pp.1-8.

Lessard - Hérbert, Michelle, Goyette, Gabriel & Boutin, Gérard (1994). *Investigação Qualitativa: Fundamentos e Práticas*. Lisboa: Instituto Piaget.

Lima, Marinús Pires de (1987). *Inquérito Sociológico-Problemas de Metodologia*. (3ª ed.). Lisboa: Editorial Presença.

Lopes, Raúl Gonçalves (1990). *Palaneamento Municipal e Intervenção Autárquica no Desenvolvimento Local*. Lisboa. Escher.

Lopes, Simões (1987). *Desenvolvimento Regional*, (3ª ed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Lourenço, Ricardo José de Oliveira (2011). *Desenvolvimento económico de modelos de baixa densidade*. Coimbra: Faculdade de Economia.

Marconi, M. de A & Lakatos, E. M. (1990). *Técnicas de Pesquisa Social*, S. Paulo, Editores Atlas, S.A.

Marques, António Pedro Sousa (2006). *Atores, Estratégias e Desenvolvimento Local. Conflitos e Consensos no Município de Palmela no Limiar do Século XXI*, Tese de Doutoramento, Universidade de Évora (policopiado).

Matos, A.C./Martins, M.C. Andrade & Betencurt M.L. (Prefácio de Jaime Reis), (1982). *Senhores da Terra – Diário de um Agricultor Alentejano (1832 – 1899)*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.

Mitchell, G. Duncan (s.n). *Novo Dicionário de Sociologia* (tradução Maria da Graça Barbedo) 1ª publicação em língua inglesa em 1968. Porto: Rés Editores.

Moreira, Carlos D. (1994). *Planeamento e Estratégias de Investigação Social*. Lisboa: E.S.C.S.P.

Nazareth, J. Manuel (1988). *Princípios e Métodos de Análise da Demografia Portuguesa*. Lisboa: Editorial Presença.

Nazareth, J. Manuel (1988a). *Unidade e Diversidade da Demografia Portuguesa no Final do século XX*. Coleção Portugal - Os Próximos 20 Anos. Vol.III. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Núcleo Executivo da Rede Social do Concelho de Mértola (2012). *Diagnóstico Social do Concelho de Mértola*. Aprovado no Conselho Local de Ação Local. Mértola: 18 de outubro. pp. 1-39.

O'Neill, Brian Juan (1982). Trabalho Cooperativo no Norte de Portugal. *Análise Social*. Vol. XVIII nº 70. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, pp. 7-34.

Pereira, Orlando M.F. (1992). *Ano 2000: Os Grandes Desafios de Natureza Sócio-Demográfica no Distrito de Beja*, (trabalho de fim de curso em Sociologia sob orientação do Prof. Doutor J. M. Nazareth) Universidade de Évora (policopiado).

Pereira, Orlando M.F. (1997). A Regionalização no Processo de Desenvolvimento do Alentejo. *Atas do IX Congresso do Alentejo*, em Estremoz: 26-28 de setembro pp. 1-10.

Pereira, Orlando M.F. (1998). *Case-study: O Programa de Modernização Administrativa nas Autarquias do Distrito de Beja, Comunicação apresentada na Conferência Internacional sobre a Gestão Pública*, realizada pela MGI (Management Global Information), no Hotel Alfa, em Lisboa: 22-23 de janeiro pp.1-13.

Pereira, Orlando M.F. (1998a). A Busca de um Novo Estilo de Desenvolvimento para o Alentejo – Alguns Contributos, *Arquivo de Beja*. Vols. VII/VIII – Série III, Agosto.pp.357-362.

Pereira, Orlando M.F. (1999). O Papel da Formação Autárquica no Desenvolvimento local/Municipal: o caso particular do Pólo de CEFA (Centro de Estudos e Formação Autárquica) do Alentejo e Algarve, *Comunicação apresentada na Conferência sobre*

os Modelos de Gestão Municipal, realizada pela Confer Forum, no Hotel Sofitel, em Lisboa: 24-25 de novembro, pp.1-15.

Pereira, Orlando M.F. (1999 a). A Água nos Caminhos do Novo Desenvolvimento: reflexões por um Alentejo com futuro. Comunicação (8ª Edição) dos Encontros de Monsaraz sobre a temática: *Alqueva - o Centro do Mundo?* Monsaraz: Edição ADIM (Associação de Defesa dos Interesses de Monsaraz).pp.113-119.

Pereira, Orlando M.F. (2000). Autarquias e Desenvolvimento Local com amor: Contributos da Investigação Social para a definição de uma nova intervenção territorial. *Comunicação apresentada no I Congresso Transfronteiriço: A Extremadura Espanhola e a Fronteira de Portugal- História, Economia, Território e Urbanismo – Universidade Moderna – Pólo de Beja*, Beja (29 e 30 de Novembro) e Universidade da Extremadura, Badajoz (1 de dezembro), pp.1-9.

Pereira, Orlando M.F. (2001). *O Papel da Formação no Desenvolvimento Local/Municipal: O Caso Particular do Pólo do CEFA em Beja*, Coimbra: Carvalho & Simões. Edição do Autor.

Pereira, Orlando M.F. (2001 a). O Papel da Formação Autárquica no Desenvolvimento Local/Municipal” – Estudo de caso, *Revista Meridionália*, n.º 2, Beja: Pólo de Beja da Universidade Moderna , abril. pp.225-234.

Pereira, Orlando M.F., Segão, Domingas, Saramago, Jacinto (2001), Barrancos: *Essências para um Desenvolvimento de Lonjuras (Alguns contributos para a Valorização do Interior)*. Barrancos, Câmara Municipal de Barrancos.

Pereira Orlando M.F (2002). As Políticas Autárquicas no combate ao envelhecimento da população do Distrito de Beja para o Séc. XXI. Comunicação *I Congresso Português de Demografia* (21-23 de Setembro de 2000 em Tróia) Lisboa: Edição Associação Portuguesa de Demografia (Atas do Congresso). pp. 1-12.

Pereira, Orlando M.F (2002a). *Reivindicações para um Alqueva Humano. II Congresso Português de Demografia*, subordinado ao tema - Demografia e População: os Novos Desafios, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 27-29 de setembro, pp.1-11.

Pereira, Orlando M.F., Pacheco, Francisco do Ó, Valente, Jorge, P., Vaz, Renato (2006) (Coordenação). *Contributos da AMBAAL – Associação de Municípios do Baixo*

Alentejo e Alentejo Litoral para um Novo Modelo de Desenvolvimento para o Baixo Alentejo e Alentejo Litoral/Preparação do Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007- 2013. Beja: Associação de Municípios do Baixo Alentejo e Alentejo Litoral.

Pereira, Orlando M.F. (2006). *Pedaços de Poesia Escorrendo Amor*. Beja: Edição do autor.

Pereira, Orlando M.F. (coord.), (2008). *Estudo de Avaliação da Formação desenvolvida pela Associação de Municípios do Baixo-Alentejo e Alentejo Litoral (2002-2004)*, coordenação Beja. Edição: AMBAAL.

Pereira, Orlando M.F. (2012). As Cooperativas em Portugal: alternativas à crise e garantia de um futuro sustentável. Comunicação apresentada na Conferência Sobre 2012 – Ano Internacional do Cooperativismo. Moura: (COMOIPREL), 14 setembro de 2012, pp.1-15.

Pereira, Orlando M.F. & Marques A.P.S. (2012 a). Reflexões estratégicas de desenvolvimento local no contexto da preservação da identidade de Penedos (Mértola).VII Congresso Português de Sociologia, Porto, junho de 2012, pp.1-17

Pereira, Orlando M.F. & Marques A.P.S. (2012 b). Desenvolvimento e Identidade em Penedos (Mértola) – Metodologias de ação em territórios de baixa densidade, IV Congresso Português de Demografia, intitulado – Repensar a Demografia Hoje: condicionantes e estratégias, *Atas do Congresso*, Universidade de Évora: 12 e 13 de setembro de 2012, 1-18.

Pereira, Orlando M.F. & Marques, APS (2012 c). Estado Novo, Políticas de Planeamento e Ordenamento do Território: intervenção da Junta de Colonização Interna na aldeia de Penedos (Mértola), *Revista Fórum Sociológico*, Lisboa,;artigo submetido, mas ainda não publicado), pp. 1-18.

Pereira, Orlando M.F. & Marques, APS - Associação Portuguesa de Sociologia (2012 d). Estratégias de desenvolvimento local para territórios de muito baixa densidade – que desafios para Penedos (Mértola)? Artigo submetido à *newsletter da Associação Portuguesa de Sociologia*, Lisboa:, 16 dezembro de 2012 (não publicado), pp.1-16.

Pereira, Orlando M.F. & Marques, APS (2013 a). Reflexões estratégicas de desenvolvimento local no contexto da preservação da identidade de Penedos (Mértola) -

alguns aspetos metodológicos com incidência no modelo de análise (variáveis e atores). *Comunicação apresentada na Escola de Inverno* da Universidade de Évora: 11 de janeiro de 2013, pp.1-21.

Pereira, Orlando M.F & Marques A.P.S. (2013 b). Estratégias de desenvolvimento local face ao abandono populacional – que desafios e que futuros para Penedos (Mértola)? *Cooperação, Territórios e Redes de Atores – Olhares de Futuro. 2º Congresso Internacional de Verão da Escola de Ciências Sociais. Atas do Congresso.* Universidade de Évora: 7 e 8 de setembro 2012, pp. 223-234.

Pereira, Orlando M.F. & Marques, A.P.S. (20013 c). A participação dos atores territorializados na construção de estratégias de desenvolvimento local para a preservação da identidade: os desafios emergentes para Penedos (Mértola)? *Comunicação apresentada na Escola Verão* da Universidade de Évora: 6 e 7 de setembro de 2013, pp.1-23.

Perestrelo, Margarida, Caldas, José Maria Castro (1996). Estratégias de Atores, Prospetiva e Avaliação. *Revista de Sociologia – Problemas e Práticas*, nº 22, Lisboa: CIES.

Perestrelo, Margarida, Caldas, José Maria Castro (1998). Instrumentos de Análise para o Método dos Cenários I. *Análise Estrutural*, Lisboa: Dinâmia, WP 98/09.

Perestrelo, Margarida, Caldas, José Maria Castro (1998). Instrumentos de Análise para o Método dos Cenários II. *Estratégia de Atores*, Lisboa: Dinâmia, WP 2000/17

Perestrelo, Margarida (2000). Prospetiva: Planeamento Estratégico e Avaliação. *Revista Territórios Alternativos* nº 2, Lisboa: INESLA.

Perestrelo, Margarida (coord), Moura, Dulce, & Amor, Teresa (2000). Análise da Estratégia de atores na Zona Oeste. Intervenções, conflitos e consensos. *Revista Territórios Alternativas*, nº 2, Lisboa: INESLA.

Perroux, François (1987). *Ensaio sobre a Filosofia do Novo Desenvolvimento*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Pinto, José Madureira (1977). A Etnologia e a Sociologia na Análise de Coletividades Rurais. *Análise Social*. Lisboa: Vol. XIII, 2.ª Série, n.º 52; pp. 805-828.

- Podgórecki, Adam, Lós, Maria (1984). *Sociologia Multidimensional*. Porto: Rés Editora Lda..
- Quivy, Raimond, Champenhoudt & Luc Van (1992). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Portela, José (1985). Observação Participante: reflexões sobre uma experiência. *Cadernos de Ciências Sociais*, nº 3, Porto: p.p. 157-176.
- Queirós, Carla, (2004). Breves apontamentos sobre as questões de género na sociedade tradicional do Alto Alentejo. *Mneme – Revista Virtual de Humanidades*, nº 11, v 5.julho/setembro, Lisboa: pp.1-15.
- Ramos, Francisco Martins & Silva, Carlos Alberto da (2003). *Tratado das Alcunhas Alentejanas*. (3ª ed.). Lisboa: Edições Colibri.
- Ribeiro Orlando (1991). *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico: esboço de relações geográficas*. (6.ª ed.). Lisboa: Edições Sá da Costa, (Coleção Nova Universidade).
- Richardson, Roberto J. (1989). *Pesquisa Social-Métodos e Técnicas*. S. Paulo:Editorial Atlas S.A.
- Rosa, Maria João Valente (2012). *O Envelhecimento da Sociedade Portuguesa*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Ruivo, Fernando (1990). Local e Política em Portugal: O Poder Local na Mediação entre Centro e Periferia. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 3, Coimbra: pp.75-95.
- Santos, Boaventura Sousa (1988). *Um discurso sobre as Ciências*. Porto: Afrontamento.
- Silva, Augusto Santos & Pinto J.M. (1986). *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto: Edições Afrontamento.
- Silva, Capela e J.A. (1939). *Ganharias*. Lisboa: Editora Imprensa Barhoet Bertrand Editora.
- Tourraine, Alain (1982). *Pela Sociologia*.Lisboa:Publicações Dom Quixote.
- Webber, Max (1983). *Fundamentos da Sociologia* (2ªed.). Introdução à segunda edição portuguesa por Paulo Ferreira da Cunha. Porto: Rés Editora Lda..

Documentos digitais

Anexo 4 - *Normas para a elaboração da Bibliografia, Referências Bibliográficas e Citações* APA (Americian Psycological Association (2013). (6ª ed.). Acedido em ago. 29, 2013, disponível em: http://c3icongresso2013.web.ua.pt/wp-content/uploads/2013/05/Normas_APA6th.Portugues.pdf

Arocena, José (2002). *El desarrollo local: um desafio contemporáneo*, Taurus Universidad Católica, 2ª ed., Uruguai, pp. 1-13. Acedido em dez. 03, 2012, disponível em: http://www.cebem.org/cmsfiles/publicaciones/Arocena_resumen.pdf

Associação De Defesa do Património de Mértola (ADPM). Acedido em jan.15, 2011, disponível em: <http://www.adpm.pt/>

Associação de Municípios do Baixo Alentejo e Alentejo Litoral (AMBAAL), Acedido em dez.2010 , disponível em: www.ambaal.pt

Bandeira, Pedro (1999). *Participação, articulação de atores sociais e desenvolvimento regional*, Texto para discussão nº 630, Editora: IPEA, Brasília. Acedido em Set. 22, 2012, disponível em: http://www.livrosgratis.com.br/arquivos_livros/td_0630.pdf

Borges, João Carlos de Freitas & Júnior, Idelmar Gomes Cavalcante (s.d.). *Território, Identidade e Memória: Tramas conceituais para pensar a piauiensidade*, Universidade Estadual de Piauí, Brasil. Acedido em jun. 10, 2012, disponível em: <http://www.yumpu.com/pt/document/view/12829980/territorio-identidade-e-memoria-uespi>

Almeida, de Bruno, José Machado (2005). *O Setor Cooperativo em Portugal: aspetos económicos*. Revista Setor Cooperativo,(nº29). Acedido em ago. 12, 2012, disponível em:<http://www.ci.esapl.pt/jcms/materiais/Org%20Gestao%20Coops/OSectorCooperativoEmPortugalAspectosEconomicos.pdf>

Caetano, Miguel de Barros (2008). *O planeamento regional em Portugal no período do III plano de fomento*, Departamento de prospetiva e Planeamento e Relações Internacionais do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, Lisboa, Edição do Departamento de Informação e Comunicação. Acedido em jun, 5, 2012, disponível em:

[http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:az9k3MhJS68J:www.dpp.pt/Lists/Pesquisa%2520Avanada/Attachments/3217/Planeamento_Regional_Portugal.pdf+Caetano,+Miguel+de+Barros+\(2008\)+%E2%80%9CO+planeamento+regional+em+Portugal+no+per%C3%ADodo+do+III+plano+de+fomento%E2%80%9D&cd=1&hl=pt-PT&ct=clnk&gl=pt](http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:az9k3MhJS68J:www.dpp.pt/Lists/Pesquisa%2520Avanada/Attachments/3217/Planeamento_Regional_Portugal.pdf+Caetano,+Miguel+de+Barros+(2008)+%E2%80%9CO+planeamento+regional+em+Portugal+no+per%C3%ADodo+do+III+plano+de+fomento%E2%80%9D&cd=1&hl=pt-PT&ct=clnk&gl=pt)

Câmara Municipal de Mértola (CMM). Acedido em fev. 5, 2011, disponível em: <http://www.cm-mertola.pt/>

Carmo, Renato Miguel do (2010). *A agricultura familiar em Portugal: ruturas e continuidades*, in RESR, SP vol. 48, nº 1. Acedido em set. 10, 2012, disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/resr/v48n1/01.pdf>

Comissão de Coordenação Regional do Alentejo (CCDRA). *INALENTEJO-Candidaturas no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN-2007/13)*. Acedido em mar. 13, 2011, disponível: <http://www.inalentejo.qren.pt/>

Comissão de Coordenação Regional do Alentejo (CCDRA). *INALENTEJO – Programa de Ação Regional – Alentejo 2020* (Preparação do novo período de programação 2014-20, no âmbito do próximo Quadro Estratégico Comum). Acedido em Ago. 26, 2013, disponível em: <http://www.inalentejo.qren.pt/>

Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo (CIMBAL). Acedido em ago. 10, 2012, disponível em: <http://www.cimbal.pt/default.aspx>

Correio do Alentejo (2012). *António Raposo Tavares e os Quinhentos anos da Descoberta do Brasil*. Acedido em mai. 11, 2013, disponível em: http://www.correioalentejo.com/?diaria=7926&page_id=36

Daniela, Vilaverde e (2007). *Escola e lógicas de ação organizacional: contributos teóricos para uma análise sociológica da organização educativa, Ensaio: avaliação de políticas Públicas*. Vol.15. nº 54. Acedido em jun. 21, 2012, disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-40362007000100007>

Decreto-Lei nº 33921 de 5 de Setembro. *Diário da República nº 197/44 - I série*. Ministério das Obras Públicas e Comunicações - Gabinete do Ministro. Acedido em fev.

6, 2011, disponível em: <http://www.dre.pt/cgi/dr1s.exe?t=dr&cap=1-1200&doc=19441198&v02=&v01=2&v03=1900-01-01&v04=3000-12-21&v05=&v06=&v07=&v08=&v09=&v10=&v11=%27Decreto-Lei%27&v12=33921&v13=&v14=&v15=&sort=0&submit=Pesquisar>

Decreto-Lei nº 44720 de 23 de novembro. *Diário da República nº 270/62 - I Série*. Ministério da Economia - Secretaria de Estado da Agricultura - Junta de Colonização Interna. Acedido em fev. 13, 2011, disponível em: <http://www.dre.pt/cgi/dr1s.exe?t=dr&cap=1-1200&doc=19622151%20&v02=&v01=2&v03=1900-01-01&v04=3000-12-21&v05=&v06=&v07=&v08=&v09=&v10=&v11='Decreto-Lei'%27&v12=&v13=&v14=&v15=&sort=0&submit=Pesquisar>

Decreto-Lei nº 576/70 de 24 de novembro. *Diário da República nº 273/70 - I Série*. Presidência do Conselho. Acedido em fev. 10, 2011, disponível em: <http://www.dre.pt/cgi/dr1s.exe?t=dr&cap=1-1200&doc=19702267%20&v02=&v01=2&v03=1900-01-01&v04=3000-12-21&v05=&v06=&v07=&v08=&v09=&v10=&v11='Decreto-Lei'%27&v12=&v13=&v14=&v15=&sort=0&submit=Pesquisar>

Decreto-Lei nº 794/76 de 5 de novembro. *Diário da República nº 259.- I Série*. Ministério da Habitação Urbanismo e Construção. Acedido em fev. 10, 2011, disponível em: [http://www.marinha.pt/Conteudos_Externos/lexmar/PGPAT%20100/PGPAT%201000%20-%20Cap%C3%ADtulos/Cap%C3%ADtulo%20J%20Polui%C3%A7%C3%A3o/Conven%C3%A7%C3%A3o%20responsabilidade%20civil/Decreto%20694-76%20\(21%20SET\)%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20sobre%20Responsabilidade%201969.PDF](http://www.marinha.pt/Conteudos_Externos/lexmar/PGPAT%20100/PGPAT%201000%20-%20Cap%C3%ADtulos/Cap%C3%ADtulo%20J%20Polui%C3%A7%C3%A3o/Conven%C3%A7%C3%A3o%20responsabilidade%20civil/Decreto%20694-76%20(21%20SET)%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20sobre%20Responsabilidade%201969.PDF)

Decreto-Lei nº 69/90 de 2 de março. *Diário da República nº 51 - I Série*. Ministério do Planeamento e de Administração do Território. Acedido em fev. 10, 2011, disponível em: <http://dre.pt/pdf1sdip/1990/03/05100/08800887.pdf>

Decreto-Lei nº 48/98 de 11 de agosto. *Diário da Republica nº184 – I Série - Artigo nº 8.* Assembleia da República. Acedido em fev. 12, 2011, disponível em: <http://dre.pt/pdf1sdip/1998/08/184A00/38693875.PDF>

Decreto-Lei nº 33921 de 5 de setembro. *Diário da Republica nº 197/44 – I Série.* Ministério das Obras Públicas e Comunicações - Gabinete do Ministro. Acedido em fev. 6, 2011, disponível em: <http://www.dre.pt/cgi/dr1s.exe?t=dr&cap=1-1200&doc=19441198&v02=&v01=2&v03=1900-01-01&v04=3000-12-21&v05=&v06=&v07=&v08=&v09=&v10=&v11=%27Decreto-Lei%27&v12=33921&v13=&v14=&v15=&sort=0&submit=Pesquisar>

Decreto-Lei nº 44720 de 23 de novembro. *Diário da Republica nº 270/62 - I Série.* Ministério da Economia - Secretaria de Estado da Agricultura - Junta de Colonização Interna. Acedido em fev. 13, 2011, disponível em: <http://www.dre.pt/cgi/dr1s.exe?t=dr&cap=1-1200&doc=19622151%20&v02=&v01=2&v03=1900-01-01&v04=3000-12-21&v05=&v06=&v07=&v08=&v09=&v10=&v11='Decreto-Lei'&v12=&v13=&v14=&v15=&sort=0&submit=Pesquisar>

Decreto-Lei nº 576/70 de 24 de novembro. *Diário da Republica nº 273/70. I Série.* Presidência do Conselho. Acedido em fev. 10, 2011, disponível em: <http://www.dre.pt/cgi/dr1s.exe?t=dr&cap=1-1200&doc=19702267%20&v02=&v01=2&v03=1900-01-01&v04=3000-12-21&v05=&v06=&v07=&v08=&v09=&v10=&v11='Decreto-Lei'&v12=&v13=&v14=&v15=&sort=0&submit=Pesquisar>

Decreto-Lei nº 794/76 de 5 de novembro. *Diário da Republica nº 259 – I Série.* Ministério da Habitação Urbanismo e Construção. Acedido em fev. 10, 2011, disponível em: [http://www.marinha.pt/Conteudos_Externos/lexmar/PGPAT%20100/PGPAT%201000%20-%20Cap%C3%ADtulos/Cap%C3%ADtulo%20J%20Polui%C3%A7%C3%A3o/Conven%C3%A7%C3%A3o%20responsabilidade%20civil/Decreto%20694-76%20\(21%20SET\)%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20sobre%20Responsabilidade%201969.PDF](http://www.marinha.pt/Conteudos_Externos/lexmar/PGPAT%20100/PGPAT%201000%20-%20Cap%C3%ADtulos/Cap%C3%ADtulo%20J%20Polui%C3%A7%C3%A3o/Conven%C3%A7%C3%A3o%20responsabilidade%20civil/Decreto%20694-76%20(21%20SET)%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20sobre%20Responsabilidade%201969.PDF)

Decreto-Lei nº 69/90 de 2 de março. *Diário da República nº 51 – I Série*. Ministério do Planeamento e de Administração do Território. Acedido em fev. 10, 2011, disponível em: <http://dre.pt/pdf1sdip/1990/03/05100/08800887.pdf>

Dias, Isabel (1996). *Estratégias de Pesquisa Qualitativa no estudo da Violência na Família*. Metodologias Qualitativas para as Ciências Sociais, Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Instituto Sociológico. Acedido em out. 9, 2011, disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4256.pdf>

Diogo, Cláudia (2010). *A Reforma Agrária em Idanha-a-Nova. Tese submetida à obtenção ao grau de Mestre em Museologia: Conteúdos Exploratórios*. Lisboa: ISCTE/IUL. Acedido em set. 5, 2012, disponível em: <http://repositorio-iul.iscte.pt/bitstream/10071/3254/1/Reforma%20Agr%c3%a1ria%20Idanha.pdf>

Entidade Regional de Turismo (ERT). Acedido em mar. 2012, disponível em: <http://www.visitalentejo.pt/pt/>

Fernandes, António José (1996). *Alguns desafios teórico-metodológicos*, in *Metodologias Qualitativas para as Ciências Sociais*, Porto, Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Instituto sociológico. Acedido em out. 13, 2010, disponível em: <http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/8316/2/4255.pdf>

Ferreira, Isabel, Cunha, Carlos, Marinho, Manuel (s.d.). *Planeamento local e participação pública – o caso de Barcelos*. Comunicação da Câmara Municipal de Barcelos, Casa do Rio. Acedido em ago. 23, 2012, disponível em: http://www.apgeo.pt/files/docs/CD_V_Congresso_APG/web/pdf/D2_14%20Out_Isabel%20Ferreira-Carlos%20Cunha-Manuel%20Marinho.pdf

Frade, Catarina Cláudia Ferreira (1999). *A componente ambiental no ordenamento do território*: Conselho Económico e Social, Acedido em ago. 29, 2013, disponível em: <http://www.ces.pt/download/581/CompAmbOrdTerrit.pdf>

Freitas, Rony Klay Viana de (2011). *O desenvolvimento de políticas públicas através da participação da sociedade civil*. Artigo do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Acedido em set. 29, 2012, disponível em: <http://pendientedemigracion.ucm.es/info/nomadas/30/ronyfreitas.pdf>

Gaspar, Jorge (1995). *O novo ordenamento do território – geografia e valores*, in Comunicação do Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa. Acedido em set. 12, 2012, disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sv-39.htm>

IIFA-EU, Instituto de Investigação e Formação avançada da Universidade de Évora (s.n.). *Regras Formais das Teses* (3º ciclo). Universidade de Évora. Acedido em fev. 01, 2012, disponível em: http://www.iifa.uevora.pt/content/download/197/889/file/3%C3%82%C2%BA_ciclo_Plano_Melhoria.pdf.

INE – Instituto Nacional de Estatística (2012). Acedido em jul. 12, 2012, disponível em: http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_main

Júnior, Rudibert Kilian (2009). *Cenarização: A ferramenta essencial para uma estratégia efetiva*. Tese de Mestrado : Centro de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Acedido em out. 17, 2011, disponível em: <http://www.brunomoraes.com.br/governanca-em-ti/wp-content/uploads/2010/08/CENARIZA%C3%87%C3%83O-TESE.pdf>

Lipsor – *Laboratoire d' Investigation en Prospective Estratégies et organization*. Acedido em out, 22, 2011, disponível em: <http://es.lapropective.fr/Metodos-de-prospectiva.html>

Lobo, Manuel da Costa (2011) *Planeamento urbanístico em Portugal*. Acedido em ago. 29, 2013, disponível em: www.raco.cat/index.php/Waterfront/article/download/248255/332368

Macedo, Marta, Pinto, Marta, Macedo Pedro & Silva, Margarida (2012). *Agenda 21 Local em Portugal. Balanço realizado com base na comunicação através da internet*, in Grupo de Estudos ambientais, Escola Superior de Biotecnologia da Universidade Católica Portuguesa. Acedido em set. 5, 2012, disponível em: http://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/5410/1/com_nac_2005_ESB_3_pinto_marta_07.pdf

Marques, António Pedro Sousa & Estevão, Marta Ribeiro (2012). *Évora Património da Humanidade: conflitos e consensos de atores em torno de uma classificação*. Comunicação apresentada no II Congresso Internacional de Verão da Escola de

Ciências Sociais da Universidade de Évora. Acedido em ago. 30, 2013, disponível em: <http://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/8222/1/%C3%89vora%20Patrim%C3%B3nio%20da%20Humanidade%20conflitos%20e%20consensos%20de%20atores%20em%20torno%20de%20uma%20classifica%C3%A7%C3%A3o%20comunica%C3%A7%C3%A3o.pdf>

Marques, António; Silva, Carlos; Baltazar, Maria S & Saragoça, José (2012). *Os territórios da cultura na região euroace: desafios e futuro*. Sem publicadora definida. Acedido em Jul. 17, 2013, disponível em: <http://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/8234/1/Os%20territ%C3%B3rios%20da%20cultura%20na%20regi%C3%A3o%20euroace%20desafios%20e%20futuros%20comunica%C3%A7%C3%A3o%201.pdf>

Mourão, Ada Raquel Teixeira, Cavalcante, Sylvia (2006). *O processo de construção do lugar e da identidade dos moradores de uma cidade reinventada*. Estudos de Psicologia, nº11 (2). Acedido em out. 25, 2012, disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=26111203>

Pais, José Machado, Lima, Aida M.V. de, Baptista, José F., Jesus Maria F.M. de & Gameiro Maria M. (1978). *Elementos para a história do fascismo nos campos: A «Campanha do Trigo»: 1928-38- II*. *Análise Social*, vol. XIV. 2º. Acedido em out. 30, 2012, disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223989053Q5hNW8wm8Db11DB9.pdf>

Papudo, Rui Miguel (2008). *Proposta metodológica para a constituição de um quadro de indicadores a aplicar ao ordenamento do território*. Comunicação apresentada no XII Colóquio Ibérico de Geografia. Acedido em out, 2012, disponível em: http://icaci.org/files/documents/national_reports/2007-2011/Portugal.pdf

Quadro de Referência Estratégico Regional – QREN (2007-13) - Programas Operacionais. Acedido em jan. 21, 201, disponível em: <http://www.qren.pt/np4/POs>

Reis, Jaime (1979). *A «Lei da Fome»: as origens do protecionismo cerealífero (1889-1914)*. *Análise Social*, vol. XV (60) 4º. Acedido em out. 7, 2012, disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223990341R5sVH2pa1Ra60EQ7.pdf>

Santos, Maria Roseli Sousa (2005). *Saberes culturais, memória e identidade social em tempos de modernidade*. Texto parcial da tese de Mestrado em Educação, Universidade do Estado de Pará, Centro de Ciências Sociais e Educação. Acedido em set. 08, 2012, Ed, disponível em:

http://www.roselisousa.com.br/private/sabores_culturais_memorias.pdf

Saragoça, José (2010). *Governo Electrónico Local: Diagnóstico Sociológico, Estratégias de Atores e Futuros Possíveis para o Distrito de Évora, Portugal*. Tese de Doutoramento em Sociologia, Universidade de Évora. Acedido em mar. 2, 2012, disponível em:

http://www.academia.edu/2056428/Governo_Electronico_Local_Diagnostico_Sociologico_Estrategia_de_Actores_e_Futuros_Possiveis_para_o_Distrito_de_Evora_Portugal

Silva, Cristiane Rocha, Gobbi, Beatriz Christo & Simão, Ana Adalgisa (2005). *O uso da análise de conteúdo como uma ferramenta para Pesquisa Qualitativa: descrição e aplicação do método*. Organ. Rurais agroind., Vol. 7, nº 1 Universidade de Lavras. Acedido em nov. 5, 2012, disponível em:

<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=87817147006>

Silva, Carlos & Fialho, Joaquim (2006). Redes de Formação Profissional. Uma dinâmica de participação e cidadania. *REDES – Revista hispana para el análisis de redes sociales*, Vol 11, Diciembre, Acedido em out. 2011, disponível em:

http://revista-redes.rediris.es/html-vol11/Vol11_6.htm

Silva, da Maria Elisa, Oliveira, da Silva Lopes (2011). *A propriedade e os seus sujeitos: colonização interna e colónias agrícolas durante o Estado Novo*, tese de Mestrado sob orientação do Professor Doutor Fernando Rosas, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa. Acedido em jul. 26, 2012, disponível em:

<http://run.unl.pt/handle/10362/7065>

Silva, Luís (2008). *Contributos para o estudo da pós-ruralidade, Arquivos da Memória, obras outro país – novos olhares*. Terrenos clássicos nº4 (nova série), Centro de Estudos de Etnologia Portuguesa. Acedido em out. 2011, disponível em:

http://www.fcs.unl.pt/revistas/arquivos-damemoria/ArtPDF/02_Luis_Silva.pdf

Sousa, João Figueira. (coordenação) (2007). *Projeto de Mobilidade Sustentável Relatório Diagnóstico do Município de Mértola*, Instituto de Dinâmica do Espaço. FCSH/UNL. Acedido jun. 21, 2013, disponível em: <http://sniamb.apambiente.pt/mobilidade/documentos/planos/diagnostico/mertola.pdf>

Teixeira, Elenaldo Celso (2002). *O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade*. Políticas Públicas, AATR-BA. Acedido em abr, 21, 2012, disponível em: http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf

Tenório, Fernando Guilherme (2004). *Cidadania e desenvolvimento local: casos brasileiros*. IX Congresso Internacional sobre la Reforma del Estado y la Administracion Pública. Acedido em jul. 12, 2012, disponível em: http://www.gp.usp.br/files/desen_cidadania.pdf

Veiga, da Joveana Varela (2010). *Revitalização do Comércio a retalho no concelho de Mértola*, Universidade Técnica de Lisboa. Acedido em mai. 27, 2012, disponível em: <http://www.portaldoconhecimento.gov.cv/bitstream/10961/105/1/Relat%C3%B3rio%20de%20Est%C3%A1gio%20Revitaliza%C3%A7%C3%A3o%20do%20Comercio%20a%20Retalho%20no%20Concelho%20de%20Mertola.pdf>

Documentos áudio visuais

Gouveia, Fialho (1970). *Reportagem sobre Penedos*: vídeo (s.registo). Lisboa: produzido e realizado pela RTP1 (Radio Televisão portuguesa).

Lima, Paulo (coord.) (2012). *Michel Giacometti – Fimatografia completa* (registo:101442010 – IGAC) Edição Tradisom Produções Culturais, Lda, Volumes de 1 a 11.

Índice Remissivo

1

1MAO · 91, 125, 127

2

2 DAA · xvi, 220, 223

2 MAO · xv, xvi, 194, 207, 208, 210, 211, 217, 218, 219, 223, 231, 233

2008 · viii, ix, 12, 18, 22, 44, 45, 66, 67, 68, 94, 102, 139, 146, 181, 239, 254, 256, 262, 266, 272, 273

2011 · v, vi, xiv, xv, xvi, xvii, xviii, 5, 16, 36, 37, 41, 44, 59, 60, 73, 74, 79, 83, 84, 85, 88, 89, 90, 92, 93, 94, 95, 98, 101, 117, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 152, 153, 154, 156, 157, 158, 159, 160, 162, 163, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 187, 188, 258, 259, 265, 266, 267, 269, 270, 273

25 de Abril · 13, 19, 26, 68, 69, 152

25 de Abril de 1974 · 19, 68

2CAA · xvi, 127

2MAO · 91, 126, 127, 128, 208, 209

3

3CAA · xvi, 127

3DAA · xvi, 127

A

abandono populacional · viii, 7, 11, 13, 26, 104, 207, 215, 241, 263

Abandono tradições · 114, 129, 191

acessibilidades · 44, 114, 116, 144, 179, 180, 191, 192

ADPM · 39, 120, 129, 197, 198, 200, 202, 204, 206, 208, 209, 222, 224, 226, 230, 232, 233, 234, 236, 237, 265

ADRAL · 131, 141, 253

agricultor · 23

agricultura · 56, 73

agroturismos · 181

aldeia · v, vi, viii, ix, xiv, 5, 6, 8, 10, 13, 14, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 32, 45, 59, 60, 69, 70, 74, 75, 98, 101, 103, 104, 105, 107, 108, 109, 110, 111, 113, 114, 115, 116, 117, 119, 121, 122, 185, 187, 190, 191, 192, 194, 195, 198, 212, 213, 215, 241, 242, 244, 247, 249, 250, 251, 252, 263

Alentejo · iii, v, vii, xi, xii, xiv, xvi, xviii, 3, 5, 6, 8, 9, 10, 11, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 26, 36, 38, 39, 52, 53, 54, 56, 58, 60, 67, 68, 70,

71, 74, 101, 102, 107, 108, 110, 112, 114, 115, 117, 119, 120, 122, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 152, 164, 176, 183, 184, 185, 186, 190, 191, 192, 198, 199, 200, 202, 204, 206, 209, 225, 226, 230, 233, 234, 241, 243, 247, 250, 253, 254, 255, 256, 257, 260, 261, 262, 264, 265, 267

Algarve · 6, 69, 106, 108, 109, 114, 116, 131, 132, 139, 144, 146, 147, 149, 164, 178, 191, 192, 194, 195, 217, 218, 229, 241, 247, 250, 251

alojamentos no concelho · 164

Amaro · 40, 44, 46, 253, 254

AMBAAL · 5, 120, 122, 143, 145, 197, 198, 200, 202, 204, 206, 208, 209, 225, 226, 230, 232, 233, 234, 236, 254, 262, 265

ambiental · 41, 62, 63, 146

Análise de Conteúdo · 98, 254

análise estratégica · 81, 82, 91, 92, 118, 126, 193

análise sociológica · 14, 79, 81, 96, 267

Antigo Regime · 18, 19

aproveitar · 75, 116, 148, 186, 194, 214, 247, 250, 252

Arocena · 12, 34, 39, 41, 49, 118, 123, 201, 254, 265

artesanato · 142, 188, 189

Associação de Caçadores de Penedos · vii, 198, 209, 221, 222, 224

Associação de Defesa do Património de Mértola · vii

Associação de Municípios do Baixo Alentejo · 107, 230, 243, 262

atores · vi, vii, viii, xii, xvi, xviii, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 26, 30, 33, 34, 35, 36, 38, 39, 49, 50, 52, 62, 79, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 95, 96, 97, 98, 99, 101, 102, 103, 104, 105, 107, 112, 117, 118, 119, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 137, 165, 172, 176, 177, 190, 191, 192, 193, 194, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 230, 231, 232, 233, 234, 236, 237, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 263, 264, 265, 271

Atores Locais · ix

Atores sociais · xiv, 122

atores territorializados · 7, 26, 104, 240, 263

Autarquias · 240, 260, 261

B

Baixo Alentejo · vii, 5, 6, 56, 102, 107, 112, 115, 119, 120, 122, 132, 135, 136, 137, 139, 140, 144, 146, 148, 191, 192, 198, 199, 200, 202, 204, 206, 209, 225, 226, 230, 233, 234, 241, 243, 250, 254, 256, 262

Bandeira · 35, 37, 38, 265
Barragem de Alqueva · 52
Barreto · 20, 23, 24, 255
Beja · 5, 16, 19, 20, 38, 39, 53, 108, 114, 119, 131, 132, 135, 136, 137, 138, 139, 142, 143, 144, 145, 146, 150, 151, 152, 154, 156, 176, 177, 178, 184, 185, 186, 191, 195, 217, 218, 229, 254, 256, 258, 260, 261, 262
bem-estar · v, 8, 42, 105, 107, 121, 143, 199, 215, 238, 239, 248
Bourdieu · 84, 255
Brasil · 37, 38, 55, 186, 255, 266, 270, 271, 272
burguesia urbana · 56

C

CAM · 122, 129, 197, 198, 200, 202, 204, 206, 208, 209, 221, 224, 226, 230, 232, 233, 234, 236
Câmara Municipal de Mértola · vii, 101, 199, 206, 209, 224, 226, 230, 243, 251
Campanha do Trigo · 54, 55, 56, 57, 58, 71, 151, 272
Campo Arqueológico de Mértola · 251
Capela e Silva · 21
Carmo · 53, 54, 230, 266
Casas do Povo · 57
Castilho, Arenhardt, Le Bourlegatt · 45, 50
Castro Verde · 20, 132, 150, 176, 184, 257
CCDRA · 133, 134, 140, 255, 256, 266, 267
cenários · 62, 90, 92, 93, 98, 117
Centro de Apoio a idosos · 173, 174
cidade · v, 186, 238, 271
Ciências Sociais · 29, 98, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 260, 263, 264, 265, 269, 270, 272, 273
CIMBAL · 5, 102, 120, 122, 129, 135, 136, 137, 138, 139, 146, 197, 198, 199, 200, 202, 204, 209, 225, 226, 230, 234, 256, 267
classe · vii, 10, 22, 24, 53, 56, 59, 147, 201
clássicos · 37, 273
Cláudia Diogo · 19
clusters · 91, 98, 128, 234
Coimbra · 257, 259, 261, 265
coletivas · 32, 78, 84
Comunicação · 129, 192, 195, 217, 218, 260, 261, 262, 263, 266, 270, 271, 272
Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo · 102
comunidade local · 50, 57, 192
comunidade rural · 13, 21, 24, 26, 114, 191
comunitário · 47, 75, 102, 108, 129, 192, 195, 214, 217, 218, 219, 229, 248, 250
concelho de Mértola · 241, 251
conflitos e consensos · 93, 264, 271
conflitos sociais · 30, 60
Congresso · 260, 261, 262, 263, 270, 271, 273
Cooperativa Agrícola de Mértola · 119, 200, 202, 204, 209, 221, 224, 226, 230, 234, 243, 251
corporativização · 55, 57

crise · viii, 6, 7, 11, 12, 16, 21, 27, 28, 33, 34, 42, 44, 46, 54, 58, 70, 88, 121, 181, 237, 238, 239
Crozier e Frieberg · 81
cultura · 5, 15, 20, 25, 27, 30, 36, 38, 45, 50, 55, 73, 74, 84, 105, 108, 114, 120, 143, 147, 189, 191, 212, 213, 246, 252, 271
culturais · xv, 8, 25, 30, 34, 45, 75, 84, 97, 99, 101, 105, 106, 108, 114, 119, 129, 139, 142, 146, 148, 186, 188, 189, 191, 195, 215, 217, 218, 219, 228, 229, 244, 246, 248, 250, 252, 272

D

D. Madalena Nunes · vi
D. Natércia Ramos · vi, 122
de Poesia · 262
debate · 239, 240, 251
Decreto-Lei · 64, 68, 267, 268, 269
Demografia · 260, 261, 262
dependência · xii, xviii, 12, 42, 135, 146, 196, 199, 200, 201, 202, 204, 205, 251
desafios · 5, 62, 90, 91, 92, 94, 95, 124, 194, 244, 245, 246, 247, 250, 255, 263, 269, 271
Desafios · ix, xv, 125, 194, 195, 260, 261
Desafios Estratégicos · 125, 194
desenvolvimento · v, vi, viii, ix, xi, xii, 5, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 20, 25, 26, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 49, 50, 51, 52, 59, 62, 63, 66, 68, 69, 71, 72, 73, 74, 75, 77, 81, 85, 86, 87, 94, 96, 98, 99, 101, 102, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 129, 137, 141, 142, 143, 144, 146, 171, 172, 178, 179, 190, 191, 193, 194, 195, 201, 207, 210, 211, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 228, 229, 234, 237, 238, 239, 240, 242, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 255, 256, 262, 263, 265, 270, 273
desenvolvimento local · v, vi, viii, xii, 5, 7, 8, 9, 11, 13, 14, 15, 25, 26, 37, 38, 40, 41, 49, 50, 98, 99, 101, 104, 105, 106, 109, 111, 117, 119, 120, 122, 129, 190, 193, 194, 195, 207, 210, 211, 213, 214, 215, 217, 218, 219, 228, 234, 239, 240, 242, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 251, 252, 255, 262, 263, 273
Desenvolvimento Local · ix, 39, 49, 93, 120, 253, 254, 255, 259, 260, 261
desertificação · viii, 9, 25, 212, 240, 250
despovoamento · 5, 10, 17, 18, 21, 25, 59, 110, 147, 240
Diagnóstico · xii, 145, 176, 180, 184, 258, 260, 273
Diminuição dos serviços públicos prestados junto da população local · 191
diversificação dos serviços · 252
documentos · 24, 98, 101, 144, 193, 272, 273
Durkheim · 79, 257

E

economia · 8, 12, 14, 15, 22, 25, 42, 43, 44, 54, 58, 62, 72, 106, 107, 108, 109, 111, 115, 116, 117, 120, 129, 138, 141, 190, 192, 195, 211, 213, 217, 218, 219, 228, 229, 241, 244, 246, 247, 250, 254
economia local · 106
económicos · xii, xvi, 12, 34, 43, 46, 47, 55, 57, 101, 138, 139, 147, 177, 186, 188, 239
Editores Atlas · 258, 259
Editorial Atlas · 264
educação · 40, 50, 51, 52, 63, 74, 75, 120, 147, 148, 172, 182
elemento diferenciador · 250
em rede · 30, 113, 177, 191, 194, 195, 210
emigração · 58, 238
empobrecimento · 11, 59, 152, 207
empresas · xvii, 12, 33, 56, 72, 85, 93, 110, 180, 181, 182, 183, 251
Entidade Regional de Turismo, · vii, 115, 192, 222, 243, 250
entrevista · 102, 118
envelhecimento · viii, ix, xvi, 5, 9, 11, 16, 17, 25, 106, 110, 134, 135, 146, 147, 155, 188, 190, 207, 240, 242, 249, 262
eólica · 107, 111, 191, 214, 246, 248, 250
ervas aromáticas · 181, 212, 214
Escola das Relações humanas · 80
Escola de Ciências Sociais · 271
escolaridade · 13, 21, 167
espaço · 22, 26, 27, 32, 38, 40, 45, 46, 47, 49, 53, 66, 71, 77, 78, 85, 93, 105, 112, 119, 125, 126, 131, 132, 147, 149, 191, 240, 247, 249
especificidades · 23, 45, 77, 81, 212, 213, 246, 252
Estado central · 57
Estado Novo · 13, 19, 56, 57, 59, 60, 67, 73, 74, 120, 241, 263, 273
Estratégias de Atores · ix, 263
Estratégias de Desenvolvimento · 93, 129, 191
estratificação social · 23
Estrutura da População Residente · 110, 129, 190
estrutura fundiária · 18
estrutura produtiva · 14, 158
estudo · vi, 5, 6, 8, 9, 10, 13, 17, 20, 26, 32, 33, 40, 45, 47, 52, 53, 54, 56, 61, 77, 79, 80, 81, 84, 86, 92, 93, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 105, 106, 118, 120, 125, 131, 132, 136, 172, 177, 185, 194, 198, 207, 212, 222, 237, 242, 249, 250, 251, 252, 269, 273
Évora · vi, 5, 20, 39, 53, 93, 132, 144, 146, 147, 149, 152, 253, 255, 256, 258, 260, 262, 263, 270, 271
Existência de instrumentos de Planeamento · 129, 191
êxodo rural · 12, 73, 151

F

famílias latifundiárias · 54
fator de desenvolvimento · 25
Fialho de Almeida · 75
força relativa · 91, 128, 231, 234, 248
formação profissional · 51, 52, 74, 245
freguesia de São Miguel do Pinheiro · viii, xv, xvii, xviii, 131, 132, 150, 152, 153, 155, 158, 164, 172, 174, 179, 187, 188, 189, 251
funcionalistas · 37, 44
Fundação Calouste Gulbenkian · 257, 259, 261, 264
futuro · 9, 11, 12, 14, 16, 50, 52, 88, 92, 93, 94, 95, 106, 107, 108, 111, 112, 113, 116, 117, 118, 120, 123, 129, 134, 144, 148, 188, 190, 191, 198, 213, 215, 229, 240, 244, 246, 247, 251, 261, 271
futuros possíveis · 7, 88, 92, 95, 104, 123

G

gentes · viii, 15, 21, 41, 86, 240, 250
gerações vindouras · 11, 239
global · ix, 9, 12, 25, 42, 44, 48, 58, 62, 68, 71, 88, 103, 125, 135, 251
Godet · 9, 87, 93, 96, 98, 103, 117, 124, 126, 194, 201, 202, 207, 226, 258
governança · 37, 252
grau de conflitualidade · 91, 211
guerra colonial · 13, 69, 75
Guerra, · 79, 80, 84, 86, 87, 89, 92, 98, 104, 123, 258

H

habitantes · vi, viii, xvii, 6, 8, 13, 15, 34, 74, 75, 116, 119, 122, 143, 175, 176, 179, 180, 187, 215, 241, 246, 252
Hess · 79, 80, 259
Hierarchical Cluster Analysis · 128
hipóteses · xii, 8, 83, 91, 94, 97, 117, 241, 242
história · 12, 27, 38, 48, 54, 58, 62, 66, 78, 120, 121, 123, 237, 238, 240, 252, 272
história democrática, · 237

I

Identidade · ix, xi, 7, 26, 28, 104, 257, 262, 266
identidade de Penedos · 119, 215, 234, 248
identidade territorial · 28, 39
idosos · 16, 26, 74, 75, 110, 113, 134, 135, 154, 164, 173, 174, 187, 191, 198, 215, 216
imigração · 16
INALENTEJO · 266, 267

informação · vi, vii, 19, 29, 31, 33, 63, 94, 96, 99, 100, 102, 122, 124, 128, 164, 193, 231, 238, 245, 259
 institucionais · vi, vii, 8, 38, 46, 48, 50, 56, 57, 78, 105, 117, 198, 216, 241, 246, 247
 instituição · v, 15, 105, 121
 Instituto de Investigação · 270
 Instituto Nacional de Estatística · 259, 270
 instrumentos de política · 228, 229, 244, 245, 247, 250, 251
 integração na Faixa Piritosa Ibérica · 107, 229
 Integração na Faixa Piritosa Ibérica · 129, 191, 195, 217, 218
 integrada · 9, 98, 250, 251
 interior · v, 6, 8, 10, 11, 14, 15, 24, 33, 40, 69, 74, 104, 107, 110, 112, 115, 117, 132, 148, 191, 201, 241, 242
 interventivos · 252
 investigação · v, vii, viii, 5, 8, 9, 14, 15, 18, 39, 57, 79, 86, 88, 92, 94, 96, 97, 98, 100, 101, 103, 104, 121, 123, 124, 142, 146, 148, 190, 207, 240, 249
 investigação empírica · 9, 190
 investigação-ação · 86, 98, 123
 investigador · v, 6, 15, 79, 86, 97, 98, 99, 100, 102, 104
 Isabel Guerra · 62, 85, 86, 91, 93

J

J.M. Henriques · 40, 46
 Jacinto Lourenço Pereira · vii, 196, 198, 221, 224, 230, 233, 234, 243
 Jaime Reis · 54, 55, 260
 JFSMP · 122, 196, 197, 198, 199, 206, 221, 222, 224, 226, 234, 242, 267
 jogo · viii, 30, 58, 83, 92, 93, 105, 117, 124, 126, 196, 197, 199, 200, 201, 202, 203, 207, 211, 220, 224, 227, 243
 José Cutileiro · 11, 18, 21, 24
 José Nunes · vii, 119, 122, 222, 225, 233, 234
 Junta de Colonização Interna · 6, 9, 13, 59, 60, 69, 70, 72, 74, 87, 108, 113, 119, 121, 151, 191, 195, 215, 217, 218, 219, 241, 244, 246, 263

L

Le Play · 79
 Lei da Fome · 54, 272
 líderes locais do desenvolvimento · 239
 Lisboa · 10, 11, 13, 18, 67, 68, 69, 74, 137, 139, 144, 146, 150, 152, 154, 156, 159, 162, 164, 166, 169, 187, 238, 241, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 269, 270, 271, 272, 273
 Litoral Alentejano · 144, 150

local · viii, ix, 7, 8, 11, 13, 18, 20, 24, 25, 26, 28, 29, 32, 33, 36, 39, 41, 44, 46, 47, 48, 49, 50, 52, 78, 101, 102, 103, 106, 107, 108, 109, 111, 113, 115, 116, 117, 118, 121, 122, 123, 129, 141, 190, 191, 192, 195, 199, 211, 213, 214, 217, 218, 219, 228, 229, 237, 239, 240, 241, 244, 245, 246, 247, 249, 250, 251, 252, 254, 265, 270, 271
 Lourenço, · 44, 45, 259
 lugares · viii, xv, xvii, xviii, 17, 32, 47, 108, 115, 173, 179, 180, 185, 186, 187, 188, 189, 192, 198, 199, 209, 240

M

MACTOR · vi, vii, xii, 9, 87, 91, 96, 98, 103, 105, 106, 119, 123, 124, 126, 127, 128, 193, 194, 197, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 208, 210, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 230, 231
 Madrid · 255
 Margarida Perestrelo · 87, 93
 Maria do Carmo · vii, 122, 198, 224, 230, 233, 234
 Marques · v, 12, 13, 14, 28, 29, 30, 33, 34, 38, 49, 54, 65, 77, 78, 93, 98, 99, 102, 105, 118, 123, 124, 126, 128, 130, 192, 193, 194, 200, 201, 202, 207, 209, 211, 220, 221, 227, 231, 240, 260, 262, 263, 271
 Matriz · xii, xiii, xiv, xv, xvi, 105, 125, 126, 127, 128, 145, 146, 193, 194, 196, 201, 204, 207, 209, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 228, 232
 Matriz das Posições Valorizadas · 126, 194
 Matriz de Convergência de Objetivos entre Atores (ICAA) · 127
 Matriz de Divergência de Objetivos entre Atores (IDAA) · 127
 Matriz de Posições Simples · 125, 127
 Matriz dos Meios de Ação Diretos entre Atores (MAD) · 125, 126
 Matriz Valorizada das Convergências (2CAA) · 127
 mel, · 181
 memória · iv, 8, 11, 15, 17, 21, 24, 28, 30, 31, 32, 33, 47, 78, 98, 121, 186, 213, 272
 Mértola · v, vii, viii, ix, x, xii, xiv, xv, xvi, xvii, xviii, 3, 5, 6, 8, 13, 39, 59, 70, 74, 99, 101, 107, 110, 112, 113, 115, 117, 119, 120, 121, 122, 131, 132, 141, 142, 144, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 190, 191, 192, 196, 197, 198, 199, 200, 202, 204, 206, 209, 221, 222, 224, 225, 230, 233, 234, 237, 240, 241, 242, 243, 247, 250, 251, 260, 262, 263, 265, 266, 273
 Mértola Cinagética · 251
 metodologia · 9, 66, 84, 90, 93, 96, 98, 117, 124, 190, 205, 251
 Metodologias Qualitativas · 257, 269

métodos · xi, xii, 9, 62, 86, 96, 98, 99, 100
Ministério da Economia e da Secretaria de Estado da Agricultura · 70
mobilidade rodoviária · 108
modelo · xii, 7, 8, 11, 22, 38, 39, 40, 43, 44, 45, 47, 49, 52, 80, 84, 88, 96, 103, 104, 105, 112, 117, 119, 122, 140, 191, 241, 247, 249, 251, 252, 263
modelo de análise · xii, 103, 263
modelo de desenvolvimento alternativo · 7, 241
modelo de desenvolvimento alternativo e participativo · 8
Modernização · 260, 261
Moura · 90, 93, 132, 142, 258
muito baixa densidade · viii, 5, 7, 107, 108, 115, 120, 213, 214, 246, 248, 250, 263
mundo rural · 7, 17, 23, 44, 59, 73, 74, 78, 242
municípios · 199

N

natural · ix, x, 16, 78, 132, 141, 192, 197, 213, 242, 249, 250, 251
natural e ecológica · ix, 249, 250, 251
Nazareth · 16
nível de escolaridade · xv, 167, 168, 169
nível de instrução e os analfabetos · 170
novo paradigma · 88

O

objetivos · xii, xv, xvi, 7, 8, 9, 14, 33, 43, 49, 51, 60, 61, 62, 68, 71, 72, 75, 82, 83, 85, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 95, 103, 104, 105, 117, 120, 121, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 193, 194, 195, 207, 209, 210, 211, 212, 213, 215, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 228, 229, 230, 231, 234, 236, 240, 242, 244, 245, 246, 247
Objetivos e Desafios Estratégicos · ix
objetivos mais consensuais · 211
objeto de estudo · 9, 13, 19, 32, 80, 93
oportunidade · 44, 56, 214, 239, 251
ordenamento do território · xi, 9, 59, 60, 62, 63, 66, 67, 68, 69, 270, 272
organização · 15, 21, 22, 30, 49, 51, 60, 69, 81, 82, 83, 90, 92, 93, 96, 267
outputs · 124, 126, 128, 226

P

País rural · 21
paisagem · iii, 6, 45, 53, 63, 105, 107, 111, 116, 141, 192, 194, 195, 213, 246, 247, 250
pão · 23, 55, 58, 70, 109, 114, 116, 141, 181, 186
parcerias · 52, 247, 249, 250, 251
Paris · 23, 254, 255, 256, 258

Parque Natural do Vale do Guadiana · 107, 111, 119, 129, 190, 195, 216, 217, 218, 219, 244, 246, 247, 250, 251
participação · xi, 8, 9, 12, 13, 15, 22, 26, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 52, 62, 63, 75, 88, 90, 94, 95, 98, 99, 100, 102, 118, 121, 176, 240, 241, 243, 249, 251, 263, 270, 273
participação pública · 26, 62, 63, 270
pastorícia · 6, 110, 129, 141, 181, 190, 195, 210, 212, 217, 218, 219, 228, 229, 241, 244, 246
património · 25, 45, 78, 101, 105, 120, 141, 143, 230, 251
Penedos · iii, iv, v, vi, vii, viii, ix, xi, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 13, 14, 24, 26, 32, 39, 59, 60, 69, 70, 74, 75, 99, 101, 102, 103, 104, 105, 107, 109, 110, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 119, 120, 122, 131, 132, 150, 172, 174, 178, 185, 187, 188, 189, 190, 191, 193, 194, 195, 198, 199, 206, 207, 209, 210, 212, 213, 214, 215, 221, 222, 224, 225, 227, 230, 233, 234, 238, 240, 241, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 252, 262, 263, 274
Pereira · iii, iv, 12, 25, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 51, 52, 60, 61, 62, 103, 119, 122, 224, 230, 260, 261, 262, 263
Pereira, Segão & Saramago · 12, 25, 60
Perestrelo · 88, 90, 93, 96, 118, 124, 190, 194, 209, 211, 258, 263, 264
Perestrelo e Caldas · 88
Perroux · 41, 42, 44, 264
perspetivas · 7, 11, 44, 51, 82, 96, 99, 105, 120, 193, 240, 251
Pesquisa · 98, 256, 258, 259, 264, 266, 269, 272
pesquisa – ação · 8
pessoas · iv, v, viii, xv, xvii, 6, 7, 9, 12, 14, 17, 24, 27, 28, 32, 33, 36, 38, 39, 41, 42, 47, 49, 50, 53, 62, 63, 70, 78, 85, 98, 99, 100, 102, 105, 108, 110, 111, 113, 114, 115, 121, 122, 123, 134, 135, 137, 140, 143, 151, 153, 158, 164, 166, 170, 172, 173, 174, 175, 177, 179, 189, 213, 214, 215, 216, 238, 240, 242, 248, 249, 250, 251
PIDBA · 140, 141, 143, 144, 145, 254
planeamento regional · 35
Planeamento, · 59, 60
Plano de Convergência dos Objetivos · 127
Plano de Convergências dos Atores · 127
Plano de Divergência dos Atores · 127
Plano de Influência/Dependência dos Atores · 127
Planos de Fomento · 67
poder local · 110, 119, 197, 242, 247
Políticas · 81, 257, 262, 263, 273
políticas de planeamento e desenvolvimento · 8, 237
políticas públicas · 35, 36, 146, 147, 148, 194, 195, 210, 245, 248, 270, 273
população ativa · 16, 106, 110, 135, 137, 139, 158, 163, 190, 210, 228, 229, 244
população residente · xiv, xvi, 106, 132, 133, 135, 152, 153, 154, 158, 167, 186, 195, 210, 212, 217, 218, 219, 228, 244

Porto · 38, 68, 69, 256, 257, 258, 259, 260, 262, 264, 265, 269
Portugal, · 11, 18, 20, 54, 133, 134, 141, 237, 264
potencialidades · viii, 7, 8, 9, 35, 47, 49, 50, 63, 71, 105, 106, 107, 110, 111, 116, 118, 119, 122, 129, 142, 150, 190, 192, 194, 195, 210, 211, 212, 213, 214, 217, 218, 219, 224, 228, 229, 241, 244, 245, 246, 247
Pouco conflitual e muito mobilizador · 244
Pouco conflitual e pouco mobilizador · 244
povo · 18, 21, 30, 59, 213, 246
preços agrícolas · 54
preservação da identidade · v, vi, 5, 8, 9, 11, 13, 39, 99, 104, 172, 190, 207, 215, 234, 240, 262, 263
problema · viii, xi, 5, 10, 12, 14, 16, 42, 59, 61, 73, 79, 85, 86, 88, 97, 104, 105, 110, 112, 134, 170, 171, 192, 207, 212, 237, 240, 242, 245, 249
processo de desenvolvimento · 14, 63, 213, 245
processo de planeamento, · 61
produtos locais · 25, 45, 105, 106, 109, 116, 211, 214, 228, 229, 244, 246, 247, 250
Produtos locais materiais e imateriais como promotores da economia local · 192, 195, 217, 218, 219
produtos silvestres · 109, 181
projeto · 5, 6, 13, 40, 59, 60, 69, 75, 89, 91, 92, 103, 104, 108, 113, 126, 191, 215, 241, 246
projetos locais · 108, 115, 146, 192, 251
projetos turísticos · 247
Proliferação da grande propriedade (latifúndio · 129, 190, 195, 213, 217, 218, 219
promoção · 35, 39, 45, 46, 47, 63, 71, 102, 107, 108, 111, 112, 115, 116, 120, 121, 142, 148, 149, 190, 191, 192, 246, 259
propostas · viii, 8, 13, 63, 92, 101, 102, 104, 105, 108, 109, 114, 119, 191, 193, 240, 241, 251
proprietários · 10, 19, 20, 53, 54, 57, 71, 214
prospetiva · 7, 61, 88, 90, 92, 93, 94, 95, 104, 258, 266
protecționismo · 54, 55, 58, 272

Q

QREN · 101, 108, 115, 120, 140, 266, 272
Quadro de Estratégia de Atores · 124, 125, 193, 194, 244
Quadro Estratégico Comum 2014-20 · 102
qualidade de vida · 11, 40, 41, 49, 114, 147, 216, 237
qualitativo · 87, 97, 124
quantitativa · 99, 146
queijos · 116, 141, 181, 192, 212, 214
Queirós · 10, 22, 264
questão do género · 22, 171

R

Rádio Televisão Portuguesa · 75
recursos · 35, 36, 39, 40, 42, 44, 45, 46, 47, 48, 50, 60, 61, 62, 63, 67, 72, 85, 89, 91, 98, 105, 106, 107, 110, 111, 120, 122, 141, 146, 147, 148, 149, 150, 176, 190, 191, 214, 238, 242, 246, 250, 251, 252
redes · 24, 29, 46, 52, 66, 72, 91, 94, 108, 116, 192, 215, 228, 229, 238, 245, 246, 248, 251, 273
Redes de Formação Profissional · 273
reflexões estratégicas · vi, viii, 7, 8, 11, 39, 98, 99, 104, 112, 117, 190, 191, 193, 207, 215, 234, 241, 242, 247, 249
reflorestação · 6, 58, 110, 213
Reforma Agrária · 18, 19, 20, 21, 26, 73, 151, 152, 255, 269
regional · 29, 34, 39, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 50, 52, 67, 69, 102, 107, 108, 115, 119, 120, 129, 141, 146, 148, 149, 192, 195, 198, 199, 214, 217, 218, 219, 228, 229, 237, 239, 242, 244, 245, 247, 250, 251, 265, 266
Regionalização · 260
rejuvenescer · 107
Rémy Hess · 79
rendeiros · 20
resolver os problemas · 33, 67, 238, 249
ribeira do Vascão · 186, 194, 195, 213, 247, 250
Rio de Janeiro · 37
rio Guadiana · viii, 13, 108, 141, 174, 185, 241
Rosa · iv, vii, 16, 17, 134, 264

S

S. Paulo · 258, 259, 264
Santos · vi, 30, 97, 100, 258, 264, 265, 272
Saragoça · vi, 79, 83, 84, 85, 88, 89, 90, 92, 93, 94, 95, 271, 272
saúde · xv, xvii, 6, 14, 40, 107, 113, 147, 148, 175, 176, 179, 182, 213
século XX · 7, 21, 23, 40, 44, 53, 58, 79, 80, 99, 152
setor de atividade · xvii, 160, 182, 183
Silva · vi, vii, 17, 18, 21, 22, 52, 59, 60, 73, 74, 81, 82, 83, 99, 121, 123, 256, 264, 265, 271, 272, 273
sinergias · 52, 98, 251
sistema · viii, 8, 19, 29, 33, 35, 39, 41, 43, 48, 56, 57, 58, 63, 68, 71, 75, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 89, 90, 92, 95, 105, 106, 108, 113, 117, 118, 121, 123, 190, 191, 192, 200, 201, 214, 240, 241, 242, 243
sistema de ação · 82, 83, 89, 92, 118, 123, 240
sistema liberal · 57
sistema local · 118, 121, 123, 243
social · 10, 13, 15, 19, 20, 21, 24, 25, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 40, 45, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 56, 58, 59, 60, 62, 63, 67, 71, 72, 73, 74, 75, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 86, 87, 89,

90, 91, 92, 93, 94, 96, 99, 100, 101, 118, 121, 123, 126, 131, 134, 137, 141, 146, 149, 158, 159, 164, 176, 177, 182, 186, 189, 192, 201, 259, 272
sociedade · viii, 5, 10, 12, 14, 16, 17, 18, 19, 22, 23, 30, 34, 35, 36, 37, 38, 40, 41, 44, 46, 47, 50, 52, 53, 55, 60, 77, 80, 84, 94, 96, 118, 123, 149, 238, 239, 264, 270
sociedade portuguesa · 16
Sociologia · v, vi, viii, xi, 5, 7, 9, 11, 29, 38, 62, 77, 78, 79, 80, 83, 84, 86, 88, 96, 100, 254, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264
Sociologia de Intervenção/Ação · 77
sociólogo · vii, 6, 15, 20, 29, 31, 79, 81, 83, 84, 92
software · vii, 119, 126, 231
solar · 107, 111, 191, 246, 248, 250
SPSS · 98, 127, 231, 232, 233, 236
status quo · 39, 58, 112, 198, 207, 213, 244
Sul · 12, 38, 53, 55, 59, 73, 150, 186, 238, 255
sustentabilidade da identidade · 108, 195, 215, 217, 218, 219, 228, 229, 244, 246

T

taxa de desemprego · 12, 158, 160, 161, 163
terra, · 6, 9, 10, 15, 20, 23, 69, 73, 76, 210, 213, 241, 244
terreno · 8, 24, 39, 45, 79, 86, 98, 99, 100
territorialista, · 119
território · viii, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 13, 14, 21, 22, 25, 26, 28, 32, 33, 34, 38, 39, 40, 41, 45, 46, 47, 53, 61, 62, 63, 66, 67, 68, 71, 77, 78, 93, 102, 104, 105, 107, 108, 110, 111, 112, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 132, 135, 136, 137, 139, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 177, 179, 180, 190, 191, 192, 197, 198, 207, 215, 216, 241, 242, 243, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251

territórios · viii, 5, 7, 10, 11, 13, 14, 21, 25, 27, 33, 39, 45, 46, 52, 62, 63, 93, 107, 112, 115, 116, 120, 137, 143, 146, 147, 148, 149, 177, 178, 189, 191, 213, 214, 239, 240, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 262, 263, 271
Tese de Doutoramento · 260
Tonies · 32
trabalhadores · 10, 11, 18, 19, 20, 22, 53, 54, 57, 60, 73, 74, 182, 183, 184, 233, 242
trabalho sazonal · 19, 74
tradições, artes, produtos locais, paisagem, natureza, recursos, património, turismo · 105
túberas · 109, 116, 192, 212, 214, 246
Turismo · vii, 102, 107, 108, 112, 115, 119, 122, 142, 191, 192, 196, 198, 199, 200, 202, 204, 205, 206, 209, 220, 221, 222, 225, 233, 235, 242, 243, 250, 269

U

União Europeia, · 28, 237
Unidades industriais ecológicas · 129, 191, 195, 214, 217, 218, 219
Universidade Católica Portuguesa · 271
Universidade de Évora · 270, 271, 272
Universidade de Lisboa · 253, 260
Universidade Moderna de Beja · 261
Uruguai · 254, 265

V

variáveis · xii, xiv, 8, 44, 103, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 115, 117, 118, 123, 129, 190, 241, 263
Visão estratégica de futuro · 113, 129, 191, 195, 216, 217, 218, 219
volume de negócios · xvii, 141, 182



Contactos:

Universidade de Évora
Instituto de Investigação e Formação Avançada - IIFA
Palácio do Vimioso | Largo Marquês de Marialva, Apart. 94
7002-554 Évora | Portugal
Tel: (+351) 266 706 581
Fax: (+351) 266 744 677
email: iifa@uevora.pt